



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Leandro Goya Fontella

SOBRE AS RUÍNAS DOS SETE POVOS:

estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro
(Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828 – c. 1860)

Porto Alegre, 2013.

CIP - Catalogação na Publicação

FONTELLA, Leandro Goya
SOBRE AS RUÍNAS DOS SETE POVOS: estrutura
produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho
no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja,
Rio Grande de São Pedro, c. 1828 - c. 1860) / Leandro
Goya FONTELLA. -- 2013.
282 f.

Orientadora: Regina Célia Lima XAVIER.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2013.

1. região das Missões. 2. estrutura agropastoril.
3. escravidão. 4. formas de trabalho livre. 5.
guaranis. I. XAVIER, Regina Célia Lima, orient. II.
Título.

Leandro Goya Fontella

SOBRE AS RUÍNAS DOS SETE POVOS:

estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro
(Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Regina Célia Lima Xavier

Porto Alegre, 2013.

Leandro Goya Fontella

SOBRE AS RUÍNAS DOS SETE POVOS:

estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro
(Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História.

Professora Doutora Regina Célia Lima Xavier – Orientadora – UFRGS

Professor Doutor Carlos Alberto Lima – UFPR

Professora Doutora Helen Osório – UFRGS

Professor Doutor Luís Augusto Farinatti – UFSM

Aprovada em 20 de agosto de 2013

[...]

*Há planícies que se somem
Dentre o horizonte e o rio
E a vida morre de fome
Com tanto campo vazio*

[...]

*Basta um pedaço de terra
Para a semente ser pão
Enquanto a fome faz guerra
A paz espera no chão*

[...]

Trechos de: *A vitória do Trigo*
De: *Dante Ramon Ledesma*

*Aos meus adorados pais,
Leda e Carlos Nazário.
Ao meu querido irmão Gustavo.
E à Taís, amada de minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Aqui é o espaço para dar créditos para aqueles que são os responsáveis pelos acertos deste estudo, uma vez que os equívocos são de minha única e exclusiva responsabilidade.

Começo agradecendo ao financiamento recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ao corpo de funcionários, bolsistas e professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Em especial quero expressar minha gratidão a minha orientadora, a professora Regina Xavier, pelo rigor com que sempre conduziu os processos de qualificação da pesquisa e elaboração da dissertação. Suas disciplinas em forma de oficina de pesquisa foram de suma importância para meu amadurecimento acadêmico. Agradeço a ela, também, por ter me oportunizado uma rica experiência de pesquisa e intercâmbio acadêmico no Rio de Janeiro por meio do PROCAD.

Sou muito grato também à professora Helen Osório pela sua participação nas bancas de qualificação e defesa da dissertação; por ter generosamente me recebido em sua residência para discutir minuciosamente o texto da qualificação, e por ter sido sempre solícita. Ao Professor Fábio Kühn por ter participado da banca de qualificação. E ao Professor Carlos Lima por ter aceitado o convite para compor a banca final.

O Professor Benito Schmidt ministrou instigantes aulas, nas quais, mais do que aprender sobre História, tive grandes lições sobre a prática docente e sua humanização. Além disso, agradeço ao Professor Benito por ter aceitado o remanejamento de verbas do PROCAD, fato que viabilizou o financiamento que tive para o período de pesquisa no Rio. Ao Professor Eduardo Neumann, agradeço pelo ótimo curso sobre Populações Indígenas na América, pelo intercâmbio de documentos e por sua solicitude em sanar algumas dúvidas que tive ao longo da pesquisa. A Professora Vânia Maria Losada Moreira, além de ter aceitado ser minha tutora no PROCAD, foi extremamente gentil ao me receber em sua casa para dialogar sobre a pesquisa e ao me enviar seus textos. Sou grato ao Professor Paulo Moreira por ter aberto a possibilidade para que eu pudesse participar como ouvinte de uma de suas disciplinas no PPGH da UNISINOS, e pelos ótimos churrascos que “filei” em sua casa.

Não teria espaço nesta dissertação para enumerar por tudo que sou grato ao grande “Mestre” Luís Augusto Farinatti. Assim, expressei agradecimentos específicos: por sua participação da banca de defesa desta pesquisa, por sua amizade, pelas fantásticas tardes de *Gigante da Beira-Rio*, que foram possíveis graças ao *Passaporte da Alegria*, e por estar sempre me ajudando a *olhar o mar da História*. Agradeço também a querida Professora Nikelen Witter por sua amizade e incentivo desde a graduação.

Jonas “Brother” Vargas, o “Índio” Max Ribeiro “Inhãnduvy”, André “Piruca” Corrêa e o “Portuga” Marcelo Matheus são daqueles amigos que a vida nos presenteia. Sou grato pelas constantes ajudas acadêmicas e, principalmente, por suas amizades. Mais do que um grande amigo, Jonas “Brother” é uma de minhas referências como estudioso em História. O “Índio” Max foi o grande parceiro no mestrado e na morada etílica da Cidade Baixa. Ao “Piruca” sou grato pela afinada amizade desde o meu primeiro dia de graduação. Ao “Portuga” Marcelo Matheus, vulgo “Conde de Vera Cruz”, também seria muito difícil especificar por tudo aquilo que lhe agradeço. Desde os tempos da graduação foram muitas caronas, jantas e almoços no RU do Shopping DC Navegantes, pousos em Porto Alegre, mais recentemente, no Rio (aqui, é preciso agradecer também a Clarissa que pacientemente

suportou uma visita que nunca se despedia), viagens pela Campanha sul rio-grandense, conversas sobre futebol, política, História, etc. Sua generosidade não parou por aí, o “Conde” fez excelente leitura crítica deste estudo, ajudando a qualificá-lo. Não posso deixar de lembrar que Dona Maria de Lourdes (mãe do “Conde”) sempre foi generosa e acolhedora. Agradeço também ao colega de mestrado e amigo Luciano Costa Gomes pelo intercâmbio de ideias.

Para fora do círculo acadêmico, preciso agradecer ao senhor Fernando O’donnell pela gentileza de ter me recebido em sua residência, pelas ótimas conversas e por ter me disponibilizado documentos do seu acervo pessoal. Ao querido amigo Jorge Retamoso sou grato pela *confiança*, sem ela a empreitada do mestrado não teria ocorrido no apartamento etílico da Cidade Baixa.

Tiago, ou melhor, *Tatau* (meu primo-irmão) e Flávia, a dodivanas *Louca do Bar*, (minha amiga-irmã) são meus eternos parceiros de boemia, que por diversas vezes se tornou um saudável refúgio da vida acadêmica. Rogério *Rogeriver* de Santis e Eduardo *Cavalinho* Hemann são outros irmãos que tive a sorte de receber nesta vida. Além de muitos anos de amizade, Rogério prestou-me inestimáveis auxílios em Porto Alegre. Eduardo também me prestou preciosos favores, que foram desde socorros com a informática até ir me resgatar em Porto Alegre. Além disso, de tão amigo, ele acabou tendo que me incluir na família. Assim, vieram de bônus Dona Margarete, Paulão, que tão bem me acolhem, e Taís, que simplesmente é meu grande amor.

Taís merece um parágrafo só dela nesses agradecimentos. Ela participou de todos os minutos desta empreitada, desde os tempos da graduação, quando tudo parecia tão longínquo e incerto, até aqui. Tornou-se integrante da pesquisa quando foi fotografar inventários comigo no APERS. Suportou a distância, a ausência e, o pior, pacientemente, me ouviu falar horas e horas, por todos esses anos, dos avanços e retrocessos desta investigação. Seu amor, carinho, apoio e incentivo foram fundamentais em todo esse processo. Como já inúmeras vezes te disse, minha *Florzinha*: amar-te, me faz querer ser uma pessoa melhor.

Meu mano, Gustavo, e sua Daiane também foram companheiros de várias jornadas esportivas memoráveis no *Gigante da Beira Rio*, e sempre me receberam maravilhosamente bem em sua casa em Caxias do Sul. Na Serra, contei também com a hospitalidade e a amizade de Dona Enizinha e seu Oremi (pais de Daiane), amigos especiais a quem também agradeço.

Com tantas coisas já ditas, o que dizer aos meus pais. Queria, neste momento, só por um minuto, ter a genialidade de Camões, Shakespeare e Guimarães Rosa, e, assim, inventar palavras que fossem além dos agradecimentos convencionais, palavras que pudessem expressar o quanto vocês são extremamente importantes para mim. Pai e *Mamma*, um muito obrigado seria pouco, mas infinitos deles também seriam. Simplesmente não consigo encontrar uma maneira para agradecer-lhes. Sendo assim, acredito que a melhor forma de expressar o meu agradecimento a vocês é dizendo que não há palavras para descrever o quanto lhes sou grato. Amo muito vocês.

Leandro Goya Fontella
São Borja (RS), julho de 2013.

RESUMO

A composição econômico-produtiva, social e da força de trabalho numa área de abastecimento do mercado interno no sul do Brasil, entre 1828 e 1858, constituem-se como os eixos analíticos desta dissertação. A pesquisa desenvolveu-se, principalmente, por meio do exame serial-quantitativo de inventários *post-mortem* e de registros de batismos. A distribuição desigual dos recursos e a diversidade produtiva, social e nos arranjos laborais marcaram as experiências dos atores sociais. O universo agrário caracterizou-se pelo predomínio de estabelecimentos onde desenvolviam-se diversos processos produtivos: pecuária bovina, muar e agricultura. Os produtos oriundos destas atividades abasteciam os circuitos comerciais que passavam pela região. Além dos povoadores luso-brasileiros, a presença de guaranis e mestiços foi significativa, muitos não se evadiram, conseguindo inserir-se em esferas da sociedade envolvente. A população escrava era predominantemente crioula devido à reprodução natural. O trabalho familiar, o assalariado e o sistema de produção em comunidades dos guaranis compuseram a dinâmica econômico-produtiva de tal área. Num contexto marcado pelas frequentes contendas bélicas e pela oferta instável de trabalhadores livres, o trabalho escravo esteve disseminado pelo tecido social, desfrutando de ampla legitimidade por todos os estratos econômicos, e configurando-se como a forma de mão-de-obra estável mais segura e funcional para os produtores.

Palavras-chave: região das Missões; estrutura agropastoril; escravidão; formas de trabalho livre; guaranis.

ABSTRACT

The economic-productive, social and workforce union at a supply area of Brazil's south internal market, between 1828 and 1858, are established as the analytical axes of this dissertation. The research was mainly developed through quantitative and sequential exam of *post-mortem* inventories and baptism records. The unequal resource distribution and productive, social and working arrangement diversity delimited the social actors experience. The agricultural universe was characterized by establishment preponderance where there was developed a lot of productive processes: cattle raising, mules and agriculture. The products arising from these activities provided the commercial circuits that passed by the region. Besides the luso-brazilian colonizers, the presence of guaranis and mixed races was meaningful. Many didn't evade and were able to introduce themselves in circles of the surrounding society. The slave population were predominantly creole due to natural reproduction. The family work, wage-earner and the production system in guarani communities composed the economic-productive dynamics of such area. In a context marked by frequent military conflicts and by the instable offer of free workers, the slave work have been disseminated through social fabric, delighting ample legitimacy by all the economic layers and configuring as the most safe and functional form of stable workmanship for the producers.

Keywords: Missões's region; cattle raising and agriculture structure; slavery; free labour forms; guaranis.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADU – Arquivo da Diocese de Uruguaiana

ACDSM – Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria

AHRS – Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

FEE – Fundação de Economia e Estatística

SMBN – Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização aproximada do Espaço Oriental Missioneiro	30
Mapa 2 – Divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1833 – 1859)	34
Mapa 3 – Divisão municipal da Vila São Borja e Vila de Alegrete (1833 – 1859).....	35
Mapa 4 - Relevo do Rio Grande de São Pedro	36
Mapa 5 – Bacia hidrográfica do Prata.....	93
Mapa 6 – Principais rios do Rio Grande do Sul	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição do patrimônio produtivo (Vila de São Borja, 1828 - 1858)	38
Quadro 2 – Participação dos tipos de animais no rebanho total (Vila de São Borja, 1828 - 1858)	45
Quadro 3 – Proporção do valor do gado bovino em relação ao valor do rebanho total (Vila de São Borja, 1828 - 1858)	47
Quadro 4 – Presença dos diferentes tipos de atividades produtivas nos inventários <i>post-mortem</i> (Vila de São Borja, 1828 – 1858)	90
Quadro 5 – População da Província de Missões (1814)	110
Quadro 6 – População guarani dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai nas três primeiras décadas do século XIX	150
Quadro 7 – Estrutura de posse de escravos da Vila de São Borja	179
Quadro 8 – Estrutura de posse de escravos segundo o sexo (Vila de São Borja)	184
Quadro 9 – Estrutura de posse de escravos segundo a procedência (Vila de São Borja)	188
Quadro 10 – Estimativa de posse de escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1829 - 1837)	196
Quadro 11 – Estimativa de posse de escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1845 - 1859)	196
Quadro 12 – Composição do patrimônio produtivo por dimensão do rebanho bovino (Matriz de São Francisco de Borja, 1828 - 1858)	198
Quadro 13 – Trabalhadores Livres e Escravos nas Oficinas de São Borja (1858)	206
Quadro 14 – Ocupação dos escravos em idade produtiva inventariados na Vila de São Borja (1828 – 1850)	209
Quadro 15 – Número de estâncias, rebanho bovino, capatazes, peões livres e peões escravos em cinco municípios da Província do Rio Grande de São Pedro (1858)	210
Quadro 16 – Relação de despesas que fez o inventariante, Lourenço Antônio Rodrigues, com peões (1834)	228
Quadro 17 – Relação de despesas feita com peões com o espólio de Antônio Castanho de Araújo (1836)	230
Quadro 18 – Relação de despesas feita com peões com o espólio de Tomás José de Souza e Bernardina Pereira (1844)	231
Quadro 19 – Relação de despesas feita na Fazenda de São José com peões para marcações e capação (1839 a 1844)	233
Quadro 20 – Presença dos diferentes tipos de atividades produtivas nos inventários <i>post-mortem</i> de produtores sem reses e com até 100 reses (Vila de São Borja, 1828 – 1858)	238
Quadro 21 – População Guarani dos Sete Povos das Missões brasileiras (1827)	248
Quadro 22 – Terras de criar e rebanhos dos Sete Povos das Missões brasileiras (1827)	249
Quadro 23 – Gado e terras “usurpadas” dos Sete Povos das Missões brasileiras (1827)	254

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos rebanhos de gados da Vila de São Borja (1856).....	44
Tabela 2 – Distribuição do rebanho bovino entre os produtores (Vila de São Borja, 1828 - 1858).....	54
Tabela 3 – População livre da Vila de São Borja em 1846	112
Tabela 4 – Número de fogos na Vila de São Borja em 1845	113
Tabela 5 – Média de pessoas livres por fogo na Vila de São Borja (1845 – 1846).....	114
Tabela 6 – População da Vila de São Borja segundo a condição jurídica (1858)	117
Tabela 7 – Média de pessoas livres por fogo na Vila de São Borja (1858).....	118
Tabela 8 – População escrava da Vila de São Borja segundo o sexo (1858)	118
Tabela 9 – Proporção dos criadores de gado <i>vacum</i> que possuíam escravos (Vila de São Borja, 1828 – 1858).....	173
Tabela 10 – Distribuição do rebanho de gado <i>vacum</i> na Vila de São Borja (1857)	214
Tabela 11 – Estrutura de posse de escravos campeiros (Vila de São Borja, 1857)	219
Tabela 12 – Estrutura de posse de escravos campeiros (Santa Maria da Boca do Monte, 1857)	219

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número médio de animais <i>vacum</i> por inventário (Vila de São Borja, 1828 - 1858)	48
Figura 2 – Participação dos criadores de acordo com a dimensão do rebanho (Vila de São Borja, 1828 – 1858)	57
Figura 3 – Concentração do gado de acordo com a dimensão do rebanho (Vila de São Borja, 1828 – 1858)	60
Figura 4 – Presença do gado muar nos inventários (Vila de São Borja, 1828 – 1858).....	68
Figura 5 – Presença de produção muar de acordo com a envergadura do rebanho bovino (Vila de São Borja, 1828 – 1858)	69
Figura 6 – Frequência da coexistência de produção <i>vacum</i> e muar de acordo com a envergadura do rebanho bovino (Vila de São Borja, 1828 – 1858)	72
Figura 7 – Diagrama das dimensões das pecuárias <i>vacum</i> e muar em distintas regiões do Rio Grande de São Pedro no século XIX.....	75
Figura 8 – Frequência dos meios de produção agrícolas nos inventários <i>post-mortem</i> (%) (Vila de São Borja, 1828 – 1858)	83
Figura 9 – Frequência dos meios de produção agrícolas nos inventários <i>post-mortem</i> ao longo do tempo (Vila de São Borja, 1828 – 1858).....	85
Figura 10 – Presença de produção agrícola segundo a envergadura dos criadores de gado <i>vacum</i> (Vila de São Borja, 1828 – 1858).....	87
Figura 11 – Frequência de produção agrícola no universo de criadores de gado <i>vacum</i> segundo a suas respectivas envergaduras (Vila de São Borja, 1828 – 1858).....	88
Figura 12 – Faixa etária da população escrava da Vila de São Borja (1858).....	119
Figura 13 – Faixa etária da população livre da Vila de São Borja (1858)	120
Figura 14 – Distribuição dos assentos de batismos segundo a condição jurídica dos batizados (Matriz de São Francisco de Borja, 1829-37 e 1845-59).....	124
Figura 15 – Frequência dos batismos de escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1829-1837)...	125
Figura 16 – Frequência dos batismos de escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1845-59).....	126
Figura 17 – Distribuição dos assentos de batismos segundo a procedência dos escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1829-37 e 1845-59).....	127
Figura 18 – Procedência dos escravos inventariados na Vila de São Borja	129
Figura 19 – Proporção de escravos africanos adultos e idosos no conjunto da população escrava inventariada (Vila de São Borja, 1828 –1858)	130
Figura 20 – Proporção de escravos crioulos adultos e idosos no conjunto da população escrava inventariada (Vila de São Borja, 1828 –1858)	131
Figura 21 – Razão de masculinidade da população escrava inventariada (Vila de São Borja, 1828 – 1858)	132

Figura 22 – Proporção de escravos africanos inventariados (Vila de São Borja, 1828 –1858).....	134
Figura 23 – Frequência de batismos de escravos africanos (Matriz de São Francisco de Borja e Capela de Nossa Senhora de Alegrete, 1829 –1837).....	136
Figura 24 – Distribuição dos batizados de escravos africanos de acordo a idade dos batizados (Matriz de São Francisco de Borja e Capela de Nossa Senhora de Alegrete, 1829 – 1837)	140
Figura 25 – Distribuição dos assentos de batismos da população livre segundo a cor de pele e/ou procedência dos batizados (1829 – 1837)	148
Figura 26 – Distribuição dos batizados dos filhos e apadrinhamentos do Sargento Hilário Aray (Matriz de São Francisco de Borja, 1830 – 1846).....	155
Figura 27 – Presença de escravos de acordo com a dimensão do rebanho bovino (Vila de São Borja, 1828 – 1858).....	172
Figura 28 – Acesso ao trabalho escravo de acordo com a envergadura dos criadores (Vila de São Borja e Santa Maria da Boca do Monte, 1857).....	217
Figura 29 – Tipo da mão-de-obra empregada na criação de acordo com a envergadura do criador (Vila de São Borja, 1857)	225
Figura 30 – Administração da faina pastoril de acordo com envergadura do criador (Vila de São Borja, 1857)	235

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 <i>UM MUNDO DE ESPERANÇAS</i>	26
1.1 De Província de Missões a Vila de São Borja: o território e a jurisdição política	28
1.2 Bumba meus bois: a pecuária bovina na região das Missões	37
1.3 As mulas com cabeça: a pecuária muar na região das Missões	63
1.4 Gado aqui, ali e acolá: um breve quadro comparativo das pecuárias bovina e muar na fronteira oeste e planalto do Rio Grande de São Pedro	74
1.5 Em se plantando, tudo dá: a atividade agrícola na região das Missões	77
1.6 Um rio chamado Uruguai: dinamismo comercial na fronteira-oeste sul rio-grandense.....	91
Considerações Parciais	103
CAPÍTULO 2 <i>AS GENTES DO ESPAÇO MISSIONEIRO</i>	107
2.1 As estatísticas populacionais do século XIX: problematizações e lacunas	109
2.2 Braços cativos no espaço missioneiro: população escrava e reprodução natural	121
2.3 <i>Malungu[inho]s</i> nas pias batismais da fronteira oeste sul rio-grandense	133
2.4 Troncos missioneiros: guaranis em meados do Oitocentos na região das Missões	145
Considerações Parciais	161
CAPÍTULO 3 <i>MUITAS MÃOS À OBRA</i>	164
3.1 Muitos senhores de escravos	168
3.2 Estrutura de posse de escravos com inventários post-mortem	178
3.3 Estimativa de estrutura de posse de escravos com registros de batismos	193
3.4 Mãos escravas à obra	200
3.5 Mãos livres à obra	224
3.6 Mãos guaranis à obra	240
Considerações Parciais	260
CONSIDERAÇÕES FINAIS	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	272

INTRODUÇÃO

‘Quê! São essas as famosas Missões?... Os edifícios inimitáveis, o gigantesco, o grandioso, os pianos admiráveis, os *pueblos*, enfim, de que você tanto nos falava?... Que o diabo os carregue, a você e aos jesuítas’.

Era assim que me apostrofavam os meus fiéis companheiros, irritados porque, baseado no testamento de Charlevoix, de Funes e dos velhos cronistas espanhóis, eu lhes tinha feito uma descrição pouco fiel, mas pomposa, das Missões do Uruguai (ISABELLE, 2006 p. 195).

Com essas palavras, Arsène Isabelle começou seus relatos sobre a região das Missões no fim do ano de 1833. Nesta passagem, o viajante francês descrevia a estarrecedora decepção que tiveram seus companheiros de viagens ao se deparar com o estado de degradação em que achava-se, no povoado de São Francisco de Borja, o patrimônio que havia sido levantado pelos guaranis missioneiros e pelos padres inicianos entre fins do século XVII e meados do século XVIII. Em outros trechos, Isabelle relatou em mais detalhes a situação dos prédios que outrora haviam abrigado guaranis e jesuítas:

as autoridades e os principais comerciantes ocupam as antigas habitações dos índios; o comandante militar está instalado no colégio; o hospital, as lojas e oficinas *estão em ruínas*, e os habitantes, em vez de pensarem em reconstituí-los, tiram os materiais para empregá-los em construções novas (2006, p. 196) [*grifos nossos*].

Sobre a igreja, o viajante fez esta anotação:

hesitamos algum tempo, antes de visitarmos a igreja, porque temíamos que seu teto desabasse de um momento para outro. Cada vez que o vento sopra, desprendem-se do alto enormes vigas que, rolando com estrondo, sacodem o resto do antigo edifício, cuja forma é um quadrado longo sem corpo lateral nem campanário (2006, p. 197).

Poucos anos mais tarde, Fernandes Braga, presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, expunha em seu relatório de 20 de abril de 1835 que, “além das estâncias, e mais terras, há nos Sete Povos grandes e diferentes edifícios que *estão caindo em ruínas* por falta

de tratamento”.¹ O aspecto de decadência do patrimônio missioneiro já havia sido notado por Auguste de Saint-Hilaire mais de dez anos antes da passagem de Isabelle pela região. Em diversos trechos o naturalista francês relatou tal circunstância. Ao chegar à Vila de São Borja, o viajante escreveu o seguinte: “o que me impressionou, ao entrar na aldeia, foi, por um lado, o estado de decadência e abandono a que está reduzida” ([1821] 2002, p. 270). Em cada um dos sete povos pelo qual passou, o naturalista relatava o estado de dilapidação do patrimônio missioneiro, segundo ele:

São Nicolau já tinha caído em deplorável estado de decadência quando os gaúchos aí entraram, em abril de 1819, e acabaram de destruí-la. Pilharam as casas, arrombaram-lhes as portas e abriram buracos nas paredes para apontarem seus fuzis nos momentos de luta. [...]. A igreja não está em tão mal estado como a de São Borja; contudo a abóbada e as colunas caem em ruínas. As construções do curralão² já se acham quase destruídas;” ([1821] 2002, p. 300).

Em São Lourenço, conforme as palavras do viajante “o convento se apresenta[va] bem conservado, mas o resto se acha[va] em ruínas. O curralão caiu inteiramente; afora a praça, apenas um pedaço de rua e mesmo a metade de um dos lados da praça está destruída” ([1821] 2002, p. 307). Ao visitar São Miguel, relatou que:

o curralão está em bom estado. A casa do cabildo³ necessita de reparos, mas existe ainda. A igreja, construída pelos jesuítas, inteiramente de pedra, possui uma torre que servia de campanário, mas há vários anos uma tormenta caiu sobre o telhado, destruindo-o completamente ([1821] 2002, p. 309).

¹ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro Fernandes Braga, 20 de abril de 1835. Disponível em < http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1835_00001.pdf>. Acesso em 18 de out. de 2013. Somos gratos ao colega historiador Marcelo Matheus pela indicação deste documento.

² “No mesmo alinhamento do convento existem outras edificações que cercam também um pátio retangular. Ao fundo desse pátio estão construções diante das quais se destaca uma galeria. Os outros lados são simplesmente formados por ampla galeria sustentada por três fileiras de postes. *Esse pátio e as construções que o circundam têm o nome de curralão*. Era aí que trabalhavam, no tempo dos jesuítas, os operários de diferentes ofícios e onde hoje trabalham, por conta do Rei, os poucos artífices que ainda restam” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 275-276) [*grifos nossos*].

³ “O cabildo missioneiro era uma espécie de conselho em que os índios, através de seus corregedores, faziam sua representação política no mundo colonial. Ele era, basicamente, uma imitação do sistema administrativo colonial o qual era responsável pelo governo das cidades na América Espanhola. Como demonstra Guillermo Wilde (2009), esta instituição se preservou entre os índios mesmo depois da expulsão dos jesuítas de todas as colônias espanholas em 1768. [...] o cabildo missioneiro foi uma estrutura política e social sobrevivente após a conquista luso-brasileira” (RIBEIRO, 2013, p.32; 35).

O verificado em Santo Ângelo não foi muito diferente, neste povo, “a igreja, o curralão, e mesmo o convento caem em ruínas, e, das numerosas casas, apenas seis estão habitáveis” ([1821] 2002, p. 314).

Mas, Auguste de Saint-Hilaire não fez referência apenas às construções do período reducional, ele também nos legou preciosas informações sobre o universo agrário daquela região. Ao passar pela estância de Tupaceretã, anotou que: “a estância onde paramos pertence, como já havia dito, à aldeia de São Lourenço; uma capelinha meio em ruínas e um par de choupanas em péssimo estado compõem todo o cenário. O gado foi inteiramente dizimado” (p. 322). De maneira ainda mais ampla, noutra passagem de seus relatos o naturalista colocou que “[...] depois que os portugueses se assenhorearam da Província das Missões, ela se empobrece mais a cada ano, e sua população diminui de maneira espantosa” ([1821] 2002, p. 272).

Os testemunhos de Saint-Hilaire e Isabelle nos informam sobre o processo de deterioração pelo qual estava passando o patrimônio dos índios guaranis, fato que refletia em suas formas de organização social e de produção. Saudosistas do processo reducional, os viajantes pareciam não perceber que um novo modo de organização social e novas formas de relações produtivas estavam estabelecendo-se naquele espaço. As Missões com a sua organização social e seu sistema de produção em comunidades estava sucumbindo frente ao avanço da colonização luso-brasileira.

A região que outrora abrigava as reduções jesuítico-guaranis com seu sistema de produção comunitário passou, ao longo da primeira metade do século XIX, a fazer parte de um império escravista. A maioria dos novos povoadores não estava comprometida com a preservação do patrimônio missionário, mas sim em assegurar a posse daquela região aos domínios luso-brasileiros, e em estabelecer suas unidades produtivas. É sobre boa parte deste processo histórico, que gerou profundas transformações na estrutura agrária e sócio-produtiva da região das Missões, que este estudo trata. Processo que, em outras palavras, ensejou a construção de um outro mundo *sobre as ruínas dos Sete Povos*.

* * *

O núcleo temporal de nossa análise se deu entre os anos de 1828 e 1858. A baliza inicial coincide com o último ano da Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), momento em que as fronteiras políticas do Império do Brasil na região platina praticamente tomaram suas formas definitivas, possibilitando a consolidação da ocupação brasileira em tal espaço. A partir dali,

iniciou-se um período para o consistente povoamento, instalação de vilas e da matriz produtiva agropastoril escravista. O marco final foi definido pelas transformações administrativas que alteraram significativamente a área sob jurisdição da Vila de São Borja. Entre 1858 e 1859, o distrito de São Patrício de Itaquí foi elevado à condição de Vila (ver mapa 3). A perda deste extenso território ao sul ensejou significativas mudanças nas esferas administrativas e, por consequência, na produção de registros da vida cotidiana da população que ali residia. Para estender o período para além do fim da década de 1850, teríamos que prospectar fontes em outros bancos documentais. Assim, decidimos por estabelecer o ano de 1858 como o limite final de nosso recorte de tempo.

A base empírica principal, composta por inventários *post-mortem* e os registros paroquiais de batismos, está compreendida dentro deste intervalo de tempo. Contudo, no intuito de reforçarmos as argumentações tecidas, eventualmente, recorreremos a pertinentes documentos que extrapolam o período nuclear. As análises foram, sempre que possível, amparadas com documentos que contam com informações qualitativas como os preciosos relatos dos viajantes, ações judiciais, dados contidos nos próprios inventários, etc. No entanto, o estudo se fundamenta, principalmente, no tratamento intensivo e sistemático dos inventários e assentos de batismos a partir dos pressupostos da História Serial.

A História Serial tomou seus contornos teórico-metodológicos mais sofisticados na segunda fase do Movimento dos Annales⁴ – entre os anos 1946 e 1969 – com Ernest Labrousse e seus discípulos, em especial, François Furet e Adeline Daumard. A partir de então a História Serial adquiriu contornos mais específicos com a elaboração de uma matriz metodológica rigorosa que para além da História Econômica foi aplicada em outros campos da disciplina histórica como, por exemplo, a História das Mentalidades. Neste estudo, entre outras coisas, buscamos por meio do arcabouço metodológico da História Serial analisar a estrutura produtiva da região das Missões e a composição social da força de trabalho que a animava. Para José D’Assunção Barros, “a História Serial foi de fato um campo que se abriu como nova ‘oportunidade de saber’ a partir de uma estreita parceria com a História Econômica, e que daí se estendeu à História Demográfica e à História Social no sentido restrito [...]” (2012, p. 206) [*grifos do autor*].

No caso do entrelaçamento específico entre História Serial e História Social, foi no “X Congresso Internacional de Ciências Históricas (Roma, 1955) [que] Ernest Labrousse lançou as bases do que seria uma história social quantificada, embora limitando-se a um de seus

⁴ Sobre o Movimento dos Annales, ver: BURKE (1991); DOSSE (1992); REIS (2000).

aspectos – fundamental, certamente – o da história da burguesia ocidental entre 1700 e 1850” (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 358). Nas duas décadas seguintes, o progressivo aprimoramento metodológico produziu um enorme entusiasmo entre os historiadores pela História Social com viés serial-quantitativo, sobretudo na França (MATTOS, 1997).

Neste período, tal aparato metodológico atingiu o auge do seu prestígio. Ao longo dele, executaram-se os enormes empreendimentos de investigação, os quais reuniam muitos pesquisadores para o levantamento das fontes nos arquivos e para o tratamento de quantificação e serialização dos dados. De acordo com seus objetos de pesquisa, estes projetos tinham por objetivo realizar densas pesquisas empíricas que esgotassem certa temática e/ou que cobrissem vastas áreas territoriais. Além dos historiadores já mencionados (Labrousse, Furet e Daumard), destacamos ainda que pesquisadores como Louis Henry, Pierre Chaunu, Pierre Goubert, Michel Vovelle e, o maior expoente da segunda fase dos Annales, Fernand Braudel estiveram inseridos nestes grandes empreendimentos de pesquisa e, conseqüentemente, produziram importantes estudos nas mais diferentes abordagens históricas que assumiram os pressupostos da História Serial. Para além da História Social, a perspectiva serial, em seu apogeu, se tornou hegemônica em outras modalidades históricas como a História Econômica, a Demográfica e das Mentalidades.

Entretanto, os questionamentos sobre as fragilidades teórico-metodológicas não tardaram a aparecer. Segundo Hebe Mattos, “apesar dos expressivos resultados, a quantificação corria o risco de transformar-se em panaceia. O reconhecimento de seus limites metodológicos e teóricos está na base da evolução da disciplina nas décadas de 1970 e 1980” (1997, p. 83). A crise dos grandes paradigmas estruturalistas – matrizes marxistas, braudelianas e funcionalistas – desencadeou-se, por consequência, sobre a História Social de base serial-quantitativa. A principal crítica recaiu sobre a incapacidade que os estudos que se utilizavam quase exclusivamente de dados agregados tinham de contemplar em suas análises a esfera das experiências humanas e, por conseguinte, os diferentes graus de autonomia da ação humana frente aos condicionantes estruturais de cada organização social. Mesmo antes da eclosão da crise dos estruturalismos, diversas foram as vertentes historiográficas que se dedicaram a História Social privilegiando enfoques socioculturais em detrimento dos socioeconômicos. Dentre elas, em sentido amplo, destacam-se: na França, a *História dos Costumes* de Andre Burguiere; na tradição marxista britânica de História Social do Trabalho, a *História vista de baixo* de Edward Palmer Thompson; as vertentes historiográficas que apoiaram-se em distintos arcabouços teórico-metodológicos como da Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz, com a utilização da técnica intitulada de *Descrição Densa*, e

do amplo campo que se convencionou a chamar de pós-estruturalismo, surgido a partir da influência original de Michel Foucault; e, por fim, a corrente intitulada de *Micro-História*.⁵

A perspectiva de trabalhar com as técnicas seriais-quantitativas não nos impede de contemplar, também, expedientes microanalíticos. A redução da escala de análise, por exemplo, abre a possibilidade de promover a agregação de dados em menores níveis. Nesse sentido, Hebe Mattos coloca que “uma redução da escala de abordagem é comum à maioria das pesquisas recentes em historia social” (1997, p. 88). Para além disso, nos inspiramos na proposta da Micro-História italiana de elaborar uma problemática geral e promover a experimentação em um contexto específico, com a consequente formulação de conclusões contextualizadas deste problema, mas que sejam passíveis de comparações e, talvez, de generalizações. Segundo Giovanni Levi, “aquilo que o historiador deve generalizar são as perguntas, que podem ser colocadas em contextos de temporalidades e espacialidades diferentes, deixando às situações singulares a sua especificidade irrepetível” (2009, p. 16).

Nesta dissertação, a análise circunscrita sobre a estrutura produtiva e escravista de uma região pastoril não exportadora (localizada na periferia meridional do território imperial do Brasil) busca dialogar com dois problemas centrais para o processo histórico brasileiro, a saber: a importância das regiões de economias de abastecimento do mercado interno para a dinâmica socioeconômica do Império, assim como, a legitimidade social do sistema escravista em tais espaços. A hipótese central a ser averiguada diz respeito à diversidade existente nas esferas econômico-produtiva, social e nas relações de trabalho. Diferentemente da versão historiográfica consagrada que cunhou uma imagem de uma área não escravista, agudamente pauperizada, isolada dos circuitos comerciais dinâmicos (CARDOSO, [1962] 2003; [1963] 1989), entendemos que a estrutura econômica da região esteve ligada a distintos circuitos comerciais dinâmicos, e se caracterizou pela diversificação dos processos produtivos, os quais foram animados por diversas formas de trabalho, inclusive, pela presença significativa da mão-de-obra cativa. Nesse sentido, duas questões principais orientaram nossa investigação. A primeira: como se constituiu a matriz produtiva da região das Missões no que diz respeito aos processos produtivos desenvolvidos e a distribuição dos recursos de produção pela malha social? A segunda: de que forma se estruturou o universo laboral, composto por mão-de-obra escrava e diversas modalidades de trabalho livre, nesta matriz produtiva?

Para respondermos estas questões e, conseqüentemente, averiguarmos em escala reduzida o problema geral de pesquisa, recorreremos, sobretudo, ao método serial.⁶ Se na

⁵ Para um balanço historiográfico sobre estas distintas correntes historiográficas, ver: MATTOS (1997, p. 83 – 90).

Europa, a História Serial entrava em crise junto com o esgotamento dos grandes paradigmas estruturalistas nos anos 1970 e 1980, no contexto da historiografia brasileira tal abordagem faria “[...] sucesso durante toda a década de 1980, ou mesmo durante a década de 1990, [...]. Depois, também declina, ou ao menos perde a centralidade que antes tivera em certos domínios historiográficos” (BARROS, 2012, p. 214). Sem dúvida, o prolongamento deste sucesso na historiografia brasileira se deve em boa parte ao núcleo historiográfico sobre a História Agrária fluminense, surgido em fins dos anos 1970 e tendo como principal referência a História Social à francesa oriunda do movimento dos *Annales*. Entre outras coisas, os estudos ligados a esta corrente vieram a demonstrar a importância e o dinamismo das produções voltadas ao mercado interno, a disseminação das relações escravistas para muito além das atividades produtivas destinadas à exportação, a diversidade dos grupos sociais externos as áreas de *plantations* e a reprodução de uma hierarquia social em contextos históricos diversos.⁷ Através da utilização intensiva de uma gama variada de fontes primárias (inventários *post-mortem*, registros paroquiais, processos-crime, etc.), essas pesquisas mostraram as possibilidades e a riqueza da prática da História Social de enfoque regional, mas que se propõe a debater questões gerais (FARINATTI, [2007] 2010a).

Em se tratando da historiografia que aborda o processo histórico sul rio-grandense, desde fins dos anos 1980, alguns historiadores têm sido influenciados pela História Agrária Fluminense.⁸ No caso dos períodos colonial e monárquico, os novos expedientes metodológicos oriundos da História Serial e da História Agrária levaram os historiadores a uma interessante investida sobre os acervos documentais espalhados pelo país, e também no exterior, com destaque para os arquivos ibéricos.

Assim, a partir dos recursos disponibilizados principalmente pela história agrária, autores como Paulo A. Zarth ([1988] 1997; [1994] 2002) e Helen Osório ([1999] 2007), por meio do exame sistemático de uma série diversificada de documentos, deram início a uma série de estudos que vem redefinindo a imagem do universo agrário do Rio Grande de São Pedro. Portanto, a partir dos estudos precursores de Zarth e Osório, o agro sul rio-grandense –

⁶ Sobre a conjugação das premissas do método serial e da micro-história social italiana ver: FRAGOSO (2002; 2010) e MATHEUS; FONTELLA (2012).

⁷ Dentre os mais representativos trabalhos dessa vertente historiográfica destacam-se: MATTOS, ([1987] 2009; 1995); FRAGOSO (1992); TEIXEIRA DA SILVA (1981); FARIA (1986; 1998); MUNIZ (1979); GRANER (1985); MOTTA (1989). Para um ótimo exame a respeito da produção historiográfica em História Agrária sobre o processo histórico brasileiro e suas bases teóricas e metodológicas ver LINHARES (1997).

⁸ Destacamos: ZARTH ([1988] 1997; [1994] 2002); OSÓRIO ([1999] 2007); FARINATTI ([2007] 2010a). Não faremos uma análise historiográfica das obras destes autores, pois ao longo do capítulo estabeleceremos um constante diálogo com elas.

antes tido como um ambiente dividido entre poucos grandes estancieiros-chefes militares, donos de rebanhos bovinos que se contavam aos milhares, e um enorme contingente de peões livres que esporadicamente dividiam espaço com poucos escravos de ascendência africana – passou a ser considerado como um espaço geográfico, socioeconômico e cultural significativamente diversificado, pelo qual transcorreu um complexo processo histórico que deve ser adequadamente analisado. No rumo indicado por esses trabalhos, Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010a) percebeu que não havia sido realizado nenhum trabalho de fôlego de História Social e Agrária sobre a região da Campanha sul rio-grandense ao longo do século XIX. A tese de Osório versara sobre todo o Rio Grande de São Pedro no período colonial, enquanto que o trabalho de Zarth sobre o Planalto focou o norte do Rio Grande de São Pedro no século XIX. Já em *Do Arcaico ao Moderno*, mesmo que tenha se utilizado do município de Bagé para examinar a Campanha, comparativamente aos municípios de outras regiões (Missões, Litoral, Planalto e Região Colonial Alemã), o autor não analisou especificamente esta região.

É importante colocar que Osório e Farinatti foram diretamente influenciados pela produção historiográfica argentina das últimas décadas sobre o espaço agrário rio-platense. Desde meados da década de 1980 um grupo de historiadores argentinos vem produzindo estudos assentados sobre maciça base empírica.⁹ Aqui mais uma vez a referência principal provém do fluxo renovador da Escola dos *Annales*, especificamente no que diz respeito a sua corrente de História Regional – surgida do diálogo com a geografia humana e desenvolvida entre as décadas de 1930 e 1960. Essa nova historiografia platina renovou a visão sobre o universo rural da região do Prata no período colonial e na primeira metade do século XIX. Destacou-se a complexidade da sociedade rio-platense em detrimento de uma visão anterior dualista (estancieiros, de um lado, e *gauchos*, de outro), demonstrou-se a importância da pequena produção familiar, da agricultura e das marcantes diferenças regionais naquele espaço (FARINATTI, [2007] 2010a).

Pesquisadores como Osório e Farinatti encontraram na historiografia sobre a região platina um rico canal de interlocução. Para isso, uma série de semelhanças entre a Região Platina e a Campanha sul rio-grandense foi decisiva: 1) as características geográficas, com predominância de campos e terras planas, e climáticas; 2) o sistema de produção pecuária; 3) a condição de fronteira; 4) o contexto histórico marcado pela repetida instabilidade político-

⁹ Entre outros: GARAVAGLIA (1999; 1993; 1995, p. 79-123); GELMAN (1998; 2000); BARSKY; GELMAN (2001). Para um levantamento historiográfico acerca da historiografia colonial platina (Uruguai e Argentina) ver: OSÓRIO ([1999] 2007, p. 32-37).

institucional gerado pelo frequente estado de guerra; 5) uma composição étnica e socioeconômica diversificada; 6) a reprodução de um conjunto social fortemente hierarquizado. Soma-se a isso, a ampla rede de interação contínua entre o Rio Grande de São Pedro (e, sobretudo, a Campanha sul rio-grandense) e as repúblicas platinas, envolvendo intensa circulação de gente, produtos, exércitos e ideias. Enfim, devido a todas essas aproximações, aqueles historiadores do agro sul rio-grandense perceberam a partir dos trabalhos dos autores platinos as possibilidades teórico-metodológicas e documentais de onde capturar informações a respeito daqueles temas. Os expedientes metodológicos que empregamos nesta pesquisa são bastante semelhantes aos utilizados por estes autores, com os quais estabeleceremos constante diálogo. É preciso ressaltar ainda que este estudo se conecta ainda ao específico debate sobre o trabalho escravo nas regiões agropastoris do Rio Grande de São Pedro. Devido à complexidade do tema, que envolve trabalhos de História Agrária e História Social da Escravidão, deliberadamente, preferimos contextualizar tal discussão historiográfica no decorrer do desenvolvimento de nossa análise sobre o tema.

Enfim, esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, discorremos sobre a estrutura produtiva da região das Missões, verificando quais foram as principais atividades econômicas desenvolvidas e como se deu a distribuição dos bens produtivos pela malha social. No segundo, abordou-se a composição social de tal espaço, dedicando especial atenção às características da população escrava e de ascendência guarani. Por fim, os distintos modos de trabalho que coexistiam e davam vida aos processos produtivos daquela área foram tratados no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 1

UM MUNDO DE ESPERANÇAS

Em texto publicado pela primeira vez no ano de 1963, Fernando Henrique Cardoso, tratando sobre o Rio Grande de São Pedro nas primeiras décadas do século XIX, qualificou as áreas próximas das Missões como um *mundo sem esperanças*. O autor argumentara que

a economia criatória manteve-se no Sul graças à exploração de uma imensa área, realizada por grupos relativamente esparsos e pouco numerosos, deixando à margem ‘zonas pobres’ nas quais a atividade econômica restringia-se à produção para consumo próprio. A descrição que Saint-Hilaire faz da vida dos habitantes do interior rio-grandense e catarinense mostra como fora dos quadros do trabalho de criação muito poucas probabilidades de êxito tinham os que se dedicavam aos labores rústicos. A pouco mais que a produção dos meios necessários à vida restringia-se a atividades dos homens do campo. ([1963] 1989, p. 475-476) [*grifos do autor*].

Integrante da chamada Escola de Sociologia Paulista,¹⁰ no início da década de 1960, Fernando Henrique Cardoso produziu uma importante obra que se tornou referência historiográfica na esfera de análise do sistema escravista no Rio Grande do Sul e no Brasil.¹¹ O foco principal de sua pesquisa foi o sistema escravista erigido na região charqueadora sul rio-grandense. Entre outras coisas, Cardoso desconstruiu as interpretações sobre a *democracia rio-grandense*¹², as quais foram, até a década de 1950, bastante difundidas por uma corrente

¹⁰ Além de Fernando Henrique Cardoso, a escola paulista “agregava estudiosos importantes como Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Otávio Ianni, Celso Furtado, [...]. Muitos desses intelectuais, inspirados em Weber e Marx, buscariam avaliar criticamente o papel da escravidão no desenvolvimento da sociedade brasileira opondo-se, com bastante firmeza, a toda uma produção anterior que defendia a ideia de democracia racial. Aqui a referência obrigatória é Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, no qual a sociedade brasileira era vista como essencialmente benevolente, na medida em que a relação entre escravos e senhores era pautada pelo paternalismo. Preocupados com a definição de tal democracia, esses autores denunciaram a violência do sistema (base do domínio senhorial) e a desigualdade da sociedade brasileira” (XAVIER, 2007, p. 29).

¹¹ Referimos-nos, especificamente, a: CARDOSO, Fernando. H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1962] 2003.

¹² As bases teóricas sobre a *democracia rio-grandense* se remete a obra *A formação do Rio Grande do Sul* de Jorge Salis Goulart publicada originalmente em 1927. Para Salis, o fenômeno social da *democracia rio-grandense* era fruto da conjugação de fatores sociais, raciais e geográficas. O autor defendia que as condições físicas e laborais das atividades pecuárias desenvolvidas nas estâncias, elemento básico da sociedade rio-grandense, haviam possibilitado que estancieiros e peões pudessem ter vivido irmanados (MARTINS, 2011). Salis argumentava que essa realidade havia feito com que se manifestasse entre os rio-grandenses um espírito democrático. Este, por sua vez, teria feito com que escravos e trabalhadores livres pobres vivessem de melhor forma, sem coação e em harmonia e igualdade com os substratos sociais de elite da sociedade sul rio-grandense (XAVIER, 2007).

de historiadores regionalistas.¹³ O autor defendeu que, sobretudo, nas charqueadas o trabalho escravo foi hegemônico e era garantido por meio de um forte aparato coercitivo. Todavia, no que diz respeito à produção pecuária, a qual abastecia as charqueadas, o autor argumenta que a atividade pastoril não era satisfatoriamente rentável a ponto de gerar a reiteração de braços cativos às unidades produtivas. Logo, essa condição se traduziria numa inerente incapacidade da atividade pecuarista sul rio-grandense em manter um regime de trabalho assentado na mão-de-obra escrava.¹⁴

Sobre a citação que, praticamente, abre o capítulo, consideramos que ela resume bem a imagem que por longo tempo ilustrou os livros de História do Rio Grande do Sul, qual seja: de que em zonas externas ao complexo porto-charqueada-campanha, como, por exemplo, a região das Missões, haveria somente uma massa de sujeitos alijada dos processos produtivos dinâmicos, e que a única alternativa que restava a estes desesperançados homens que ali tinham a desventura de habitar era uma vida de pobreza sujeita a simples produção de subsistência. Como o foco da pesquisa de Fernando Henrique Cardoso era a economia escravista charqueadora, para tecer considerações sobre outras regiões do Rio Grande de São Pedro este autor baseou-se quase que exclusivamente nos relatos de contemporâneos, como, por exemplo, os franceses Auguste de Saint-Hilaire, Arsène Isabelle e Nicolau Dreys. Cardoso não procurou relacionar estes relatos com outros tipos de documentos, fato que fragilizou de sobremaneira suas análises. A prospecção de distintas séries documentais tem nos desvendado um cenário que contrasta com aquele elaborado por Fernando Henrique Cardoso no distante ano de 1963.

¹³ Esta vertente historiográfica revestia-se por um forte caráter ensaístico. As interpretações produzidas pelos autores regionalistas estiveram atreladas a uma concepção idealizada do passado sul rio-grandense. Esta idealização sustentava que a população sul rio-grandense era dotada de um espírito republicano, liberal, democrático e antiescravista. Assim sendo, a historiografia regionalista buscou enaltecer o passado do Rio Grande do Sul. Dentre seus inúmeros autores estavam: Joaquim Francisco de Assis Brasil, Arthur Ferreira Filho, Aurélio Porto, Walter Spalding, Sousa Docca, Moysés Velinho e Dante de Laytano. Na introdução de sua tese de doutorado, a historiadora Helen Osório ([1999] 2007, p. 28-30) faz um breve e interessante exame sobre a corrente de historiadores regionalista, considerando também o impacto renovador da obra de Fernando Henrique Cardoso. Por sua vez, com foco nas abordagens sobre o sistema escravista no Rio Grande do Sul, Regina Xavier (2007, p. 12-29) elaborou um ótimo panorama historiográfico, que contempla as interpretações do quadro historiográfico regionalista.

¹⁴ Os dois principais seguidores das teses de Fernando Henrique Cardoso foram Décio Freitas (1979; 1980) e Mário Maestri Filho (1984; 1993; 2002). Em estudo recente, Thiago Leitão de Araújo (2008), tematizando a escravidão na Vila de Cruz Alta, região fronteira e de produção agropecuária, promoveu interessante debate com estes autores e demonstrou que a atividade pastoril sul rio-grandense rendia o suficiente para permitir que os produtores pudessem investir em escravos. Portanto, nesta dissertação, já partimos do pressuposto de que a economia agropecuária no Rio Grande de São Pedro detinha a capacidade econômica de reproduzir o sistema escravista.

É bem verdade que de lá para cá, como expusemos na introdução, diversos estudos em História Social sobre o Brasil colonial e monárquico vêm demonstrando a diversidade social, econômica, produtiva e cultural que compunha a complexa sociedade brasileira daqueles períodos. Neste primeiro capítulo, buscaremos deslindar e analisar a estrutura produtiva desenvolvida no universo agrário da região das Missões entre os anos de 1828 e 1858. Além de destacar os principais processos produtivos praticados, busca-se examinar como se estabeleceu o acesso dos produtores aos distintos bens de produção. Conforme expressaram Cardoso e Brignoli,

a história social tem nos dados econômicos uma indispensável coordenada de referência. Nenhum historiador poderia [...] negar que a estratificação social, a constituição dos grupos humanos, a estruturação das relações sociais entre grupos e indivíduos possam ser estudadas, ou mesmo compreendidas, sem que se considerem as bases materiais da produção e distribuição do excedente econômico (1983, p. 354).

Muito embora uma amostragem de inventários *post-mortem* se constitua no principal corpo documental consultado, não deixamos de recorrer a relatos de contemporâneos e outros documentos que trazem informações qualitativas sobre a região e período em exame. Em princípio, prestaremos esclarecimentos básicos sobre a anexação do território missioneiro aos domínios luso-brasileiros, a sua localização espacial e a conformação da jurisdição política da Vila de São Borja até meados do século XIX. Posteriormente, segue-se por um curso que nos parece lógico, explorando as fontes em relação à pecuária *vacum*, depois sobre a criação de mulas, seguindo pelas atividades agrícolas e, enfim, sobre a ligação comercial da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro com a região do Prata. Com isso, pretendemos demonstrar que o melancólico cenário de desesperança exposto por Fernando Henrique Cardoso, com base quase que exclusivamente nos relatos de Saint-Hilaire, mostra-se bastante inapropriado com o quadro que emerge das fontes pesquisadas. Segundo nossa investigação, podemos dizer que muitos dos homens e mulheres que deram vida ao processo histórico no século XIX na região das Missões tiveram motivos sim para ter esperanças.

1.1 De Província de Missões a Vila de São Borja: o território e a jurisdição política

O processo de anexação do Espaço Oriental Missioneiro aos domínios luso-brasileiros, ocorrido, *grosso modo*, entre 1801 a 1828, se deu em meio à trajetória de definição dos

limites fronteiriços na região platina, o qual vinha acontecendo, ao menos, desde meados do século XVIII (GARCIA, 2007). A conquista desta região às possessões luso-brasileiras, e sua manutenção, engendraram significativas transformações naquele espaço até meados do século XIX, dentre estas se destaca o estabelecimento de uma matriz produtiva agropastoril assentada em uma combinação de trabalho escravo e diversas formas de trabalho livre.

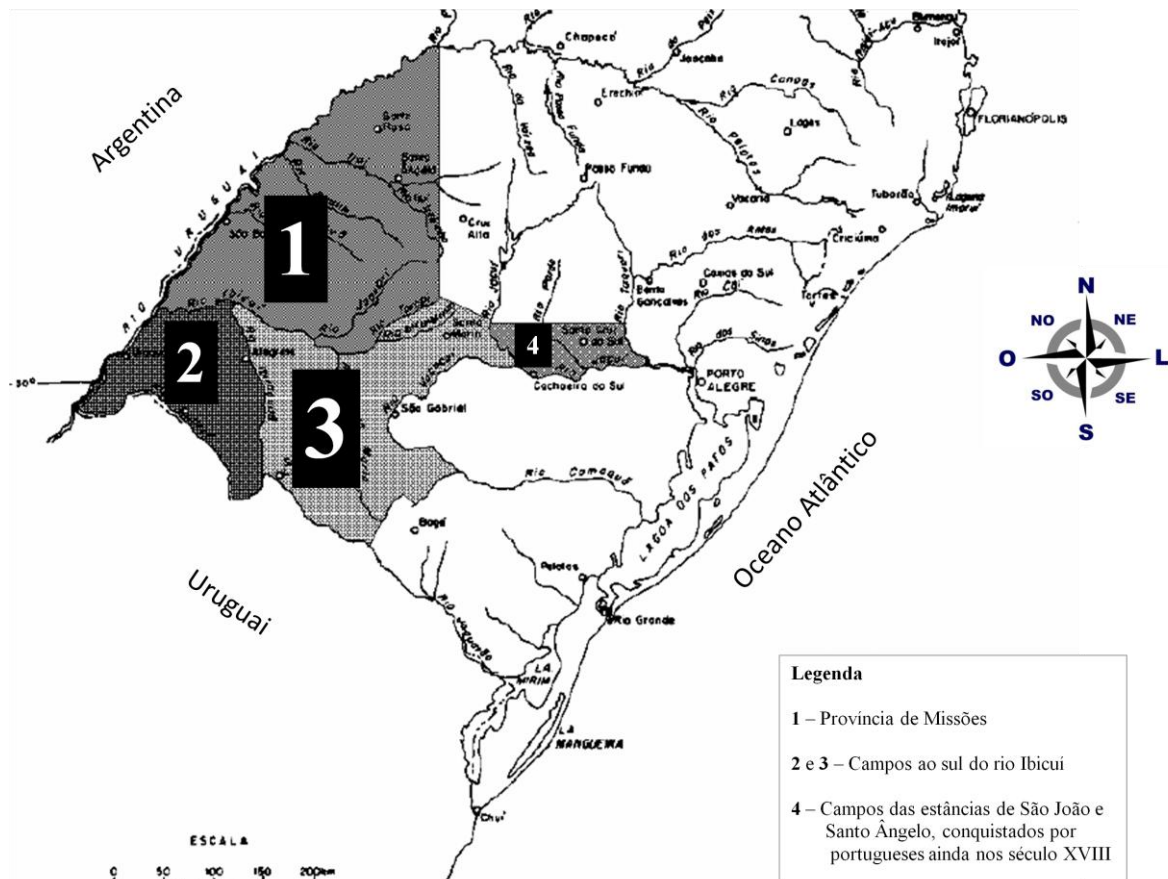
Já em sua composição social o Espaço Oriental Missioneiro foi marcado por uma rica diversidade, uma vez que acabou sendo composta basicamente por guaranis missioneiros (descendentes daqueles que haviam passado pelo processo reducional das Missões jesuíticas entre os séculos XVII e XVIII) que foram incorporados ao Império português (e posteriormente ao Império brasileiro), luso-brasileiros, que migravam cada vez mais e em maior número, e escravos (africanos e crioulos), trazidos junto com seus senhores. Ao nos referirmos ao Espaço Oriental Missioneiro estamos nos referindo a chamada Província de Missões e aos Campos ao sul do rio Ibicuí, territórios identificados no mapa 1, abaixo, com os números 1, 2 e 3 (MENZ, 2002, p. 160, [nota 1]). Pode-se dizer também que esta região compreendia significativa parte da atual fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O território 1, denominado como Província de Missões, a partir de 1834, acabou por constituir a Vila de São Borja, espaço de interesse específico desta investigação. Adiante retomaremos alguns aspectos da formação espacial e administrativa deste sítio. Por sua vez, os territórios 2 e 3, conhecidos como Campos ao sul do rio Ibicuí, onde se localizavam boa parte das estâncias dos Sete Povos Orientais do Rio Uruguai¹⁵ e também de outros povos do

¹⁵ Os Sete Povos das Missões Jesuíticas Guaranis Orientais do Rio Uruguai foram: São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio. Eles fizeram parte de um conjunto maior de trinta outras reduções fundadas por jesuítas no Paraguai, entre os séculos XVII e XVIII, e não representavam uma divisão administrativa seja na administração jesuítica, seja na espanhola. Essas trinta reduções estavam administrativamente submetidas a Buenos Aires, e uma de suas funções estratégicas era de garantir as fronteiras do Império espanhol na América frente às investidas expansionistas dos portugueses. Essa barreira estabelecida pelos trinta povos missioneiros tinha como principal componente os guaranis reduzidos. Embora os Sete Povos Orientais do Rio Uruguai sejam tratados de forma genérica como uma unidade, não constituíam um conjunto administrativo na época da conquista luso-brasileira (1801). Enquanto o Povo de São Francisco de Borja compunha o departamento de Yapeyú, os outros seis pertenciam ao departamento de São Miguel. Ao ser conquistada pelos luso-brasileiros, a partir de uma aliança com parte dos guaranis missioneiros, a região dos Sete Povos das Missões passou a representar uma divisão administrativa, porém sob o nome *Província de Missões*. Entretanto, embora a região tenha passado a ser chamada de província, ela foi diretamente submetida ao governo da Capitania do Rio Grande de São Pedro (1807), a qual após a emancipação política da América portuguesa passou a ser uma das Províncias do Império do Brasil. Ver: MENZ (2001); GARCIA (2007).

departamento de Yapeyú,¹⁶ após 1831 viriam a constituir a Vila de Alegrete cobrindo boa parte do espaço que ficou conhecido como Campanha sul rio-grandense.

Mapa 1 – Localização aproximada do Espaço Oriental Missioneiro



Fonte: Adaptação de apresentado por MENZ (2001).

De acordo com Elisa Garcia (2007), o significado da conquista do Espaço Oriental Missioneiro ainda não foi satisfatoriamente dimensionado. A autora argumenta que com a anexação deste vasto território, o Rio Grande de São Pedro aproximadamente dobrou a sua extensão territorial a época, definindo, *grosso modo*, suas atuais dimensões. Garcia coloca ainda que tão importante quanto à extensão territorial dos domínios luso-brasileiros foi o acréscimo populacional com a incorporação dos guaranis missioneiros ao Império português. Estima-se que cerca de 14.000 guaranis residiam no Espaço Oriental Missioneiro num período

¹⁶ O *pueblo* de Yapeyú localizava-se a margem direita do Rio Uruguai, hoje em território argentino, um pouco ao sul da barra do Rio Ibicuí. No Mapa 2, exposto mais adiante, indicamos as localização aproximada deste *pueblo*, assim como de outras localidades vizinhas da região em foco, e que são importantes para a inteligibilidade da pesquisa, para as comparações e para o diálogo com a literatura já existente.

em que a população sul rio-grandense girava em torno de 50.000 habitantes.¹⁷ Ou seja, além de praticamente dobrar o território do Rio Grande de São Pedro, a Coroa portuguesa aumentava significativamente a sua quantidade de súditos – em torno de 28% –, ao mesmo tempo em que diminuía o número de vassallos do Rei de Espanha, numa região limítrofe onde as fronteiras estavam constantemente sendo disputadas e redefinidas. No entanto, talvez o principal ganho da conquista do território missioneiro tenha sido o acesso irrestrito ao patrimônio dos guaranis, isto é, a expressiva quantidade de gado e terras existente nas estâncias ali localizadas. Quando os luso-brasileiros incorporaram a região das Missões, se apossaram não apenas das estâncias do departamento de São Miguel, mas também das do departamento de Yapeyú que estavam situadas na margem oriental do rio Uruguai.

Portanto, neste estudo tratamos especificamente do estágio derradeiro do processo histórico de sobreposição da forma de organização sócio-produtiva da sociedade luso-brasileira (caracterizada pelo desenvolvimento da propriedade privada) ao complexo sócio-produtivo comunal dos guaranis missioneiros.¹⁸ Para realizar a investigação de tal processo, nos inspiramos na perspectiva analítica proposta pela historiadora uruguaia María Inés Moraes (2006). A autora sugere que a análise da formação histórica do atual Uruguai deve deixar de ser dominada por uma orientação que a percebe, sobretudo, no sentido da colonização hispano-crioula a partir da fundação de Montevideú. Nas palavras de Moraes,

ha tendido a presentarse una versión que sobredimensiona el papel del Montevideo en lo atinente a la ocupación del territorio y la formación de paisajes agrarios; concretamente, a presentar una versión *Sur a Norte* del proceso de ocupación del espacio, cuando en realidad, el mismo tuvo al menos tres ejes geográficos. [...]. Uno fue el eje Oeste/español, proveniente primero de Assunción (Santa Fé en 1573) y luego de Buenos Aires (Corrientes en 1587); otro fue el eje Este/portugués, sin fundaciones formales hasta 1680 (Colonia del Sacramento) pero con enorme protagonismo desde mucho antes, y el tercero fue el eje Norte/guaraní, actuando desde el foco de los famosos ‘30 pueblos’ misioneros de ambos márgenes del Alto Uruguay. Este último eje es el gran ignorado en la visión dominante sobre la ocupación del territorio que hoy es uruguayo (2006, p. 66-67) [*grifos da autora*].

¹⁷ Sobre os dados sobre os guaranis missioneiros (SALDANHA apud GARCIA, 2007, p. 168); sobre os dados referentes aos habitantes do Rio Grande de São Pedro (FERNANDES apud GARCIA, 2007, p. 169).

¹⁸ Sobre o sistema sócio-produtivo em comunidades dos guaranis missioneiros ver: GARAVAGLIA (1978). No sexto tópico do terceiro capítulo deste estudo, a partir deste texto de Garavaglia, explicaremos, em linhas gerais, as principais características do espaço e das práticas produtivas comunitárias dos guaranis missioneiros.

María Inés Moraes baseia sua proposta de pesquisa sobre dois giros analíticos: um geográfico, “que consiste en poner el foco en sucesos y procesos gestados en la porción norte del actual territorio uruguayo em lós siglos XVII y XVIII” (2006, p. 66), e outro temático, “que consiste en subrayar la cuestión étnica presente en la ocupación original de esse espacio” (2006, p. 66). Nesse sentido, buscaremos interpretar o processo de ocupação luso-brasileira no Espaço Oriental Missioneiro no século XIX, e a conseqüente instauração da matriz produtiva agropastoril calcada na propriedade privada e no arranjo de trabalho cativo e distintos modos de trabalho livre, a partir da perspectiva de sua sobreposição à organização social e ao sistema produtivo comunal dos guaranis missioneiros. Os maiores contingentes de povoadores luso-brasileiros procediam do leste do Rio Grande de São Pedro, principalmente, da chamada fronteira do Rio Pardo.¹⁹ Entretanto, o território onde gradativamente estes migrantes estavam instalando-se não se tratava de uma zona desocupada. Como já colocamos, é preciso levar em conta que tal área era habitada e cultivada pelos guaranis missioneiros desde o século XVII, sendo que até meados do século XVIII eles estiveram sob a tutela dos padres missionários da Companhia de Jesus. Esta ocupação, por seu turno, marcou aquele ambiente de maneira muito profunda. O desenvolvimento de uma organização social complexa e sedentarizada por parte dos guaranis missioneiros fez com que eles se tornassem a malha social primogênita de tal região, e promovessem ali a difusão de práticas socioeconômicas e culturais específicas, as quais condicionaram de sobremaneira a formação histórica das paisagens agrárias e do tecido social daquele espaço.

Passamos a partir daqui a abordar especificamente a organização espacial e administrativa da região denominada pelo mapa 1 de *Província de Missões*, a qual, como já colocamos, em 1834 passou a ser designada de Vila de São Borja, tendo como sede administrativa o povoado homônimo e compondo a Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.²⁰ Contudo, as complexas divisões jurídicas, eclesiásticas e políticas do processo administrativo do Rio Grande de São Pedro tornam difícil precisar a situação institucional da região das Missões, que muitas vezes foi bastante ambígua, ao longo da primeira metade do século XIX. Assim, apresentaremos de forma sucinta a trajetória político-administrativa desta

¹⁹ Baseamos este argumento no recente texto em que Luís Augusto Farinatti demonstra que significativa parte dos sujeitos que aparecem nos registros de batismos da Capela de Alegrete provinha da fronteira do Rio Pardo (FARINATTI, 2010d).

²⁰ É importante ressaltar que embora depois de 1834 a Província de Missões tenha oficialmente deixado de existir, para dar lugar a Vila de São Borja, foi recorrente entre os contemporâneos se referirem aquela região como *em Missões* e *Província de Missões*. Até a década de 1850 não são raros os documentos em que encontramos as referências a estas nomenclaturas.

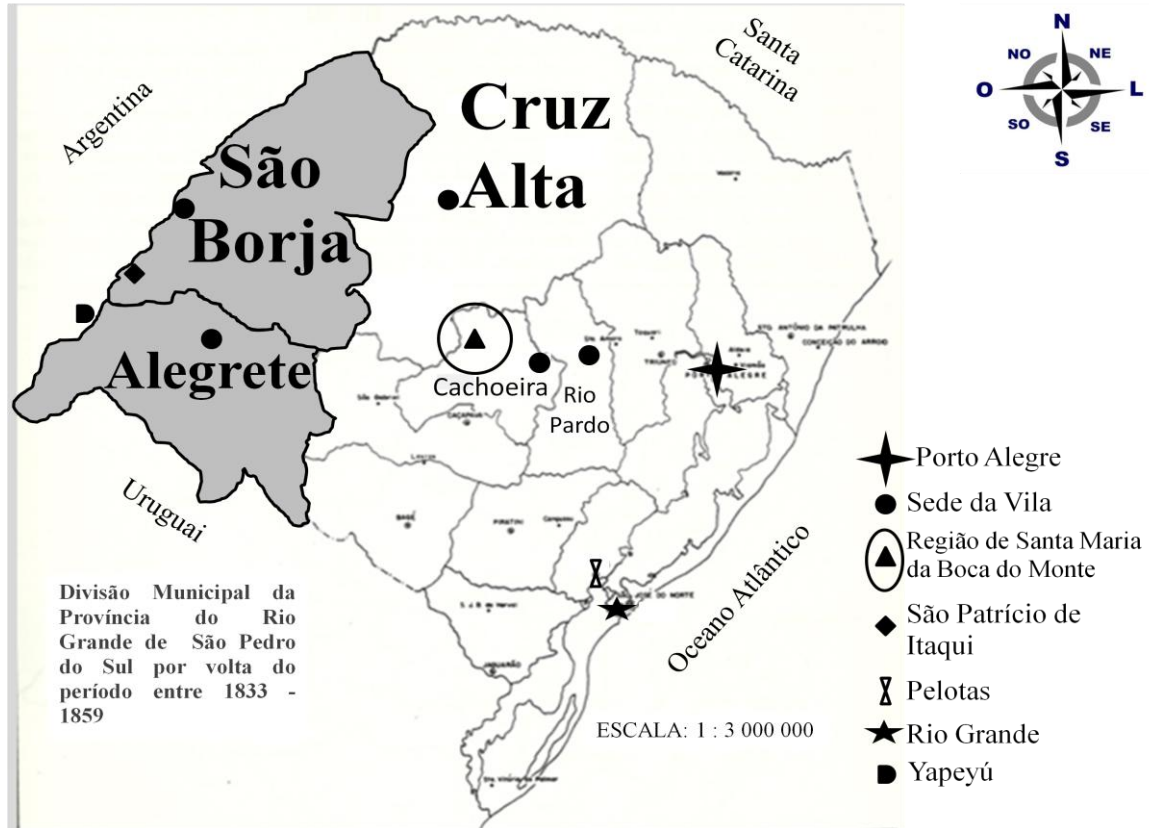
região e, para isso, recorreremos principalmente ao estudo realizado por João Rodolpho Amaral Flôres (1996).

Em primeiro lugar, conforme este autor, os documentos emitidos pela administração militar luso-brasileira a partir de 1801 deixam claro que aquela região recém anexada aos domínios luso-brasileiros era tida pelos contemporâneos como uma província à parte, situação que, como já referido, permaneceu até meados do século XIX. O próprio Rio Grande de São Pedro foi alçado à condição de Capitania Geral somente no ano de 1807, sendo que apenas em 1809, por meio de uma Provisão Imperial, foram estabelecidos seus quatro primeiros municípios, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre e Rio Pardo. Mesmo não sendo visto como parte do território do Rio Grande de São Pedro, o território da *Província de Missões* fora “anexado ao município de Porto Alegre e assim conservou-se até o ano de 1809. Nesse ano, por provisão do Desembargo do Paço de 7 de outubro, foi criado o termo de Rio Pardo, passando a pertencer-lhe todo aquele território” (Silveira, [1909] 1979, p. 104). Mesmo que a subordinação administrativa da região das Missões a Vila do Rio Pardo pareça não ter sido realizada praticamente como coloca Flôres (1996), haja vista que, “nos documentos analisados, [...], como no caso das atas da Câmara da Vila São Borja e no livro de registros da sua Igreja Matriz, há referências à ‘Província das Missões’ como unidade autônoma, não sendo considerada na dependência administrativa ao município de Rio Pardo” (p. 92-93), esta situação só foi oficialmente alterada com a criação da Vila de São Borja em 1834. Segundo Flôres,

com a criação dessa Vila, deixava de existir oficialmente as ‘Missões’, designada até aquela época como ‘província’. A partir desta data, os povoados de São Luís, Itaquí, Santiago, São Francisco de Assis, entre outros, ficaram sob a jurisdição da Vila de São Borja, sendo designados nos registros oficiais como ‘termos’ do novo município (1996, p. 94).

No mapa 2, exposto na sequência, podemos ter uma noção mais clara de como ficou disposta a jurisdição municipal da Vila de São Borja entre 1833 a 1859. Sob a sua responsabilidade administrativa ficou praticamente todo o espaço anteriormente denominado como *Província de Missões*. Já o território compreendido sob a denominação de Campos ao Sul do Ibicuí acabou quase que todo compondo a partir de 1831 a Vila de Alegrete.

Mapa 2 – Divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1833 – 1859)²¹



Fonte: Adaptação de Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841; Miron Zaions, 1979.

Devido às análises comparativas que faremos no decorrer deste estudo, algumas das regiões expostas no mapa 2 são de significativa importância para nossa pesquisa. Merecem especiais destaques as Vilas de Alegrete, Cruz Alta e a região de Santa Maria da Boca do Monte. Ao longo do desenvolvimento do texto, de forma oportuna, iremos melhor contextualizá-las e relacionar os resultados de nossa investigação com outras pesquisas que tomaram estes espaços como sítio de análise.

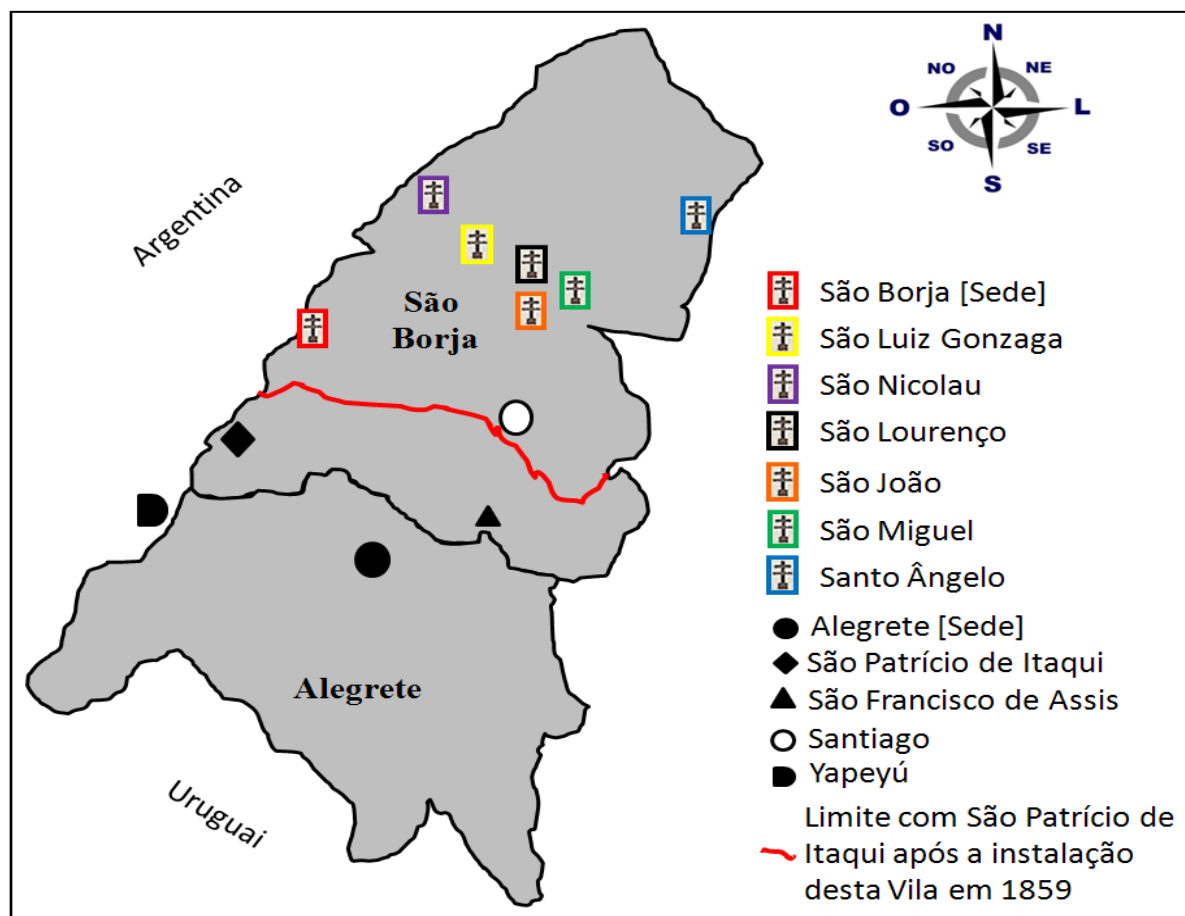
Por ora, das localidades expostas pelo mapa 2, precisamos destacar o distrito de São Patrício de Itaqui. Este distrito esteve vinculado a Vila de São Francisco de Borja até o ano de 1859 quando efetivamente foi elevada a condição de Vila (FOLETTTO, 2003). Embora boa parte dos documentos notariais e todos os registros paroquiais produzidos nesta localidade

²¹ Esclarecemos que as divisões municipais apresentadas no mapa 2 são apenas aproximações. Entre 1833 e 1859 diversos municípios foram sendo criados, modificando a divisão municipal exposta neste mapa. É o caso, por exemplo, de Uruguaiana, município criado em 1846 na porção oeste da Vila de Alegrete. No entanto, o território sob jurisdição da Vila de São Borja somente foi sofrer alterações em 1858, quando foi criada a Câmara de Vereadores da Vila de São Patrício de Itaqui, a qual só foi instalada em 1859 (ver mapa 3).

entre 1828 e 1859 estejam junto aos da Vila de São Borja, os processos de inventários *post-mortem* abertos neste mesmo período não foram arquivados juntamente aos daquela Vila. Entretanto, por se tratar de uma vasta região que compunha o espaço sob jurisdição da Vila que nos serve de sítio de pesquisa, os incluímos nas análises quantitativas e qualitativas.

No mapa 3, exposto logo abaixo, colocamos em destaque o espaço que ficou sob jurisdição da Vila de São Borja entre 1833 e 1859, apontando a localização dos outros seis povos e de outras localidades que a compuseram aquela Vila.

Mapa 3 – Divisão municipal da Vila São Borja e Vila de Alegrete (1833 – 1859)²²



Fonte: Adaptação de Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841; Miron Zaions, 1979.

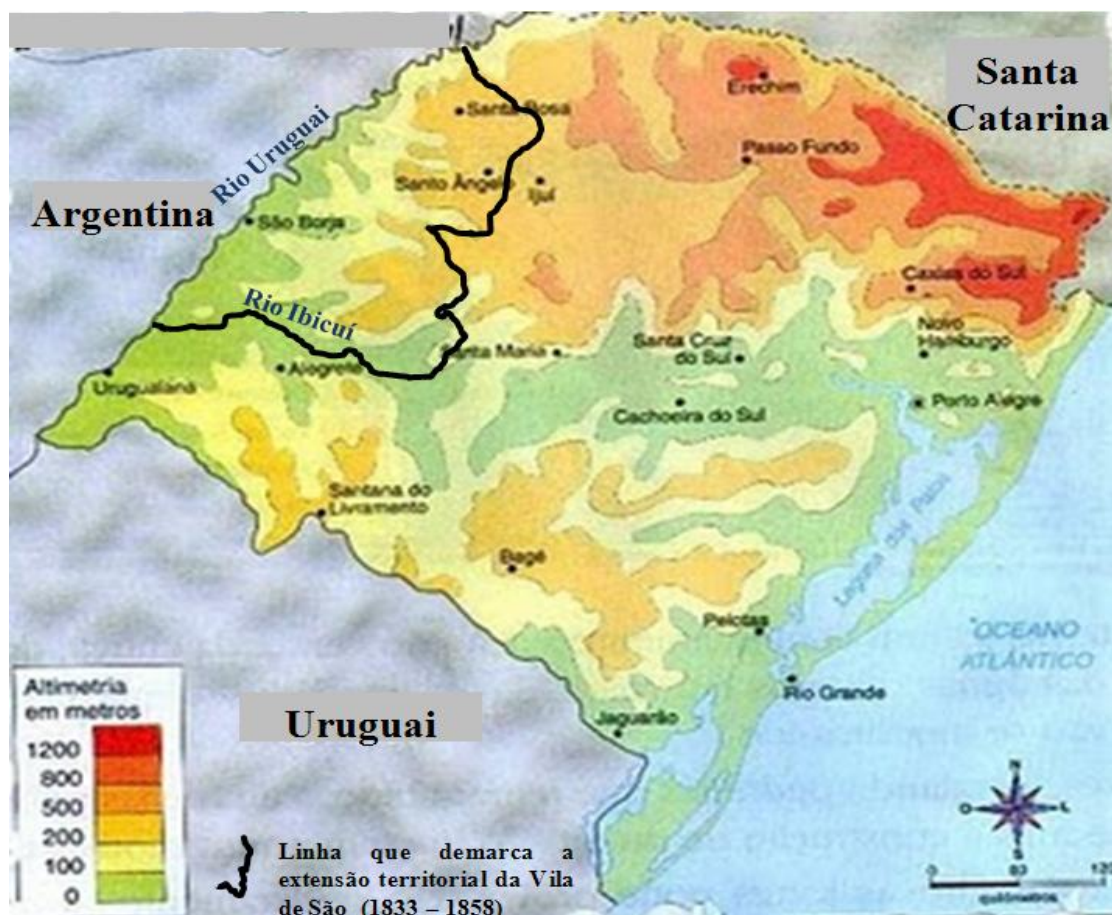
Como já mencionado na *Introdução*, após a instalação da Vila de Itaqui em 1858/59, a Vila de São Borja acabou perdendo uma ampla faixa territorial ao sul e a sudeste, já que

²² Embora a localidade de Santo Ângelo esteja indicada no mapa, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), ela fazia parte da jurisdição da Vila de Cruz Alta. Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre, 1981, p. 35.

localidades como São Francisco de Assis e Santiago foram submetidas à jurisdição daquela (ver mapa 3). É neste ano, portanto, que encerramos nosso recorte temporal. De maneira geral, podemos perceber que entre aproximadamente 1833 e 1859 a Vila de São Borja foi a herdeira de quase toda a extensão territorial que compreendia a Província de Missões, zona que ocupava uma significativa parte do Espaço Oriental Missioneiro.

No que diz respeito às características do relevo, o território da Vila de São Borja contava com uma ampla área de campos adequados ao pastoreio que acompanhava as extensões dos rios Uruguai e Ibicuí [zonas verde e bege do mapa 4]. Porém, na porção mais ocidental do município havia também um considerável espaço de relevo mais acidentado, coberto por florestas nativas, onde provavelmente concentravam-se as lavouras de alimentos e a criação de mulas [zonas amarela (sudeste) e laranja (nordeste) do mapa 4).

Mapa 4 - Relevo do Rio Grande de São Pedro



Fonte: Adaptação de imagem disponível em: <<http://ficolombo-geografando.blogspot.com.br/2011/03/mapas-utilizacao-de-cores.html>>. Acesso em: 23 de out. de 2013.

Após esta breve contextualização da trajetória político-administrativa e da geografia da Vila de São Borja, passaremos, no próximo tópico, a elaborar um quadro informativo mais amplo sobre as características socioeconômicas.

1.2 Bumba meus bois: a pecuária bovina na região das Missões

O exame em diferentes tipos de documentos vem demonstrando que a pecuária era a principal atividade produtiva da região em foco. Por sua vez, entre os diferentes rebanhos, a criação de gado bovino era largamente predominante. Por meio de uma análise serial e qualitativa de 110 inventários *post-mortem*²³, o cotejo com outras fontes, e ainda a interlocução com a bibliografia pertinente ao tema, buscamos identificar as inúmeras características da produção pecuária na Vila de São Borja.

O primeiro procedimento utilizado foi realizar uma verificação da participação dos diferentes bens de produção no patrimônio produtivo descrito de cada inventário.²⁴ Para efetuar tal método tivemos que excluir o inventário de João Manoel Pereira do Valle, aberto em 1832, tendo em vista que devido ao avançado estágio de deterioração de algumas laudas não se pode identificar em quanto havia sido avaliado diversos bens, fato que impossibilitou que pudéssemos chegar ao monte-mor e calcular a proporção dos distintos bens de produção em relação a ele. É importante esclarecer também que neste trabalho chegamos ao monte-mor de cada inventário através da soma dos bens de raiz, bens móveis e semoventes, que dividimos em animais e escravos, neste cálculo, portanto, não consideramos as dívidas ativas, tampouco, as dívidas passivas.

²³ Devido ao grande número de inventários *post-mortem* abertos nos cartórios da Vila de São Borja entre os anos de 1828 e 1859 (aqui estão compreendidos os inventários abertos no Distrito de São Patrício de Itaqui), lemos todos os inventários abertos nos anos pares. Ao todo foram examinados 129 processos, destes, 19 foram excluídos da amostragem, ficando, portanto, 110 inventários. Em termos gerais, as exclusões se deveram as poucas informações contidas nos documentos. Em 13 casos, por exemplo, o processo foi aberto, porém, acabou não havendo a descrição dos bens; em outros 2 casos não havia entre o patrimônio descrito bens rurais ou itens de produção agropastoril; em outros 2 ainda eram processos complementares a inventários abertos em anos anteriores; 1 estava incompleto; e, por fim, em 1 só havia o registro de dívidas ativas.

²⁴ Garavaglia (1999), Osório ([1999] 2007) e Farinatti ([2007] 2010a) também se utilizaram de procedimentos semelhantes. Farinatti apurou a participação dos bens econômicos nos inventários *post-mortem*. Nesta análise específica tenho como principal referência a tese de Helen Osório ([1999] 2007, p. 106 - 113), que averiguou a participação dos bens produtivos por estabelecimento produtivo. No entanto, devido à dificuldade de poder tomar cada inventário como uma unidade produtiva da mesma forma que fez Osório (p. 105), preferimos verificar a participação dos bens produtivos por inventário, e não por *estância* como fez a autora.

Sob a alcunha de bens de raiz estão as propriedades de terras, isto é, campos, matos, chácaras, sítios, terrenos nas povoações e demais extensões que se refiram a posse da terra, além das benfeitorias como arranchamentos, currais, mangueiras, poteiros, chiqueiros, cercados, arvoredos, casas, lavouras, etc.. Os bens móveis, que não serão considerados na análise subsequente devido a sua quase sempre desprezível representatividade frente ao monte-mor, compõem-se de uma gama diversa de itens como os instrumentos agrícolas, utensílios de montaria, joias, objetos domésticos, vestuário, etc. Os animais são todos os diferentes tipos de gados que foram descritos e avaliados. E, por fim, consideramos ainda os trabalhadores cativos, os quais representavam uma importante fatia do patrimônio produtivo dos proprietários daquela região.

Dito isso, passaremos a apresentação dos dados obtidos nos 109 inventários. Vejamos o quadro abaixo.

Quadro 1 – Composição do patrimônio produtivo (Vila de São Borja, 1828 - 1858)

	1828 - 1840	1841 - 1850	1851 - 1858	1828 - 1858
Rebanho Total*	56%	38%	44%	43%
Rebanho Bovino	46%	28%	35%	34%
Bens de Raiz	21%	34%	36%	35%
Escravos	20%	24%	18%	20%

* Sob a rubrica Rebanho Total estão os animais *vacuns* (que têm sua representatividade frente ao patrimônio produtivo expressada no campo Rebanho Bovino), cavalares, ovinos, muares e asininos.

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 - 1858), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante, APERS).

Os valores apresentados no quadro 1 não deixam dúvidas que, ao longo do período abordado, a pecuária em geral e a criação de gado *bovino* em específico se mantiveram como as principais fontes de riqueza. Somente o pastoreio do rebanho *vacum* era responsável por cerca de um terço do patrimônio produtivo. Nota-se que em todo o recorte temporal compreendido por esta investigação, os escravos atingiram a fração de um quinto do patrimônio produtivo, um valor bastante significativo, e que esboça novos contornos à tradicional imagem que se tem da região das Missões quase sem a presença de cativos de procedência e ascendência africana.²⁵ Em seu estudo sobre o Rio Grande de São Pedro Colonial (1765 - 1825), Helen Osório percebeu, também por meio de inventários, que os escravos perfaziam 20,7% do patrimônio das estâncias. Esta autora se utilizou de uma amostra

²⁵ Esta questão será examinada em detalhes no terceiro capítulo deste estudo.

de 185 inventários em que a posse de gado *vacum* era superior a 100 animais. Ou seja, ela excluiu todos os inventários que possuíam até 100 cabeças de gado bovino, já que estes, de acordo com do Censo de 1784, eram identificados como lavradores e, portanto, se dedicavam mais à lavoura do que à criação (OSÓRIO, [1999] 2007, p. 105). Em nosso estudo, não excluimos os inventários com até 100 animais *vacuns*, embora isto acarrete certa distorção na comparação com a pesquisa de Helen Osório, no caso específico dos escravos, acreditamos que não haja maiores problemas. Isto porque, se caso excluíssemos os 34 inventários com até 100 cabeças, a participação dos escravos frente ao patrimônio produtivo de todos os outros 74 inventários da amostra seria de 19%, ou seja, haveria uma variação de apenas um ponto percentual.

Já Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010a), em seu estudo focado na região de Alegrete (1825 – 1865), município que compreendia boa parte da Campanha rio-grandense, localizado ao sul da Vila de São Borja (ver mapas 2 e 3),²⁶ averiguou que nos anos 1830 em termos proporcionais o valor dos escravos diante os bens produtivos ficou em torno de 17%, elevando-se para cerca de 19% no decênio seguinte, e atingindo seu índice máximo na década de 1850, quando ficou por volta dos 20% ([2007] 2010a, p. 157).²⁷ De acordo com o apresentado no quadro 1, em São Borja, entre 1828 e 1840, a participação dos escravos frente ao patrimônio produtivo dos inventários foi de 20%, três pontos percentuais acima dos 17% de Alegrete na década de 1830. No segundo intervalo (1841 a 1850), a diferença se dilata ainda um pouco mais, se para Alegrete, Farinatti encontrou 19%, apuramos para São Borja a

²⁶ Como já colocamos, Alegrete foi estabelecida sobre a área que era conhecida como Campos ao Sul do Ibicuí (ver mapa 1) no decorrer do processo de conquista do Espaço Oriental Missioneiro pelos luso-brasileiros. Em 1831 foi elevada a condição de Vila, ocupando significativa parte da região que convencionou-se a chamar de Campanha sul rio-grandense (ver mapa 2), onde se situavam excelentes campos para o pastoreio bovino. Segundo Farinatti, este processo “de apropriação de terras e animais, de colonização estável e de violenta conquista militar, permitiu a expansão da economia baseada na pecuária extensiva e o desafoço da sociedade das áreas antigas, mediante a incorporação de uma nova fronteira. [...]. A produção pecuária vicejou, aproveitando os estímulos mercantis para a produção bovina e de carne salgada, fornecidos pelas economias de agroexportação de outras regiões do Brasil. Apesar do indiscutível protagonismo dos grandes estancieiros, eles não eram os únicos a desempenharem essa atividade. Uma larga base de pequenos e médios produtores, com ou sem a posse jurídica da terra, encontravam, também, seu espaço. À exemplo de muitas outras regiões do Brasil, também ali a escravidão teve um papel estrutural e uma hierarquia fortemente desigual se reproduziu, mesmo com as mudanças que foram acontecendo ao longo do Oitocentos. Além disso, todo aquele mundo estava marcado pelo signo da guerra e da fronteira. Mais do que influências momentâneas, a insegurança trazida pelas instáveis conjunturas de fronteira e a sombra da guerra, latente ou efetiva, condicionavam as escolhas dos sujeitos e a direção do processo histórico” ([2007] 2010a, p. 27-28).

²⁷ Para as décadas de 1830 e 1840 Farinatti se utilizou de todos os inventários do período, já para a década de 1850 compôs uma amostra com todos os processos de dois em dois anos. Graciela B. Garcia (2005) utilizou procedimento idêntico ao que estamos utilizando e também verificou que a participação dos escravos no patrimônio produtivo em Alegrete, na década de 1830, ficou por volta de 17% (p. 24).

proporção de 24% de participação dos escravos diante o patrimônio produtivo dos inventários. É somente na década de 1850 em que o índice levantado para Alegrete, cerca de 20%, supera os 18% apurados para São Borja. Para a localidade de Caçapava entre 1821 e 1850, André do Nascimento Corrêa (2013) constatou que os cativos perfaziam 29% na década de 1820, 28% na seguinte e 31% na dezena de 1840 (p. 57).²⁸ Por sua vez, em estudo com foco em São Francisco de Paula de Cima da Serra²⁹ (1850 a 1871), um empobrecido distrito do Império brasileiro, localizado na serra do nordeste da província, próximo a Porto Alegre, Luana Teixeira (2008) averiguou que os escravos constituíam-se em 29% da estrutura da riqueza dos inventários, mesma proporção alcançada pelos animais e menor apenas que os bens de raiz que atingiram a marca de 36%.³⁰

Como veremos a seguir, a região de Alegrete possuía uma atividade pastoril de maior monta do que a desenvolvida em São Borja, principalmente em se tratando da criação bovina, e ainda muito maior se comparada com a existente no distrito de São Francisco de Paula. Sobre atividade pastoril na zona de Alegrete, Farinatti defendeu que “[era] dominada pela pecuária em grande escala” ([2007] 2010a, p. 152). Esta condição conferia um dinamismo econômico mais vigoroso a esta região se comparado àquelas outras duas localidades. Em

²⁸ Segundo André Corrêa, o início do povoamento luso-brasileiro se começou no final do século XVIII, momento em que tal área, junto com a região de Rio Pardo e Cachoeira, constituía-se como o ponto mais avançado da fronteira oeste nas possessões meridionais do Império português na América, espaço que era alvo de disputa com o Império espanhol. Nas palavras do autor, “com o decorrer dos anos e um aumento ‘significativo’ de povoadores, no ano de 1800 ocorreu a criação de uma Capela Curada, sob o orago de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava. [...]. No ano de 1831, [...] Caçapava foi elevada a categoria de Vila, tendo seus territórios desmembrados dos de Cachoeira, Piratini e Rio Pardo e passando a mesma à Freguesia. Com a elevação de Caçapava a Vila, foi estabelecida a câmara de vereadores. No entanto, esta somente teve sua efetivação no ano 1834, quando ocorreu a instalação do município” (2013, p. 33-34).

²⁹ “O início da ocupação da região nordeste do Rio Grande do Sul está intimamente relacionado à abertura dos primeiros caminhos de tropas que ligavam Colônia do Sacramento a Sorocaba bem como à chegada de açorianos ao litoral sul-brasileiro, ambos [os] acontecimentos de meados do século XVIII. Através da doação de sesmarias e da ocupação de terras, paulistas e portugueses (principalmente) estabeleceram-se na região e, preando o gado solto, iniciaram a produção pastoril. Nas décadas de 1850 e 1860, a região [...] era conhecida pelos contemporâneos por ‘campos de cima da serra’” (TEIXEIRA, 2008, p. 24). Como Luana Teixeira destaca, no decorrer do século XIX, a pobreza foi uma das principais características da região serrana. Em tal região, as condições naturais desfavoráveis como o relevo acidentado afetavam negativamente o rendimento tanto da agricultura quanto da pecuária. Além disso, a comunicação, o transporte de produtos, a circulação de bens e monetária também sofriam. Devido a estas dificuldades, não era raro, portanto, nesta região encontrar localidades praticamente isoladas, onde se praticava quase que somente uma economia de subsistência.

³⁰ Os números verificados por Luana Teixeira se referem a proporção dos diferentes bens em relação ao universo de bens econômicos dos inventários. Entretanto, essa diferença não invalida a comparação, pois se a autora tivesse considerado apenas os bens produtivos, assim como Osório, Farinatti, e nós temos feito neste trabalho, o valor encontrado para os distintos bens produtivos, inclusive, escravos seria ainda maior.

Alegrete se encontravam, talvez, os melhores campos da Campanha sul rio-grandense, conforme Farinatti,

os campos mais ao norte da Fronteira, nas vizinhanças da Depressão Central, eram de menor qualidade para a pecuária (mas melhores do que o da zona vizinha), e os mais indicados eram aqueles a oeste e sul até a fronteira com a República do Uruguai. Ou seja, em termos gerais, as pastagens tendiam a ser tanto mais próprias à pecuária, quanto mais se estendessem rumo ao sul. Esse fator ajuda a explicar a permanência de propriedades de brasileiros no norte do Uruguai, durante todo o Oitocentos [...] ([2007] 2010a, p. 152).

Além disso, se comparada a São Borja, estava mais próxima geograficamente do complexo porto-charqueada (Pelotas e Rio Grande, ver mapa 2). Tendo em vista que na Campanha as grandes fortunas eram mais frequentes do que nas outras regiões consideradas, não surpreende que em termos de bens produtivos os escravos representaram menor parcela no universo do patrimônio produtivo dos produtores. Isso, por sua vez, se deve ao fato que, tanto em números absolutos, quanto em proporcionais, na Campanha havia a presença de maiores patrimônios do que as verificadas na zona das Missões. Como, em geral, um grande estancieiro compromete menor proporção do seu patrimônio com escravos do que um médio e, principalmente, do que um pequeno criador, numa região onde os grandes produtores foram mais representativos, ocorreu uma menor participação dos escravos frente ao conjunto de bens produtivos. Essas informações são muito instigantes, e serão melhores analisadas ao longo deste estudo, por ora, o foco de nossa análise é a atividade pecuária.

Feitas essas considerações sobre a representatividade dos escravos em relação ao patrimônio produtivo, voltamos a nos concentrar sobre o exame da participação do gado bovino em relação aos bens produtivo. Os números apresentados no quadro 1 sobre o rebanho total e bens de raiz não ficam distantes dos apresentados por Helen Osório. A autora mostrou que, entre 1765 e 1825, os animais compunham a maior fatia do patrimônio produtivo das estâncias, atingindo a marca de 41,3%, enquanto que as terras alcançaram 36,5% deste ([1999] 2007, p. 107), ao passo que em São Borja, os índices do rebanho total e bens de raiz chegaram a 43% e 35%, respectivamente, entre 1828 e 1858. Porém, investigando as oscilações dos índices por meio de três intervalos no decorrer de seu recorte temporal, Osório percebeu que “nos períodos de guerra, o primeiro (1765 – 1785) e o terceiro (1815 – 1825), o percentual de animais era superior ao de terras, ocorrendo o contrário no período de paz (o segundo, 1790 – 1810)” ([1999] 2007, p. 107). Por sua vez, Farinatti apurou em quatro

intervalos de dez anos, entre 1831 e 1870, que as terras foram constantemente aumentando sua fatia na composição do patrimônio produtivo: de cerca de 25% na década de 1830, passou a 36% no decênio seguinte, para 38% nos anos 1850 e, por fim, atingiu em torno 65% na década de 1860 ([2007] 2010a, p. 157). Por sua vez, a evolução dos índices de animais oscilou bastante: de cerca de 53% nos anos 1830, caiu para 37% na década de 1840, chegando a 36% no decênio de 1850, caindo vertiginosamente para em torno de 18% na década de 1860 ([2007] 2010a, p. 51).³¹ O autor percebeu duas tendências opostas, enquanto as terras aumentavam sua fração na composição dos bens de produção, os animais perdiam espaço diante o patrimônio produtivo. Graciela Garcia (2005), ao comparar a estrutura agrária de Alegrete em duas décadas distintas (1830 e 1870), constatou que o hectare de terra havia se valorizado em aproximadamente 800% no decorrer daqueles 40 anos, enquanto que os rebanhos bovino e equino não alcançaram nem 100% de valorização, já os gados muares e ovinos sofreram com pequenas desvalorizações (p. 25). A autora considera que boa parte desta valorização se deveu a Lei de Terras de 1850, norma que entre outras coisas proibiu o apossamento simples das terras devolutas, e exigia a “medição de todas as terras sem título legítimo, independente da sua forma de aquisição, com o objetivo de discriminar terras públicas de privadas” (GARCIA, 2005, p. 25). Nesse sentido, como os dados expostos por Farinatti demonstram, parece que os efeitos da Lei de Terras não foram sentidos imediatamente nos anos 1850, já que, nesta década, em comparação com o decênio anterior, as terras em Alegrete aumentaram em apenas dois pontos percentuais sua participação no patrimônio produtivo. Com efeito, os dados do autor mostram que a acentuada valorização das terras ocorreu a partir da década de 1860, quando elas atingiram aproximadamente dois terços do valor dos bens produtivos, mesma representatividade examinada por Garcia para a década de 1870. Logo, com base nestas informações, podemos acreditar que o efeito da Lei de Terras sobre a valorização das terras na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro demorou ao menos uma década para se manifestar. Mas para além disso, é preciso ressaltar que nos anos 1860 e 1870 a fronteira agrária aberta no início do século XIX com a conquista do Espaço Oriental Missioneiro já estava em franco processo de fechamento, fato que influi na valorização das terras.

No tocante à Vila de São Borja, embora não tenhamos dados para além da década de 1850, o que podemos notar pelos números exibidos no quadro 1 é que tanto o rebanho total,

³¹ Aqui especificamente, para termos uma noção mais ampla da evolução dos índices de participação dos imóveis rurais e gado nos inventários *post-mortem* de Alegrete, estamos levando em consideração o último intervalo abordado pela pesquisa de Farinatti, 1861 a 1870. Intervalo que em outros momentos não foi considerado pois não coincide com o recorte temporal de nossa investigação.

quanto os bens de raiz parecem seguir as tendências demonstradas por Farinatti. Ou seja, enquanto os bens de raiz aumentam sua participação no universo de bens de produção, o rebanho total, apesar de oscilar, diminuiu consideravelmente sua fatia no patrimônio produtivo entre 1828 e 1858.

Logicamente que o gado se constituía em um bem econômico mais frágil do que os bens imobilizados, pois estava sujeito a pragas, a distúrbios climáticos e sofria com maior intensidade os efeitos do constante estado de guerra em que a província esteve inserido por boa parte do Oitocentos – mas voltaremos a estes três pontos logo mais adiante. Todavia, para além do retraimento do valor do gado como bem de produção nos inventários, o que os nossos dados, junto aos levantados por Farinatti, nos sugerem é que, até o fim da década de 1850, as extensões territoriais da fronteira oeste da província estavam gradualmente se valorizando. E isto, estava se dando, muito provavelmente, graças à consolidação e intensificação do povoamento brasileiro naquelas áreas, uma vez que, como pudemos ver, o efeito da Lei de Terras sobre o valor das terras não se fizeram sentir contiguamente a década de 1850, e ao progressivo fechamento da fronteira agrária. É preciso lembrar que, ainda que o povoamento tenha começado nas primeiras décadas do século XIX, ele tomou fôlego somente a partir dos anos 1830 e 1840.

Entretanto, mesmo com todas as oscilações que possa ter sofrido o valor do gado no decorrer do período colonial até meados do século XIX, em todo o Rio Grande de São Pedro, ou ainda, em uma importante região de pecuária como a fronteira oeste, a produção pecuária, em especial a bovina, despontava como o principal meio de geração de recursos. Preocupados com a atividade criatória e em cumprimento a uma Portaria do dia 23 de janeiro de 1856, os subdelegados de polícia do 1º, 3º, 4º e 5º distritos da Vila de São Borja realizaram o levantamento do número de gado dos diferentes rebanhos existentes em cada um deles. Não localizamos os dados para o distrito de São Patrício de Itaqui, não sabemos se não houve a preservação do documento, ou simplesmente o subdelegado não realizou a conferência dos rebanhos. Embora esta condição seja lamentável, entendemos que a ausência dos dados para o 2º distrito não distorça a tendência esboçada pelos outros quatro distritos da Vila. A partir das informações prestadas pelos subdelegados, elaboramos a tabela 1 que apresenta a quantidade absoluta e percentual de gado de cada rebanho.

Tabela 1 – Distribuição dos rebanhos de gados da Vila de São Borja (1856)

	<i>Cavalares</i>	<i>Vacum</i>	<i>Cabrum</i>	<i>Lanígero</i>	<i>Suíno</i>	<i>Total</i>
1º Distrito da Vila de São Borja	5.966	62.846	199	13.476	934	83.421
2º Distrito da Cruz de Itaqui	não inf.	não inf.	não inf.	não inf.	não inf.	
3º Distrito de Camaquã	3.131	38.182	8.231	127	545	50.216
4º Distrito de São Francisco de Assis	14.158	22.245	59	4.757	899	42.118
5º Distrito de São Xavier	12.210	17.715	não inf.	3.685	455	34.065
Total	35.465	140.988	8.489	22.045	2.833	209.820
% de cada rebanho	17%	67%	4%	11%	1%	100%

Fonte: Correspondências expedidas pelas Subdelegacias de Polícia da Vila de São Borja. Fundo Segurança Pública, Maço 52, Arquivo histórico do Rio Grande do Sul (doravante, AHRs).

Estes números reforçam ainda mais a importância da pecuária bovina na região de São Borja. De acordo com a contagem realizada pelos subdelegados, o rebanho bovino constituía cerca de dois terços (67%) do gado manejado naquela Vila em meados dos anos 1850, muito além dos 17% alcançados pelo rebanho de gado cavalari que foi o segundo mais numeroso. Podemos comparar esses números com os vistos para a freguesia de Palmas localizada no oeste da província do Paraná. Esta freguesia tinha como atividade principal a pecuária e também estava inserida num contexto fronteiriço, portanto, surge como um ótimo referencial para situarmos o pastoreio da região das Missões em relação a outras áreas pecuaristas do Império brasileiro. Em um mapa estatístico elaborado em 1859 foi anotado que na dita freguesia havia 37 fazendas, nas quais existia um rebanho *vacum* de 25.200 (50%) animais, cavalari de 24.320 (48%), muar de 100 e 1.160 animais lanígeros (SIQUEIRA, 2010, p. 8). Confrontando estes números com os informados pelos subdelegados de polícia da Vila de São Borja, podemos perceber que a pecuária desenvolvida na região das Missões era de envergadura bem maior do que a de Palmas, enquanto que o rebanho total na primeira passou de 200.000 cabeças, na segunda chegou apenas a 50.780. O fator de desequilíbrio foi o rebanho bovino que em São Borja era de quase 141.000 e representava 67% do total. Em Palmas, houve um equilíbrio entre os rebanhos bovino e cavalari, o que pode indicar uma importância expressiva da pecuária muar, uma vez que para esta produção eram necessários animais cavalares como as éguas para cria de mula. Não se pode esquecer também que pelo oeste do Paraná passava a rota das tropas de mulas que eram levadas à Feira de Sorocaba, onde os animais muares eram vendidos para diversos pontos do Império. Ana Paula P. Siqueira (2010) nos apresenta ainda os tamanhos dos rebanhos de Guarapuava, freguesia vizinha a Palmas, e que possuía a mesma estrutura econômica: 32.400 animais *vacuns*, 26.500 animais cavalares, 200 muar e 3.000 lanígeros. Nota-se quase a mesma estrutura de Palmas, ou seja, um relativo equilíbrio entre rebanho bovino e cavalari, e um rebanho total (62.100

cabeças) bem aquém do averiguado na Vila de São Borja. Tomando por base estas comparações, podemos considerar que a estrutura pecuarista da região das Missões, embora não tivesse alcançado a mesma potencialidade da desenvolvida na região da Campanha sul rio-grandense, adquiriu uma envergadura bem expressiva para o conjunto das regiões de pastoreio do Brasil imperial.

Retornando àquela amostragem de 110 inventários *post-mortem*, identificamos a existência de gado *vacum* em 102 deles.³² Com os dados obtidos neles, elaboramos o Quadro 2, com o qual podemos ter uma noção mais clara da importância dos diferentes tipos de gado ao longo do tempo abordado por este estudo.³³

Quadro 2 – Participação dos tipos de animais no rebanho total (Vila de São Borja, 1828 - 1858)

	1828 – 1840	1841 - 1850	1851 - 1858	1828 – 1858
Bovino	81%	66%	59%	66%
Equino	13%	22%	30%	24%
Ovino	5%	10%	9%	9%
Muar e Asinino	1%	2%	2%	1%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS.

O rebanho bovino foi de longe o mais representativo nos três recortes considerados. Os 66% de proporcionalidade do gado bovino verificado para todo o período, estão em consonância com as informações prestadas pelos subdelegados de polícia no ano de 1856 (tabela 1), e com os apresentados por Paulo Zarth, que constatou que “no município de São Borja, na região das Missões, o gado *vacum* representa 65% do plantel dos animais apontados nos inventários *post-mortem*, de 1851 a 1881” ([1994] 2002, p. 234).³⁴ Contudo, ao longo do período, a proporcionalidade do gado *vacum* apresentou uma tendência de queda, ao mesmo tempo em que o rebanho equino aumentava sua representatividade. Essa mesma tendência foi encontrada por Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010a, p. 110) para a localidade de Alegrete. Também por meio de inventários *post-mortem*, este autor averiguou que para três recortes temporais subsequentes, 1831-1840, 1841-1850 e 1851-1860, a representatividade do rebanho

³² A partir daqui incluímos o inventário de João Manoel Pereira do Valle, aberto em 1832. Se em futuras análises necessitarmos, novamente, excluirmos este inventário ou ainda algum outro, esta decisão será devidamente notificada.

³³ Aqui preferimos dividir o recorte temporal de nossa pesquisa em três intervalos para enriquecer a análise diacrônica e, também, para tornar a comparação dos resultados com a pesquisa de Luís A. Farinatti mais inteligível.

³⁴ Zarth compôs sua amostra com todos os inventários de um a cada cinco anos.

bovino foi de 84,6% para o primeiro período, 75,7% para o segundo e 62,7% para o terceiro. Tanto para o primeiro, quanto para o último período, os valores encontrados estão próximos com os que averiguamos em São Borja. Por sua vez, por meio da mesma documentação, Thiago Leitão de Araújo estudando a região de Cruz Alta,³⁵ e abordando um largo período que se estende de 1834 a 1879, verificou que o gado bovino compunha em torno de 52% do rebanho total daquela região (2008, p. 42). Nas palavras deste autor, em Cruz Alta os animais bovinos “nunca representaram muito mais que 50%, pelo menos até o final da década de 1870” (p. 42). Percebe-se, portanto, que a contar pela representatividade do rebanho bovino, a Vila de São Borja se assemelhava mais com a realidade da região da Campanha rio-grandense do que a região do Planalto. Destacamos ainda que em sua investigação com foco em Caçapava, André Corrêa constatou que o rebanho bovino foi amplamente predominante, atingindo 82% nos anos 1830, caindo para 78% na década posterior (2013, p. 40; 42).³⁶ Já para São Francisco de Paula (1850 – 1871), Luana Teixeira (2008) examinou que o gado bovino representava 67% do rebanho, o equino 21%, ovinos 7% e muares e asininos 5%, números bem semelhantes aos verificados para São Borja ao longo de todo nosso recorte temporal.

No que tange aos valores monetários, a valorização do gado *vacum* é ainda mais expressiva. Os números averiguados na Vila de São Borja em relação à representatividade do valor dos bovinos diante ao valor total de todos os rebanhos mostram que estes não acompanharam a tendência de queda da proporcionalidade no número de animais. O quadro 3 nos apresenta os valores levantados.

³⁵ Região do planalto rio-grandense localizada a leste e nordeste de São Borja (ver mapa 2) e que se caracterizava por uma paisagem agrária com campos nativos recortados por significativas áreas florestais. Sobre a História agrária da região do planalto rio-grandense ver Zarth ([1988] 1997). A Vila de Cruz Alta foi instalada em 1834. O planalto sul rio-grandense foi povoado principalmente por paulistas que habitavam a região que viria a ser a província do Paraná. Estes colonos trouxeram seus escravos com o objetivo de estabelecerem ligações comerciais entre o planalto rio-grandense e o paranaense. Deste processo resultou a formação de um circuito que interligava as regiões através da abertura de estradas para a passagem das tropas de *vacuns* e muares que se destinavam à feira de Sorocaba, em São Paulo. “O predomínio de campos e florestas na região contribuiu para a formação de duas formas de estabelecimentos rurais: de um lado, as grandes fazendas de gado nas zonas de campo nativo e, de outro, a agricultura de subsistência nas áreas de floresta que era desenvolvida em pequenas propriedades por lavradores nacionais que, no caso em questão, também eram extrativistas de erva-mate” (ZARTH apud ARAÚJO, 2008, p. 30).

³⁶ O rebanho cavalar variou de 11% para 16% da década de 1830 a 1840. No mesmo período, o rebanho ovino passou de 6 para 5% e os muares e asininos permaneceram em 1% (CORRÊA, 2013, p.40; 42).

Quadro 3 – Proporção do valor do gado bovino em relação ao valor do rebanho total (Vila de São Borja, 1828 - 1858)

	1828 - 1840	1841 - 1850	1851 - 1858	1828 - 1858
Bovino	82%	74%	79%	78%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Para todo o período estabelecido, o valor do gado bovino representou 78% do valor total do rebanho, enquanto que a representatividade do mesmo no universo dos animais ficou em 66% (ver quadro 2). Luana Teixeira chegou a números muito semelhantes para São Francisco de Paula. A autora verificou que enquanto o valor dos animais *vacuns* batia na marca de 77%, a proporção destes em relação ao total de animais chegou a 67%. Na região de Caçapava, o valor do gado *vacum* em relação ao rebanho total chegou a 87% na década de 1830, não passando de 78% nos anos 1840 (CORRÊA, 2013, p. 43).

Ao longo do período, pode-se perceber que embora tenha ocorrido uma variação negativa entre o primeiro e o segundo recorte, já no terceiro período houve uma recuperação. É interessante notar também que, confrontando os dados do quadro 3 com os apresentados no quadro 2, a proporcionalidade dos valores sempre foi maior que a proporcionalidade do rebanho em relação aos seus respectivos universos. Salvo entre 1828 e 1840, quando as distintas proporções foram quase iguais, 81% para o gado *vacum* e 82% para o seu valor, nos outros dois intervalos, a proporção do rebanho bovino esteve significativamente aquém do seu valor, 66% para o gado e 74% para o valor no segundo intervalo, enquanto que para o último recorte os números verificados foram de 59% para o gado e 79% para o seu valor.

Retomando a comparação com Alegrete, para esta localidade, Farinatti também averiguou um comportamento semelhante, embora os números encontrados por este autor, no que se refere à proporção do valor do animais *vacuns*, sempre tenham ficado acima dos examinados em São Borja. Para os três intervalos considerados (1831-1840, 1841-1850 e 1851-1860), este autor constatou 88,4% para o primeiro, 84,6% para o segundo e 84,5% para o último. Também em Alegrete nos dois últimos intervalos as proporções do gado bovino ficaram consideravelmente abaixo da proporcionalidade dos seus valores (75,7% para o rebanho e 84,6% para o valor no segundo intervalo, e 62,7% para o rebanho e 84,5% para o seu valor no terceiro intervalo), enquanto que para o primeiro recorte, Farinatti encontrou valores aproximados (84,6% para o rebanho e 88,4% para o seu valor). Deste modo, a partir dos números encontrados para estas duas localidades (São Borja e Alegrete), apreendemos que mesmo que o rebanho bovino estivesse diminuindo e/ou perdendo espaço para a pecuária

de animais cavалares a sua importância comercial manteve-se em alta por todo o período considerado.

Mas mesmo tendo mantido sua importância comercial, os dados apresentados mostram que tanto em São Borja quanto em Alegrete a proporção de gado bovino foi diminuindo no decorrer dos recortes temporais abordados. O exame da evolução das médias de animais por inventário nos indica que não foi o aumento de outros rebanhos o fator de redução da proporcionalidade do gado *vacum* em relação ao número total de animais. O que de fato ocorreu foi uma aguda queda do rebanho bovino.

Figura 1 – Número médio de animais *vacum* por inventário (Vila de São Borja, 1828 - 1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 - 1858), APERS.

No tocante ao gado bovino, de uma média de 1.963 animais no primeiro recorte, passou-se a uma média de 876 no segundo, realmente uma queda bastante acentuada. Além disso, do segundo para o terceiro período o número médio de animais voltou a cair, chegando a 617 no último recorte. Ao mesmo tempo, tanto o rebanho de equinos quanto de ovinos se mantiveram constantes por todo o período.

Muitas podem ter sido as razões para este declínio do rebanho bovino nos meados do século XIX: a ampliação do número de estabelecimentos pastoris, a diminuição do tamanho destes, pragas nos animais e nas pastagens, condições climáticas adversas e o contexto de guerra constante em que a província do Rio Grande de São Pedro estava imersa. Luís Augusto Farinatti, que por meio de procedimento idêntico também percebeu o mesmo comportamento

nas médias dos rebanhos para Alegrete, demonstrou que estes três fatores foram em grande parte responsáveis pela intensa diminuição do rebanho bovino. Segundo Farinatti,

[o] declínio no percentual de *vacuns* deveu-se a uma verdadeira diminuição dos rebanhos bovinos e não apenas a uma elevação na presença de outros tipos de animais [...] a média de 3.833 *vacuns* por inventário, alcançada no primeiro período [1831 – 1840], despenca para 1.166 nos anos seguintes [1841 – 1850], e daí para o seu ponto mínimo, com 795 reses na década de 1850 [...] ([2007] 2010a, p. 112).

Este autor coloca ainda que

o período que iniciou em 1840 foi especialmente aziago para a produção pecuária no município [de Alegrete]. Naquele ano, a duríssima combinação de uma forte seca com uma epizootia atingiu os rebanhos de várias localidades [...] os presidentes da província derramaram queixumes sobre a situação da pecuária em todo o Rio Grande do Sul no período posterior ao final da Revolução Farroupilha [1835 – 1845]. Falavam das secas, das pestes, do roubo do gado, dos efeitos tenebrosos da guerra recém-terminada. Todos dão conta de uma espantosa diminuição dos gados acontecida no período, que teria prejudicado fortemente a economia como um todo ([2007] 2010a, p. 112).

Em Caçapava, da década de 1830 para 1840 a média de gado *vacum* por inventário se reduz de 912 animais para 573 (CORRÊA, 2013, p. 44). Nos inventários abertos na Vila de São Borja e no Distrito de São Patrício de Itaqui encontramos diversas referências a esses inúmeros problemas que a atividade pecuária enfrentava. Junto ao inventário de José Antonio de Castilho aberto em 1836, e que ficou paralisado por oito anos “por motivo de se paralisar todos os juízos por causa da presente luta [Revolução Farroupilha]”,³⁷ encontramos uma solicitação de vistoria para fossem revistos os bens descritos no inventário e reavaliá-los. No ano de 1844, a viúva inventariante Dona Manoela Roiz de Jesus explicava que

este inventário não se ultimou, e tendo decorrido o espaço de oito anos entremeio, acontece que por motivo da *peste*, por motivo *dos partidos* e por *todas as causalidades que são expressamente notórias; tem diminuído os bens descritos no dito inventário: os artigos gado, cavalos redomões, e bois mansos*, e como a Suplicante não teve culpa

³⁷ Inventário de José Antonio Castilho. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo nº: 09, APERS. Todas as próximas informações foram retiradas deste documento, quando formos utilizar outro documento, este será detalhadamente referenciado.

nem descuido na demora deste inventário, lhe é muito pesado continuar o dito inventário, com tamanhas faltas, que hoje se acham nos bens referidos.

De fato, as perdas descritas pela inventariante foram bastante significativas: se em 1836 o seu patrimônio contava com um rebanho bovino com 1.460 animais entre reses mansas, chucas e bois mansos avaliados em 5.392.000 (cinco contos trezentos e noventa e dois mil réis), em 1844 havia apenas 1.012 animais avaliados em 3.284\$000 (três contos duzentos e oitenta e quatro mil réis). Isto se refletiu em uma perda de 2.108\$000 (dois contos cento e oito mil réis) em um monte-mor que havia atingido a marca de 9.852\$280 (nove contos oitocentos e cinquenta e dois mil réis) em 1836. A inventariante teve perdas ainda com o rebanho de animais cavalares, também acometido por uma perda de 59 animais. De um total de 149 contados em 1836, avaliados em 768\$600 (setecentos e sessenta e oito mil e seiscentos réis), em 1844 foram arrolados apenas 90, avaliados em 428\$200 (quatrocentos e vinte e oito mil e duzentos réis), o que representou mais um prejuízo de 340\$400 (trezentos e quarenta mil e quatrocentos réis). Mas os prejuízos de Dona Manoela Roiz de Jesus não pararam por aí, e não ficaram restritos aos animais. Na descrição e avaliação dos bens em 1836 foi relacionado “um escravo crioulo de nome Bernardo, de idade doze anos, campeiro, com defeito de fujão”, avaliado em 400\$000 (quatrocentos mil réis), porém na vistoria de 1844, descreveu-se que o seguinte sobre o dito cativo, que já estaria por volta dos 20 anos de idade: "um escravo crioulo de nome Bernardo, campeiro, com defeito de fujão, o qual hoje se acha nas forças dos rebeldes, o qual tinha sido avaliado na quantia de quatrocentos mil réis". Esta menção a forças rebeldes é uma referência aos farroupilhas. Com a fuga de Bernardo para as fileiras dos revoltosos, a viúva inventariante sofria mais um revés em seu patrimônio.³⁸

Por meio deste exemplo, podemos perceber no mínimo dois fatores que influenciaram na drástica redução dos rebanhos após a década de 1830: pestes e as consequências de um dos inúmeros conflitos que atormentavam a província naquele período. Sobre o primeiro problema, encontramos outra referência no inventário de Joaquim Batista da Silva aberto no ano de 1858.³⁹ Anexo a este inventário consta a prestação de contas da administração do espólio dos herdeiros menores de idade. Esta prestação de contas foi realizada três anos após a

³⁸ Sobre o recrutamento de escravos durante a Guerra dos Farrapos, ver: CARVALHO (2010; 2010a; 2011).

³⁹ Inventário de Joaquim Batista da Silva. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1858, processo n°: 127, APERS. Todas as próximas informações foram retiradas deste documento. Quando formos utilizar outro documento, este será detalhadamente referenciado.

abertura do inventário, isto é, em 1861. As informações contidas nestas contas foram prestadas por Prudenciano Batista da Silva, procurador da viúva inventariante Dona Helena Maria Feliciano, a qual era também tutora da herança de seus filhos menores de idade. Especificamente na conta do órfão Antonio Batista da Silva, que em 1861 tinha doze anos e vivia junto com sua mãe e tutora, o procurador colocou “que a diminuta produção que a sua constituinte apresenta, *mormente* nas ovelhas, é devido ao *péssimo campo em que elas estão* e a *peste* que tem havido”. Ainda que o procurador tenha feito alusão específica ao baixo rendimento do rebanho de ovinos, ele teve o cuidado de colocar que este se dava *mormente* neste rebanho. Ou seja, embora a baixa produção tenha sido maior na criação de ovelhas, fato que deve ter sido potencializado por estas terem sido alocadas em um *péssimo campo*, outros rebanhos, mesmo não colocados em *péssimos campos*, muito provavelmente, apresentaram uma produção aquém daquela que seria normalmente aceita, e isto, em boa medida, deve ter tido como um dos fatores responsáveis alguma epizootia que vinha atingido os rebanhos da região.

As condições climáticas adversas, especialmente, os longos período de estiagens, também contribuíram e muito para a diminuição dos rebanhos. Se em 1840, como colocou Farinatti, uma forte seca combinada com uma praga afetaram os rebanhos por toda a província ([2007] 2010a, p. 113), parece que em fins da década de 1850 e início da década de 1860 as más condições climáticas e a peste, exposta no exemplo acima, voltavam a causar dificuldades à produção pastoril, ao menos, na região de São Borja. Na prestação de contas de administração da herança de uma órfã chamada Balduína, de quinze anos, em 1864, documento que está incorporado ao inventário de Francisca Antonia Ribeiro, aberto no ano de 1858, o tutor da dita herdeira, João José Pinto, explicava que:

os poucos bens de sua tutelada não tinham tido grandes rendimentos em consequência do último ano em que *não houve quase produção pelos maus tempos*, e que assim mesmo, ficaram em ser incluídos o casco tanto do gado chucro como do manso que formam hoje um número de cento e quarenta reses, doze éguas em cria de potros e cinquenta ovelhas.⁴⁰

Infelizmente, não encontramos informações que viessem a nos esclarecer sobre do que se tratavam os *maus tempos* registrados pelo tutor. Assim, não pudemos saber se referiam-se a um período de seca, ao excesso de chuvas, ou ainda a geadas num inverno bastante rigoroso,

⁴⁰ Inventário de Antonia Francisca Ribeiro. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: Itaquí, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1858, processo nº: 074, APERS.

etc. Todavia, o que nos interessa demonstrar com estes exemplos é que as pragas e os distúrbios do clima castigavam os rebanhos da província, senão perenemente, ao menos ciclicamente.

Por outro lado, os constantes conflitos que eclodiam no Rio Grande de São Pedro também contribuíram significativamente para o decréscimo do rebanho bovino. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que a guerra foi uma condição permanente desde o início do povoamento luso-brasileiro no Continente de São Pedro, ainda no século XVIII, até meados do século XIX, quando este já compunha o Império do Brasil como uma de suas províncias. Somente no decorrer do período de interesse desta investigação (1828 – 1859) ocorreram a Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), a Revolução Farroupilha (1835 – 1845) e a Guerra contra Oribe e Rosas (1851 – 1852). Mas como bem destaca Luís A. Farinatti,

os intervalos entre guerras não significavam tranquilidade: em geral, nessas épocas, combates estavam sacudindo o Uruguai ou as províncias argentinas de Corrientes [que fazia fronteira com São Borja na margem ocidental do rio Uruguai] e Entre Rios, com reflexos concretos na Fronteira Meridional do Brasil. E mais, naqueles momentos, as mobilizações de efetivos e o sentido de alerta diminuía, mas não desapareciam. As autoridades e os habitantes da fronteira sabiam que, mais cedo ou mais tarde, outra guerra podia estourar. Findos os combates, os exércitos ficavam na província, os desertores se escondiam nos matos, os desmobilizados podiam permanecer nas vilas e campos, tudo isso entrava nas preocupações das autoridades militares e dos administradores civis. Em razão desses fatores, a militarização assumiu, em terras rio-grandenses, um papel de extrema relevância, provavelmente, maior do que em qualquer outra província do Império ([2007] 2010a, p. 203).

Com efeito, o viajante francês Arsène Isabelle registrou em 23 de novembro de 1833, ano que não havia nenhum conflito deflagrado na província, que Itaqui “tinha sido invadida completamente pelo Uruguai [refere-se ao rio], e os habitantes, em pequeno número, começavam a regressar, depois de terem bivacado oito dias numa colina vizinha” (2006, p. 225). Esta é somente uma de incontáveis referências ao contexto de constante belicosidade no qual o Rio Grande de São Pedro estava inserido. Este contexto bélico, por sua vez, afetava de forma direta o processo produtivo. Aquela significativa contração das médias do gado *vacum* por inventário averiguadas em São Borja (ver figura 1) e Alegrete se processou em meio a um contexto em que os recrutamentos desviavam muitos braços produtivos para as atividades bélicas. Sobre este fato, Farinatti observa que,

a guerra desfalcou os rebanhos em virtude das carneações e das dispersões de animais, causadas pela passagem dos exércitos, da dificuldade de vigilância que tornava mais simples a ação de bandos de ladrões de gado (boa parte deles desertores daquela mesma guerra) e, sobretudo, da falta de gente e cavalos para costear os animais e impedir que se evadissem ([2007] 2010a, p. 115).

O autor analisa ainda o caso de Ana Tavares Leiria, que havia viuvado duas vezes e era mãe de onze filhos. Em 1849, ela abriu o inventário dos seus dois finados maridos, declarando que “com a revolução que sofreu a Província e pestes perdeu todos os animais que possuía, ficando reduzida a necessidade” ([2007] 2010a, p. 115). Farinatti esclarece ainda que

não é possível saber exatamente quantos animais a viúva Ana Tavares possuía nos anos imediatamente anteriores à crise da década de 1840, mas o testamento de seu primeiro marido, que se encontra em anexo [ao inventário], informa que, em 1832, o casal possuía cerca de 500 cabeças de gado *vacum*. Pela avaliação dos bens no inventário aberto em 1849, sabe-se que, naquela data, o rebanho estava reduzido a apenas 25 reses ([2007] 2010a, p. 115).

Quase vinte anos antes da declaração de Ana Tavares, encontramos no inventário do finado João Manoel Pereira do Valle, aberto no ano 1832, uma conta anexada três anos após a abertura do processo e que se referia a uma dívida

que em 1829, o finado [...] contraiu com Manoel da Silva Pereira do Lago, e por ela mostra o dito Valle dever o seguinte: [...] 40 novilhos [...] para fornecimento das praças que se achavam destacadas no passo de São Nicolau, Santo Izidro e Ibaroquê, [e] despesas feitas com os mesmos novilhos por três vezes. Vila de São Francisco de Borja, 1º de Agosto de 1835.⁴¹

Creemos, portanto, que os dados obtidos para a localidade de São Borja reforçam aqueles verificados por Farinatti para Alegrete e, assim, consolidam ainda mais os argumentos defendidos por este autor, e com os quais concordamos. Isto é, mesmo que tenha havido uma considerável ampliação do número de estâncias e a diminuição dos seus tamanhos, ao longo do Oitocentos, a vertiginosa queda das médias do rebanho bovino por inventário não pode ser explicada somente por estes dois fatores. Como mostra a documentação, pestes, condições

⁴¹ Inventário de João Manoel Pereira do Valle e sua mulher Marianna Antônia de Araújo. Fundo 003, Comarca do Rio Grande do Sul, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara de família, ano: 1832, processo nº: 02, APERS.

climáticas adversas e o permanente estado de guerra em que o Rio Grande de São Pedro se achava foram fatores que se combinaram com aqueles outros para acarretar tão acentuada redução do rebanho *vacum* no decorrer do período de nossa análise.

Em que pese todas as dificuldades que a pecuária enfrentava, não resta dúvidas que ela se mantinha como a atividade produtiva principal tanto na Campanha rio-grandense, quanto na região das Missões. Por sua vez, dentre os distintos rebanhos, o gado bovino se erigia como o principal produto e riqueza da região. Sendo assim, o controle deste bem por determinados estratos sociais era um dos inúmeros fatores de produção de desigualdade econômica e social. Helen Osório nos esclarece que a análise da distribuição do gado *vacum* não só nos informa sobre os tamanhos de rebanho mais frequentes e sobre a concentração da atividade criatória, como também, se configura e um índice da hierarquização econômico-social vigente na sociedade sul rio-grandense. De tal modo, se faz importante examinar de que forma os animais *vacuns* estiveram distribuídos entre os criadores da região. Na tabela 2, podemos conferir como o gado *vacum* esteve distribuído de acordo com as diferentes faixas de dimensão do rebanho.

Tabela 2 – Distribuição do rebanho bovino entre os produtores (Vila de São Borja, 1828 - 1858)

Dimensões do rebanho bovino	1828 – 1858					
	Inventários			Gado <i>vacum</i>		
	Nº	%		Nº	%	
Até 100	25	25	60%	1.145	1	10%
De 101 a 500	35	35		8.353	9	
De 501 a 1000	12	12	25%	7.915	8	28%
De 1001 a 2000	13	13		17.890	19	
De 2001 a 5000	13	13	15%	37.301	40	62%
Mais de 5000	3	2		20.740	22	
	101	100		93.344	100	100

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Os dados da tabela 2 apontam para duas características principais da pecuária bovina naquela região: primeira, a atividade criatória de gado bovino era amplamente disseminada pelo tecido social; segunda, havia uma profunda desigualdade no que tange à posse dos animais *vacuns*.

Não entraram na amostra que compõe a tabela 2 apenas oito inventários de sujeitos que não possuíam gado *vacum*, além do processo de Silberto Teixeira da Luz que possuía

apenas dois animais *vacuns* e nenhum outro tipo de animal.⁴² Contudo, daqueles oito indivíduos, quatro deles possuíam animais de algum outro rebanho, e em três casos o número de animais era suficiente para os considerássemos como criadores.⁴³ Assim, se estes nove tivessem sido acrescentados à amostra, o percentual de inventários de indivíduos não criadores de gado *vacum* seria de aproximadamente 9%. Portanto, 91% das pessoas inventariadas na Vila de São Borja entre 1828 e 1858 se dedicavam ao pastoreio de animais *vacuns*. Se fossemos ainda considerar aqueles três inventários de criadores de outros tipos de rebanhos, veríamos que cerca de 95% dos inventariados praticavam ao menos um tipo de atividade pecuária.

Embora, na tabela 2, tenhamos estabelecido seis faixas de dimensões de rebanho, para efeito de análise consideraremos apenas três grupos de criadores, são eles: pequenos criadores, aqueles que possuíam rebanhos com até 500 animais; médios criadores, que eram donos de rebanhos de 501 a 2000 animais; e, por fim, grandes criadores, os quais detinham mais do que 2000 animais.⁴⁴

Para o período colonial (1765 – 1815), Helen Osório apurou que, a quem chamamos de pequenos criadores, representavam 78% dos criadores, mas, detinham apenas 17% do gado. Grandes e médios criadores constituíam 22% dos proprietários, concentrando 83% do rebanho. Por sua vez, Thiago Leitão de Araújo (2008) percebeu que Cruz Alta, já no período monárquico (1834 – 1879), apresentava uma distribuição da posse do rebanho *vacum* semelhante à vista por Osório para o período colonial. O autor mostrou que os pequenos criadores compunham 88% dos criadores e que tinham posse de 42% do rebanho. Conseqüentemente, os outros 12% eram de grandes e médios proprietários que detinham 58% dos animais. Em Caçapava, entre 1821 a 1850, 71% dos criadores possuíam pequenos rebanhos, mas concentravam apenas 13% do gado. Os criadores que possuíam entre 501 e 1000 reses eram 12% do total de produtores e detinham 11% dos animais. Por outro lado, os criadores com mais de 1000 reses representavam somente 17% do universo de produtores e acumulavam a expressiva fatia de 76% do gado *vacum* (CORRÊA, 2013, p. 50). Entre 1850 e 1871, Luana Teixeira (2008) constatou que, em São Francisco de Paula, 83% dos criadores

⁴² Além disso, seus bens eram compostos de instrumentos agrícolas e atafona, portanto, acreditamos que esse indivíduo se dedicava quase que exclusivamente a agricultura.

⁴³ Francisco Penteadó, Escolástica Penteadó e Lauriana Penteadó possuíam 164 animais cavaleares. Antônio José Guimarães detinha 161 animais cavaleares, 40 ovelhas, 8 mulas e um burro echor. Jose de Souza Nunes tinha 40 animais cavaleares. Não consideramos como criadora Joana Dias que possuía apenas 4 animais cavaleares.

⁴⁴ Estabelecemos essas faixas com base na classificação elaborada por Farinatti ([2007] 2010a, p. 149-150).

estavam na faixa dos pequenos, e totalizavam 36% dos animais. Entre grandes e médios, Teixeira apurou que formavam 17% dos criadores e acumulavam 64% do rebanho. Portanto, percebe-se que também na região serrana, já no terceiro quartel do século XIX, se repete a tendência de distribuição da posse do gado vista por Osório no período colonial. Por sua vez, para a região da Campanha sul rio-grandense entre 1831 e 1870, Luís A. Farinatti verificou que os pequenos eram 56,9% dos produtores, e que possuíam 12,9% dos animais; os médios criadores representavam 25,4%, e eram donos de 33,8% do rebanho; e os grandes criadores somavam 17,7%, detendo 53,3% do gado.

Pelos dados expostos, percebe-se que a região de Alegrete era a que apresentava uma estrutura de posse de gado mais próxima daquela averiguada para a região de São Borja, onde os pequenos criadores representavam 60% e detinham 10% do gado; os médios formavam 25% dos pecuaristas e possuíam 28% dos animais; sendo que os grandes criadores totalizavam cerca de 15% dos produtores e concentravam 62% do rebanho. A contar por esta estrutura de posse de gado, mais uma vez constatamos que a matriz produtiva da região de São Borja se assemelhava mais à região da Campanha do que a região do Planalto. Vale ressaltar que já havíamos verificado esta aproximação quando examinamos a representatividade do rebanho bovino frente ao universo total de animais.⁴⁵ No entanto, em que pese os desvios e diferenças oriundas das peculiaridades temporais e locais, nos parece que a disseminação da atividade pastoril aliada a uma aguda concentração da posse dos rebanhos se reiterou por boa parte do Oitocentos em diversas regiões do Rio Grande de São Pedro. Tanto em São Borja, quanto no Planalto, na Serra e, inclusive, na Campanha, havia uma significativa parcela de pequenos criadores que dividiam entre si uma parcela diminuta do rebanho. Além disso, vale ressaltar que os inventários são fontes que tendem a sobre representar os estratos sociais mais bem aquinhoados, uma vez que em muitas ocasiões os escassos bens de sujeitos e/ou famílias pobres não entravam em inventário devido aos custos do processo. Ou seja, muito provavelmente, a quantidade de pequenos produtores naquele universo seria consideravelmente maior do que os números obtidos pelos inventários.

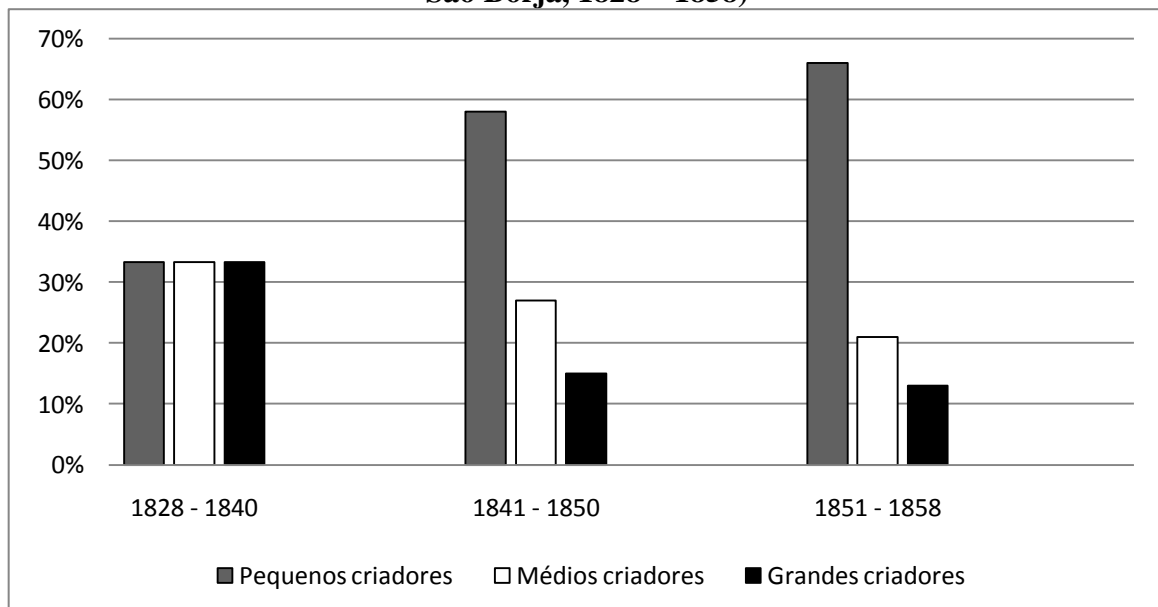
Se, em termos de patrimônio estes produtores não tinham muita expressão, em outras esferas sociais como a política, a guerra e a vida religiosa, só para citar três exemplos, eles eram bastante representativos. Sendo assim, eles eram atores fundamentais para a vida política, já que os eleitos precisavam dos votos de muitos destes pequenos produtores para se

⁴⁵ Sem dúvida, a inclusão dos inventários *post-mortem* da região de São Patrício de Itaqui interfere na formação desse padrão. A futura realização de um estudo regionalizado dentro dos limites da Vila de São Borja poderá lançar luzes sobre como tal padrão foi produzido. Agradecemos ao Prof^o. Luís Augusto Farinatti por tal sugestão.

eleger; os chefes militares necessitavam deles para engrossar as fileiras de suas tropas; e a Igreja Católica carecia-lhes como fiéis para conservar a legitimidade social de sua doutrina. Enfim, os responsáveis pelos mais diversos departamentos da sociedade precisavam levar em consideração as expectativas destes sujeitos que compunham uma verdadeira multidão. Caso essas expectativas fossem frustradas ou se, ao menos, não fossem levadas em conta por aqueles, o prestígio de outrora (político, guerreiro, religioso, etc.) poderia cair em desgraça frente aos sujeitos que compunham seus cabedais sociais. E isto, conseqüentemente, acarretaria na perda de credibilidade e, até mesmo, na perda da própria legitimidade social.

Para refinar nossa análise, apresentaremos a distribuição do rebanho entre os produtores ao longo do tempo. Mais uma vez desdobraremos nosso recorte temporal em três intervalos. Este procedimento nos permitirá examinar as transformações ocorridas na distribuição do gado de acordo com as faixas de dimensão dos rebanhos e, a partir disso, teremos melhores subsídios para avaliar como a estrutura da atividade pastoril se transformou ao longo das três décadas que abordamos. Na figura 2, que segue abaixo, exibimos como se processou a representatividade dos diferentes produtores segundo a envergadura do seu rebanho bovino.

Figura 2 – Participação dos criadores de acordo com a dimensão do rebanho (Vila de São Borja, 1828 – 1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaquí (1830 – 1858), APERS.

Os números do primeiro intervalo mostram um grande equilíbrio. Cada faixa de criador atingiu 33% de representatividade. Para os períodos posteriores, o que se nota é o

expressivo aumento da proporção dos pequenos criadores, em conjunto com a significativa redução da participação dos grandes e médios produtores, embora estes últimos tenha tido uma retração mais moderada. Em alguns aspectos, os números que apuramos se assemelham aos levantados por Luís A. Farinatti para Alegrete. O dado mais notável averiguado por este autor foi a importante contração na representatividade dos grandes criadores. De 38% alcançados nos anos 1830, década em que chegaram a ser a maioria dos produtores, eles despencaram para 12% e 9% nas décadas posteriores, respectivamente. O inverso se deu com os pequenos criadores que, segundo Farinatti, “partiram de cerca de 35% na década de 1830, passando para 53% na seguinte, e daí, para 61% no terceiro período [década de 1850]” ([2007] 2010a, p. 152). A diferença das transformações verificadas em São Borja e Alegrete ocorreu com o comportamento visto para os médios produtores. Enquanto que na primeira eles tiveram uma considerável, e contínua, diminuição na sua participação, saindo de 33%, passando por 27% e chegando em 21%, na segunda, aumentaram sua proporção se levados em consideração o primeiro, no qual representavam 27%, e o último intervalo, em que eram cerca de 30%, embora tenham atingido em torno de 32% no segundo intervalo. Para Farinatti,

um dos aspectos que influiu nessa dificuldade de reprodução de estabelecimentos pecuários de enorme envergadura foi a crise conjuntural sofrida pela pecuária na fronteira na década de 1840. [...], a alta média de reses por inventário, [...], na década de 1830, despencou nos decênios seguintes sem conseguir jamais retornar aqueles patamares. Esses fatores, ajudam a explicar o incremento dos medianos criadores na década de 1840, estrato inchado por uma parcela dos grandes criadores, que viram seus rebanhos se reduzirem de maneira importante, sob as dificuldades impostas pela nefasta conjunção de guerras, epizootias e secas que abalou a economia da região e fez sentir sua influência até os primeiros anos da década de 1850 ([2007] 2010a, p. 152).

Se em Alegrete a crise da atividade pastoril fez com que certa parte dos grandes criadores tenha tido seu rebanho reduzido, causando o dilatamento do estrato dos médios produtores, seguindo a mesma linha de raciocínio de Farinatti, podemos sugerir que em São Borja os médios criadores foram tão, ou mais, prejudicados quanto os grandes. Explica-se: tendo em vista que boa parte dos grandes criadores que perdiam animais acabava por engrossar o grupo dos médios produtores, para que este grupo tenha sofrido uma diminuição, frequente e considerável, em sua representatividade, tal como ocorreu em São Borja, teria sido necessário que um grande número deles tenha perdido significativa parte de seus rebanhos.

Mas a explicação para o grande aumento dos pequenos criadores ao longo do tempo passa também pela forma peculiar de como se processou a ocupação das terras no Espaço Oriental Missioneiro ao longo de toda a primeira metade do século XIX. Mais de uma vez já referimos que o início do povoamento luso-brasileiro na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro se deu nas primeiras décadas do Oitocentos, e que a sua intensificação e consolidação se acelerou entre as décadas de 1830 e 1850. Entre 1801 e fins dos anos 1850, as formas de ocupação das terras passaram por muitas transformações, e com isso, a própria estrutura socioeconômica e produtiva da região ia se modificando. E não se pode desprezar o papel desempenhado pela guerra, e pela militarização, no processo de ocupação do território sul-riograndense como um todo e, particularmente, na fronteira oeste. De acordo com Farinatti,

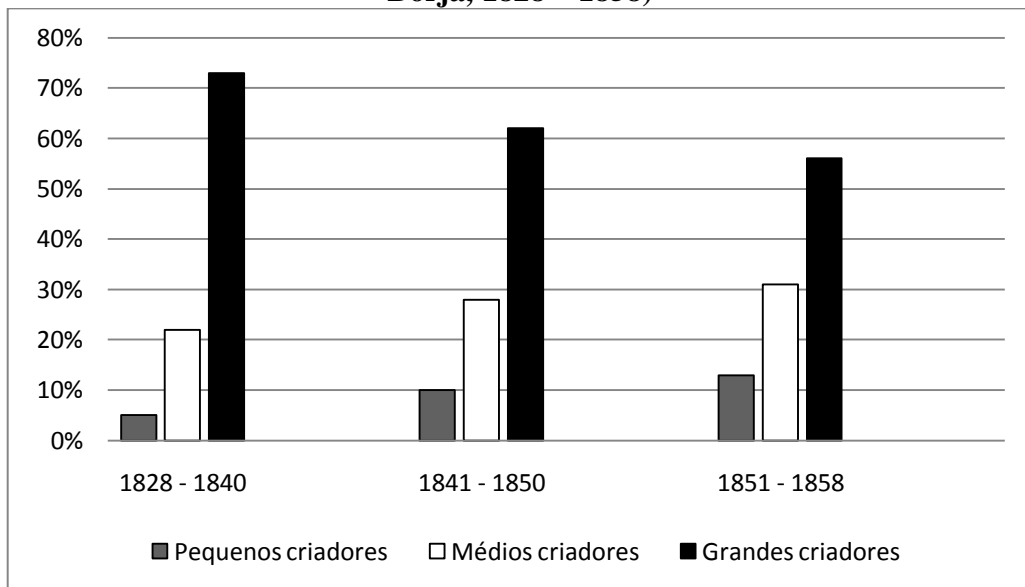
naquele universo, os comandantes militares tinham ingerência sobre *doações de terras*, repartição de gado, recrutamento de combatentes, abastecimento das tropas, passagem de animais e mercadorias pela fronteira, além da política regional. Todos estes fatores tinham implicações diretas na economia pecuária e na vida social ([2007] 2010a, p. 152) [*grifos nossos*].

De fato, como demonstrou Paulo Zarth ([1994] 2002), os grandes latifúndios pastoris se constituíram durante a primeira metade do Oitocentos, principalmente, nas três primeiras décadas, momento em que se investiu sobre a fronteira agrária aberta com a conquista do Espaço Oriental Missioneiro, e quando os comandantes militares desfrutavam do auge do seu prestígio social e perante o Estado.⁴⁶ Portanto, a significativa participação de grandes proprietários de gado na década de 1830 em São Borja (ver figura 2) e Alegrete retratam esta conjuntura de formação das grandes propriedades pecuaristas. Por conseguinte, com os desdobramentos do processo de ocupação, – a consolidação e intensificação do povoamento luso-brasileiro naquele espaço e o progressivo fechamento da fronteira agrária –, e com os problemas que provocaram a diminuição do rebanho bovino, entre fins dos anos 1820 até fins dos anos 1850, houve o expressivo aumento dos pequenos criadores na fronteira oeste da província.

⁴⁶ Farinatti percebeu que do início até meados do século XIX os chefes militares (e demais potentados locais) passaram por um processo de redução de seu poder e prestígio, enquanto a estrutura burocrática estatal se enraizava, consolidando o Estado Imperial brasileiro. Entretanto, o autor ressalva que, “os poderes dos comandantes militares sofreram transformações, mas não desapareceram. Eles seguiram influenciando a economia e a reprodução da hierarquia social”. ([2007] 2010a, p. 224).

Sabemos, portanto, como se transformou a estrutura produtiva da pecuária no tocante a participação dos criadores no universo de pecuaristas. Precisamos, agora, identificar como se modificou no tempo a concentração do gado segundo as envergaduras dos criadores.

Figura 3 – Concentração do gado de acordo com a dimensão do rebanho (Vila de São Borja, 1828 – 1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 - 1858), APERS.

Para se elaborar uma análise fidedigna sobre as transformações pelas quais passou a concentração do gado na região das Missões, faz-se necessário relacionar os dados da figura 3 com aqueles já apresentados na figura 2. Em suma, a figura 2 mostrou que, ao mesmo tempo em que a participação dos pequenos criadores no universo dos produtores aumentou expressivamente nas décadas de 1840 e 1850, a representatividade dos grandes e médios se reduziu bastante, sendo que a queda foi mais acentuada na proporção dos maiores pecuaristas.

Sendo assim, examinada isoladamente, a figura 3 passa a imagem que teria havido uma tímida desconcentração do gado, já que exibe uma tendência de paulatina redução da concentração de animais nos grandes rebanhos e um conseqüente aumento da posse de gado entre os médios e pequenos criadores. Todavia, cotejando os dados das duas figuras (2 e 3), percebe-se que o que de fato ocorreu, no decorrer daquelas três décadas, foi a manutenção de uma profunda desigualdade na distribuição do rebanho. Enquanto que no primeiro intervalo, os grandes criadores, que compunham 33% do total dos produtores, detinham 73% dos animais, no último período eles concentravam 56%, mas representavam apenas 13% dos criadores. Por outro lado, os pequenos pecuaristas que no primeiro intervalo também

representavam 33% dos criadores e possuíam 5% do gado, na década de 1850, formavam impressionantes 66% dos produtores, e eram donos de apenas 13% do rebanho.

Portanto, podemos perceber que, se por um lado, a composição da estrutura produtiva se alterou – passando de uma realidade de forte equilíbrio entre a representatividade de cada grupo de produtores para outra em que se destacava o expressivo número de pequenos produtores e um reduzido número de médios e grandes criadores –, por outro, a desigualdade na distribuição do gado se conservou e, talvez, tenha até mesmo se acentuado. A atividade pastoril atraiu, gradativamente, ao longo do período abordado, uma multidão de pequenos produtores. Não obstante, foi constante a concentração de parte significativa dos animais nos rebanhos dos grandes criadores, os quais, por sua vez, se tornaram cada vez menos representativos diante o universo de produtores. Enfim, pode-se dizer que na região das Missões, assim como na Campanha, se erigiu uma hierarquia pastoril em que uma pequena elite pecuarista convivia com uma larga base composta por muitos pequenos produtores, entre os quais se encontravam uma significativa parcela de produtores que forçosamente necessitavam desenvolver outra atividade econômica além da pecuária de gado bovino.

Encerrando nossa análise sobre a pecuária bovina, se faz necessário colocar que outra característica bastante significativa da pecuária na região das Missões foi que a grande maioria dos produtores tinha a propriedade da(s) terra(s) onde criavam seus animais. Dos 101 criadores analisados, 93 eram proprietários de bens de raiz rurais, este número corresponde a um percentual de 92%. Somente há criadores sem a posse de terras entre os pequenos produtores. Neste grupo, em todo o período (1828 – 1858), em torno de 87% dos criadores eram donos de terras. Um dado bastante eloquente sobre o acesso à posse da terra nesta região, e que corroboram a apreciação feita por Maximiliano Mac Menz. Em um artigo, Menz (2002), se utilizando de inventários *post-mortem*, comparou as Vilas de São Borja e Alegrete entre 1834 e 1844. Para esta, ele constatou a significativa presença de grandes criadores, os quais todos eram proprietários de terras. Já na faixa de pequenos produtores a maioria não as possuía, e no grupo dos médios criadores, boa parte também não era proprietária de terras. Por outro lado, para a Vila de São Borja, além de verificar que todos os médios e grandes criadores possuíam terras, Menz averiguou grande presença de produtores de menor envergadura (comparados aos criadores de Alegrete), sendo que a maior parte destes pequenos proprietários detinha a posse de terras. Nas palavras de Menz,

as diferenças quanto à concentração de terras propícias à criação nas duas regiões são acentuadas. Enquanto que na zona de São Borja a

grande maioria, inclusive os donos de pequenos rebanhos, as possuía, em Alegrete até mesmo proprietários de mais de 5.000 cabeças não chegavam a possuir terras, sem falar dos pertencentes ao grupo 1 [pequenos criadores] – nos inventários analisados não havia algum que tivesse terras de criação (2002, p. 165).

Tomando em conjunto os dados que apresentamos e as informações coletadas no texto de Menz, mesmo cientes que este autor considerou o intervalo de 1834 a 1844, pode-se perceber que, se em Alegrete os pequenos criadores estavam atrelados aos grandes, já que tinham dificuldade de se tornarem proprietários de campos de criação, em São Borja (onde, entre 1828 – 1858, 87% dos pequenos criadores eram donos de bens de raiz rurais), eles teriam maior autonomia diante dos grandes pecuaristas, uma vez que significativa parcela deles conseguiu se tornar proprietária de terras. André Corrêa verificou que em Caçapava entre as décadas de 1820 e 1840 aumentou a proporção dos inventários que não tinham extensões rurais: eles eram 17% na década de 1820, passando a 32% nos 1830 e 27% na década posterior (2013, p. 59). Para todo período de seu exame, Corrêa averiguou que 24% dos criadores de animais *vacuns* não tinham terras (2013, p. 61). Especificando pela envergadura dos criadores, o autor constatou que em torno de 28% dos criadores com até 500 reses não possuíam terras. Por sua vez, 27% dos criadores que detinham rebanhos que contavam entre 501 e 1000 animais não tinham extensões territoriais. Em contrapartida, apenas 5% dos criadores com mais de 1000 reses não tiveram terras inventariadas (2013, p. 61).

Pelas evasivas informações contidas nos inventários sobre as extensões das propriedades, é quase impossível se realizar projeções da concentração das áreas de campos. Na maioria dos documentos, aparecem expressões como uma *sesmaria de campo*, um *rincão de campo*, um *pedaço de campos*, uma *data de campos* ou *matos*. E suas medições são ainda menos esclarecedoras, os contemporâneos se referiam entre outras em tantas *braças*, *léguas de frente e de fundos* ou de *largo e comprido*. Entretanto, com base na concentração do rebanho bovino, não é desproporcional sugerir que a distribuição fundiária repetia a mesma estrutura. Ou seja, no caso de São Borja, a existência de uma estrutura que comportava uma grande quantidade de pequenos proprietários de terras ao lado de uma acanhada elite terratenente, a qual concentrava em seu poder amplas extensões territoriais, onde, sem dúvida, se encontravam os melhores campos para a criação.

No entanto, além do pastoreio do gado *vacum*, a pecuária de gado muar também se constituiu em uma atividade importante em diversas regiões do Rio Grande de São Pedro. No

próximo subcapítulo abordaremos a estrutura produtiva da criação de mulas na região das Missões, comparando com as regiões vizinhas.

1.3 As mulas com cabeça: a pecuária muar na região das Missões

Embora seja bastante complicado estimar com precisão a representatividade e o volume da produção da pecuária muar no conjunto da atividade pastoril das estâncias e, por conseguinte, da região em análise, estabelecemos alguns parâmetros para demonstrar como esta atividade era amplamente desenvolvida. Além da presença das próprias mulas, se pode identificar que um estabelecimento se dedicava a pecuária muar através da presença de animais envolvidos na produção daquelas. Seguiremos, portanto, os passos indicados por Mariana Canedo (1993). Para examinar qual envergadura adquiriu a produção de mulas na Campanha de Buenos Aires na segunda metade do século XVIII, tal autora considerou sob a rubrica muar tanto os animais muares quanto os asininos.

A produção de mulas não ocorre de forma natural. A mula é um animal híbrido que surge do cruzamento entre burros (gado asinino) e éguas (gado equino). Portanto, se tratava de

um processo complexo, que passa pela separação dos rebanhos de distintas espécies – os asininos e os equinos – sub-repartidos por sexo, isolados dos reprodutores de outros animais de sua própria espécie, requerendo vigilância constante para não pôr a perder o burro reprodutor (burro *hechor*). [Este animal era bastante valorizado, pois recebia um] adestramento e tratamento especial desde o seu nascimento, para posterior cobertura de éguas, também condicionadas desde filhotes à aceitação dos burros reprodutores. As éguas para este tipo de produção receberam também uma designação própria, chamadas de éguas de cria, éguas de cria de mulas ou éguas de ventre (HAMEISTER, 2003, p. 75).

É importante destacar que a complexidade do processo produtivo do gado muar exigia que uma considerável quantidade de braços fosse empregada em tal atividade. Conforme Mariana Canedo, “las peculiaridades de la producción implican el insumo de mano de obra fija y estacional, muy superior al que exige la explotación del vacuno” (1993, p. 159).

Neste estudo, todos os inventários que continham burros *hechores*, burros e/ou éguas em cria de mula foram considerados como uma unidade produtora de gado muar. Thiago Araújo observou que “muitos dos animais cavалares descritos eram utilizados para a

reprodução de muares, o que pode ocultar a importância dessa produção” (ARAÚJO, 2008, p. 43). Por sua vez, de forma mais pormenorizada, Paulo Zarth colocou que

convém analisar que a produção de muares estava estreitamente ligada à criação de fêmeas cavалares – as éguas – que são as matrizes para a criação daqueles [...]. Dessa forma, os animais cavалares que aparecem na figura são na maioria matrizes destinadas à criação de mulas, estas de extrema importância no mercado da época. Ou seja, os cavалares, na verdade, não tinham a importância da mula no mercado. Essas condições podem induzir a erros de avaliação e creditar exagerada participação de animais cavалares em relação aos muares, em termos de importância comercial. Por isso, nos inventários *post-mortem* é mais provável que se encontre maior quantidade de éguas do que de mulas. A importância das bestas em termos econômicos pode ser medida pelo preço: uma mula era vendida, em 1861, pelo preço médio de quinze mil réis e uma égua valia em torno de 2,5 mil réis. Assim, podemos afirmar que o gado *vacum* e o gado muar eram os mais importantes animais comercializados pelas estâncias, até o final do século XIX ([1988] 1997, p. 109).

A importância comercial das mulas se deve à alta capacidade de carga deste animal provinda de suas características físicas. Segundo Canedo,

las mulas se caracterizan por su resistencia: su rusticidade le permite soportar el clima duro y el trabajo agotador, con pocos riesgos de enfermedad. Debido a la gran resistencia de sus patas se le atribuye la posibilidad de jalar más que un caballo de su mismo tamaño. Tiene además, un coeficiente de digestibilidad para la celulosa mucho mayor que el caballo, lo que le permite aprovechar alimentos más ‘groseros’ y baratos. También es importante su inclinación a comer sólo lo que necesita, generando inmunidad a enfermedades y disturbios digestivos. Su longevidad es grande como la del asno: rinde al máximo de los 3 años y medio a 5, persistiendo hasta los 20 y más (el caballo llega hasta los 15) (1993, p. 155).

Acrescenta-se também que tais animais eram, talvez, os únicos capazes de se embrenhar em picadas íngremes (ELLIS apud HAMEISTER). Devido a isso, as mulas foram largamente utilizadas para o transporte de cargas desde os tempos coloniais. As regiões de grandes lavouras voltadas à exportação no sudeste e nordeste, além das áreas mineradoras, eram os principais centros consumidores do gado muar.

O Rio Grande de São Pedro se vinculou ao circuito produtivo e comercial do gado muar na segunda metade do século XVIII. Conforme Helen Osório,

no mais antigo recenseamento de rebanhos, o de 1741, produzido quatro anos após a fundação de Rio Grande, os animais foram simplesmente divididos entre ‘vacas, éguas e ovelhas’, não constando muares, cuja criação não deveria ser significativa naquele momento inicial; as tropas de bestas do rio da Prata atravessavam o território até chegarem aos mercados paulistas e mineiros. Quando da tomada de Rio Grande, 22 anos mais tarde, no entanto, eles já representavam, nos territórios que foram perdidos pelos portugueses, 1% dos animais e 7,4% do valor do rebanho total ([1999] 2007, p. 118) [*grifos da autora*].

A partir desse momento, paulatinamente, os produtores sul rio-grandenses passaram a investir na produção de muares. Segundo Luís A. Farinatti,

no meado do século XIX, o principal destino dos muares produzidos no Rio Grande do Sul seguia sendo a Feira de Sorocaba, de onde eram encaminhados, principalmente, para as regiões cafeeicultoras do Rio de Janeiro e, depois, de São Paulo. [...]. [...] ainda que a principal produção de muares se fizesse no norte da província, nos municípios de Cruz Alta e Passo Fundo, a Campanha não estava fora desse circuito. [...]. O número de mulas comercializadas na Feira de Sorocaba ascendeu, continuamente, ao longo da primeira metade do século XIX, tendo dado um salto na década de 1850, retrocedendo a partir da década de 1860, até entrar em profunda crise, quando da difusão das ferrovias no final do século ([2007] 2010a, p. 118).

Ao longo de todo esse período que se estendeu desde meados do século XVIII até fins do século XIX a criação de muares se erigiu em uma possibilidade de diversificar a produção no interior das estâncias. De passagem pela região das Missões entre dezembro de 1833 e fevereiro de 1834, Arsène Isabelle anotou que “toda a campanha⁴⁷ próxima ao Piratini [rio da região das Missões, afluente do Uruguai, que tangencia a localidade de São Nicolau, ver mapa 5] é acidentada e as pastagens são adequadas à criação de cavalos, mulas e animais lanígeros. Faz-se grande comércio de muares com a vizinha província de São Paulo” (2006, p. 201). Em outra passagem, passando pela serra próxima a Santiago do Boqueirão, o viajante comentava sobre a falta de sal que comprometia a produção pecuária em tal região, segundo sua avaliação “seria fácil remediar o inconveniente da falta de sal, com meios de transporte capazes de trazê-lo, seja pela via do Uruguai e do Ibicuí, seja pela de Porto Alegre e do Jacuí. Então, formar-se-iam estabelecimentos muito úteis nessas montanhas, destinados à criação de animais, principalmente de muares” (p. 204). Isabelle relatava, portanto, uma importante

⁴⁷ A expressão campanha foi utilizada com o sentido de extensão de campo e pastagens.

atividade da matriz produtiva da região. Nas próximas páginas, buscaremos, por meio dos inventários *post-mortem*, perceber suas características e a dimensão que tomou.

Na Vila de São Borja, ao longo do período dessa investigação, dos 110 inventários que estamos examinando, em 106 deles foram descritos animais de algum tipo de rebanho. Entretanto, destes, excluimos mais uma vez o inventário de Silberto Teixeira da Luz⁴⁸ e Joana Dias,⁴⁹ ficando para a amostra sobre a qual realizaremos a apreciação da pecuária muar 104 inventários.

Destes 104 inventários contemplados na análise, encontramos indícios de criação de gado muar em 77 deles. Em termos proporcionais este número representa 74%. Em 50 inventários foram descritos burros *hechores* e mulas, em outros 15 foram arrolados apenas burros *hechores*, em outros 2 casos foram listados burros (sem o qualitativo *hechor*) e nos 10 inventários restantes alistaram-se somente mulas. De todos estes 77 produtores, somente um, Antônio José Guimarães, se dedicava exclusivamente a criação de gado muar. O inventário deste sujeito foi aberto no ano de 1848 e contava com 104 éguas chucras, 8 potros, 40 ovelhas, 8 mulas de marca e 1 burro *hechor*.⁵⁰ Os outros 76 produtores de muares também praticavam a criação de gado bovino. Isto nos sugere que a criação de muares esteve consideravelmente difundida, se erigindo como uma possibilidade de diversificar a produção no interior das estâncias e, conseqüentemente, de matizar a matriz produtiva da região das Missões. Este dado está em consonância com o cenário produtivo da campanha buenairense na segunda metade do Setecentos. Mariana Canedo averiguou que naquela região

no se registran productores especializados en un tipo de ganado que excluyan a los otros tipos, ni a la producción agrícola u otras actividades. Los criadores de mulas de los Arroyos lo son de ganado vacuno, tienen caballos, algunos poseen bueyes y muchos ovejas, también cultivan o trajinan con sus carretas. [...]. [Así] la producción de mulas no es provativa de um sector social determinado; es más, los casos analizados muestran que esta actividad cruza la estructura social en la zona (1993, p. 156; 157).

Diante as incertezas daquele mundo, os produtores tinham de elaborar estratégias para aumentar suas margens de seguranças frente a um contexto histórico repleto de vicissitudes

⁴⁸ Detinha apenas dois animais *vacuns* e nenhum outro tipo de animal. Além disso, seus bens eram compostos de instrumentos agrícolas e atafona, portanto, acreditamos que esse indivíduo se dedicava quase que exclusivamente a agricultura.

⁴⁹ Possuía apenas 4 animais cavaleares, portanto, não consideramos como criadora.

⁵⁰ Inventário de Antônio José Guimarães. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, ano: 1848, processo nº: 04, APERS.

(LEVI, 2000). Talvez, para eles, a criação de mulas tenha se apresentado como uma das estratégias mais viáveis para diversificar a produção e, em consequência, ampliar seu leque de possibilidades econômicas e produtivas para, assim, se tornar menos vulneráveis as precariedades do universo em que estavam inseridos.

Ao verificar que 48,3% do rebanho de Cruz Alta era composto por animais cavалares, muares e asininos, Thiago Araújo argumenta que,

a produção e o comércio de gado *vacum* e de gado muar eram as atividades pecuárias de maior importância na região [do Planalto], embora a produção de mulas fosse muito mais importante na vila quando comparada com outras regiões do Rio Grande. [...]. Essa diversificação do rebanho por parte dos criadores é uma especificidade econômica importante [...] [e] somada à prática intensiva da agricultura [...] dotava a vila [de Cruz Alta] de um pouco mais de elasticidade para enfrentar as conjunturas de baixa no mercado pecuário, o que talvez possa explicar, em parte, a continuidade e a importância da escravidão para a maioria dos estancieiros as vésperas da abolição (2008, p. 41; 43).

Como já argumentamos, é bastante difícil elaborar uma projeção do volume da produção muar. No entanto, cremos que se uma atividade significativamente complexa, que exigia um considerável grau de especialização e investimento (monetário, de tempo, mão-de-obra, etc.), estava disseminada por boa parte dos estabelecimentos produtivos, era porque se apresentava comercialmente atrativa e, também, economicamente viável. Logo, os volumes de produção não deveriam ser desprezíveis, pois cada produtor buscaria retirar de seus investimentos um resultado minimamente aceitável. Obviamente, não consideramos estes criadores de meados do século XIX dotados de uma racionalidade econômica capitalista que visa a maior racionalização produtiva e otimização do lucro. Porém, cremos ser inegável que mesmo munidos de uma racionalidade específica, a qual não seria regida apenas pelos ditames do mercado e que, sem dúvida, levaria em conta diversos fatores extra-econômicos, todos aqueles produtores buscavam obter resultados minimamente suficientes em suas atividades produtivas. Afinal, seria por meio destes resultados que conseguiriam reduzir suas incertezas naquele contexto repleto de precariedades (como as guerras, intempéries climáticas, pestes, etc.) e, assim, se conservarem inseridos em ambientes estáveis, onde pudessem organizar suas vidas dentro de um horizonte de previsibilidade, o qual se buscava constantemente aprimorar (LEVI, 2000; ESPADA LIMA, 2005).

Já para a região da Campanha, Farinatti aponta que,

em Alegrete, os muares, que nos períodos anteriores estiveram presentes em 40 a 45% dos inventários, ampliaram um pouco sua presença para 55% na década de 1850 e voltaram para os padrões anteriores no decênio seguinte. Essa pequena ampliação na difusão da criação de mulas e seu retrocesso posterior se deveram a uma conjuntura favorável no mercado sorocabano e à crise que lhe sucedeu ([2007] 2010a, p. 118).

Os dados apresentados pelo autor estão, consideravelmente, aquém dos que levantamos para a região das Missões. Se em Alegrete o gado muar esteve presente no máximo em 55% dos estabelecimentos produtivos, fato ocorrido nos anos 1850, em São Borja, a presença dos animais muares nas unidades produtivas jamais foi menor do que 69%, índice constatado na década de 1840. Os números apresentados pela figura 4 comprovam a importância da criação de mulas em São Borja.

Figura 4 – Presença do gado muar nos inventários (Vila de São Borja, 1828 – 1858)



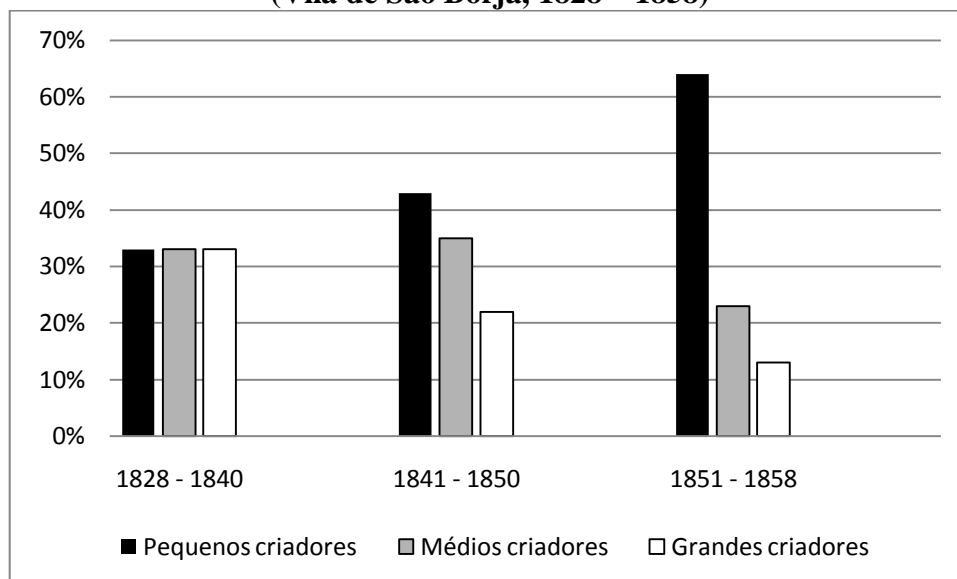
Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 - 1858), APERS.

Apesar da variação negativa ocorrida do primeiro para o segundo intervalo, quando a representatividade dos criadores de muares caiu de 75% para 69%, no último, estes produtores aumentaram sua presença para 77%. Esse comportamento se assemelha ao ocorrido em Alegrete, onde a maior presença da pecuária muar nos inventários também se deu na década de 1850, embora, como acabamos de ver, os índices tenham sido bem inferiores aos constatados para a região das Missões.

Visto a importância da produção mular, precisamos esboçar algumas características da estrutura produtiva desta atividade criatória. Para isso, iremos estabelecer uma relação entre a pecuária mular e a *vacum*. Daqueles 77 inventários onde encontramos indícios de criação de gado mular, tivemos que excluir desta análise específica um deles, o processo de Antonio José Guimarães.⁵¹ Isto ocorreu porque este sujeito não possuía animais *vacuns*. Consequentemente, não pôde ser classificado em uma faixa de envergadura de rebanho *vacum*. Desse modo, os dados da figura 5 foram elaborados por meio de uma amostragem de 76 inventários de produtores que se dedicavam a ambas as criações.

Em primeiro lugar, é preciso colocar que em todo o período, 54% dos produtores de mula eram pequenos criadores de animais *vacuns*, 28% eram médios criadores e o restante, 18%, eram grandes criadores. Mas, talvez, os dados mais interessantes sobre a presença dos criadores de mula estejam nas importantes transformações pelas quais passou a estrutura produtiva de gado mular no decorrer daquelas três décadas.

Figura 5 – Presença de produção mular de acordo com a envergadura do rebanho bovino (Vila de São Borja, 1828 – 1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 - 1858), APERS.

Nesta figura 5, relacionamos as diferentes dimensões dos rebanhos *vacum* com a presença de produção de gado mular. No primeiro intervalo se pode perceber que a produção de mulas parecia ser uma atividade que despertava o interesse em todos os criadores de animais bovinos, independente da dimensão do rebanho. A estrutura produtiva da pecuária

⁵¹ Inventário de Antônio José Guimarães. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, ano: 1848, processo nº: 04, APERS.

muar, no período de 1828 a 1840, contava, equitativamente, com produtores entre as três faixas de envergadura dos criadores de gado *vacum*, ou seja, cada uma delas detinha uma fatia de 33% dos produtores muares. No decorrer do período, a estrutura produtiva da produção muar passou a contar com maior número de pequenos criadores de gado *vacum*. Na década de 1840 eles já representavam 43% dos criadores de mulas, enquanto que os médios haviam obtido uma leve elevação de sua participação, chegando aos 35%, e os grandes tinham se reduzido a 22%. Por fim, nos anos 1850, os pequenos criadores de bovinos saltaram para expressivos 64% dos produtores de mula, os médios tinham se reduzido a 23% e os grandes voltaram a cair, alcançando apenas 13% dos criadores de mula.

Em síntese, ao longo do período que abordamos, o universo produtivo da pecuária muar passou a ser composto em grande parte por pequenos criadores de animais bovinos. Notem que isto não significa dizer que os pequenos criadores concentravam a posse do gado muar, nem que eles eram responsáveis por grandes volumes de produção de muares. Muito provavelmente, se tivéssemos informações confiáveis para elaborarmos uma estrutura de posse de gado muar, ela seria bastante semelhante à estrutura de posse do gado bovino. Ou seja, haveria uma pequena elite de grandes produtores de muares, que concentrariam a maior parcela do rebanho, dividindo espaço com uma legião de pequenos produtores, que dividiriam entre si uma pequena fatia do rebanho.

No que tange à frequência com que os produtores desenvolviam a pecuária *vacum* e a pecuária muar, constatamos que 72% dos criadores de animais *vacuns* também se dedicavam a produção muar.⁵² Para o período colonial, utilizando-se de inventários *post-mortem*, Helen Osório constatou que entre os estancieiros, produtores que possuíam mais de cem cabeças de gado *vacum*, “47% criavam muares, sendo essa proporção de 42% entre os estancieiros médios e 60% entre os grandes estancieiros” ([1999] 2007, p. 123). Refinando sua análise, a autora coloca ainda que:

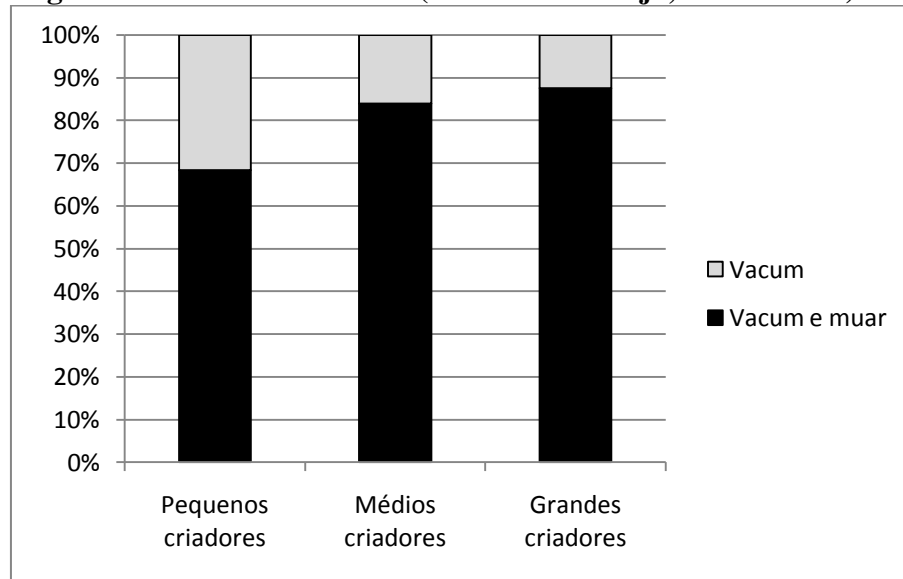
a importância dos muares é notória no primeiro subperíodo, 1765-1785, quando representavam 24% do valor total do rebanho, sendo criados por 56% dos estancieiros. Porém, nos períodos subsequentes, essa atividade decaiu bruscamente até que, entre 1815-1825, não ultrapassava 1,5% do valor do rebanho, e apenas 36% dos estancieiros praticavam-na ([1999] 2007, p. 123).

⁵² Da amostra de 104 inventários que contava com algum tipo de rebanho excluimos três, pois não possuíam gado *vacum* entre os bens arrolados. Portanto, a figura 6 foi elaborada a partir de uma amostragem de 101 processos.

Segundo Osório, a redução da importância da criação de mulas da segunda metade do século XVIII para o primeiro quartel do Oitocentos parece estar vinculada, entre outras coisas, a duas razões capitais: 1) a difusão pecuária muar em outras áreas da América portuguesa localizadas mais próximas dos centros consumidores, como em São Paulo e nas Minas Gerais, e; 2) a instauração e consolidação inicial da indústria do charque, ocorridas a partir dos anos 1780, fatos que desencadearam o crescimento do consumo e produção de animais *vacuns*.

A figura 6 nos mostra que a coexistência de ambas as criações foi mais comum entre os grandes criadores de bovinos. Nesta faixa, aproximadamente 88% dos produtores criavam animais *vacuns* e muares. Entre os médios criadores, 84% se dedicavam as duas criações. Enquanto que na mais numerosa faixa, a dos pequenos criadores de gado *vacum*, 68% produziam os dois tipos de animais, um índice que não deixa de ser significativo. Se decomposmos esta última faixa em dois grupos, criadores com até 100 reses e aqueles que possuíam de 101 a 500 reses, perceberemos que o primeiro no grupo 70% também criavam mulas, e no segundo, 68% também produziam muares. Para Cruz Alta (1834 – 1879), Thiago Araújo constatou que no primeiro caso, 57,5% dos criadores de reses também desenvolviam a pecuária muar, enquanto que no segundo caso 57,1% deles se dedicavam a estas duas produções. Tendo em conta que os estudos como o de Zarth ([1988] 1997; [1994] 2002), e também do próprio Araújo (2008), apontam que a pecuária muar teve maior destaque no Planalto do que em outras regiões da província, os dados examinados parecem sugerir que a criação de mulas na região das Missões no mínimo esteve bem próxima da envergadura que assumiu no Planalto. Também é preciso ponderar que os dados apresentados por Araújo consideram um período de tempo bem maior do que estamos analisando nessa investigação, além disso, nas últimas três décadas da segunda metade do século XIX, a produção muar entrou em decadência devido à construção de ferrovias, sem dúvida, esta situação refletiu nos números expostos por Araújo.

Figura 6 – Frequência da coexistência de produção *vacum* e muar de acordo com a envergadura do rebanho bovino (Vila de São Borja, 1828 – 1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaquí (1830 – 1858), APERS.

A busca pela diversificação das atividades pecuárias parece ter sido a regra entre todas as faixas de criadores. Mesmo que a criação de mula tenha sido mais frequente entre os médios e grandes produtores de gado *vacum*, os pequenos criadores, que sofriam com a limitação de recursos, também procuravam desempenhar ambas as atividades criatórias. Como vimos, os pequenos criadores de animais *vacuns* representaram aproximadamente 54% dos criadores de mula. Desdobrando essa faixa em dois grupos de produtores: aqueles com rebanho entre 101 e 500 animais e outros de criadores com menos de 101 animais, constatamos que os produtores com menos de 101 animais *vacuns* eram 22% dos criadores de muares, sendo que sua proporção chegava a 41% entre a faixa de pequenos criadores de bovinos produtores de mulas. Além disso, outro dado bastante interessante sobre os criadores com menos de 101 animais *vacuns* é que 68% do universo total destes criadores produziam mulas.

Neste ponto, é preciso levar em conta, novamente, e de forma mais detalhada, o que Helen Osório definiu para aqueles produtores que possuíam rebanhos com menos de 101 animais. A autora constatou que produtores com rebanhos menores do que 101 animais *vacuns* não podiam tirar o sustento para si e seu grupo familiar apenas com os rendimentos oriundos do pastoreio, ou seja, invariavelmente teriam que desenvolver outra atividade econômica, a qual, na grande maioria dos casos que analisou, era a agricultura. Com base no Censo de 1784, Osório verificou que “os produtores denominados como ‘lavradores’

possuíam, em média, 61 desses animais [...] [e] se dedicavam prioritariamente à agricultura” ([1999] 2007, p. 105) [*grifos da autora*]; e dentre aqueles com menos de 101 animais, “82,6% dos proprietários com ocupação declarada eram ‘lavradores’ e possuíam em média 37 cabeças de gado” ([1999] 2007, p. 105) [*grifos da autora*].⁵³ Assim, se os criadores com menos de 101 animais *vacuns* tinham inevitavelmente que recorrer à outra atividade econômica para lograr o seu sustento e de seu grupo familiar, parece que na região das Missões a pecuária muar se estabeleceu como uma importante e viável possibilidade produtiva para estes modestos produtores.

A análise de todos estes dados quantitativos ajuda-nos a apreender de maneira mais nítida o alcance social e econômico da pecuária muar em São Borja. Mas tal condição não ficou expressa somente de forma indireta nos inventários *post-mortem*. Um relatório da Câmara de Vereadores de São Borja é bastante revelador sobre a importância que a produção de mulas adquiriu no município:

não merece menção especial o comércio de animais cavалares porque só é efetuado sua compra e venda no interior do Município em pequena escala, salvo nas ocasiões que são vendidos para (ilegível). Não acontece outro tanto com os *vacuns* e *muares*, cujo comércio é, *destes últimos* com especialidade apesar da baixa que tiveram, talvez a *única fonte de onde se derrama maior porção de dinheiro no Município*.⁵⁴

Segundo as informações prestadas pelas autoridades municipais, o processo produtivo-comercial da criação de mulas erigia-se na principal fonte de recursos para os cofres da municipalidade. Fica patente, portanto, que todo o nicho produtivo que envolvia a pecuária muar tomou uma dimensão que repercutia de forma expressiva em inúmeras dimensões na dinâmica socioeconômica e institucional da Vila de São Borja. A julgar pelo que foi exibido nesse subcapítulo, pudemos perceber a abrangência social da atividade criatória de muares, o seu papel estratégico na diversificação do complexo produtivo da região e na vinculação dos

⁵³ Na nota 83 da página 113, a autora coloca ainda que “além de 464 ‘lavradores’, encontravam-se nessa faixa (de até 100 cabeças de gado) pessoas com as seguintes ocupações: ‘mais lavoura que criação’ (41); ‘criador’ (21); ‘planta para o sustento de sua casa’ (10); artesão (10); ‘criador e lavrador’ (3); [...]” ([1999] 2007, p. 113) [*grifos da autora*].

⁵⁴ Carta anexa ao *Mappa demonstrativo das officinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Correspondência expedida pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

produtores da região ao circuito comercial da Feira de Sorocaba.⁵⁵ Sobre este último aspecto, podemos, mais uma vez, estabelecer um paralelo com o estudo de Mariana Canedo. Em sua análise, esta autora demonstra que a criação de mulas compunha “una extensa cadena que vincula a los productores de diferentes zonas de la campaña de con el polo minero [del Alto Perú]. Concentra de forma directa o a través de sus habilitados, mulas producidas desde la Magdalena al Arroyo de Medio por un archipiélago de criadores” (1993, p. 159).

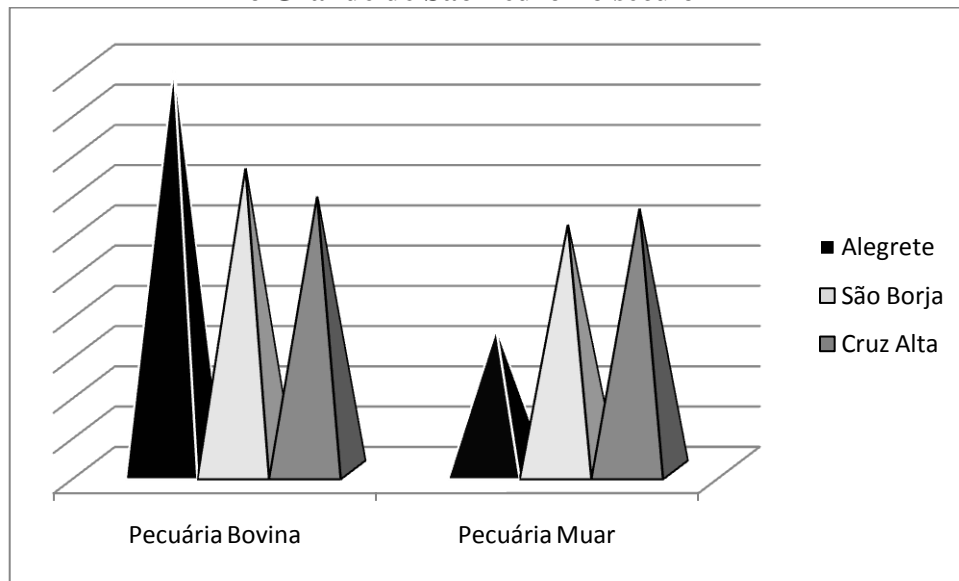
Além disso, embora o exame feito não revele de maneira precisa os volumes de produção e dos valores monetários envolvidos em tal atividade, ele exhibe indícios que insinuam que os recursos gerados pela pecuária muar eram importantes não só para os atores sociais diretamente envolvidos no processo produtivo como para o erário do município.

1.4 Gado aqui, ali e acolá: um breve quadro comparativo das pecuárias bovina e muar na fronteira oeste e planalto do Rio Grande de São Pedro

Rematando a análise sobre a atividade pastoril, esboçaremos um quadro comparativo sobre as dimensões alcançadas pela pecuária bovina e muar em três áreas distintas: a região das Missões (foco de nossa pesquisa), a Campanha sul rio-grandense e o Planalto sul rio-grandense. Chegamos ao cenário exposto na figura 7 por meio da análise realizada com os dados obtidos em nossa investigação e com a interpretação que fizemos dos trabalhos de Luís A. Farinatti ([2007] 2010a) e de Thiago L. de Araújo (2008). Obviamente que o resultado apresentado é de nossa inteira responsabilidade.

⁵⁵ Sobre circuitos comerciais e de contrabando de mulas entre o Rio Grande de São Pedro e a Feira de Sorocaba no período colonial ver: GIL (2002, p. 183 – 187; 2009, p. 45 – 61) e HAMEISTER (2002, p. 74 – 77).

Figura 7 – Diagrama das dimensões das pecuárias *vacum* e muar em distintas regiões do Rio Grande de São Pedro no século XIX



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 - 1858), APERS. Para Alegrete, Farinatti ([2007] 2010a); para Cruz Alta, Araújo (2008).

Ao longo do capítulo constatamos que a pecuária bovina de Alegrete era mais pujante do que a desenvolvida em São Borja, bem como a de Cruz Alta. Na comparação direta entre estas duas últimas, os dados apontam para uma razoável vantagem da primeira em relação à segunda. Já no tocante a criação de muares, a situação se inverte: Cruz Alta e São Borja possuíam estruturas produtivas de criação de mulas mais robustas do que a de Alegrete. Aqui, temos razões para acreditar que o vulto produtivo da pecuária muar de Cruz Alta tenha sido sensivelmente maior que a de São Borja.

Em Alegrete, na Campanha, se praticava o pastoreio bovino em grande escala, enfim, era uma região onde a pecuária *vacum* se caracterizou por um elevado grau de especialização. Entre outras coisas, essa situação é atribuída, em grande parte, aos ótimos campos daquela área. A pecuária muar, embora não fosse desprezível, estava bastante aquém da produção de muares que se erigiu em São Borja e, especialmente, em Cruz Alta. Por sua vez, na região de Cruz Alta, que abrangia grande parte do Planalto, parece ter havido o maior equilíbrio entre as dimensões das pecuárias muar e *vacum*. Zarth ([1988] 1997), Farinatti ([2007] 2010a) e Araújo (2008) apontam para essa especificidade daquela região. Ainda em sua tese de doutorado, Paulo A. Zarth registrou que: “sabe-se que a mula era criada e exportada pelos estancieiros do Planalto em grande quantidade” ([1994] 2002, p. 203). De outro modo, isso quer dizer também que o tamanho da atividade pastoril bovina desenvolvida em Cruz Alta estava significativamente aquém da pecuária bovina das outras duas regiões examinadas. Ao

mesmo tempo, ao que tudo indica, foi lá que a criação de muares adquiriu uma posição de maior destaque, tendo, inclusive, se aproximado da envergadura produtiva da pecuária *vacum*. Além da baixa qualidade dos campos e do relevo acidentado e recortado por muitas áreas florestais, isto se deve também ao fato de que a região era um entreposto estratégico no circuito tropeiro da Feira de Sorocaba.

Já em São Borja, na região das Missões, averiguamos um cenário pastoril que, no tocante à pecuária *vacum*, se aproxima mais da estrutura constatada em Alegrete, sem, no entanto, atingir o vulto produtivo e o grau de especialização alcançada na Campanha. Por outro lado, em relação à criação de mulas, São Borja se aproxima mais da composição produtiva examinada para Cruz Alta, mas também nesta atividade o calibre de sua estrutura produtiva não chegou aos patamares obtidos no Planalto. Os campos de relativa qualidade que se encontravam na região das Missões, principalmente aqueles nas imediações do Rio Ibicuí, permitiram que a pecuária bovina em São Borja não fosse tão acanhada quanto aquela verificada para Cruz Alta. De outro modo, a proximidade com a região do Planalto parece ter aberto a possibilidade a muitos produtores de investirem na criação de mulas e ingressar na rota comercial de gado muar, que ligava as regiões platinas e o Rio Grande de São Pedro a outras regiões do Império brasileiro.⁵⁶ Assim, nos parece que boa parte dos produtores conseguiu se adaptar aos distintos condicionamentos para diversificar sua produção pecuária e aproveitar as diferentes oportunidades e circuitos comerciais que se apresentavam. Como examinado, boa parte dos produtores, sejam pequenos, médios e grandes, se dedicavam as duas criações. Este fato deixa patente que a diversificação da atividade pastoril tomou proporções de significativa importância na região das Missões, e, principalmente, para aqueles pequenos criadores que necessariamente tinham que desenvolver outra atividade econômica.

Todavia, a diversificação da matriz produtiva da região das Missões não ficou restrita aos distintos tipos de pecuária, as atividades agrícolas também compuseram a estrutura de produtiva daquela área. Em nosso próximo subcapítulo, portanto, trataremos sobre a presença das lavouras, das roças, das atafonas e outros instrumentos que caracterizam a presença da agricultura nas unidades produtivas que compuseram o espaço agrário da Vila de São Borja.

⁵⁶ Ver Hameister (2003). Embora este estudo trate do período colonial, ele traz uma análise bastante elucidativa sobre as rotas comerciais pelas quais seguia o comércio de muares.

1.5 Em se plantando, tudo dá: a atividade agrícola na região das Missões

Em 8 março de 1821, na Chácara de Santa Maria, localizada na região das Missões, o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire relatou que “dizem que esta zona da província é tão própria para a criação de animais como para a agricultura”. No dia anterior, na Chácara de Chico Penteado o mesmo Saint-Hilaire já havia descrito o seguinte:

meu hospedeiro elogiou muito as terras desta região, que acredita nunca se esgotarem, produzindo em abundância *trigo, milho, algodão, feijão, arroz, amendoim, mandioca, melancia, abóbora, melão* e todas as frutas da Europa. Há cinco anos vem plantando, duas vezes por ano, no mesmo terreno, sem nunca o haver adubado, não percebendo nenhuma diminuição nas colheitas. As primeiras sementeiras se fazem em maio, junho ou julho e se recolhe em novembro ou dezembro. Imediatamente após, semeia-se uma segunda vez para colher no mês de março. Podem-se cultivar com igual sucesso os campos e os bosques; e todos os capões, indistintamente, oferecem terreno absolutamente bom [...] ([1821] 2002, p. 291) [*grifos nossos*].

No dia 14 de março em São Luís, ele escreveu “percorri várias [...] roças em torno da aldeia e encontrei bem cuidadas. As plantas que os índios aí cultivam são, principalmente, *milho, várias espécies de feijão, mandioca doce, batatas, abóboras, melancias*” (2002, p. 303).

Em torno de uma década e meia após, outro viajante, também francês, chamado Arsène Isabelle, passando pelo espaço missionário rumo ao centro da província, fez interessantes descrições sobre agricultura desenvolvida nas áreas de Serra da região. No dia 13 de fevereiro de 1834, Isabelle relatou que havia chegado

a uma região de *Cima da Serra*, chamada *Boqueirão de Santiago*, a mais ou menos treze léguas sudeste do Iguariacá. Três ou quatro chácaras e estâncias à entrada de um vale arborizado, onde corria um límpido regato, e alguns animais, que pastavam nas planícies onduladas, formavam uma pequena paisagem animada. Culturas de *milho, de mandioca, de tabaco, de feijão-negro*, etc (2006, p. 202) [*grifos do autor*].

Cinco dias mais tarde o viajante francês anotava que

há poucos habitantes nessa parte da serra. Os que se encontram são pobres homens laboriosos, mas não industriais, que obtiveram concessões gratuitas de terreno no meio ou na proximidade dos

bosques. Vivem, ou antes, vegetam com suas famílias, ajudados por uma natureza vivificante e pela amenidade de um clima salubre. Cultivam um pouco de *milho, mandioca, feijão e melancias* na estação adequada. Não podem criar muito gado, devido à dificuldade de conseguir o sal necessário à sua alimentação (p. 204) [*grifos nossos*].

Em uma carta expedida pela Câmara de Vereadores de São Borja em 28 de setembro de 1858 constam importantes informações sobre a agricultura desenvolvida na região das Missões. Segundo as autoridades que elaboraram o documento:

as terras deste Município não são inferiores as melhores conhecidas e, pois, se prestam de uma maneira prodigiosa ao desenvolvimento de toda a semente que nela se deposita. Cultiva-se aqui *o arroz, o fumo, a mandioca, o feijão, o milho, o café, o trigo*, [...] *a lavoura que tem neste Município muitos adeptos* [...]. [...] contemplando a fertilidade das terras, essa fonte infindável de riqueza, essa vasta extensão de campos e matas [...] abasteceriam a província inteira.⁵⁷

Por meio destes relatos podemos ter uma primeira ideia sobre o universo agrícola que iremos tratar neste subcapítulo. Milho, mandioca, feijão, arroz, trigo e melancia parecem ter sido, junto com a carne bovina e da ovelha,⁵⁸ gêneros alimentícios de primeira ordem na dieta daqueles que povoavam aquele espaço. Como vimos no primeiro trecho, Saint-Hilaire admirava-se com a fertilidade das terras da região, em outro trecho, ele argumentava que “as terras daqui, como quase todas as das Missões, são excelentes e produzem igualmente trigo, mandioca, milho, algodão, feijão, favas e todas as espécies de legumes” ([1821] 2002, p. 316). Contudo, ao mesmo tempo, em diversas outras passagens ele se mostrava espantado por não enxergar lavouras. Chegando a São Borja no dia 19 de fevereiro de 1821, ele anotou: “às primeiras casas por onde passamos são simples cabanas, esparsas aqui e acolá, perto das quais não se nota plantação” ([1821] 2002, p. 270). Semanas depois enquanto se hospedava na chácara de Chico Penteado o viajante escreveu o seguinte: “há nesta região tão pouca agricultura, que chegam a vir de São Borja à casa de meu hospedeiro para comprar frutas e amendoins” (2002, p. 291). Mas é preciso ter cuidado para não generalizar as observações de Saint-Hilaire para as décadas posteriores do Oitocentos. Quando o botânico francês passou

⁵⁷ Carta anexa ao *Mappa demonstrativo das oficinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Correspondência expedida pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

⁵⁸ Segundo Farinatti, “os ovinos [...] serviam para o abastecimento interno de carne nas estâncias. Apenas pequenos excedentes de lã eram encaminhados ao mercado local. Essa situação começou a mudar a partir da década de 1850 e, sobretudo, da de 1860, quando a província passou a exportar lã com regularidade” ([2007] 2010a, p. 119).

pelo Rio Grande de São Pedro, o Espaço Oriental Missioneiro ainda estava em disputa, ou seja, não havia a certeza de que se consolidaria como território brasileiro, o povoamento luso-brasileiro ainda era embrionário e poucas unidades produtivas haviam se estabelecido na região. Como veremos, as atividades agrícolas estiveram disseminadas formando um significativo conjunto de estabelecimentos produtivos que se dedicavam tanto a pecuária como a agricultura.

Nas últimas décadas, diversos trabalhos de História Econômica e Social sobre as áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro, seja colonial ou monárquico, vêm desmistificando a imagem consagrada de que a composição produtiva daquelas regiões era composta exclusivamente pela pecuária e, sobretudo, pelo pastoreio do gado *vacum*, que seriam criados em estâncias quase autossuficientes em gêneros agrícolas.⁵⁹ Estes trabalhos têm mostrado que embora as atividades agrícolas não tenham adquirido grande vulto comercial, elas estiveram presentes em boa parte dos estabelecimentos produtivos. A produção oriunda das lavouras de alimentos tanto serviu para suprir o abastecimento interno das unidades produtivas, quanto se estabeleceu como uma forma de diversificar a produção e gerar algum excedente que pudesse ser comercializado. Este, por seu turno, podia ser transacionado nas próprias localidades e, também, nos seus arredores, constituindo um circuito comercial de alcance variável que podia se limitar à esfera provincial ou, até mesmo, atingir determinadas regiões das repúblicas platinas.

Num dos primeiros trabalhos de relevância sobre o universo agrário sobre o Rio Grande de São Pedro, Paulo A. Zarth argumentou que, “um dos problemas da agricultura gaúcha durante a primeira metade do século [XIX] foi o constante deslocamento da população para as guerras” ([1994] 2002, p. 202). Essa situação chamou a atenção do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire. De passagem pela região das Missões no início dos anos 1820, o viajante anotou o seguinte: “a mocidade guarani está em armas; não se cultivam as terras das aldeias” (2002, p. 279). Logicamente que o naturalista francês se referia especificamente à população guarani e a organização comunitária que muitos destes ainda viviam. Entretanto, se o recrutamento atingia os guaranis, não há razões concretas para se pensar que ela não abrangeria também aos luso-brasileiros. O certo é que o contexto belicoso causava nefastas consequências a todas as atividades produtivas do Rio Grande de São Pedro, e, talvez, a que mais sofresse com isso fosse a agricultura.

⁵⁹ Dentre estes trabalhos, destacamos: ZARTH ([1998] 1997; [1994] 2002), OSÓRIO ([1999] 2007), FARINATTI (1999; [2007] 2010a), FOLETTO (2003); ARAÚJO (2008).

Em seu estudo Zarth traz preciosas informações sobre a produção agrícola na província em meados do Oitocentos. Em certa passagem, o autor expõe que,

após o final da Guerra dos Farrapos, o governo tratou de reorganizar a economia provincial e, para tanto, elaborou inquéritos, enviados para as câmaras municipais, em 1848 e 1854, com o propósito de diagnosticar o estado da economia em cada localidade. [...]. As informações contidas nas respostas das câmaras, que deram retorno aos inquéritos, revelam que os principais produtos agrícolas cultivados em todas as regiões eram *milho, mandioca, feijão e cana-de-açúcar* – todos produtos típicos de subsistência ([1994] 2002, p. 202-203) [*grifos nossos*].

Zarth chegou a essa conclusão analisando os relatórios enviados pelas câmaras municipais de São Leopoldo, Porto Alegre, Pelotas, Rio Pardo, Rio Grande e São Borja. Sobre esta última, o autor nos revela que,

Em São Borja, na fronteira oeste, os responsáveis pelas respostas ao inquérito observaram que o município produzia, com grande vantagem, milho, feijão, algodão e mandioca, da qual se fazia farinha em abundância e cana-de-açúcar, existindo algumas fábricas de açúcar e aguardente. A farinha, o milho e o feijão eram exportados, mas estas culturas sofriam diminuição por falta de braços. O inquérito informa também os principais mercados para esses produtos: ‘as vilas de São Borja, Itaqui, Alegrete e outros lugares do interior da província’.

Apesar da distância da capital e do litoral, o município de São Borja mantinha um razoável comércio de gêneros de subsistência. De acordo com o Relatório do Inquérito, a comercialização se fazia através do transporte em ‘carretas ou cargueiros por maus caminhos por falta de ponte ou barcas. De São Borja a Itaqui são exportados pelo Uruguay para diferentes portos’. Para facilitar o trânsito de gêneros e animar o comércio, os vereadores solicitavam a construção de uma ponte sobre o Rio Piratini. ([1994] 2002, p. 206-207) [*grifos do autor*].

Constata-se, portanto, que já na segunda metade da década de 1840 os produtores da região de São Borja haviam conseguido estabelecer um circuito comercial com os excedentes agrícolas que produziam. Boa parte deste fluxo comercial se orientava em direção a Campanha sul rio-grandense onde a especialização pastoril exigia que os estancieiros buscassem muitos gêneros agrícolas em outras partes da província. Sobre a produção agrícola da Vila de Alegrete, Luís Augusto Farinatti defendeu que

havia uma maioria de estabelecimentos que procurava assegurar, com roças internas, ao menos uma porção de suas necessidades em termos de produtos agrícolas. Outra parte era buscada no mercado, onde se procurava também colocar os excedentes dos produtos cultivados internamente. Essa situação articulava Alegrete e outras regiões da Campanha com as áreas da Depressão Central e da *zona missioneira* além Ibicuí, de onde adquiriam parte dos produtos agrícolas, aguardente e fumo que necessitavam.

Esse fluxo de produtos de abastecimento entre o centro-norte do Rio Grande do Sul e a Campanha, mesmo antes da instalação maciça de colônias de imigrantes europeus, mostra que essas regiões estavam bastante integradas economicamente ([2007] 2010a, p. 131).

O autor mostrou, por meio de uma carta expedida pela Câmara Municipal de Alegrete no ano de 1858, que os vereadores pediam “melhorias na estrada de carretas que ligava o município com São Francisco de Assis, distrito de São Borja, vizinho de Alegrete ao norte do rio Ibicuí: ‘pois é da Serra que existe no distrito dessa freguesia [...] que nos vem o milho, feijão, farinha e mais legumes’” ([2007] 2010a, p. 131). Fica evidente que na região das Missões desenvolveu-se um importante nicho produtivo agrícola que convivia com as criações de gado *vacum* e muar, e muitas vezes nas mesmas unidades produtivas. Tal qual a pecuária muar, estimar de forma precisa os volumes da produção dos principais gêneros agrícolas é praticamente impossível. Entretanto, através dos inventários podemos constatar a presença ou ausência de instrumentos agrícolas e/ou bens de raiz (como, por exemplo, lavouras, chácaras, sítios, matos para agricultura) e, assim, averiguar se o estabelecimento produtivo se dedicava ou não às lidas da agricultura.

Mas antes de passarmos à apresentação e análise dos dados é importante considerar as seguintes ressalvas

no que se refere aos instrumentos agrícolas, é preciso ter em conta que só eram inventariados aqueles que tinham lâminas ou pontas de metal. Enxadas, arados e cavadeiras feitas exclusivamente de madeira, que não deviam ser incomuns, não aparecem nas estatísticas. Algumas vezes, mesmo os instrumentos com partes de ferro, principalmente se estavam velhos, eram de baixíssimo valor e podiam simplesmente deixar de ser avaliados. Da mesma forma, a inexistência de instrumentos agrícolas em um inventário não permite afirmar, peremptoriamente, que não havia produção agrícola no estabelecimento rural pertencente ao inventariado. Alguns desses casos poderiam tratar-se de estâncias que abrigavam agregados ou posteiros que praticassem a agricultura com instrumentos próprios, dirigindo parte dessa produção para o proprietário das terras (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 127-128).

Portanto, cabe ressaltar que os dados apresentados na sequência representam apenas o número mínimo de inventários que detinham instrumentos para agricultura.

Em primeiro lugar, dos 110 inventários que têm nos servido de amostragem, identificamos em 70 deles ferramentas e/ou bens de raiz que nos permitem afirmar que se tratava de estabelecimentos rurais onde havia atividades agrícolas. Em termos proporcionais, estes 70 inventários giram em torno de 64% do total de processos. Para o período colonial, Helen Osório verificou que em todo o Rio Grande de São Pedro 66% das estâncias⁶⁰ que “se dedicavam também à agricultura e que isso indicava um universo rural composto por unidades de produção mistas, que combinavam pecuária e agricultura [...]”([1999] 2007, p. 163). Em sua análise Helen Osório não considerou “enxadas e foices comuns, instrumentos mais frequentes nessas unidades produtivas (64 e 40%, respectivamente). [...] por [julgar] serem esses instrumentos genéricos, que por si só não seriam suficientes para indicar práticas agrícolas” ([1999] 2007, p. 162). Diferentemente da autora, em nosso exame estamos considerando estas ferramentas, entretanto, para indicarmos a presença de atividades agrícolas nos estabelecimento produtivos que aparecem estes instrumentos tomamos por critério a presença deles com no mínimo mais dois utensílios, ou com a presença de mais um item que por si só determine a agricultura como, por exemplo, chácaras,⁶¹ sítios, lavouras, atafona, foice de trigo e arado. Por sua vez, Luís A. Farinatti averiguou que na década de 1830, 45% dos inventários de Alegrete possuíam algum instrumento agrícola, índice consideravelmente inferior aos 64% constatados para São Borja entre 1828 e 1858.⁶²

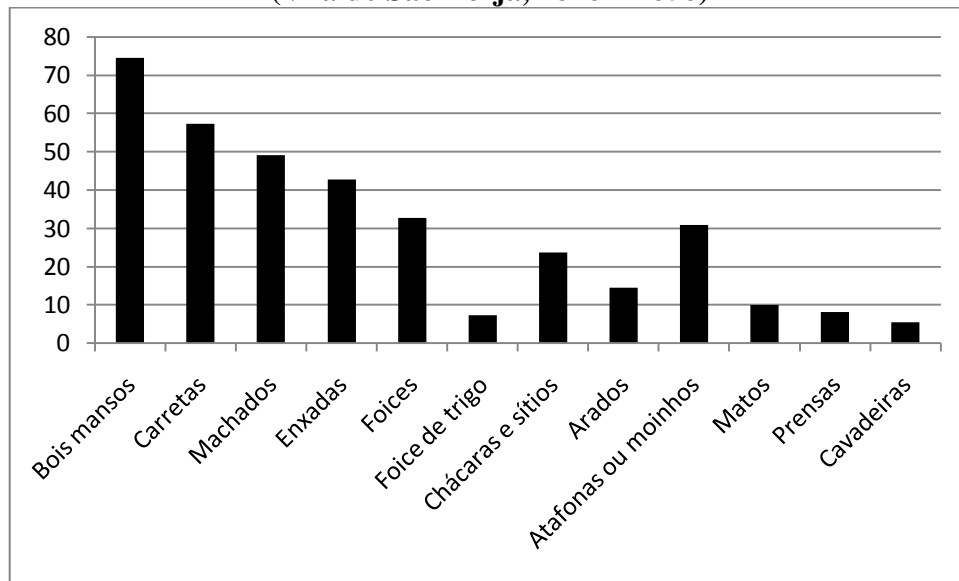
Na figura 8 podemos verificar a frequência com que os instrumentos agrícolas aparecem nos inventários.

⁶⁰ É importante recordar que a autora analisou os estabelecimentos produtivos com mais de 100 reses.

⁶¹ Conforme Arsène Isabelle, chácara “é a mesma coisa que *chacras* em espanhol; mas aqui, como em Corrientes, a palavra não se emprega apenas para designar um estabelecimento agrícola, mas também qualquer casa de campo com jardim ou parque. Corresponde, portanto, às *quintas* de Buenos Aires. Vêem-se quase sempre muitos pés de laranjeiras e de limoeiros perto dessas chácaras” (2006, p. 194 [nota 29]). Segundo Helen Osório, chácara é uma “[...] palavra de origem quéchua ‘chacara’, [significa] *terras de lavoura*. O [...] dicionário de Moraes Silva atribuiu-lhe uso apenas no Brasil, especificando os seguintes sinônimos: *quinta* no Rio de Janeiro, *roça* na Bahia e *sítio* em Pernambuco” (OSÓRIO, [1999] 2007, p. 104).

⁶² Farinatti analisou a frequência de ferramentas de agricultura nos inventários por décadas (1830, 1840, 1850 e 1860). Neste momento, escolhemos apenas a primeira década, pois foi nesta que o autor constatou o maior índice. Mais adiante, quando nossa análise se desdobrar em intervalos de tempo dentro do nosso recorte temporal, estabeleceremos as devidas comparações com os outros valores levantados por Farinatti.

Figura 8 – Frequência dos meios de produção agrícolas nos inventários *post-mortem* (%) (Vila de São Borja, 1828 – 1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Conforme Helen Osório, “os bois mansos, utilizados como animais de tração para carretas, atafonas e arados, são um dos indicativos da prática de agricultura” ([1999] 2007, p. 162). Como mostra a figura 8, estes animais estiveram presentes em 75% dos inventários. Osório constatou que no período colonial nos Rio Grande de São Pedro eles apareciam em 87% das estâncias. Por sua vez, André Corrêa verificou que em Caçapava, nas três primeiras décadas do Império (1820, 1830 e 1840), aproximadamente 61% dos inventários possuíam bois mansos (2013, p. 47).

As carretas “necessárias ao transporte da produção” (OSÓRIO [1999] 2007, p. 162), apareceram em 57% dos inventários. Este índice está próximo dos 52% vistos por Osório e distante daqueles levantados por Corrêa para Caçapava. Este autor constatou que entre as décadas de 1820 e 1840, os carretas apareceram em 31, 26 e 25% dos inventários, respectivamente (2013, p. 47).

Machados, enxadas e foices foram descritas em 49%, 43% e 33% dos inventários abertos em São Borja, respectivamente. Todos estes índices foram superiores aos encontrados por Farinatti para década de 1830: o autor constatou que os machados estiveram presentes em 45% dos inventários de Alegrete, enquanto que enxadas e foices foram encontradas em 40% e 2% dos inventários, respectivamente. As presenças de foices de trigo (7%) e arado (15%) ficaram aquém das frequências examinadas por Osório, cerca de um terço de sua amostra para

os dois instrumentos, e Farinatti que para a primeira ferramenta verificou sua presença em 12% dos inventários e para a segunda 19%.

Mas, talvez, os equipamentos que merecem maior destaque são aqueles relacionados com a fabricação de farinhas (mandioca e trigo), atafonas, moinhos e fornos. As atafonas e moinhos⁶³ estiveram presentes em 31% dos inventários de São Borja. Em seu exame sobre a localidade de Caçapava, Corrêa verificou que atafonas e moinhos estiveram presentes em 27, 11 e 23% dos inventários nas décadas de 1820, 1830 e 1840, respectivamente (2013, p. 47). Os números vistos para estas duas áreas são bem superiores aos que Farinatti levantou para a região da Campanha, “algo entre 15 e 18% dos patrimônios inventariados, em grande parte do período analisado [1831 – 1870]” ([2007] 2010a, p. 127). De acordo com este autor, “a presença de atafonas e moinhos indica a fabricação de farinha de mandioca ou de trigo, apontando para um sentido mais comercial da produção”. Portanto, parece não restar dúvidas que a agricultura desenvolvida na região das Missões contraiu um considerável viés comercial. Em 1834, no inventário de Bárbara Maria de Jesus foi descrito 11 alqueires de farinha de mandioca, avaliado cada um por 4\$800 (quatro mil e oitocentos réis), totalizando 57\$600 (cinquenta e sete mil e seiscentos réis). Neste mesmo inventário foi arrolada uma *engenhoca de fazer farinha*, avaliada por 102\$400 (cento e dois mil e quatrocentos réis), machados, foices, carretas e uma chácara que se localizava nos subúrbios da Vila de São Borja.⁶⁴

Aproximadamente duas décadas e meia mais tarde, a Câmara Municipal organizou o *Mappa demonstrativo das officinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Dos 108 estabelecimentos listados neste documento, datado do ano de 1858, 25 eram fábricas de farinha de mandioca. Além disso, uma informação que torna esse dado ainda mais eloquente encontra-se no campo *Estado Atual* de tal documento, ali os organizadores do mapa informavam que estas 25 fábricas “todas prosperam”. Em segundo lugar vinham as padarias que se contavam em doze. Para se ter uma ideia mais nítida do significado social da

⁶³ Sob a denominação atafonas e moinhos da figura 8 estão os seguintes equipamentos: 1 engenhoca de fazer farinha, 1 par de moendas e moinho movido a cavalos, 1 engenho de fazer farinha, 4 atafonas, 1 moinho de moer com cavalo, 2 moinho de cordas, 1 engenhoca de moer cana, 1 casa com preparo de fazer farinha, 1 moinho de cavalo, 1 atafona de mandioca e de moer trigo, 1 casa com atafona de fazer farinha com todos seus pertences, 1 atafona completa com todos os pertences, 1 atafona de fazer farinha completa, 1 atafona com todos os pertences, 1 atafona com forno, prensa e com demais pertences, 1 monjolo* de socar com cavalos, 1 moinho de moer trigo movido por cavalo, 1 moinho de moer trigo de puxar a cavalo, 9 moinhos de mão, 2 fornos de cobre, 1 pedra de moinho, 1 jogo de pedra de moinho de mão, 2 pedras de atafona e 2 pedras de moinho. * “Engenho tosco, movido a água, para pilar milho” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 326 [nota 1]).

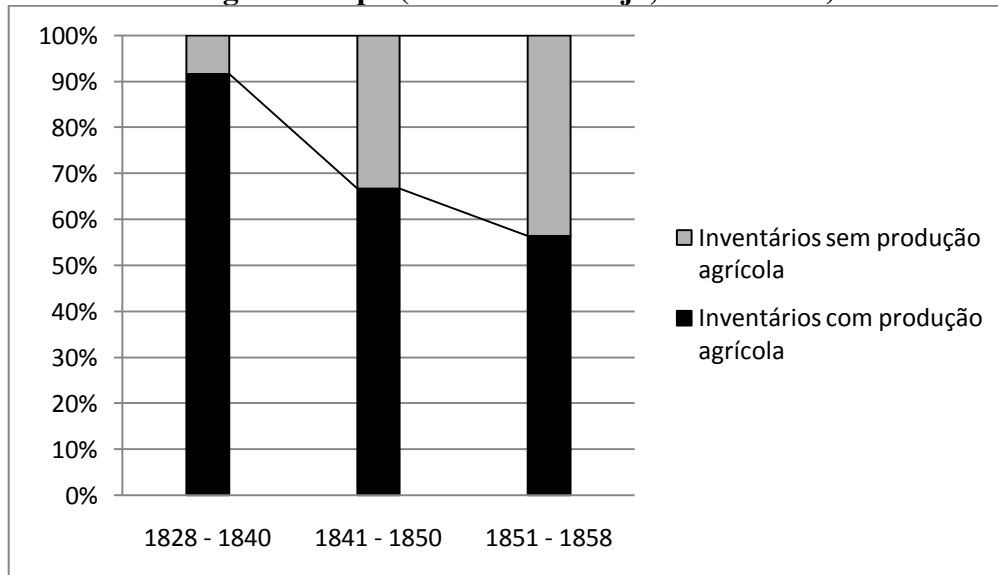
⁶⁴ Inventário de Bárbara Maria de Jesus. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo nº: 02, APERS.

fabricação da farinha de mandioca, dos 297 trabalhadores distribuídos pelas 16 atividades relacionadas no Mapa, 86 estavam empregados naquelas fábricas, ou seja, 29%. Padarias e olarias empregavam cada uma 29 trabalhadores.⁶⁵

Nesse mesmo sentido, outro dado importante diz respeito à presença de escravos nos 70 inventários onde identificamos a presença de agricultura. Em 63 destes 70 processos os cativos se fizeram presentes, número que em termos percentuais corresponde a 90%. Já entre os 34 inventários que possuíam atafonas ou moinho, em 32 deles foram arrolados cativos. Esses números revelam o forte caráter escravista nas atividades produtivas que se derivavam das práticas agrícolas. Logicamente que os estabelecimentos produtivos destes inventários não se dedicavam apenas à faina agrícola. Como veremos mais adiante, a maioria deles eram unidades de produção mistas que combinavam a pecuária (bovina ou muar ou, até mesmo, as duas) e agricultura.

Ao desdobrar a presença de produção agrícola nos inventários em distintos intervalos de tempo ao longo do recorte temporal podemos perceber importantes transformações.

Figura 9 – Frequência dos meios de produção agrícolas nos inventários *post-mortem* ao longo do tempo (Vila de São Borja, 1828 – 1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

⁶⁵ *Mappa demonstrativo das oficinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja.* Correspondência expedida pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRs. Em suas análises Paulo Zarth já havia se utilizado dos dados quantitativos deste documento ([1994] 2002, p. 121).

Embora a figura 9 apresente uma tendência de queda da presença de produção agrícola nos inventários, é preciso relativizá-la. A expressiva proporção de inventários com a presença de agricultura no primeiro intervalo se deve também ao universo restrito de 12 processos que entraram no exame, fato que, sem dúvida, gera certa distorção. Por consequência, as décadas de 1840 e 1850 são mais representativas. Por outro lado, é importante recordar que a ausência de ferramentas agrícolas em certos inventários não determina, categoricamente, que não se desenvolvia agricultura em tais unidades produtivas, circunstância que nos faz relativizar os valores mais baixos averiguados para as décadas de 1840 e 1850, e não desprezar o alto índice da década de 1830.

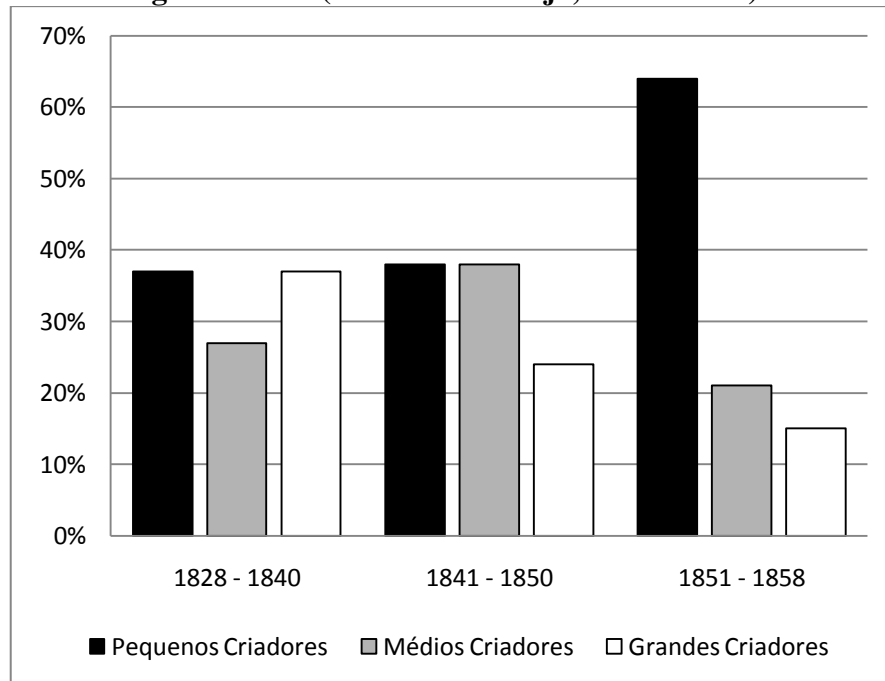
Com efeito, se comparados com os valores que Farinatti constatou para região da Campanha, os índices de presença de produção agrícola nos inventários da zona das Missões são bem superiores em todo o período. Como já colocamos, a frequência de instrumentos agrícolas nos inventários de Alegrete na década de 1830 foi de 45%, enquanto que para São Borja foi de quase 92%. Para as décadas mais representativas de nossa amostra, as proporções de inventários que possuíam atividades agrícolas em São Borja se mantêm ainda bastante superiores àquelas verificadas para Alegrete. Se nesta, na década de 1840, o índice chegou a 33%, naquela, ele foi de 67%, da mesma forma que ocorrerá na década anterior, o valor examinado em São Borja foi praticamente o dobro do visto em Alegrete. Por fim, na década de 1850, a diferença se reduz, mas mesmo assim a presença de 39% de produção agrícola nos inventários da Campanha está bem abaixo dos 57% averiguados para a região das Missões.

Estes dados reforçam mais uma vez que a agricultura adquiriu na zona das Missões uma importância maior do que na Campanha, fato que levava os habitantes desta última a buscarem gêneros agrícolas de subsistência em outras regiões da província. Isto não quer dizer que na Campanha não havia espaço para as práticas agrícolas dentro e fora das estâncias pecuaristas, fato já comprovado por Farinatti ([2007] 2010a),⁶⁶ mas sim que a região das Missões se constituía em um espaço produtivo mais diversificado, onde a agricultura obteve maior representatividade diante o universo produtivo. Dos 70 inventários que apresentaram produção agrícola, em 65 deles (93%) esta atividade dividia espaço, no mínimo, com a criação de reses. Tomando como referência o número de criadores, constatamos que 66% deles também se dedicavam as atividades agrícolas, número bastante semelhante aos 62,4%

⁶⁶ Sobre isto, o autor argumentou que “o fato de que a criação de gado ocupou o lugar central da economia da região não significou a ausência das lavouras naquele espaço agrário” ([2007] 2010a, p. 124).

averiguado por Thiago Araújo para a Vila de Cruz Alta entre 1834 e 1879 (2008, p. 41). Relacionando estas duas atividades produtivas, elaboramos a figura 10.

Figura 10 – Presença de produção agrícola segundo a envergadura dos criadores de gado *vacum* (Vila de São Borja, 1828 – 1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 - 1858), APERS.

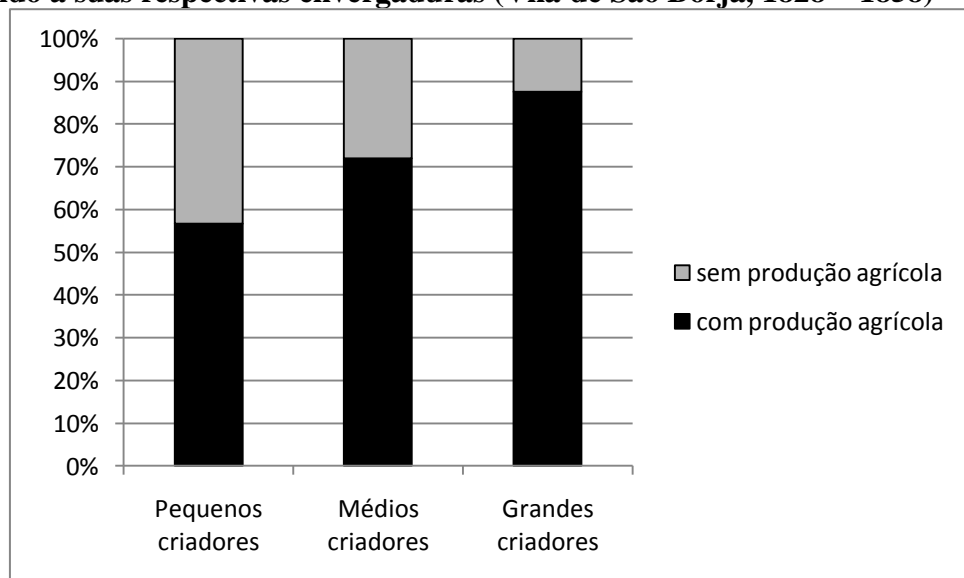
Através da figura 10, podemos observar uma tendência que vem se repetindo: ao passar do tempo, os pequenos criadores tendem a se tornar predominantes no conjunto de produtores. Obviamente que isto também é um reflexo da maior representatividade deles no universo total de criadores. Mas para além disso, indica que a produção de excedentes agrícolas que se destinava ao mercado passava, sobretudo, pela participação das parcelas mais pobres da população. O acesso à posse da terra, com certeza, contribuiu para que a produtores pobres pudessem ter se dedicado também a agricultura. Os dados levantados nos mostram que 67 dos 70 inventariados com produção agrícola eram proprietários de terrenos rurais.

Embora seja bastante difícil estimar a concentração dos volumes e valores da produção oriunda da agricultura, acreditamos que ela seja consideravelmente diferente daquela que se dava na pecuária e na posse da terra. Enquanto que a produção pecuária e a posse da terra representavam as principais riquezas da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, a produção agrícola, apesar de fundamental e socialmente significativa, não envolvia vultosos recursos, investimentos e, principalmente, rendimentos. Portanto, cremos que a distribuição dos meios de produção (exceto terras e escravos) e da rentabilidade da agricultura fosse bem

menos desigual comparado à concentração da posse de gado e de terra, uma vez que os grandes criadores e terratenentes, mesmo que se dedicassem a agricultura, não teriam o interesse de praticamente monopolizar a estrutura de uma atividade que trazia retorno bem menor daqueles obtidos com o pastoreio e com a posse da terra. Ademais, tendo em vista que as estâncias não eram autossuficientes, também era de interesse dos grandes criadores uma oferta estável, abundante e, se possível, barata de gêneros agrícolas.

De fato, proporcionalmente, foi entre os grandes criadores que encontramos o maior índice de presença de produção agrícola (ver figura 11). Isto não chega a ser surpreendente, pois a historiografia recente tem mostrado, recorrentemente, que boa parte dos criadores, das distintas envergaduras, buscava suprir ao menos parte de suas necessidades de produtos agrícolas por meio de produção interna. Estas grandes estâncias estiveram longe da autossuficiência e tinham que necessariamente recorrer ao mercado daqueles produtos. Mercado o qual elas, juntamente com a produção dos pequenos e médios produtores, abasteciam com os seus excedentes. A dinâmica do mercado de gêneros agrícolas promovia uma vigorosa interação entre os produtores, indiferente da envergadura econômica que possuíam.

Figura 11 – Frequência de produção agrícola no universo de criadores de gado *vacum* segundo a suas respectivas envergaduras (Vila de São Borja, 1828 – 1858)⁶⁷



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

⁶⁷ Elaboramos esta figura a partir da amostragem de 101 inventários de criadores de reses, e não com a amostra de 70 inventários em que identificamos produção agrícola.

Na figura 11, podemos notar também que entre os pequenos criadores, o grupo socialmente mais representativo, aproximadamente 57% se dedicavam também as lidas agrícolas. Entre os médios criadores este índice foi de 72%, chegando a 88% entre os grandes criadores. Devido ao seu peso populacional, sem dúvida, os volumes de produção agrícola alcançados pelos pequenos produtores foram muito superiores comparados aos produzidos pelos demais grupos. Ainda mais na década de 1850, em que os pequenos produtores representavam 65% dos produtores de gêneros agrícolas (ver figura 10). Por não terem sido controladas hegemonicamente pelos grandes produtores, as lavouras e a fabricação de farinhas, tal qual a criação de mulas, se constituíram em vias de produção alternativas para produtores de envergadura econômica mais modesta.

Nesse sentido, outro dado bastante relevante diz respeito à posse de atafonas ou moinhos. Ao analisar em maiores detalhes os 34 inventários onde foram descritos ferramentas relativas à fabricação de farinha, percebemos que 18 destes proprietários possuíam menos de 501 reses, ou seja, eram pequenos produtores, sendo que 9 detinham menos de 75 animais *vacuns*. É o caso de Lisbela Antonia da Silva que, entre outras coisas, deixou: 1 terreno com 300 braças de frente e 150 de fundos nas imediações do povo de São Luiz, com lavouras, arvoredos, *1 casa com atafona de fazer farinha com todos seus pertences em meio uso*, 1 casa de morar, *45 reses mansas, 4 bois mansos, 51 animais cavalares, 18 mulas e um burro echor*.⁶⁸ Além da atafona e lavouras, esta senhora possuía um pequeno rebanho *vacum* e muar, tendo inclusive um burro *hechor*. Este modesto estabelecimento rural conciliava três atividades produtivas – logo adiante faremos algumas considerações sobre a diversificação produtiva interna das unidades de produção. Por ora, queremos ressaltar que as informações que relacionam a envergadura do criador com a presença de aparelhos de fabricação de farinha nos sugerem que mesmo os estabelecimentos produtivos modestos parecem ter conseguido acumular recursos que viabilizasse aos seus proprietários investir em ferramentais como as atafonas e moinhos. Como os dados apontam, cerca de 53% dos proprietários de equipamentos de fabricação de farinha eram pequenos criadores de gado *vacum*, isso se deu muito em função da pequena dimensão de suas criações que os levava a procurar outras atividades produtivas para obter rendimentos maiores de seus estabelecimentos rurais.

Como já ressaltamos neste estudo, a historiadora Helen Osório ([1999] 2007) defendeu que para os criadores com menos de 100 reses, a única alternativa era recorrer a no mínimo mais uma atividade econômica. Todavia, ao menos na região em foco, a diversificação

⁶⁸ Inventário de Lisbela Antonia da Silva. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1852, processo nº: 68, APERS.

produtiva no interior dos estabelecimentos rurais foi bastante comum entre todos os produtores, independente da dimensão de seu patrimônio produtivo.

Para finalizar este subcapítulo, mais uma vez vamos nos concentrar no que mais tem chamado nossa atenção, a diversificação produtiva existente na região. Como critério para identificar a coexistência de diferentes tipos de produção em um mesmo inventário, estabelecemos quatro tipos distintos de atividades produtivas: agricultura, pecuária bovina, muar e ovina.

Quadro 4 – Presença dos diferentes tipos de atividades produtivas nos inventários *post-mortem* (Vila de São Borja, 1828 – 1858)⁶⁹

Nº de atividades	Tipo de atividade produtiva	Nº de inventários	%
1	Agricultura	5	16%
	Pecuária bovina	12	
2	Pecuária bovina e agricultura	11	28%
	Pecuária bovina e muar	15	
	Pecuária bovina e ovina	3	
3	Pecuária bovina, muar e ovina	5	20%
	Pecuária bovina, muar e agricultura	11	
	Pecuária bovina, ovina e agricultura	4	
	Pecuária muar, ovina e agricultura	1	
4	Todas as atividades	38	36%
		105	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Os dados expostos pelo quadro 4 são eloquentes, já que em 86% dos estabelecimentos produtivos se praticava mais de uma atividade produtiva. E em nada menos do que em 36% coexistiam todas as produções consideradas. Neste grupo, o mais representativo entre todos, dos 38 inventários, 16 eram de pequenos criadores de reses, 12 eram de médios e outros 10 eram de grandes criadores. Fato que mostra que, para além de uma necessidade dos pequenos produtores, em especial para aqueles que possuíam no máximo 100 reses, a diversificação produtiva se erigiu em uma estratégia que a grande maioria dos produtores buscava por em prática. Analisando o contexto do final do período setecentista, Osório argumentou que “essa diversificação da produção seria a solução encontrada para a estacionalidade da charqueada no Rio Grande, algumas décadas mais tarde” ([1999] 2007).

⁶⁹ Elaboramos este quadro a partir da amostragem de 105 inventários em que conseguimos identificar a(s) atividade(s) produtiva(s) desenvolvida(s).

Como temos argumentado, a investigação desenvolvida nos desvendou um universo rural de produção bastante diversificado. Mas esta diversificação não se deu de modo a formar grupos sociais estanques em termos de práticas produtivas. Não percebemos a formação de um grande número de produtores que se dedicavam somente a uma produção específica. Em outras palavras, não havia, por exemplo, um grupo só de lavradores, outro só de criadores de mulas ou ainda outro só dedicado ao pastoreio de reses. A diversificação produtiva ocorreu internamente aos estabelecimentos produtivos. Não há dúvidas que a pecuária bovina era a atividade mais recorrente, a que concentrava os maiores investimentos e a que gerava os maiores rendimentos. Mas, nem por isso, ela foi capaz de conter o desenvolvimento de outros nichos de produção que diversificavam a matriz produtiva e se ligavam a circuitos comerciais alternativos.

Por sua vez, estes circuitos comerciais possuíam diversas orientações: as reses se dirigiam ao complexo porto-charqueada da Província, as mulas rumavam para a Feira de Sorocaba na região sudeste do Império e os excedentes agrícolas eram distribuídos nos mercados regionais, se destinavam, principalmente, à Campanha sul rio-grandense. Contudo, a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro possuía uma vinculação muito intensa com a região platina. Podemos dizer, metaforicamente, e sem receios, que o cordão umbilical que a ligava um espaço ao outro era o Uruguai, rio que pelo qual se desenrolava um vigoroso comércio de importação e exportação que animava a fronteira oeste sul rio-grandense. Portanto, para chegar ao fim capítulo, precisamos necessariamente navegar sobre as águas do Uruguai.

1.6 Um rio chamado Uruguai:⁷⁰ dinamismo comercial na fronteira-oeste sul rio-grandense

Em meados do século XIX, o inspetor da alfândega de São Borja, Estanislau José de Freitas, que havia sido suspenso de seu cargo, manuscreeu uma resenha sobre a dita alfândega para se defender e alegar que estava sendo vítima de um complô. Neste documento, Freitas passa valiosas informações sobre o dinamismo do comércio que se dava sobre o rio Uruguai. O inspetor começou assim o seu relato:

⁷⁰ Segundo o viajante francês Arsène Isabelle que navegou por este rio na década de 1830 “a palavra *Uruguai* compõe-se de duas palavras guaranis: *Urugua*, caracol da água (*ampalária*), e *y*, água, rio; vulgarmente rio dos caracóis d’água, ou melhor, *rio das ampalárias*, nome que lhe vem do grande número de conchas que ali se encontra. É como *Piray de pira*, peixe, e *y*, rio, etc. (Alc. d’Orb.)” (2006, p. 149 [nota 3]) [*grifos do autor*].

o Uruguai é uma porta de introdução nesta Província de mercadorias estrangeiras que derivam das praças do Rio da Prata; assim como serve de saída aos gêneros do país que se exportam para elas; este tráfico é inevitável, já pela facilidade que oferece o rio, e já pela dificuldade de trânsito de carretas na Campanha desta Província durante o inverno: além disso, a população da fronteira sobre esta costa do Uruguai em mais de setenta léguas desde o Quaraí até o Ijuí Grande, cresce de dia a dia, cujos moradores entretêm negócio com os do lado oposto; comércio que toma vulto na razão que progride a indústria com o aumento da população.⁷¹

O inspetor suspenso de seu cargo se mostra bastante esclarecido sobre o fluxo comercial da região, em outro trecho ele coloca que se deve reconhecer que:

[...] jamais o consumo naquela fronteira pode ser atraído somente a importação do Rio Grande, e Porto Alegre, e que assim esta, veda a importação pelo Uruguai, porque não só este rio é um conduto mais ligeiro e menos dispendioso que o trajeto do interior da Província, como porque os mercados de Montevidéu e Buenos Aires são mais abundantes do que os do Rio Grande e Porto Alegre e [é] muito fácil a remessa dali para o nosso litoral com o [ilegível] baldeações para diversos portos do interior do Rio da Prata, e do Uruguai, sendo do mesmo modo facilimas para o contrabando as descargas no território brasileiro [...]. *Ora pelo veículo dessas baldeações, vem os gêneros ao nosso litoral do Uruguai, com uma despesa muito módica; Logo, tudo convida a nutrir comércio para ali. [...] há de litoral mais de setenta léguas, conservando a largura de entre quatrocentas a mil braças, cuja extensão além das três povoações que tem sobre a barranca, é cheia de moradores, entretendo todo o negócio para o lado oposto, sendo interesse geral favorecer o contrabando.*⁷²

A resenha de Estanislau José de Freitas é bastante esclarecedora sobre os circuitos comerciais e de contrabando existentes na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro.⁷³ De acordo com este documento, havia intensas relações comerciais entre as áreas da costa oeste

⁷¹ Resenha dos Sucessos na alfândega de São Borja, e suas estações durante a presidência do Exmo. Sr. General Andrea oferecida ao Ilmo. Sr. Rafael Arcanjo Galvão Inspetor do Tesouro de Fazenda da Província por Estanislau José de Freitas, Inspetor da mesma alfândega, suspenso do emprego (doravante, *Resenha*). Coleção Galvão; Localização: I-34,23,001 nº 056; Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional (SMBN).

⁷² Idem. O trecho não grifado foi manuscrito em 1849, já o grifado foi manuscrito no ano de 1859.

⁷³ Estudos recentes têm desvelado o dinamismo e o amplo alcance das relações comerciais na fronteira-oeste do Rio Grande de São Pedro: THOMPSON FLORES (2007), RODRIGUES (2012), COSTA (2013) e VOLKMER (2013). As pesquisas de THOMPSON FLORES (2007) e COSTA (2013) tratam também das rotas e atividades de contrabando na fronteira-oeste do Rio Grande de São Pedro.

da província com os principais mercados do Prata. Para além do perene estado de alerta militar devido à constante possibilidade de conflitos com os Estados platinos, o fluxo comercial com estes era mais uma peculiaridade que a condição fronteiriça estabelecia àquela região. Isto é, a fronteira e os rios navegáveis incentivavam o estreitamento dos negócios entre os atores sociais que circulavam nos distintos pontos daquela região. Segundo a descrição de Estanislau Freitas, o comércio que passava pelos rios da bacia do Prata⁷⁴ (ver mapa 4), inclusive o Uruguai e alguns de seus afluentes em território sul rio-grandense (Quaraí, Ibicuí, Icamaguã, Piratini e Ijuí, ver mapa 5), se estendia de Montevidéu/Buenos Aires até o Paraguai.

Mapa 5 – Bacia hidrográfica do Prata



Fonte: Adaptação de imagem disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/13/Riodelaplatabasinmap.png/596px-Riodelaplatabasinmap.png>>. Acesso em 04 de fev. de 2013.

⁷⁴ O viajante francês Arsène Isabelle descreveu assim a bacia do Prata: “o rio *Paraná*, que, a 27° de latitude, se enriquece com as águas do *Paraguai* e recebe uma infinidade de rios e de regatos, durante seu longo curso, e o *Uruguai*, que na mesma latitude desce do oriente, aumentando também o volume de suas águas, formam uma maravilhosa ramificação de canais navegáveis, reunindo-se em um só corpo sob o nome de *rio da Prata*. Depois de reunida, essa grande massa de água estende-se majestosamente até o mar, [...], quase diante de Buenos Aires, [...], um pouco antes de Montevidéu [...]” (2006, p. 35).

Mapa 6 – Principais rios do Rio Grande do Sul



Fonte: Adaptação de imagem disponível em: <<http://2.bp.blogspot.com/-FdNH4JF6dtM/TcCDMOuoHrI/AAAAAAAAAwoc/wMCWbEEXCKQ/s1600/mapa+rios+rs.jpg>>. Acesso em 04 de fev. de 2013.

Em outro fragmento da resenha o inspetor colocou que:

pela conflagração dos países vizinhos, quase privando a navegação no Uruguai e com a proibição da República Argentina do comércio com o Paraguai que produzia a vantagem das reexportações, tanto dos artigos que dali vinham para descer o rio, como das mercadorias chegadas de Buenos Aires e Montevideu que se despachavam para o mesmo Paraguai.⁷⁵

Nota-se que, segundo o relato de Freitas, os portos da costa oeste do Rio Grande de São Pedro, fazendo as vezes de entrepostos, eram integrantes de um dinâmico comércio realizado pela navegação de cabotagem. Mas, além disso, o inspetor Freitas possuía ainda uma percepção que, talvez, possamos chamar de macroeconômica. Vejamos o que ele escreveu em outra passagem:

os países agrícolas fazem a base do seu comércio na exportação: esta dá em retorno uma importação que sobe do valor exportado na razão que aumenta a população e o luxo. No estado normal desta província,

⁷⁵ *Resenha*. Coleção Galvão; Localização: I-34,23,001 nº 056; SMBN. Trecho manuscrito em 1849.

e das Repúblicas vizinhas poder-se-á exportar anualmente pelo Uruguai, *cem mil arrobas de erva-mate, e vinte mil couros do gado de consumo* dos Municípios de São Borja e Uruguaiana, que tendo suas Vilas a margem do rio, são elas o centro, ou foco do comércio, e por isso tem de afluírem ali aqueles artigos; e sua saída, é pelo conduto do mesmo rio, indo depositar-se nas praças do Rio da Prata, mercados aliás mais abundante de gêneros estrangeiros do que os desta província, pela mesma razão de achar o comércio estrangeiro, neles, uma quantidade maior de artigos de exportação, por ali se reúnem de todas as províncias da Confederação [argentina].⁷⁶

O inspetor de alfândega mostrava que detinha uma clara noção das bases econômicas do Império e de que as grandes praças comerciais platinas (Montevideu e Buenos Aires) eram economicamente mais pujantes que os principais mercados provinciais (Rio Grande e Porto Alegre). A julgar pela resenha de Estanislau Freitas e pelo que já vimos até aqui neste estudo, podemos perceber que a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, no que se refere às relações comerciais, se vinculava a diversos circuitos de comércio: ao complexo porto-charqueada do leste da província, ao circuito de gado muar da Feira de Sorocaba e à rede comercial da bacia do Prata.

O inspetor ainda destaca couros e erva-mate como produtos que eram exportados para as praças comerciais platinas. Sobre o primeiro, como bem destacou o inspetor Freitas, os couros exportados eram oriundos do gado de consumo das estâncias, isto ocorria porque a maioria das reses era destinada às charqueadas, “situação bem diversa da encontrada no século XVIII, tanto no Rio Grande do Sul, como nas regiões platinas, onde um dos objetivos da criação bovina era a extração de couros na própria estância, para sua venda” (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 122). Foi somente a partir da última década do século XVIII que o couro perdeu espaço nas exportações após a organização da produção charqueadora (OSÓRIO, [1999] 2007, p. 183 – 224). Já no contexto de meados do século XIX, “os couros e outros subprodutos do gado exportados pela província eram, em larga maioria, oriundos das charqueadas, resultantes do processo de beneficiamento dos novilhos adquiridos junto aos produtores” (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 122). Raras são as informações sobre o comércio destes artigos, nos inventários de São Borja, encontramos referências a couros em apenas um processo. No inventário de Antonio Castanho de Araújo, aberto em 1836, foi descrito 9

⁷⁶ Idem. Trecho manuscrito em 1850.

couros de boi avaliados em 20\$160 (vinte mil cento e sessenta réis) e 17 couros de vaca pelo valor de 24\$480 (vinte e quatro mil quatro centos e oitenta réis).⁷⁷

Ao analisar registros contábeis de estâncias, Luís A. Farinatti percebeu que,

as contas analisadas apontam para o fato de que a venda direta de couros e cabelos desempenhava um papel claramente acessório para os produtores de Alegrete. Tratava-se de couros de consumo, retirados do gado que ia sendo abatido para o próprio abastecimento da estância, ao longo do ano, bem como dos animais que acabam por morrer naturalmente. Contudo, ainda que o percentual ocupado pela venda de couros fosse um ganho secundário nas receitas dos grandes criadores, é preciso ressaltar sua presença em todas as contas analisadas e a importância que assumia, como elemento de troca, na aquisição dos gêneros necessários à estância (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 122 - 123).

Analisando as contas da estância do brigadeiro Olivério José Ortiz, o autor ainda descreve como se conduziam os negócios com os couros e demais subprodutos do gado:

nas contas do brigadeiro Ortiz, constavam vendas anuais de couro a Pedro Cassal e Antônio Barbosa, cujas casas comerciais estavam instaladas em Alegrete. [...] os couros iam sendo entregues a comerciantes locais de forma esparsa, ao longo de todo o ano. Eles formavam parte importante da contrapartida dada pelos produtores em troca dos mantimentos que adquiriam para o abastecimento de suas. Estabelecia-se, assim, uma relação de débito e crédito registrada nas contas-correntes que mantinham entre si. Em geral, essas contas eram acertadas na época das safras, abatendo-se o valor dos couros e cabelos da dívida pendente do criador com o comerciante (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 123).

Consideramos que não fica difícil imaginar que parte dos comerciantes da fronteira oeste, como Pedro Cassal e Antônio Barbosa, se conformava também em mediadores na exportação dos couros e subprodutos do gado para os mercados platinos. Embora não envolvesse vultosos valores, o comércio desses produtos movimentava uma cadeia produtiva e comercial complexa. Além disso, ajudava a dinamizar a economia da região, se configurando em uma atividade em que até mesmo pequenos criadores podiam se ligar, mesmo que tímida e indiretamente, ao amplo mercado da região platina, uma vez que o couro

⁷⁷ Inventário de Antonio Castanho de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo nº: 06, APERS.

e demais subprodutos do gado consumido na subsistência e/ou abastecimento das unidades produtivas não necessitavam de quase nenhum tipo de investimento extra.

Em 1858, autoridades da Câmara de Vereadores de São Borja produziram um importante documento onde relatavam a situação econômica do município. Por meio dele também obtivemos importantes informações sobre os fluxos comerciais que passavam pela região. Muitas informações deste texto corroboram os inúmeros dados apresentados pelo Inspetor da Alfândega. Consta no documento que:

há na Vila de São Borja uma introdução das praças do interior de fazendas e molhados em importância superior a quinhentos contos de réis anualmente e com os produtos dos animais vacuns e cavalares (*couros e crinas*) que daqui são remetidos em pagamentos apenas pode ser coberta uma terça ou quarta parte de tal dívida. Assim pois, sem temor de ser exagerado, pode afiançar esta Câmara, que mais de trezentos contos de réis passam em moeda desta Vila para as cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Rio de Janeiro anualmente. Além da avultada soma de gêneros importados do interior da Província, e mesmo da Capital do Império, consome-se ainda neste ponto cem ou mais contos de réis dos mesmos vindos de Montevidéu e Buenos Aires, cuja maior parte chegam a este ponto isentos de direitos, por que são contrabandeados na Uruguaiana, e vem para esta Vila guiados pela alfândega daquelas, ou sai contrabandeados em algum ponto da costa do Uruguai ou Quaraí, e vem para esta Vila em carretas, d'onde, depois de estarem exposta à venda por algum tempo, voltam para o Itaqui ou Uruguaiana com guia d'aquí.⁷⁸

Destaca-se, em primeiro lugar, que as informações prestadas pela Câmara são-borjense deixam claro que couros e subprodutos do gado, como as crinas, eram importantes gêneros de exportação da região. Do mesmo modo, fica evidente que a estrutura produtiva desenvolvida em São Borja conectava-se a diversos circuitos comerciais dinâmicos e de alcance variado. Segundo o relato, o município cultivava intensa relação comercial com: a) localidades da própria província como a capital, Porto Alegre, e o principal porto, Rio Grande; b) a Corte Imperial, e principal porto do império, o Rio de Janeiro; e c) com os portos do estuário do Rio da Prata, Montevidéu e Buenos Aires. Além disso, da mesma forma que a resenha de Estanislau de Freitas, tal documento também expressa a preocupação com a dimensão adquirida pelo contrabando de produtos provenientes dos portos platinos.

⁷⁸ Carta anexa ao *Mappa demonstrativo das officinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Correspondência expedida pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

Retomando o exame da resenha, sobre a erva-mate,⁷⁹ Estanislau José de Freitas relatou que a exportação deste produto pelos portos da costa oeste do Rio Grande de São Pedro em estado normal, quer dizer, sem guerra, poderia atingir cerca de cem mil arrobas. Salvo exagero de alguém que lutava para recuperar seu cargo e defendia a permanência do posto alfandegário o qual havia ajudado a estabelecer em São Borja e que estava sendo extinto, Freitas nos presta uma valiosa informação sobre exportação do produto mais típico da região das Missões e da região do Planalto. Segundo Paulo A. Zarth “a *ilex paraguariensis* (a erva-mate) [...] [era] uma pequena árvore nativa do Sul da América [...] utilizada pelos indígenas para preparar uma bebida.⁸⁰ Os jesuítas, que aldearam os Guaranis no Rio Grande do Sul, produziam e comercializam esta erva nos mercados do Rio da Prata desde o século XVIII” (ZARTH, [1994] 2002, p. 220).

O fim da organização reducional com a expulsão dos jesuítas dos territórios hispânicos e portugueses na América ainda no século XVIII gerou a desarticulação do extrativismo e da exportação do produto feito pelos povos guaranis missioneiros. Auguste de Saint-Hilaire passando por São Borja em 1821 anotou que “os jesuítas fizeram plantações de mate, que atualmente não existem” (2002, p. 277). Ainda em outra passagem o viajante colocou que,

os jesuítas, que faziam considerável comércio de erva-mate, não se contentavam em colhê-la no estado espontâneo em que se encontrava nas proximidades de Santo Ângelo, onde ela é abundante; procuraram fazer plantações ao redor de suas povoações; mas quase todas estão destruídas. Delas nada mais existe nem mesmo em São Borja, São Nicolau, São Luís, e ninguém pensou em renová-las [...] (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 307-308).

⁷⁹ Sobre a história econômica da erva-mate ver o estudo clássico de LINHARES (1969). Sobre a história cultural da erva-mate ver BOGUSZEWSKI (2007). Sobre a história ambiental da erva-mate ver GERHARDT (2013). Sobre o processo produtivo da erva-mate nos século XIX ver: ZARTH ([1988] 1997, p. 116 – 126; [1994] 2002, p. 220 – 227). E sobre a história da erva-mate na América meridional ver KORMANN (2001).

⁸⁰ O francês Arsène Isabelle descreveu em detalhes a tradicional bebida: “o *mate* é uma bebida quente que, na América meridional, substitui o chá e o café da Europa. Toma-se em infusão como o chá. É a folha pulverizada, fermentada e preparada de uma árvore do Paraguai e das Missões do Uruguai conhecida no comércio pelo nome de erva-do-paraguai (*Yerba del Paraguay, del Brasil*, ou simplesmente *Yerba*). Põe-se uma colherada, com açúcar, numa pequena cuia de abertura estreita, derrama-se água fervente e, em lugar de servir-se em xícaras, serve-se na própria cuia (ou em algum vaso mais rico que tenha a mesma forma), chupando por um tubo de metal ou de junco, de oito a dez polegadas de comprimento, furado na extremidade, como um regador, para impedir que as partículas da planta cheguem à boca. Dá-se a esse tubo o nome de *bombilla*. O mate é tomado a qualquer hora e, logo que chega uma visita, uma negrinha o serve à patroa, que o oferece, por sua vez, às pessoas presentes. Os habitantes não podem se privar dessa bebida, bastante agradável, mas que repugna da primeira vez” (ISABELLE, 2006, p. 129 [nota 28]).

Todavia, por volta do início da década de 1830, quando a região das Missões e o planalto consolidaram-se como territórios brasileiros, houve a retomada da coleta da erva-mate junto aos ervais dessas regiões, os quais, segundo Zarth, “precisaram ser descobertos no interior da floresta [...]” ([1988] 1997, p. 117). Ainda conforme este autor, o principal estímulo a esta nova investida sobre os ervais proveio da suspensão da exportação do mate paraguaio. Fato que, em meados dos anos 1830, parece ter chegado ao conhecimento do viajante francês Arsène Isabelle que relatou que, “o chá da América do Sul (a erva-mate do Paraguai) é objeto de um grande comércio nas Altas Missões, sobretudo depois que foram proibidas as relações com aquele governo ditatorial” (2006, p. 262).

Ainda nos anos 1820 o botânico Saint-Hilaire registrava que “a erva se torna melhor à medida que se distancia de São Borja” (2002, p. 78), isto é, o viajante francês indicava a melhor qualidade do mate do planalto sul rio-grandense. Mesmo assim parece que o mate brasileiro era bem inferior do que o paraguaio. Em Buenos Aires, Arsène Isabelle escreveu que:

a erva-mate, que chega do Paraguai, das Missões ou do Brasil, em surrões, deverá ser manipulada antes de servida aos consumidores. Já teve nos lugares de colheita um começo de preparação pela torrefação, fermentação e pulverização, mas isso não é suficiente. Deve ser submetida ainda a uma nova pulverização e uma fermentação mais ou menos longa, a fim de adquirir as qualidades exigidas pelos conhecedores, sobretudo a que vem do Brasil que, sendo sob vários aspectos muito inferior à do Paraguai, melhora sensivelmente por meio da referida manipulação (2006, p. 133).

Já na década de 1850, a extração do mate havia se constituído numa atividade econômica de grande importância, ocupando milhares de braços, sobretudo, dos lavradores nacionais (ZARTH, [1988] 1997; [1994] 2002). Paulo A. Zarth examinou um interessante documento, datado do ano de 1859, intitulado *Memorial de Francisco Nunes Miranda sobre os diferentes herbaes, sua extensão, uberdade e cultura* em que este engenheiro relata que:

[...] a herva pode ser considerada como o terceiro gênero de comércio da província depois do gado bovino e muar. E porque no seu fabrico ela não exige capital algum visto a árvore apresentar-se silvestre e não necessitar de trabalhos de cultura, ela atrai de preferência a população pobre dos municípios onde existem herbaes ([1994] 2002, p. 220).

Fica claro por meio desse fragmento que o extrativismo da erva-mate havia se erigido como uma importante atividade produtiva numa região onde predominava as pecuárias *vacum* e *muar*. Na coleta do mate residia, portanto, mais uma alternativa para os produtores, inclusive os pobres, diversificarem suas atividades produtivas e se integrarem ao circuito de exportação da erva-mate para diversos mercados. Em texto recente Zarth defende que: “do ponto de vista sociológico, as fontes indicam que os extrativistas de erva-mate eram lavradores pobres” (ZARTH, 2011, p. 2). A argumentação de Zarth é sustentada principalmente pela descrição que Evaristo Afonso de Castro fez dos homens envolvidos na produção do mate. Segundo o relato deste cronista local contemporâneo:

o ervateiro, que vive unicamente do fabrico de erva mate pelo sistema primitivo transmitido pelos guaranis, é um homem sem nenhuma instrução; na generalidade indolente, cultivando algum milho e feijão que, na maioria dos casos, não basta para a subsistência; vivem em uma profunda indiferença por tudo quanto é progresso; eis aí o traço distintivo de seu caráter [...] depois que os ervateiros concluem a safra de erva, que comumente é pela entrada do verão, vão então preparar terras para a cultura de cereais [...] (CASTRO apud ZARTH, 2011, p. 2).

Além disso, segundo Zarth, “a produção rio-grandense do mate além de abastecer o mercado interno regional era exportada aos países platinos. Em 1851, no inventário do proprietário de engenho Luiz Perié constam vários nomes de devedores seus de Montevideu, Buenos Aires e da província de Paraná (Argentina)” ([1988] 1997, p. 120). Nos inventários de São Borja encontramos poucos registros sobre a erva-mate. Dos 110 inventários *post-mortem* que compõem o universo de nossa amostragem, em apenas 8 deles identificamos a existência de valores que envolviam a presença do mate. É preciso ressaltar que a pouca incidência de informações sobre a erva-mate nos inventários pode ser outro forte indício de que esta atividade era realizada com maior frequência por sujeitos que compunham a população mais pobre da região, e que, muito provavelmente, não teve seus bens inventariados após o falecimento. Lembremos que os inventários são documentos que tendem a sobre representar os substratos mais bem aquinhoados da sociedade. Portanto, os inventários são fontes que não conseguem medir a difusão do extrativismo da erva-mate no tecido social. Contudo, as

referências estiveram espalhadas ao longo de todo nosso recorte temporal, fato que em nosso entendimento mostra a estabilidade daquela atividade produtiva na região.⁸¹

Em 1834, no inventário de Bárbara Maria de Jesus foi descrito nos bens móveis 34 arrobas de erva-mate, tendo sido cada arroba avaliada por 2\$400 (dois mil e quatrocentos réis) cujo total soma 81\$600 (oitenta e um mil e seiscentos réis).⁸² No inventário de Antonio Castanho de Araújo, aberto em 1836, foi arrolada a quantia de 42 arrobas de *erva-mate missioneira* avaliadas em 107\$520 (cento e sete mil e quinhentos e vinte réis).⁸³ Entre os bens de Jacinto José de Souza, descritos em inventário em 1844, havia 50 arrobas de mate que valiam 100\$000 (cem mil réis) e, também, meia data de mato na Serra Geral, de onde, possivelmente, se extraía o produto.⁸⁴ Ainda encontramos referência à erva-mate nos inventários de Maria Angélica (1852), 340 arrobas avaliadas em 408\$000 (quatrocentos mil réis),⁸⁵ de Joaquim Batista da Silva (1858), 480 arrobas que valiam 1.440\$000 (um conto e quatrocentos e quarenta mil réis)⁸⁶ e de Sezefredo Antônio de Araújo (1844) que contava com apenas 6 arrobas que valiam 15\$360 (quinze mil e trezentos e sessenta réis).⁸⁷ A julgar pela quantia em arrobas, nos parece que apenas este último indivíduo detinha erva-mate apenas para o consumo.⁸⁸

Por meio de outros dois inventários, podemos perceber transações comerciais do produto. No inventário de José Francisco Pinheiro aberto ano de 1844 consta nas dívidas ativas que José dos Santos Roballo devia ao inventariado 276\$000 (duzentos e setenta e seis mil réis) referentes a 138 arrobas de erva-mate.⁸⁹ Em 1852, declarou-se no inventário de Maria Delfina da Conceição que Fernando Franco devia a falecida 21\$600 (vinte e um mil e seiscentos réis) referentes a 34 arrobas de erva-mate, e que Vitoriano de Souza, por sua vez, era devedor à mesma senhora de 132\$400 (cento e trinta e dois mil e quatrocentos réis)

⁸¹ As referências ao mate foram encontradas no ano de 1834, 1836, duas no ano de 1844, 1846, outras duas em 1852 e em uma em 1858.

⁸² Inventário de Bárbara Maria de Jesus. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo nº: 02, APERS.

⁸³ Inventário de Antonio Castanho de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaquí, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo nº: 06, APERS.

⁸⁴ Inventário de Jacinto José de Souza. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaquí, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo nº: 15, APERS.

⁸⁵ Inventário de Maria Angélica. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1852, processo nº: 69, APERS.

⁸⁶ Inventário de Joaquim Batista da Silva. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1858, processo nº: 127, APERS.

⁸⁷ Inventário de Sezefredo Antônio de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaquí, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo nº: 16, APERS.

⁸⁸ Uma arroba equivale a aproximadamente 15 Kg.

⁸⁹ Inventário de José Francisco Pinheiro. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo nº: 16, APERS.

concernentes a 165 arrobas e meia do mesmo produto.⁹⁰ Em nossas pesquisas, infelizmente, não conseguimos identificar se os indivíduos devedores eram proprietários de casas comerciais ou de exportação. Entretanto, os volumes das transações apontam para tais cenários. Do mesmo modo, exceto Sezefredo Antônio de Araújo que possuía apenas 6 arrobas de mate, os demais inventariados detinham consideráveis volumes de erva-mate que, provavelmente, alimentariam o circuito de exportações de tal produto.⁹¹

Através do relatório de Cansação de Sinimbu, presidente da província em 1854, Paulo Zarth verificou que,

a erva-mate da Cruz Alta vende-se em diversos mercados, conforme a vizinhança do lugar em que é fabricada. De todos, porém, o mais importante é o de Itaquí, donde se distribui pelo Uruguai abaixo para os estados vizinhos e para Buenos Aires ([1988], 1997, p. 121).

Como sabemos, a localidade de Itaquí esteve dentro da jurisdição da Vila de São Borja até 1858-59. Portanto, podemos perceber que a informação prestada pelo inspetor Estanislau José de Freitas em 1848 está em consonância com os relatos do presidente da província em meados da década de 1850. No informativo elaborado pela Câmara de Vereadores de São Borja em 1858 consta que pelo porto de São Patrício de Itaquí introduzia-se uma quantidade tão grande de produtos importados e contrabandeados quanto pelo porto de São Borja. Segundo o documento, “no Itaquí introduz-se uma soma em nada inferior [valor dos produtos importados/contrabandeados] a desta Vila [de São Borja], mas são quase todos os gêneros vindos de Montevidéu e Buenos Aires, e fazem[-se] a quase totalidade dos pagamentos em erva-mate”.⁹²

Embora seja de difícil comprovação quantitativa, as diversas evidências apresentadas indicam que a erva-mate foi o artigo exportado em maior quantidade através do rio Uruguai ao longo do século XIX.⁹³ Em meados dos anos 1830, Isabelle anotou que “a navegação dos

⁹⁰ Inventário de Maria Delfina da Conceição. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1852, processo n°: 71, APERS.

⁹¹ Não se pode descartar que partes destes volumes de erva-mate eram utilizadas para o próprio consumo e também para o pagamento de peões que trabalham nas estâncias. Luís A. Farinatti demonstrou que tecidos, o mate, o fumo e a cachaça eram entregues como adiantamentos aos peões. Ver Farinatti ([2007] 2010a, p. 383 – 392).

⁹² Carta anexa ao *Mappa demonstrativo das officinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Correspondência expedida pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

⁹³ Paulo Zarth alertou que “as estatísticas sobre a produção e a exportação de erva-mate são muito frágeis, pois muito produto era contrabandeado para os países vizinhos que eram de acesso relativamente fácil para os produtos sulinos. Da mesma forma, certamente muito produto vendido no

grandes rios Paraná e Uruguai ocupa[va] mais de mil embarcações” (2006, p. 136), revelando o dinamismo e a intensidade do fluxo comercial na bacia do Prata. Mas este viajante francês esclareceu ainda que, este rio

[...] ainda que muito rápido em vários lugares, é navegável para grandes pirogas e barcos chatos, até a altura do Paraguai, isto é, a mais de duzentas e cinquenta léguas da sua junção com o Paraná. [...]. O lugar, realmente, tem possibilidades de prosperar, quando o comércio com o Paraguai for livre e as Missões estiverem povoadas, porque a via fluvial é sempre preferível à terrestre, para o transporte de mercadorias (2006, p. 174-175).

Em resumo, a erva-mate, os couros e os demais subprodutos do gado se estabeleceram como outros nichos produtivos que diversificavam e dinamizavam a estrutura econômico-produtiva da fronteira oeste e do planalto sul rio-grandense. Devido aos seus baixos custos de produção, que não requeriam pesados investimentos, o processo produtivo destes artigos acabou abrindo possibilidades a um incontável número de produtores pobres, sem, no entanto, excluir os mais bem aquinhoados, embora estes se dedicassem a estas atividades com menor frequência.

Enquanto que as reses eram dirigidas para as charqueadas do leste da província e as mulas para a Feira de Sorocaba, ambas as mercadorias transportadas por vias terrestres, couros e subprodutos do gado e, sobretudo, a erva-mate tiveram como destino principal as praças mercantis platinas, e seu principal conduto era o rio Uruguai. Mesmo não sendo economicamente hegemônicas e não envolvendo grandes valores em suas transações, estas atividades, em especial o extrativismo do mate, abrangiam uma grande quantidade de pessoas nas diversas etapas de seus processos de produção e comercialização. Dessa forma, adquiriram uma significativa representatividade social, e também foram importantes para a conformação socioeconômica da região.

Considerações Parciais

Por tudo que vimos ao longo deste capítulo, chegamos à conclusão que a diversificação econômico-produtiva foi uma das principais características da zona das Missões. Aquela estrutura produtiva diversificada abrigava ao mesmo tempo grandes

mercado interno era comercializado à margem dos levantamentos estatísticos e sem pagar impostos” ([1988] 1997, p. 121).

estancieiros como Antonio Jacinto Pereira, que possuía um patrimônio avaliado em expressivos 108.677\$005 (cento e oito contos e seiscentos e setenta e sete mil e cinco réis) que contava com grandes extensões territoriais, um rebanho de mais de 8.600 animais *vacuns*, 725 ovelhas, criação de mulas, agricultura e produção de farinha, e modestos produtores como Silberto Teixeira da Luz que se dedicava somente a agricultura e a produção de farinha, acumulando um patrimônio total de apenas 786\$800 (setecentos e oitenta e seis mil e oitocentos réis). Entre estes dois pólos, havia uma miríade de produtores que com suas atividades dinamizavam a estrutura produtiva da região das Missões. A grande maioria deles procurava desenvolver mais de um tipo de produção.

Com efeito, o pastoreio de gado *vacum*, que produzia reses que se destinavam a abastecer as charqueadas do leste da província, por ser mais rentável foi à prática produtiva mais recorrente. Como na maioria das regiões pastoris do Rio Grande de São Pedro, a distribuição dos recursos produtivos (por exemplo, gado, terra e escravos)⁹⁴ se deu de forma bastante desigual. Identificamos uma estrutura composta por poucos grandes estancieiros que concentravam a maior parte do rebanho e grandes extensões territoriais, e uma ampla quantidade de criadores de poucos animais, mas que em sua maioria eram detentores de pequenos lotes de terras. Em uma perspectiva comparativa, verificamos que a pecuária bovina da zona Missões era mais modesta do que a desenvolvida na região da Campanha, onde se encontravam os melhores campos para a atividade pastoril, porém, maior do que a praticada na região do Planalto.

Já em relação à criação de mulas, averiguamos que ela esteve bastante difundida pela região, e quase na absoluta maioria dos estabelecimentos produtivos em que se produziam mulas, esta atividade dividia espaço com a pecuária bovina. Em comparação a esta, a criação de gado muar não atingiu a mesma monta econômica. No entanto, representou uma das estratégias mais viáveis para diversificar a produção e ampliar o espectro de possibilidades econômicas e produtivas dos produtores que buscavam se tornar menos vulneráveis diante as precariedades do universo agrário em que habitavam. A disseminação da criação de mulas nos leva a crer que se tratava de um ramo de produção comercialmente atrativo e economicamente viável. Portanto, acreditamos que os volumes de produção não se fizeram desprezíveis. Se assim não tivesse ocorrido, uma atividade com considerável grau de especialização e investimento (monetário, de tempo, etc.) não teria se disseminado por boa parte das unidades de produção. Ao cotejarmos nossas fontes e outras pesquisas que tiveram como sítio de

⁹⁴ A concentração da posse de escravos será demonstrada ainda neste estudo.

pesquisa regiões vizinhas a Vila de São Borja, pudemos perceber que, em termos dimensionais, a pecuária muar na região das Missões era maior do que a praticada na Campanha, mas não chegava a dimensão que adquiriu no Planalto, região que havia se tornado em um importante entreposto do circuito comercial da Feira de Sorocaba, onde o gado muar era comercializado.

Por sua vez, a agricultura também teve seu espaço na matriz produtiva do espaço missioneiro. Segundo os relatos de contemporâneos, milho, mandioca, feijão, arroz, trigo e melancia foram os principais gêneros produzidos na região. Em significativa parte das unidades de produção as práticas agrícolas se faziam presentes, quase sempre coexistindo com atividades pastoris. Por meio delas, os produtores procuravam dar conta de parte de suas necessidades de produtos alimentícios, e os excedentes eram destinados ao mercado regional, voltado, principalmente, à região da Campanha, que possuía produção agrícola bem inferior à constatada para a zona das Missões. Pequena quantidade daqueles excedentes também era exportada à região platina através dos portos do rio Uruguai. O dinamismo deste comércio ensejava uma intensa interação entre os produtores de diferentes envergaduras econômicas, já que, nem uns, nem outros tinham a capacidade de autossuficiência, e por isso precisavam recorrer ao mercado.

No que tange à concentração dos volumes e valores da produção agrícola, entendemos que tenha se conformado de forma diversa de como se deu na atividade pecuária e na posse da terra. Por não ter se constituído em uma atividade com rentabilidade tão alta quanto o pastoreio, os grandes produtores não tiveram o interesse em praticamente monopolizar os recursos produtivos das práticas agrícolas. Assim, cremos que a distribuição dos meios de produção (exceto terras e escravos) e da rentabilidade da agricultura tenha sido bem menos desigual do que as concentrações de gado e de rendimentos constatadas na atividade pastoril.

Uma vez que as atividades agrícolas não foram controladas de forma hegemônica pelos grandes produtores, as lavouras e a fabricação de farinhas, tal qual a criação de mulas, se constituíram em vias de produção alternativas para produtores de envergadura econômica mais modesta. Mesmo assim, os produtores de maior envergadura se dedicavam à agricultura, assim como a fabricação de farinhas. Entretanto, não há dúvidas que os volumes de produção atingidos pelos pequenos produtores foram muito superiores aos alcançados pelos demais grupos. Fato que, obviamente, se deve também à maior representatividade social dos produtores de menor envergadura.

Além de tudo isso, ainda havia a produção de erva-mate e, em menor escala, de couro e subprodutos do gado. Estas atividades se constituíram em outros nichos produtivos que,

dado aos poucos investimentos que exigiam, abriram possibilidades a um grande número de produtores pobres, sem que os produtores de maior envergadura fossem aliados destes processos produtivos, embora se dedicassem a eles com menor frequência. Em especial, o processo de produção e exportação da erva-mate movimentava uma complexa cadeia de agentes, desde os coletores, que faziam a extração do mate nos ervais, passando pelos comerciantes regionais, se estendendo pelos encarregados dos transportes (terrestre e fluvial) do produto, até chegar às diversas praças comerciais distribuídas pela bacia do Prata. Portanto, a cadeia produtiva da erva-mate também auxiliava a diversificar e dinamizar a matriz econômico-produtiva da fronteira oeste da província, especialmente, na zona das Missões e do Planalto. Como vimos, esses produtos eram dirigidos para a região do Prata por meio do Uruguai, rio que se tornou um canal de articulação entre a fronteira oeste da província e os Estados platinos. Para além dos constantes conflitos que envolviam estes Estados e o Rio Grande de São Pedro, a histórica ligação destes territórios também era mantida pelo intenso comércio que passava pelo Uruguai.

Vale ressaltar ainda que os diferentes processos produtivos desenvolvidos na região das Missões se vinculavam a diferentes circuitos comerciais: a pecuária bovina se ligava ao complexo porto-charqueador do leste da província, a pecuária muar a Feira de Sorocaba, as produções de gêneros agrícolas e de farinhas voltadas principalmente à região da Campanha e, por fim, a erva-mate e couros que se destinavam à região platina. Este cenário se torna ainda mais complexo quando lembramos que muitos dos produtores se articulavam a todos estes circuitos, ou, ao menos, a alguns destes. Enfim, cremos que este complexo quadro, de diversidade social, econômico-produtiva e comercial, desvendado em nada se parece com aquele *mundo sem esperanças* propagado por Fernando Henrique Cardoso.

* * *

Concluído o primeiro capítulo, acreditamos que já possuímos uma concreta noção sobre como se estruturava a matriz produtiva agrária da zona das Missões. Cabe-nos, portanto, a partir daqui desvelar os distintos grupos sociais, os mundos do trabalho e seus trabalhadores. Sendo assim, nos próximos capítulos procuraremos identificar os sujeitos que habitavam a região das Missões e que faziam girar as engrenagens dos distintos processos produtivos, ou seja, aqueles que eram empregados nas diversas lidas dos estabelecimentos rurais. Do mesmo modo, buscaremos analisar em quais arranjos e relações de trabalho estes sujeitos se inseriam.

CAPÍTULO 2

AS GENTES DO ESPAÇO MISSIONEIRO

No dia 20 de julho do ano de 1848, pelas oito horas da noite, cerca de nove homens ditos correntinos⁹⁵ invadiram a estância denominada Jacuí, localizada no distrito de Itaquí, pertencente ao tenente Floriano Machado Fagundes. Durante a invasão o dito tenente e o seu escravo mulato/pardo Antônio foram mortos. Com golpes de espadas e lanças, ficaram feridas com talhos sua esposa Dona Feliciano Joaquina da Encarnação, sua nora Dona Cândida Fagundes e um cativo menor de idade chamado Luiz. Os criminosos saquearam a estância e ainda surraram os escravos. Estes disseram que os saqueadores se tratavam de alguns peões que trabalhavam na dita estância.

Tendo sido o tenente Floriano M. Fagundes uma reconhecida liderança política e militar da região, as autoridades da Vila de São Borja buscaram agir rápido, pois tinham medo que os criminosos se evadissem para o outro lado do rio Uruguai. Fato que não conseguiram evitar para a maior parte dos saqueadores. Dentre os nove peões saqueadores estava o posteiro⁹⁶ João Pedro, solteiro de 54 anos, natural do Povo de Itapuã na República do Paraguai, único a ser capturado nas perseguições. Foram identificados ainda Coração Cáceres, José Maria, José Antônio e o Índio Godóis. Outros quatro acabaram não sendo identificados. No decorrer do processo-crime, aparecem referências ainda a diversos outros sujeitos de distintos patamares sociais como, por exemplo, o capitão João José da Fontoura Palmeiro,⁹⁷ genro do tenente Floriano Fagundes, outro peão de nome Pedro José, o velho castelhano Antônio e uma mulher de nome Maria China.

Este episódio ocorrido em meados do século XIX, e que chegou a causar tensões entre as autoridades são-borjenses e correntinas, ilustra como poucos a diversidade social existente na região das Missões no período abordado por esta pesquisa. Através dele podemos perceber uma miríade de distintos agentes sociais: estancieiros e/ou militares, escravos (crioulos e africanos), peões; luso-brasileiros, castelhanos, guaranis, mestiços; mulheres da elite, indígenas e escravas.

⁹⁵ Naturalidade daqueles que nascem na província platina de Corrientes, que fica localizada na face ocidental do rio Uruguai de frente à região das Missões.

⁹⁶ Peões que ficavam nos postos. O posto era um “local da estância, provido de casas de moradia, mangueiras, etc., onde o estancieiro coloca o *posteiro* para lhe reparar a benfeitoria e o gado” (MORAIS, 1935 apud CESAR, 1978, p. 39 [nota 8]) [*grifos do autor*].

⁹⁷ O capitão João José da Fontoura Palmeiro exerceu destacada liderança política e militar, tendo sido, inclusive, o presidente da primeira vereança da Câmara Municipal de São Borja.

Seja por meio de trabalho, amizade, proteção, dependência ou algum outro tipo de relação, estes sujeitos mantinham constantes interações uns com os outros. Obviamente que estas relações e interações eram pautadas de acordo com uma rígida hierarquia social, a qual ordenava a sociedade por meio de uma rica diversidade de critérios que se emaranhavam. Nos últimos anos, diversos estudos sobre o processo histórico colonial e monárquico do Rio Grande de São Pedro vêm demonstrando que os grupos sociais não se conformavam em blocos homogêneos e que, para além das hierarquias existentes entre eles, haviam hierarquias intrínsecas em cada um deles.⁹⁸

Provavelmente, a condição jurídica (livre, escravo ou liberto) e a cor da pele estabelecida como classificação social (branco, pardo, negro, índio), foram os mais perceptíveis critérios de hierarquização. No entanto, a elas se misturava outros elementos como as diferentes dimensões de fortuna e as ocupações (criador e/ou peão, lavrador de alimentos, extrativista, comerciante, etc.). O mesmo se pode dizer sobre a procedência dos sujeitos históricos (portugueses, brasileiros, castelhanos, africanos, etc.). E tão importante quanto todos esses elementos eram as composições dos cabedais sociais que estabeleciam redes de reciprocidade, compromisso, dependência e proteção, e que desempenhavam o papel fundamental de complexificar a ordenação disposta pelos outros elementos hierarquizantes.

Para além de tudo isso, na fronteira meridional, a iminente possibilidade de conflitos bélicos conferia de grande importância à hierarquização produzida pelas forças de segunda linha (milícias e, depois, Guarda Nacional). A força social, o prestígio e o poder das elites regionais estiveram fortemente ligados à sua capacidade de arregimentar homens em armas e de exercer papel importante na guerra e na defesa das fronteiras. Como bem argumentou Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010a), os processos sociais que produziam as forças militarizadas também trilhavam por caminhos mais sinuosos e complexos do que a suposta relação automática entre peões que seriam quase que obrigados a acompanhar os estancieiros que os empregavam na guerra.

O episódio, que serve de preâmbulo para este capítulo, nos oferece uma pequena amostra de quanto àquela sociedade era heterogênea e mantinha complexas relações e interações sociais. Sem dúvida, estas intrincadas relações atingiam também os ambientes produtivos. Para perceber isto, basta prestar atenção na forma como eram identificados muitos dos sujeitos envolvidos em tal acontecimento. Um escravo foi morto e outro ficou ferido por defenderem seus senhores do ataque de criminosos. Peões (castelhanos, índios e mestiços)

⁹⁸ Dentre outros, destacamos: HAMEISTER (2002; 2006; 2011), KÜNH (2006); FARINATTI ([2007] 2010a; 2011b; 2012); GIL (2009); MATHEUS (2012).

empregados em uma estância que resolveram saquear. Outros escravos que reconheceram os tais peões que trabalhavam naquela unidade produtiva. Provavelmente, todos eles conviviam diariamente e dividiam algumas das lidas produtivas da estância.

Entretanto, antes de analisar como estes sujeitos se inseriam nas atividades e estabelecimentos produtivos da região, precisamos ter uma noção mais nítida de quem eram as gentes que animavam o processo histórico do espaço missioneiro. Este capítulo, portanto, destina-se a elaborar um perfil populacional da região, com especial atenção sobre a população escrava e a de ascendência guarani. Em primeiro lugar, através de censos contemporâneos iremos problematizar algumas características populacionais e produtivas do espaço missioneiro. Porém, mais importante que os imprecisos dados existentes nestas estatísticas, foram as suas lacunas. A partir delas, pudemos nos orientar por qual caminho seguir no restante do capítulo. No segundo subcapítulo, por meio de registros de batismos e inventários *post-mortem*, examinamos a presença, a representatividade e de que modo se conservava a população cativa no espaço missioneiro. No terceiro, ajustamos o foco da análise sobre a parcela de escravos africanos que foram batizados na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro. Por fim, encerramos nossas análises deste capítulo mostrando que mesmo diante de uma conjuntura de dispersão dos guaranis missioneiros, na década de 1830, a presença da população de ascendência guarani ainda era bastante significativa na região das Missões.

2.1 As estatísticas populacionais do século XIX: problematizações e lacunas

Do início do século XIX até o fim da década de 1850, quase não contamos com informações censitárias para Vila de São Borja. Além disso, os dados demográficos que temos acesso, oriundos dos censos de 1814, 1846 e 1858, são bastante imprecisos. Mesmo conscientes que as informações contidas nos levantamentos estatísticos do período são bastante frágeis, entendemos que podem nos ser úteis, senão para estabelecermos um perfil exato, ao menos para termos uma ideia aproximada do universo populacional da Vila.

Mesmo estando fora do recorte temporal abordado por esta investigação, o censo de 1814 nos apresenta alguns dados interessantes que podem ser problematizados.

Quadro 5 – População da Província de Missões (1814)

Indígenas	6.395
Branços	824
Livres de cor	77
Escravos	252
Recém nascidos	403

Censo de 1814. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 50.

Como era de se esperar, em 1814, o universo populacional da Província de Missões ainda era composto predominantemente por indígenas. Os sujeitos ditos brancos luso-brasileiros ainda não haviam chegado a um mil. Por seu turno, os escravos já passavam dos 250, número que comprova a presença de cativos desde os primórdios do povoamento luso-brasileiro no Espaço Oriental Missioneiro. Considerando apenas brancos, livres de cor e escravos, os últimos representavam aproximadamente 22% dos novos povoadores da região.⁹⁹ Este número se torna ainda mais representativo quando considerarmos que muitos daqueles *brancos* eram soldados, que estavam destacados para guarnecer uma área que não se tinha certeza de que continuaria sob o domínio luso-brasileiro, e não povoadores efetivos. De passagem por São Borja sete anos após o censo, Auguste de Saint-Hilaire afirmou em diversas passagens o caráter militar da região. Em 19 de fevereiro de 1821 o botânico francês destacou que uma das coisas que mais lhe impressionava era:

o aspecto militar sob o qual ela [a Vila de São Borja] se apresenta[va]. Veem-se aí apenas soldados e fuzis; a cada passo encontramos sentinelas e, diante da casa do comandante, outrora residência dos jesuítas, estão alinhados vários canhões (2002, p. 270).

Três dias depois, o viajante voltara a se referir ao militarismo do local, “[...] este lugar só pode ser considerado atualmente uma praça de guerra. Encontram-se aí a residência do

⁹⁹ Em estudo recente Max Roberto Pereira Ribeiro (2013) explora um documento produzido em 1810, *Lista das Pessoas Empregadas em Todas as Classes Nesta Província de Missões*, a mando do Comandante da fronteira de Missões, Francisco das Chagas Santos. Conforme o autor, “este documento é basicamente um recenseamento nominal o qual abarca apenas a população masculina, em virtude de ter sido feita, muito provavelmente, para poder se fazer o recrutamento, constando nesta lista os nomes, local de moradia e as ocupações dos sujeitos nela recenseados” (2013, p. 44). Em tal lista há referência a 53 escravos homens moradores na dita Província de Missões. Vale ressaltar que trata-se de quantidade mínima de escravos, já que mulheres e crianças cativas (e provavelmente escravos homens idosos ou inválidos) não foram computados em tal levantamento.

comandante da província, onde está acantonado o regimento dos guaranis, e a casa do coronel do regimento de milícias, da qual há sempre um destacamento na aldeia” (2002, p. 276). Já no segundo dia de março, Saint-Hilaire alertava que era “extremamente necessário diminuir o aspecto militar desta província. [...]. Os *brancos* [estão] sempre empregados no serviço militar [...]” (2002, p. 279) [*grifos nossos*]. Deve-se levar em conta ainda que quando o viajante francês passou pela região, José Artigas¹⁰⁰ já havia sido derrotado e se passava por um período de interstício de paz entre as contendas com as províncias platinas, diferentemente do que ocorria por volta de 1814.

O significativo número de escravos naquela região mostra que desde o início do povoamento luso-brasileiro o trabalho cativo foi fundamental para dar conta da produção dos estabelecimentos produtivos dos novos povoadores. Muito possivelmente, a oferta de trabalhadores livres estáveis era muito inconstante e cara naquela conjuntura de frequente belicosidade. Desse modo, entre outras razões, a mão-de-obra cativa, provavelmente, se configurou na forma mais segura de atender a demanda por trabalhadores estáveis frente a um quadro de guerra constante e incertezas institucionais.

No ano de 1846, o *Quadro da população nacional livre da província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, organizado pelo encarregado da estatística, segundo as listas paroquiais e de delegados provinciais [doravante *Quadro populacional de 1846*] apontava que em *Missões* – ou Vila da São Borja – havia 7.131 pessoas livres, sendo 3.522 homens, e 3.609 mulheres, distribuídos pelos seus cinco distritos.¹⁰¹ Não há, infelizmente, antes do censo de 1858, dados sobre o número de escravos e libertos, contudo, mais adiante buscaremos preencher esta lacuna recorrendo aos registros paroquiais de batismo da Matriz de São Francisco de Borja e aos inventários *post-mortem* abertos nesta vila. No tocante a população livre, não houve, no *Quadro populacional de 1846*, quaisquer referências à cor de pele, etnia, origem ou procedência dos sujeitos recenseados. Fato que nos impede de saber, através desse documento, qual era, naquele momento, a representatividade das distintas parcelas populacionais como, por exemplo, a população guarani, de ascendência africana e luso-

¹⁰⁰ José Artigas (1764 – 1850), líder do movimento de independência da Banda Oriental (atual Uruguai), entre 1810 e 1820, lutou contra o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o Império espanhol e as Províncias Unidas do Rio da Prata que sob a liderança de Buenos Aires haviam declarado independência da Espanha em maio de 1810. Artigas foi derrotado definitivamente na Batalha de Tacuarembó em 1820 e, posteriormente, exilou-se no Paraguai. Sobre os movimentos revolucionários e a formação dos Estados-nações na região platina ver, GUAZELLI (2004).

¹⁰¹ Quadro da população nacional livre da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1846. Organizado pelo encarregado da Estatística, segundo as listas paroquiais e de delegados da mesma província. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 60.

brasileira. A tabela 3, abaixo, reproduz as informações prestadas pelo *Quadro populacional de 1846* para cada distrito da Vila de São Borja.

Tabela 3 – População livre da Vila de São Borja em 1846

	Homens	Mulheres	Total
1º Distrito da Vila de São Borja	1094	1325	2419
2º Distrito da Cruz de Itaquí	1047	692	1739
3º Distrito de Camaquã	673	1009	1682
4º Distrito de São Francisco de Assis	285	379	664
5º Distrito de São Xavier	423	204	627
	3522	3609	7131

Fonte: Quadro da população nacional livre da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1846. Organizado pelo encarregado da Estatística, segundo as listas paroquiais e de delegados da mesma província. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 60.

Um dado que chama atenção é o equilíbrio entre o número de homens e mulheres, com ligeira vantagem para estas. Em contraste com os números apresentados pelo mesmo levantamento para Cruz Alta e Alegrete, podemos perceber que, embora seja pequena, a superioridade da quantidade de mulheres verificada em São Borja destoa das outras regiões da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro. Em Alegrete havia 7.442 homens, contra 6.445 mulheres, já em Cruz Alta eram 4.040 homens para 3.452 mulheres. Entretanto, esta circunstância parece não ter sido incomum na própria província. O mesmo quadro populacional mostra que em diversas outras localidades as mulheres eram maioria no conjunto da população. Foram os casos de Cachoeira, Rio Pardo, Caçapava, São José do Norte, Triunfo, Santo Antonio da Patrulha e a capital Porto Alegre. Assim, dos quinze municípios abordados pelo levantamento de 1846, em oito deles o número de mulheres era superior ao de homens.

Um ano antes da realização do *Quadro Populacional de 1846* havia sido feito outra estatística, o *Levantamento do número de fogos por distritos das cidades e vilas da Província do Rio Grande* [doravante *levantamento de fogos de 1845*]. Este levantamento, que foi assinado em 15 de junho de 1845 pelo juiz de paz, João Lopes Lenciano, pelo pároco, Marcellino Lopes Falcão, pelo fiscal, Cândido José Guimarães e pelo escrivão do juiz de paz,

Carlos Correia Vasques, mostrou que na Vila de São Borja havia 1.106 fogos.¹⁰² A tabela 4 especifica o número de fogos por distrito da vila.

Tabela 4 – Número de fogos na Vila de São Borja em 1845

	fogos
1º Distrito da Vila de São Borja	416
2º Distrito da Cruz de Itaqui	220
3º Distrito de Camaquã	178
4º Distrito de São Francisco de Assis	160
5º Distrito de São Xavier	132
	1106

Fonte: Fundo Estatística, Maço 01, AHRS.

Ainda no *Quadro populacional de 1846*, o encarregado da estatística alertava sobre as fragilidades dos dados que compunham o *Levantamento de fogos de 1845*. Em determinado trecho, o estatístico coloca que, “faltando-me a lista dos fogos para 1846 nada poderei dizer a respeito, e menos assinar o número de habitantes correspondente a cada um. De nada pôde servir-nos a *relação de 1845* tirada à pressa, e com a maior inexactidão”.¹⁰³ Todavia, mesmo *desaconselhados* pelo responsável estatístico do *Quadro populacional de 1846* a confiar nas informações existentes no *Levantamento de fogos de 1845*, resolvemos utilizá-la para estimarmos a média de pessoas livres por fogo em meados da década de 1840 na Vila de São Borja, e em cada um de seus cinco distritos relacionados nos levantamentos censitários. A tabela 5 nos apresenta as médias que foram calculadas.

¹⁰² Fundo Estatística, Maço 01, AHRS. “O termo *fogo* seria equivalente a família nas sociedades do Antigo Regime” (BLUTEAU apud KÜHN, 2006, p. 65 [nota 74]). Tomo aqui a mesma definição que Fábio Kühn (2006, p. 65 [nota 74]) adotou para o termo, ou seja, como sinônimo de unidade doméstica ou unidade de censo.

¹⁰³ Quadro da população nacional livre da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1846. Organizado pelo encarregado da Estatística, segundo as listas paroquiais e de delegados da mesma província. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 60. [*grifos nossos*]

Tabela 5 – Média de pessoas livres por fogo na Vila de São Borja (1845 – 1846)

	Pessoas livres (1846)	Fogos (1845)	pessoas livres/fogo
1º Distrito da Vila de São Borja	2419	416	6
2º Distrito da Cruz de Itaqui	1739	220	8
3º Distrito de Camaquã	1682	178	9
4º Distrito de São Francisco de Assis	664	160	4
5º Distrito de São Xavier	627	132	5
	7131	1106	6

Fonte: Quadro da população nacional livre da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1846. Organizado pelo encarregado da Estatística, segundo as listas paroquiais e de delegados da mesma província. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981, p. 60; e Fundo Estatística, Maço 01, AHRs.

A média foi de 6 pessoas livres por fogo. Muito pouco pode ser apreendido dessas estatísticas. A fragilidade dos levantamentos nos legaram dados muito imprecisos. Conscientes de tais precariedades, não temos a pretensão de apresentar um cenário demográfico com exatidão, mas apenas passar uma noção, mesmo que vaga, do universo populacional que habitava as paragens da região das Missões em meados do século XIX. Caso tomássemos a média calculada na tabela 5 como um indicador, e entendêssemos que cada fogo se constituísse numa unidade de produção, consideramos que não seria desproporcional sugerir que haveria de 2 a 4 pessoas livres em idade produtiva por estabelecimento produtivo: 1 casal e, talvez, 1 ou 2 filhos em idade produtiva, e mais duas pessoas fora da faixa etária dos 15 aos 45 anos.¹⁰⁴ Assim, levando em consideração a proporcionalidade de 50% de homens e 50% de mulheres, haveria em idade produtiva 2 homens e 2 mulheres. Sabendo que as lidas

¹⁰⁴ Neste estudo, para efeito de comparação, seguiremos a mesma faixa etária considerada por Thiago L. de Araújo (2008), isto é, em idade produtiva são considerados aqueles sujeitos que se situavam na faixa etária que se estende dos 15 a 45 anos. É necessário colocar que não há um consenso na historiografia sobre o Brasil colonial e monárquico a respeito das faixas etárias que definiriam crianças, adultos (ou idade produtiva) e idosos. Além disso, elas podem variar de acordo com os distintos grupos sociais (livres, indígenas, escravos, etc.). A cerca das faixas etárias estabelecidas para a população escrava, Stuart Schwartz definiu que “é possível examinarmos a população escrava dividida em crianças até oito ou treze anos, adultos de catorze a cinquenta e idosos com mais de cinquenta anos” ([1988] 2011, p. 288). Manolo Florentino ([1997] 2010a, p. 221 [apêndice 6]) considera infantes os escravos de 0 a 14 anos, adultos de 15 a 49 e idosos com mais de 49 anos. Por meio de dois trabalhos de José Flávio Motta ([1990] 1999; 2010), pudemos identificar que este se utiliza de faixas etárias semelhantes às empregadas por Florentino: até 14 anos, crianças, de 15 a 50, adultos, e mais de 50 anos, idosos. As classificações de Florentino e Motta são bastante semelhantes às utilizadas por Schwartz. Por sua vez, Robert W. Slenes estabeleceu como adultos aqueles escravos acima de 15 anos, não especificando quantos anos de idade marcaria a passagem para a velhice ([1999] 2011, p. 80). Muito embora, o principal corpo documental utilizado por Slenes, os relatórios da Diretoria Geral de Estatística (DGE), que trazem os dados da matrícula especial de escravos realizada nos anos de 1872 e 1873, estabeleça como idade produtiva a faixa etária de 14 a 40 anos (ARAÚJO, 2011). É importante ressaltar também que utilizamos, neste estudo, a faixa etária de idade produtiva entre 15 a 45 anos para toda a população e não apenas para a população cativa.

pastoris eram desenvolvidas quase que exclusivamente por homens, em média cada unidade produtiva contaria com 2 trabalhadores da própria família.

Mostramos no capítulo 1 (tabela 2) que 60% dos produtores eram pequenos criadores, isto é, detinham até 500 reses. Sobre o pastoreio desta envergadura, Luís A. Farinatti defende que:

a criação, em pequena escala, possuía uma lógica econômica diversa da grande pecuária. Aqueles que criavam até 500 reses poderiam, em tese, manter a produção pecuária com apenas um ou, no máximo, dois trabalhadores regulares, precisando do concurso de mão de obra eventual apenas nos eventos de marcação e castração. Ou seja, era possível reproduzir a pecuária nesses níveis com trabalho familiar ou com o concurso de apenas mais um trabalhador, fosse ele um escravo campeiro ou um peão livre. Isso reduzia, em muito, os custos anuais de operação desses estabelecimentos e submetia suas condições de reprodução e sua viabilidade a critérios diversos daqueles que eram válidos para as grandes estâncias. Aliás, [...], uma parte dos sujeitos que procuravam trabalho regular ou eventual como peões nas grandes estâncias estavam inseridos nessas famílias (FARINATTI, [200] 2010a, p. 151).

Portanto, considerando isto e a média estimada de 2 trabalhadores familiares por estabelecimento produtivo, poderíamos indicar que os pequenos criadores da região das Missões não precisariam recorrer a trabalhadores de fora do grupo familiar. No entanto, como veremos ainda no decorrer deste estudo, não foi isso que ocorreu. Foi comum entre importante parcela dos pequenos produtores contar com mão-de-obra extra familiar, seja de trabalhadores livres, quanto cativos. Evidentemente, nem todas as unidades produtivas contavam com no mínimo 2 trabalhadores do grupo familiar dedicados ao pastoreio. E mesmo que contassem com no mínimo 2 homens em idade produtiva, nada garante que ambos estariam empregados na pecuária. A diversidade e complexidade das estratégias de tais grupos assumiram conformações multifacetadas que, em muitos casos, redirecionavam potenciais trabalhadores para outras atividades, exigindo que se buscasse força de trabalho fora do ambiente doméstico. De outro modo, não podemos esquecer que haviam diversos condicionantes que, praticamente, forçavam aos grupos familiares desviar os seus trabalhadores para ocupações externas a unidade produtiva. O constante estado belicoso, ou de possibilidade de guerra, exigia quase que perene mobilização militar, portanto, os recrutamentos eram frequentes, e atingiam de forma mais incisiva as parcelas mais pobres da

sociedade.¹⁰⁵ Em 1844, Francisco Correa de Lemos, inventariante dos bens da falecida Ana Pereira Teixeira,

declarou [...] que de comum acordo com os herdeiros emancipados ficou fora desta descrição o gado e animais cavalares que possa haver em campo de Fabiano Pires de Almeida e dali para fora e da Estrada Geral das Carretas para o lado de D. Eufrazia e do Coronel Manoel dos Santos Loureiro e dali para fora, e para o lado debaixo na Estância de Tristão de Araujo Nóbrega e daí para fora. Cujo gado pelas circunstancias de falta de cavalos e de peões não se pode juntar, e ao momento que se puder reunir ser repartido pelos herdeiros.¹⁰⁶

Naquele ano, a Guerra dos Farrapos ainda não havia se encerrado, e a falta de peões e cavalos, necessários para engrossar as fileiras das tropas, talvez, fosse um reflexo dos desdobramentos daquele conflito. A permanente mobilização para a guerra, sem dúvida, esteve entre os diversos fatores que afetavam a força de trabalho da população livre, tornando-a inconstante e insuficiente para atender a demanda produtiva tanto das pequenas unidades de produção baseadas no trabalho familiar quanto daqueles estabelecimentos que necessitavam de mão-de-obra para além do grupo doméstico. Neste contexto, possivelmente, o elemento servil representava a possibilidade mais segura de contar com trabalhadores estáveis nos estabelecimentos produtivos. Isto, entretanto, não exclui nenhum outro tipo de mão-de-obra. Porém, o mais provável era a conjugação do trabalho escravo com formas de trabalho livre (familiar, assalariado, agregados), adequada conforme as necessidades específicas de cada unidade de produção (OSÓRIO [1999] 2007; FARINATTI [2007] 2010a). A necessidade de dispor de trabalhadores estáveis fez com que ao longo da primeira metade do Oitocentos se constituísse, na região das Missões, um importante contingente populacional cativo.

Em 1858, foi elaborado o *Mapa estatístico da população da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o total de livres libertos e escravos* [doravante *Mapa estatístico de 1858*]. Este *Mapa estatístico* se trata de um censo com dados mais completos e um pouco mais confiáveis do que os constantes no *Quadro populacional de 1846*, entretanto, nem mesmo por isso pode ser tomado como um retrato exato do perfil demográfico da Vila de São Borja ou, até mesmo, da Província do Rio Grande de São Pedro. Porém, dentro do período pesquisado, este é o primeiro que nos informa sobre a

¹⁰⁵ Sobre mobilização, organização e recrutamento militar na província do Rio Grande de São Pedro do Sul na primeira metade do século XIX ver: RIBEIRO (2005).

¹⁰⁶ Inventário de Ana Pereira Teixeira. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo nº: 13, APERS.

representatividade da população cativa no conjunto total da população da Vila. Cremos, portanto, que os dados apresentados pelo *Mapa estatístico de 1858* nos possibilitam ter uma primeira aproximação do perfil demográfico da região em análise. Na tabela 6 apresentamos os números que o *Mapa estatístico de 1858* aponta sobre contingente populacional da Vila de São Borja segundo a condição jurídica dos indivíduos. Mais abaixo, na tabela 8 expusemos os dados sobre a população escrava segundo o sexo dos cativos.

Tabela 6 – População da Vila de São Borja segundo a condição jurídica (1858)

	Livres		Libertos		Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Vila de São Borja	8059	86	64	1	1240	13	9463
São Patrício de Itaquí	5554	84	63	1	1014	15	6631
	13613	85	127	1	2254	14	16094

Fonte: Mapa estatístico da população da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o total de livres libertos e escravos [doravante, *Mapa Estatístico de 1858*]. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950 [doravante, FEE]. Porto Alegre, 1981, p. 69.

Enquanto que o *Mapa estatístico de 1858* indica que em São Borja a soma dos percentuais entre escravos e libertos atinge a marca 15% de toda a população da vila, para regiões vizinhas como Cruz Alta e Alegrete (ver mapa 2), ele mostra que escravos e libertos chegavam a compor em torno de 18% e 23% da população total das respectivas vilas, sendo que o percentual de libertos girou em torno de 1% em cada uma dessas vilas. Na Província do Paraná, no ano de 1854, em Guarapuava os escravos eram responsáveis por cerca de 16% da população de tal freguesia (FRANCO NETTO, 2005, p. 115), índice muito semelhante ao verificado na zona das Missões. Já em Palmas, também no oeste paranaense, a população escrava no mesmo ano atingiu a representatividade de 22% (SIQUEIRA, 2010, p. 16), número que se aproxima ao visto na região da Campanha.

Entre outras coisas a maior participação de escravos e libertos na população total de Alegrete, talvez, possa ser atribuída ao maior potencial econômico desta vila se comparado às outras duas. Como vimos no capítulo 1, na região da Campanha, devido aos seus melhores campos, foi desenvolvida uma pecuária bovina de maior monta do que nas zonas das Missões e do Planalto. A considerável presença de criadores de enorme envergadura na Campanha, provavelmente, fez com que naquela região tivesse havido um número maior de escravos,

uma vez que eram nas escravarias dos grandes estancieiros onde se concentrava significativa parte dos cativos.¹⁰⁷

Referente à média de pessoas livres por fogo em 1858, os números calculados se assemelham aos vistos na tabela 5 para meados dos anos 1840. Enquanto que na década de 1840 a média constatada foi de 6, em fins do decênio de 1850 ela foi de 7 pessoas livres por fogo.

Tabela 7 – Média de pessoas livres por fogo na Vila de São Borja (1858)

	Pessoas livres	Nº de fogos	Pessoas livres/fogo
São Borja	8059	1138	7
Itaqui	5554	799	7
	13613	1937	7

Fonte: Mapa estatístico de 1858. In: FEE. Porto Alegre, 1981, p. 69.

Porém, segundo o mesmo levantamento, entre a população livre as mulheres já não estavam mais em maior número. Naquele momento elas eram 6.536 contra 7.077 homens. Mesmo assim, em termos proporcionais, o equilíbrio se mantinha, pois a população masculina representava em torno de 52%, conseqüentemente, as mulheres compunham os outros 48% da população livre da Vila. Este mesmo equilíbrio entre os sexos se deu entre a população escrava.

Tabela 8 – População escrava da Vila de São Borja segundo o sexo (1858)

	Homens		Mulheres		Total
	Nº	%	Nº	%	
Vila de São Borja	609	49	631	51	1240
São Patrício de Itaqui	524	52	490	48	1014
	1133	50	1121	50	2254

Fonte: Mapa estatístico de 1858. In: FEE. Porto Alegre, 1981, p. 69.

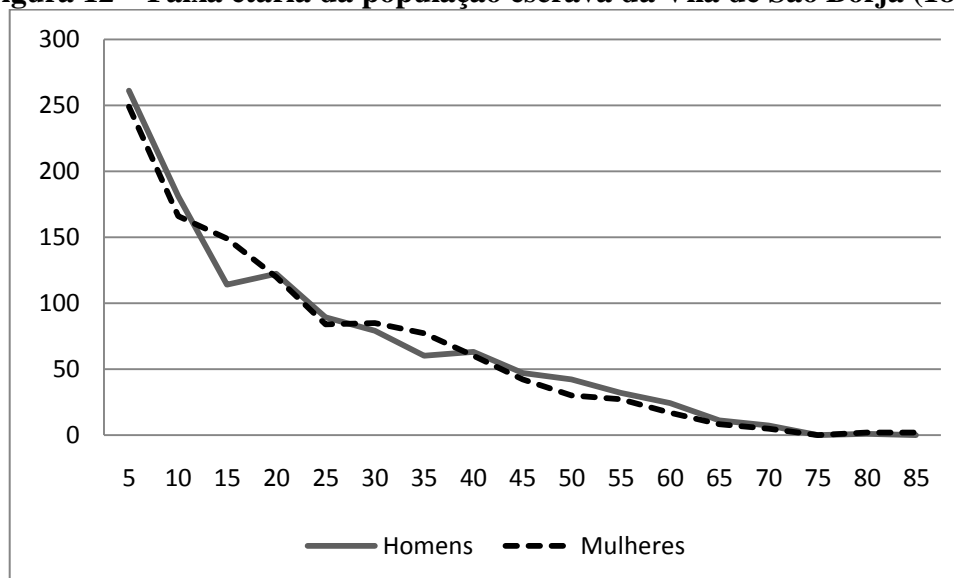
Os números da tabela 8 indicam o equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres escravos. Esta circunstância pode ser um indício de que em São Borja, quase ao fim da década de 1850, a população escrava era composta predominantemente por cativos crioulos.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Ainda neste estudo será analisada a posse de escravos da Vila de São Borja.

¹⁰⁸ O desequilíbrio entre os sexos fora estimulado pelo ingresso de homens africanos via tráfico negroiro. Assim, populações cativas onde predominavam africanos tendiam a contar consideravelmente mais com homens do que com mulheres. Em contrapartida, populações escravas

Desmembrando o número de homens e mulheres por idade se pode comprovar que o maior número de indivíduos recenseados estava nas faixas etárias de 5 e 10 anos. Em torno de 39% dos homens e 37% das mulheres escravos recenseados estavam nessas duas faixas.

Figura 12 – Faixa etária da população escrava da Vila de São Borja (1858)



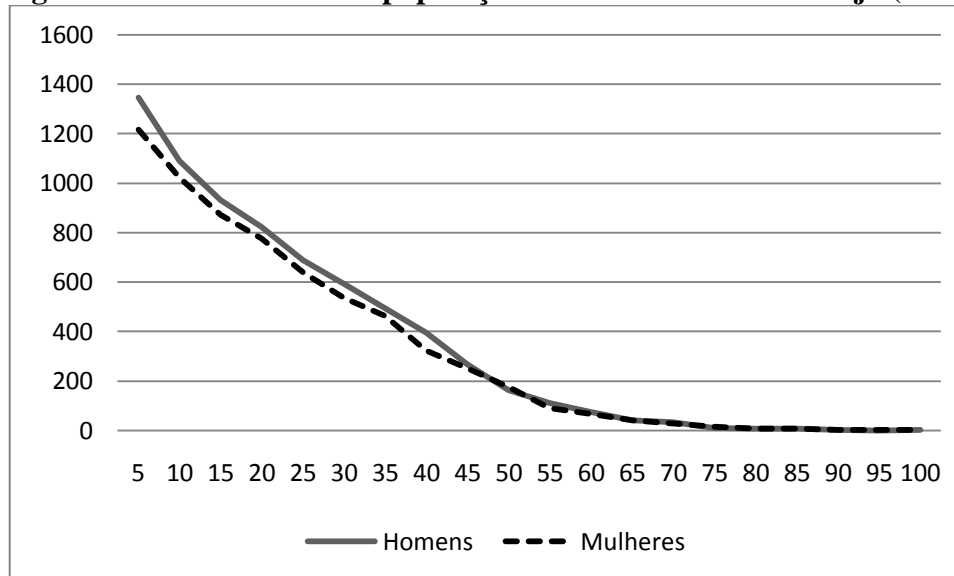
Fonte: Mapa estatístico de 1858. In: FEE. Porto Alegre, 1981, p. 69.

Porém, levando em consideração nossa classificação para crianças (0 a 14 anos), idade produtiva (15 a 45 anos) e idosos (mais de 45 anos), 1191 cativos, isto é, 53%, estavam em idade produtiva. Mesmo assim, a expressiva quantidade de crianças recenseadas é um primeiro indício que a reprodução natural da população escrava desempenhava importante papel na região das Missões. Os dados da figura 12 nos sugerem ainda que havia uma significativa redução das crianças escravas, principalmente entre os homens. A acentuada queda do número de indivíduos entre a primeira e a terceira faixa etária mostra que menos da metade dos meninos escravos que nasciam chegavam aos 15 anos de idade. Entre as mulheres houve dois momentos que a queda foi significativa, primeiro, nas faixas entre 05 e 10 anos, expondo que esta era a faixa etária mais crítica da vida dos escravos indiferente do sexo, já que, expressiva parcela das crianças escravas não ultrapassava uma década de vida. O segundo momento se dava entre os 15 e 25 anos, ou seja, quase metade das mulheres escravas que chegava aos 15 não conseguia atingir aos 25 anos. Tendo em vista que é nesta idade que começa o ciclo reprodutivo feminino, muito provavelmente, a diminuição do número de mulheres nesta faixa etária esteve ligada a complicações na gravidez e no parto.

predominantemente crioulas, devido à reprodução natural, tendiam ao equilíbrio entre homens e mulheres, uma vez que não se podia escolher o sexo das crianças que nasciam.

Confrontando estes dados com os que se referem à idade da população livre recenseada, nota-se que as condições de vida dos escravos eram consideravelmente mais precárias que a população livre como um todo.

Figura 13 – Faixa etária da população livre da Vila de São Borja (1858)



Fonte: Mapa estatístico de 1858. In: FEE. Porto Alegre, 1981, p. 69.

A diminuição da população livre não apresenta quedas tão acentuadas como vimos em relação aos escravos. De uma faixa para outra vão se processando leves reduções no número de indivíduos. Nem mesmo a partir do início do ciclo reprodutivo feminino para as faixas etárias seguintes ocorre uma queda que destoe do conjunto restante. Pelo comportamento das curvas da figura 13, não se consegue perceber períodos críticos de redução da população livre, como notamos para a população cativa. Portanto, acreditamos não ser desproporcional colocar que, em termos gerais, a condição de vida de um escravo era mais vulnerável as precariedades próprias da existência humana do que a condição de vida de um sujeito livre, especialmente, nos períodos de tenra infância e de princípio do ciclo reprodutivo feminino. Como o universo populacional livre era bastante heterogêneo, certamente, haviam realidades muito diferentes nas condições de vida de abastados e pobres, situação que fica escondida pelo fato de não dispormos de dados que nos possibilites averiguar estas diferenças. Estas limitações das fontes no impedem ainda de contrastar os dados dos cativos com os da população pobre.

Além disso, a falta de informações censitárias sobre a população escrava para as décadas anteriores nos impede, no momento, de averiguarmos se houve transformações significativas nas taxas de equilíbrio entre os sexos da população escrava. Da mesma forma, a

ausência de discriminação da procedência dos escravos (africanos ou crioulos) considerados no *Mapa estatístico de 1858* impõe, por ora, sérios limites a nossas análises. Mesmo que o quadro informativo elaborado até o momento proporcione uma visão panorâmica sobre o universo populacional da região analisada, entendemos, entretanto, que em muitos aspectos ele reproduz a superficialidade dos levantamentos estatísticos com que trabalhamos. De certa forma, o quadro apresentado tende a ficar distorcido, já que suas informações retratam um momento específico. O quadro fica ainda mais comprometido no tocante aos poucos dados demográficos sobre o universo populacional cativo, o qual foi retratado somente no Mapa Estatístico de 1858. Deste modo, não conseguimos, por meio de tais levantamentos, contemplar em nossa análise a dimensão diacrônica das transformações ocorridas no conjunto da população escrava. No entanto, estas mesmas carências de informações censitárias nos abrem a possibilidade de buscar as tendências demográficas, e suas transformações ao longo do tempo, recorrendo aos dados constantes nos assentos de batismo da Matriz de São Francisco de Borja e nos inventários *post-mortem* abertos na Vila de São Borja. Por meio das informações contidas nestes documentos procurar-se-á elaborar um perfil da população escrava que contemple as décadas anteriores ao decênio de 1850.

2.2 Braços cativos no espaço missioneiro: população escrava e reprodução natural

Como a partir deste ponto passaremos a utilizar os registros paroquiais de batismos, sobretudo, neste e nos subcapítulos 2.3, 2.4 e 3.3, faremos algumas ponderações sobre estes documentos antes de partimos para as análises. De imediato, é preciso considerar que, principalmente, entre a população cativa havia um sub-registro dos assentos batismais, em especial, dentre os escravos africanos, os quais frequentemente eram batizados ainda na África ou ainda logo que chegavam ao território brasileiro. Para Marina de Mello e Souza (2002), o batismo obrigatório de todo o escravo ainda em solo africano fazia parte do processo de dominação colonial que sempre esteve de braços dados com a ação missionária católica. Por norma, o batizado dos escravos antes do embarque se fazia imprescindível, porém, muitas vezes não se cumpriram essas determinações. Assim, um expressivo contingente de cativos partiu da África sem receber o primeiro sacramento. Mariza de Carvalho Soares explica que,

quando o batismo não [era] realizado antes do embarque [devia] ser administrado ao longo da viagem ou na chegada. A questão do

batismo dos escravos antes do embarque [seguia] as regras do resgate dos povos gentios estabelecidas desde o século XV. Segundo as normas do Concílio de Trento, encerrado em 1564, era exigida a doutrinação do neófito antes de proceder-se ao sacramento do batismo. Como essas novas normas não estabelecem nenhuma regra específica para o batismo e a doutrinação dos povos gentios, o problema [passou] a ser sua aplicabilidade ou não aos negros traficados, o que produz intenso debate teológico (2000b, p. 81 [nota 29]).

Por sua vez, Stuart Schwartz (2001) nos esclarece que,

os escravos oriundo de áreas do litoral da África que não estavam sob o controle de Portugal, quase sempre chegavam sem batismo. Assim, os arquivos das paróquias brasileiras registravam tanto o batismo dos africanos recém chegados, geralmente adultos, e também o das crianças nascidas na escravidão (p. 268 – 269).

Como demonstrou José Roberto Góes (1993), muitos dos cativos provindos de áreas africanas que estavam sobre o domínio português ingressaram no Brasil sem terem sido batizados. Sendo assim, expressiva parte deles acabou sendo batizada apenas nas localidades em que seus senhores residiam. Nestes casos, conforme Schwartz,

considerava-se responsabilidade de todos os senhores o batismo dos escravos, já que uma das principais justificativas da escravatura era a conversão dos pagãos e a salvação das almas. A principal legislação do império Português, as *Ordenações Filipinas* (1603), exigiam que todos os senhores batizassem seus escravos africanos com mais de dez anos de idade no máximo em seis meses, e os que tivessem menos de dez anos em um mês após a compra, caso contrário a Coroa os confiscaria. Os filhos de escravas nascidos em terras do rei de Portugal eram batizados na mesma época e da mesma maneira que as outras crianças recebiam o sacramento. Deixar de batizá-los resultaria no confisco pela Coroa (2001, p. 268) [*grifos do autor*].

Portanto, o registro de batismo também acabou tomando um caráter pragmático para os senhores, já que se configurava numa espécie de documento que comprovava a posse do cativo.

Outro fator que pode ter interferido é o extenso território sob jurisdição eclesiástica da Matriz de São Francisco de Borja. Não se pode negar que muitos habitantes das paragens das Missões residiam muito distantes da povoação, e que muitas vezes ficava mais fácil comparecer a outra paróquia como a de Alegrete ou de Cruz Alta (ver mapa 2). Portanto,

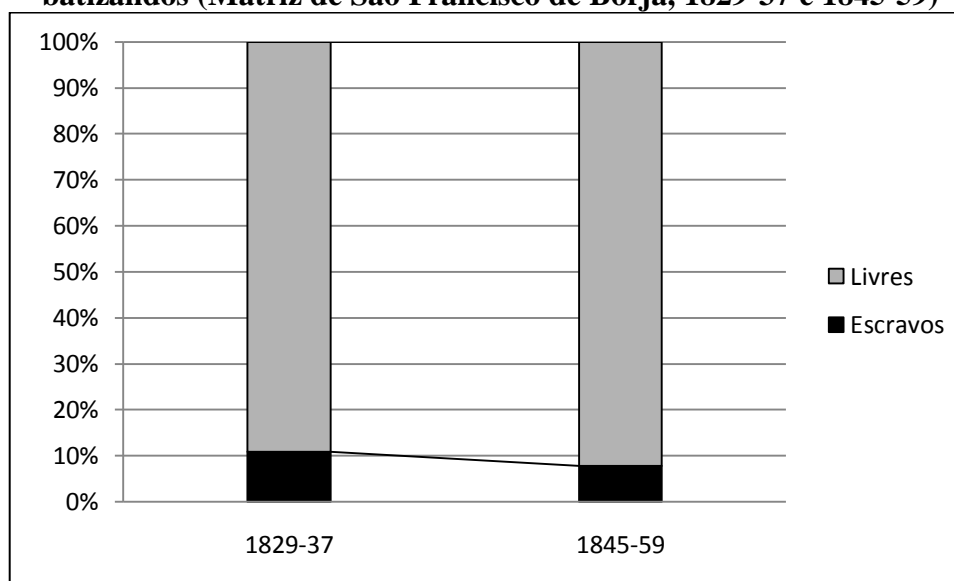
como de resto em boa parte dos documentos de cunho demográfico, o número de cativos está subestimado. Mesmo assim, cremos que esse fato não impossibilita a análise que se pode realizar com os registros de batismos.

* * *

As primeiras informações que passamos a analisar são oriundas dos assentos de batismos da Matriz de São Francisco de Borja, e que foram lavrados em 05 livros distintos: o livro 1-B (1829 – 1837), o livro 3-B (1845 – 1850), o livro 4-B (1851 – 1855), o livro 5-B (1855 – 1858) e o livro 6-B (1858 – 1871), do qual extraímos dados apenas dos anos de 1858 e 1859. Devido ao avançado estado de deterioração do livro 2-B (1838 – 1844), não tivemos como incluir os registros deste documento em nossa pesquisa. Por consequência da lacuna deixada pela ausência das informações deste livro, definimos que nossa análise seria pautada por dois períodos dentro de nosso recorte temporal (1828 – 1859): o primeiro abrange o espaço de tempo que vai de 1829 até 1837, e o segundo que se estende de 1845 até 1859. O tratamento dos dados dos inventários *post-mortem*, por sua vez, não tomaram como referência esses dois intervalos, e sim períodos específicos de acordo com a especificidade deste conjunto documental.

Nos cinco livros de batismos que dispomos, quantificamos um total de 7.301 assentos de batizados. Destes, 603 são de escravos, o que representa 8% do total de batismos. Com os dados do primeiro período (1829 – 1837), ou seja, contando apenas com os registros do livro 1-B, averiguamos que do total de 1.041 assentos, 113 deles são de cativos, número que representa 11% do total de registros do sub-recorte temporal. Para o nosso segundo sub-recorte (1845 – 1859), contabilizamos 6.240 assentos de batismos, dos quais 490 são de cativos. Este número, por sua vez, atinge o percentual de 8% do total de registros. A figura 14 nos apresenta um comparativo entre os dois períodos.

Figura 14 – Distribuição dos assentos de batismos segundo a condição jurídica dos batizados (Matriz de São Francisco de Borja, 1829-37 e 1845-59)



Fontes: Arquivo da Diocese de Uruguaiana (doravante, ADU), livros de batismos: 1-B (1829 – 1837); 3-B (1845 – 1850); livro 4-B (1851 – 1855), o livro 5-B (1855 – 1858) e o livro 6-B (1858 – 1871).

Embora no primeiro período tenha havido maior proporção de batismos de escravos em relação à população livre, como veremos logo adiante (figuras 16 e 17) a média anual de batizados de cativos é consideravelmente maior no segundo intervalo. Podemos comparar os dados verificados para o primeiro intervalo com informações dos livros de batismo das Capelas de Santa Maria da Boca do Monte¹⁰⁹ e da Vila de Alegrete.¹¹⁰

No intervalo de entre 1829 e 1834, na Capela de Santa Maria da Boca do Monte 157 foram levados até a pia batismal. Eles representaram 18% do total de batizados (RIBEIRO, 2013, p. 90). Exatamente no mesmo período considerado para São Borja (1829 a 1837),

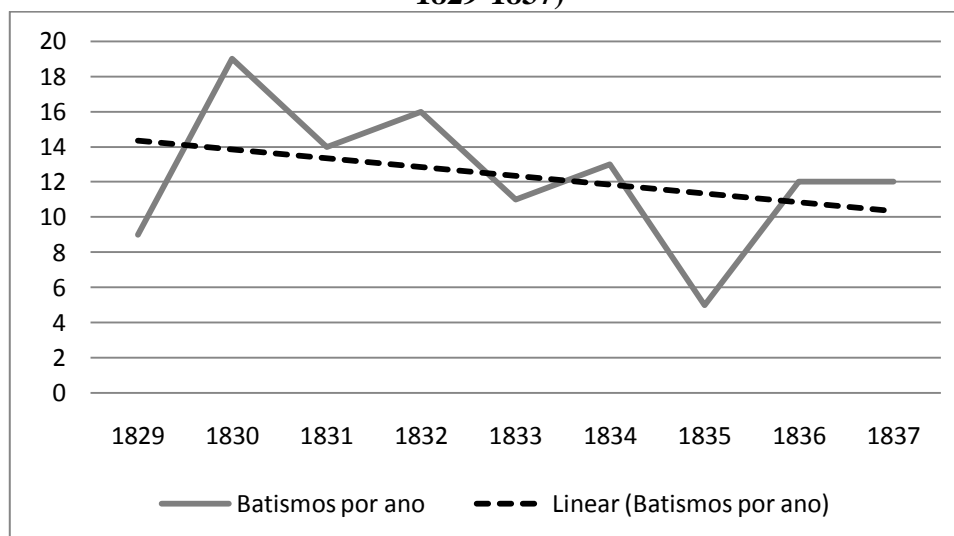
¹⁰⁹ A origem deste povoado se deu no ano de 1797 a partir de um acampamento militar da comissão lusitana de demarcação de limites entre as possessões americanas dos Impérios espanhol e português, de acordo com o tratado de Santo Ildefonso (1778). Não tardou para que habitantes das proximidades se juntassem ao acampamento promovendo o efetivo início da povoação. Em 1804, o povoado foi alçado à condição de Oratório, para que, em 1814, conquistasse a qualidade de Capela Curada. O universo agrário de Santa Maria caracterizava-se pela existência de uma pecuária mais acanhada e menos especializada do que a da Campanha, e que se associava com a lavoura de alimentos. Esse padrão era encontrado em boa parte da Depressão Central – Cachoeira, Rio Pardo, Encruzilhada, Taquari – e nas regiões do Planalto e das *Missões* – onde, porém, era acompanhado de importantes atividades, como por exemplo, a extração da erva-mate (FARINATTI, 2010c). Portanto, no tocante as atividades pastoris, tanto a região da Vila de São Borja quanto a que Santa Maria da Boca do Monte, como também o espaço da Vila de Cruz Alta, se caracterizavam por uma pecuária de menor vulto do que aquela praticada na região da Campanha sul rio-grandense.

¹¹⁰ Gostaríamos de agradecer ao Prof^o. Luís Augusto Farinatti pela gentileza e generosidade de nos ter cedido o banco de dados que elaborou com os dados dos assentos de batismos da Capela da Vila de Alegrete. Os dados que nos servirão de baliza comparativa já vêm sendo explorados por Farinatti em suas mais recentes publicações: FARINATTI (2010b; 2011a; 2011b; 2012).

compareceram na pia batismal na Capela de Alegrete 1959 batizando, dos quais 413 eram escravos.¹¹¹ Em termos proporcionais, este número representa 21% do total de assentos de batismos. Esse dado é mais uma prova que o peso populacional da população escrava na Campanha era significativamente superior do que na zona das Missões. A diferença de 10 pontos percentuais averiguados na comparação entre os batismos de escravos na Matriz de São Francisco de Borja (11%) e na Capela de Alegrete (21%) não destoia muito da diferença de 8 pontos percentuais vistos na proporcionalidade da população cativa e liberta no Mapa Estatístico de 1858 entre as duas Vilas: 15% para São Borja e 23% para Alegrete. O mesmo Mapa mostra que em Santa Maria, 19% da população era cativa.¹¹² Consideramos que cada vez vai ficando mais claro que, entre outras coisas, o maior vulto econômico dos produtores da Campanha fez com que naquela região se concentrasse um número maior de escravos do que no espaço missioneiro.

Voltando à figura 14, embora o segundo período apresente uma queda de três pontos percentuais em relação ao primeiro, os números parecem indicar que, ao longo dos 30 anos de nosso recorte temporal, houve um fluxo constante de registro de escravos na Matriz de São Francisco Borja. Fato que indica que havia um núcleo populacional estável de cativos na Vila. Nas próximas duas figuras, desdobraremos os dois intervalos por anos para averiguarmos a frequência dos batizados.

Figura 15 – Frequência dos batismos de escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1829-1837)



Fontes: ADU, livros de batismos: 1-B (1829 – 1837).

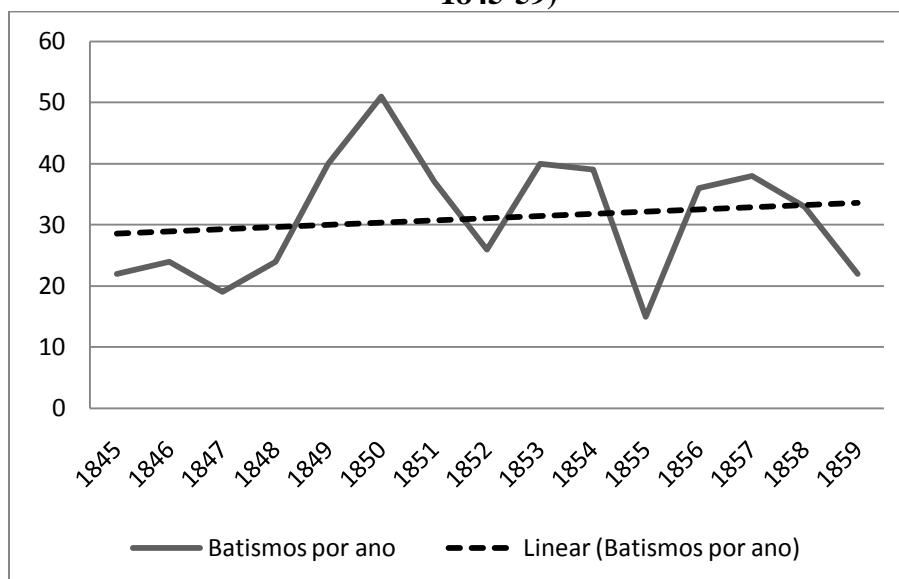
¹¹¹ ADU, livro de batismos 2 da Capela da Vila de Alegrete (1829-1837).

¹¹² Mapa estatístico de 1858. In: FEE. Porto Alegre, 1981, p. 69.

No primeiro intervalo considerado, apesar das flutuações, a média de batismos ficou sempre acima em 10 por ano. Para Alegrete, como era de se esperar essa média foi expressivamente superior, atingindo a marca de 46 batizados de escravos por ano.¹¹³ Já na localidade de Santa Maria da Boca do Monte, entre 1829 e 1834, cerca de 26 escravos foram batizado anualmente (RIBEIRO, 2013, p. 90).

Já no segundo período, a figura 16 nos mostra que a média de registros de batismos de escravos saltou para aproximadamente 30 por ano na Matriz de São Francisco de Borja.

Figura 16 – Frequência dos batismos de escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1845-59)



Fontes: ADU, livros de batismos: 3-B (1845 – 1850); livro 4-B (1851 – 1855), o livro 5-B (1855 – 1858) e o livro 6-B (1858 – 1871).

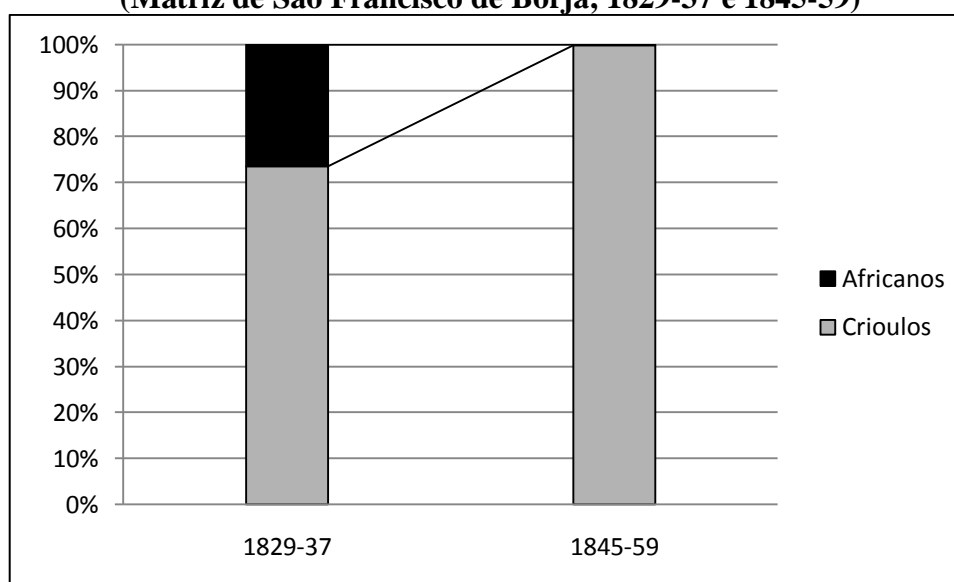
Em que pesem as oscilações, entendemos que os dados expostos pela figura 16 deixa claro que, entre meados da década de 1840 e fins dos anos 1850, havia um fluxo anual de batizados de escravos na zona das Missões. Para estabelecermos se havia, ou não, uma população escrava estável em tal região, precisamos considerar outra variável, qual seja, a procedência dos cativos batizados.

Na Matriz de São Francisco de Borja (1829 – 1837) houve uma franca predominância de batizados de cativos crioulos. No primeiro período, 73% dos assentos de batismos são de escravos crioulos contra 27% de africanos. Os mesmos percentuais foram averiguados na

¹¹³ ADU, livro de batismos 2 da Capela da Vila de Alegrete (1829-1837).

Capela de Santa Maria da Boca do Monte (1829 – 1834).¹¹⁴ Em Alegrete, por seu turno, o batismo de africanos foi um pouco mais frequente alcançando o índice de 32%, conseqüentemente, 68% dos escravos batizados eram crioulos. O batizado de escravos africanos nestas duas localidades da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro são indícios de que determinada parte dos produtores destas paragens conseguia, através do desempenho de suas atividades produtivas, gerar excedentes suficientes para que se pudesse investir em escravos provenientes do comércio transatlântico de cativos africanos.¹¹⁵ No segundo intervalo, em São Borja, o batizado de crioulos só não atingiu o índice de 100% porque no dia 20 de novembro de 1850 ocorreu o batizado da africana Joaquina.¹¹⁶ A figura 17 ilustra o predomínio de batizados de crioulos na pia batismal da Matriz de São Francisco de Borja.

Figura 17 – Distribuição dos assentos de batismos segundo a procedência dos escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1829-37 e 1845-59)



Fontes: ADU, livros de batismos: 1-B (1829 – 1837); 3-B (1845 – 1850); livro 4-B (1851 – 1855), o livro 5-B (1855 – 1858) e o livro 6-B (1858 – 1871).

¹¹⁴ Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria (doravante, ACDSM), Livro 02 da Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte (1829-1834). Agradecemos, também, ao colega de mestrado do PPGH/UFRGS Max Roberto Pereira Ribeiro pela gentileza e generosidade de nos ter cedido o banco de dados que elaborou com os dados dos assentos batismais da Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte. Os dados oriundos deste banco de dados vêm sendo explorados por Max Ribeiro em suas mais recentes publicações: RIBEIRO (2011a; 2011b; 2012; 2013), FARINATTI; RIBEIRO (2010). Além disso, com base neste banco de dados, também já publicamos alguns artigos: FONTELLA (2011a; 2011b).

¹¹⁵ Ainda neste capítulo analisaremos com mais detalhes os dados sobre o batizado de escravos africanos na região das Missões e na Campanha.

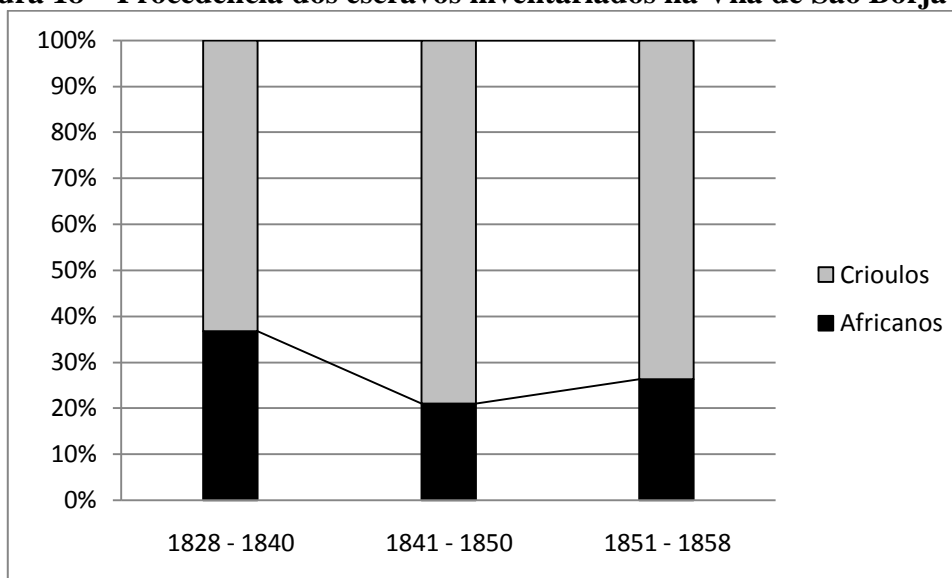
¹¹⁶ ADU, livros de batismos: 3-B (1845 – 1850), F 190f; F significa folha, e f significa frente. No assento de batismo, lavrado pelo padre João Pedro Gay, consta que Joaquina era benguela possuía 14 anos.

Portanto, se tomarmos o batizado de escravos como uma referência indireta para se perceber a vinculação da região com o comércio transatlântico, podemos sugerir que a entrada de cativos africanos na Vila de São Borja ficou, praticamente, restrita ao primeiro período abordado. Por outro lado, sendo a maior parte dos batizados crioulos, na grande maioria frutos da reprodução natural da população escrava em ciclo reprodutivo,¹¹⁷ nos parece que estamos diante de um núcleo de população cativa estável. Estes dados que se referem à procedência dos batizados corroboram aqueles do Mapa estatístico de 1858 (apresentados na tabela 8), que mostram que entre a população escrava havia um equilíbrio entre o número de homens e mulheres, fato típico de populações cativas que se conservavam por meio da reprodução natural. Ao averiguar, por meio de inventários *post-mortem*, que 21% da população escrava na região da Campanha era composta por crianças, Farinatti “adverte para não se minimizar, demasiadamente, a influência da reprodução endógena desses cativos” ([2007] 2010a, p. 351).

Os dados expostos até aqui demonstram que havia um movimento estável de registro de cativos na Matriz de São Francisco Borja, e que a ampla maioria dos batismos era de escravos crioulos, principalmente, no segundo período considerado. Enfim, acreditamos que estas informações nos dão base para apontar que havia um núcleo populacional cativo estável na Vila, e que provavelmente a reprodução natural se conformou ao longo do período abordado como o seu principal fator de manutenção.

Para reforçar nosso argumento, daqui em diante, partiremos para a exposição e análise de algumas informações oriundas dos inventários *post-mortem*. Tendo em vista que havia na Matriz de São Francisco de Borja um fluxo constante de batismos de escravos, e que significativa parte deste era de cativos crioulos, procuramos por meio dos inventários averiguar quais foram as proporções de escravos africanos e crioulos arrolados nos dois períodos considerados. Por conseguinte, refinando um pouco mais nosso exame, buscamos identificar a característica etária dos cativos segundo as procedências (crioulos ou africanos). Deste modo, podemos perceber se houve, ou não, em cada um destes grupos, a tendência de envelhecimento ao longo do período abordado.

¹¹⁷ A média de idade dos 56 batizados crioulos que tiveram suas idades declaradas entre 1829 e 1837 foi de seis meses, mais 18 batizados foram descritos como inocentes. No segundo intervalo, 1845 a 1859, 242 batizados crioulos tiveram suas idades declaradas e a média foi de 1 ano e meio.

Figura 18 – Procedência dos escravos inventariados na Vila de São Borja

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 - 1858), APERS.

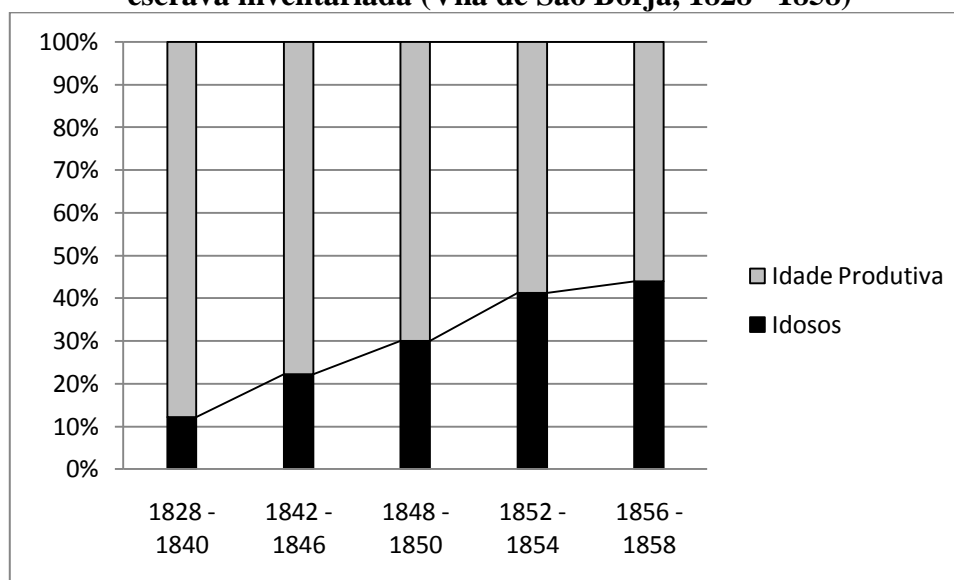
A figura 18 nos apresenta que do primeiro para o segundo período houve uma considerável redução na proporção de escravos africanos inventariados. Se no primeiro período os africanos atingiram o percentual de 37%, no segundo chegaram apenas a 21%, uma queda de dezesseis pontos percentuais. Mesmo que tenha havido uma pequena recuperação na década de 1850, quando atingiu 26%, a representatividade dos africanos entre os escravos inventariados não voltou ao patamar do primeiro intervalo.

Estes dados nos parecem coerentes com as informações exibidas pela figura 17, o qual indica que os batismos de africanos ficaram quase que absolutamente restritos ao primeiro período. Se considerarmos os batismos como um indício do ingresso de africanos na região, pode-se perceber que a população de cativos africanos de um período para o outro passou a não ser repostada. Situação que acabou refletindo na redução de africanos inventariados da década de 1830 para as posteriores. Logo, estes dois dados interpretados em conjunto sinalizam para uma tendência de diminuição da população de escravos africanos.

Complementando nosso exame, iremos averiguar como se comportou a estrutura etária dos escravos (africanos e crioulos) inventariados ao longo do tempo. Para examinar se as populações de africanos e crioulos inventariados apresentaram ou não uma tendência de envelhecimento no decorrer das três décadas consideradas, levantamos em cada um destes grupos o número de cativos adultos e idosos. De uma amostra de 99 inventários onde foram descritos 692 escravos, conseguimos identificar a idade de 668 deles. Em nossa análise excluímos da amostragem as 240 crianças (menores de 15 anos) inventariadas. Por meio do

exame das proporções de adultos e idosos¹¹⁸ no conjunto das diferentes populações percebemos dois comportamentos distintos. A figura 19, abaixo, nos mostra a tendência de envelhecimento da população de escravos africanos.

Figura 19 – Proporção de escravos africanos adultos e idosos no conjunto da população escrava inventariada (Vila de São Borja, 1828 –1858)



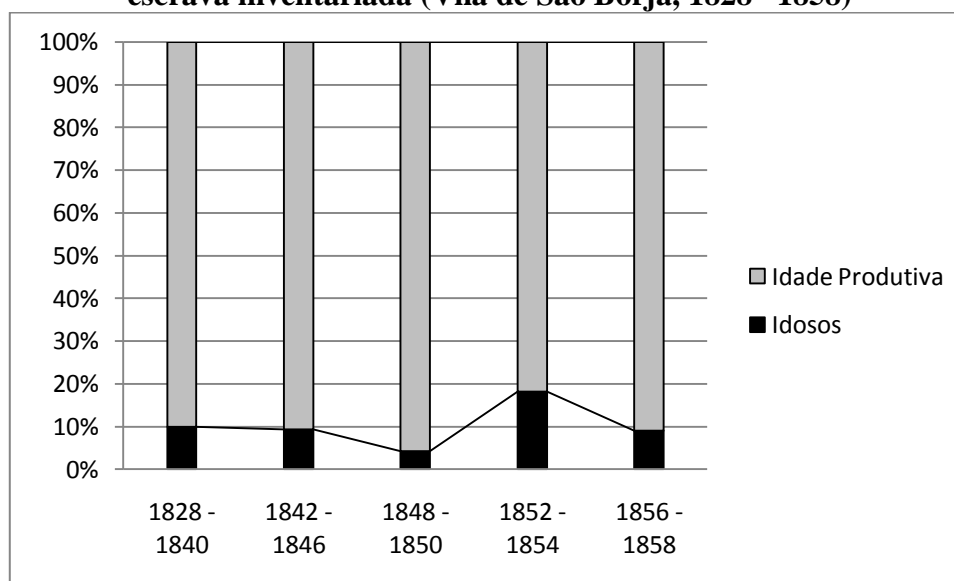
Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Como podemos observar, a proporção de idosos na população de escravos africanos inventariados aumentou paulatinamente ao longo do tempo. Entendemos que o significativo envelhecimento da população africana inventariada vai ao encontro do que nos sugeriu os dados sobre o batizado de africanos na Matriz de São Francisco de Borja, ou seja, de que os senhores desta região haviam deixado de recorrer ao mercado negreiro antes mesmo de sua proibição. Assim, sem o ingresso de africanos jovens na região, a população africana envelhecia gradativamente, como demonstrou a figura 19.

Com a população de escravos crioulos inventariados, a representatividade entre adultos e idosos ao longo do tempo apresentou conduta diversa. Os idosos crioulos somente no intervalo de 1852 a 1854 se aproximaram da marca dos 20%. A população de crioulos, portanto, manteve-se jovem no decorrer das décadas de 1830, 1840 e 1850. Cremos que esse processo foi consequência da reprodução natural da população escrava. A figura 20 ilustra este comportamento.

¹¹⁸ Lembramos que as faixas etárias seguem o padrão utilizado por Thiago Araújo (2008), qual seja, idade produtiva de 15 a 45 anos, e idosos acima de 45 anos.

Figura 20 – Proporção de escravos crioulos adultos e idosos no conjunto da população escrava inventariada (Vila de São Borja, 1828 –1858)

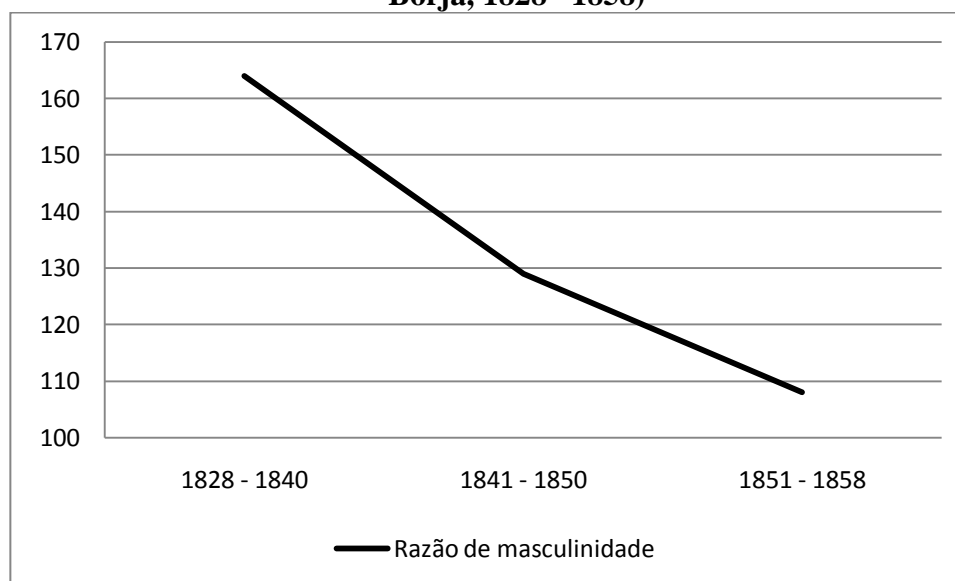


Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

A análise conjunta das figuras 19 e 20 nos permite perceber que, enquanto a população de africanos envelhecia de forma gradual, provavelmente, porque os senhores deixaram de recorrer ao comércio de escravos africanos bem antes de sua proibição em 1850, a população de crioulos se mantinha jovem, provavelmente, devido à reprodução natural da população escrava. Essa tendência, por seu turno, fez com que paulatinamente a população escrava da região fosse se caracterizando por um relativo equilíbrio entre o número de homens e mulheres, circunstância esta que foi retratada pelo Mapa Estatístico de 1858 (ver tabela 8), e que também pode ser notada através da taxa de razão de masculinidade da população cativa inventariada.¹¹⁹

¹¹⁹ A razão de masculinidade indica quantos homens existem para cada 100 mulheres. Calcula-se a razão de masculinidade multiplicando por 100 (cem) o resultado da divisão entre o número absoluto de homens pelo número absoluto de mulheres. Ver: SCHWARTZ [1988] 2011, p. 287.

Figura 21 – Razão de masculinidade da população escrava inventariada (Vila de São Borja, 1828 –1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Como podemos ver, a razão de masculinidade despenca de 164 no primeiro período para 108 no terceiro. Acreditamos, portanto, que esta é mais uma forte evidência de que o núcleo populacional estável de cativos da região das Missões se conservava pela reprodução natural. Poderia se argumentar, no entanto, que os produtores tivessem adquirido ou vendido escravos crioulos via tráfico interno de escravos. Situação que parece ter ocorrido no início do Oitocentos em todo o Rio Grande de São Pedro. Nas primeiras décadas do século XIX, Helen Osório (2005) averiguou que 66% da população crioula era composta por homens. Segundo a autora,

esta alta taxa de crioulos do sexo masculino provavelmente indique que sua maior presença no conjunto da população escrava não se deva à reprodução dos cativos no Rio Grande, mas à compra de escravos crioulos via tráfico interno à América portuguesa.

No entanto, dada à envergadura econômica dos produtores da Vila de São Borja, cremos que esta região teria estado mais propensa a perder escravos do que a recebê-los.¹²⁰ A constância nos batizados de escravos (figuras 15 e 16), principalmente no período entre 1845 a 1859 que teve uma leve tendência de aumento de batismos, nos leva a crer que a região nem

¹²⁰ Infelizmente, o sub-registro das notas de compra e venda de escravos nos impede de avaliar o impacto do comércio intra e interprovincial na Vila de São Borja. Até o ano de 1859 foram registradas apenas 19 notas de compra e venda de cativos nos cartórios da Vila. Destas, 12 eram de homens e 7 de mulheres.

ganhou nem perdeu escravos em quantidade significativa que pudesse ter, de alguma forma, ocasionado alguma modificação na estrutura demográfica da população cativa que ali habitava.

Em síntese, ao longo da análise realizada neste subcapítulo destacamos que houve um fluxo contínuo de batizados de escravos na Matriz de São Francisco de Borja, e isto nos leva a crer que, no decorrer do período abordado, se consolidou na região das Missões um núcleo populacional estável de cativos. Em um primeiro momento ocorreu um razoável ingresso de africanos na região, mas ao que o exame serial dos assentos batismais indica, a entrada destes ficou restrita ao período anterior a década de 1840. Pudemos ver que, provavelmente devido à falta de reposição, a população africana inventariada envelhecia. Enquanto isso, a população crioula, muito provavelmente, se manteve jovem graças à reprodução natural. Esses fatores fizeram com que a taxa de razão de masculinidade da população escrava inventariada se reduzisse muito, expressando um contexto de equilíbrio entre o número de homens e mulheres escravos na década de 1850. Enfim, a interpretação em conjunto destes dados nos leva a crer que a reprodução natural esteve entre os principais fatores responsáveis pela manutenção de um núcleo populacional estável de escravos, o qual, por sua vez, cumpria um papel fundamental na estrutura produtiva da região e na conformação das hierarquias sociais.

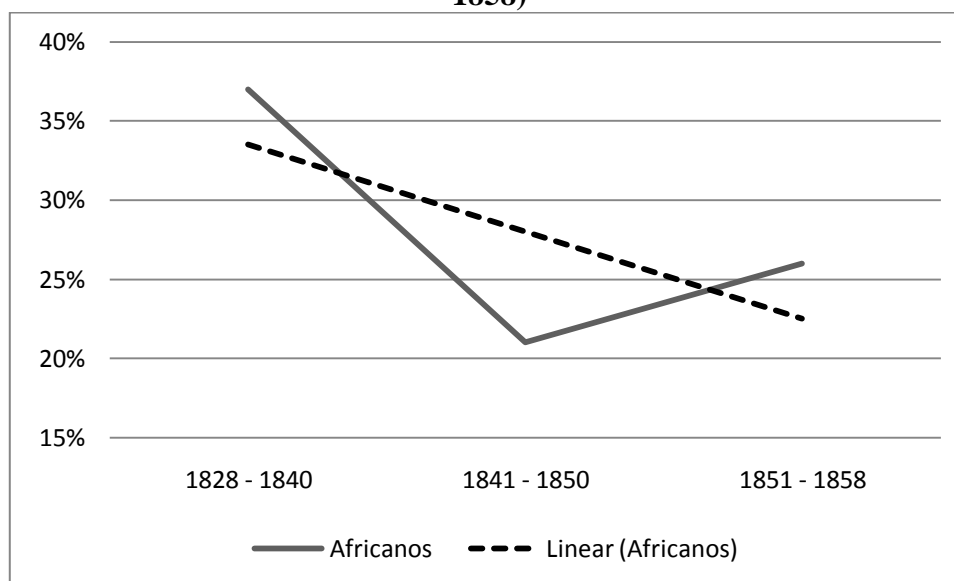
2.3 *Malungu[inho]s*¹²¹ nas pias batismais da fronteira oeste sul rio-grandense

Mesmo que os africanos não tenham tido um peso demográfico tão expressivo no conjunto populacional cativo, não podemos afirmar que foram numericamente desprezíveis. Por isso, neste subcapítulo teceremos algumas considerações sobre a presença de cativos africanos na zona das Missões e na Campanha sul rio-grandense.

Em primeiro lugar, retomaremos aos dados sobre a proporção destes escravos no universo de cativos inventariados. Os inventários *post-mortem* apontam para uma razoável presença de escravos africanos na Vila de São Borja, principalmente, na década de 1830, quando os africanos representaram 37% dos escravos inventariados. Vejamos na figura 22 a tendência de queda na proporção dos cativos africanos inventariados.

¹²¹ Esta expressão faz referência ao clássico texto de Robert Slenes, *Malungu ngoma vem! A África coberta e descoberta do Brasil*. In: **REVISTA USP**, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992.

Figura 22 – Proporção de escravos africanos inventariados (Vila de São Borja, 1828 – 1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Fica patente a tendência de queda do número de cativos africanos inventariados. Entretanto, em nenhum momento eles representaram menos de um quinto da população cativa inventariada. Em Cruz Alta, um terço dos escravos inventariados entre 1834 e 1849 era de africanos (ARAÚJO, 2008, p. 71). Na região da Campanha, entre 1829 e 1849, a proporção de africanos chegou a 38,5% (MATHEUS, 2012, p. 85).¹²² Já para o primeiro quartel do século XIX, Osório (2005) constatou que 48% dos escravos da província eram africanos. O alto índice verificado por Osório não causa surpresa. A grande proporção de escravos africanos no Rio Grande de São Pedro no início do século parece retratar uma conjuntura de considerável ligação dos escravistas rio-grandenses com o comércio negreiro no momento em que se procedia a expansão das fronteiras agrárias rumo a oeste. Os dados de Osório indicam ainda que mesmo que a população africana tenha se reduzido nas diferentes localidades do Rio Grande de São Pedro no decorrer do século XIX, abrindo espaço à população crioula, gerada em grande parte pela reprodução natural, significativa parte dos crioulos nascidos na província eram filhos de africanos.

Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo Oliveira Vergolino, em texto publicado em 2003, apontaram que nas regiões do Agreste e do Sertão de Pernambuco entre 1770 e 1849, onde a principal atividade produtiva também era a pecuária, a proporção de africanos no

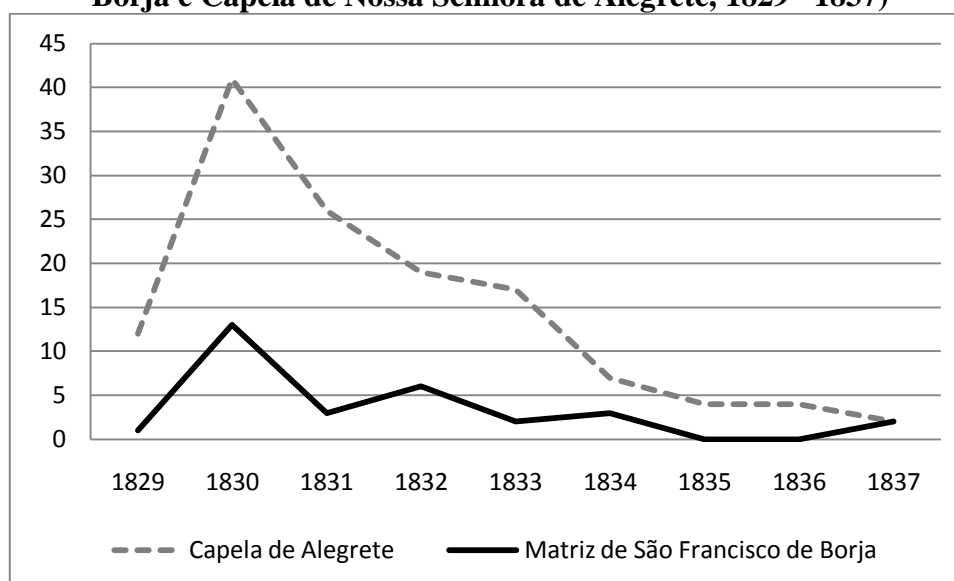
¹²² Matheus considerou todos os escravos com menos de 8 anos como crioulos. Para o intervalo de 1831 a 1850, Farinatti verificou que, entre os criadores de gado, 42% dos escravos inventariados eram africanos. O autor argumenta que “apesar de seu caráter de produção voltada para o mercado interno, a pecuária extensiva tinha por característica a incorporação contínua de trabalhadores escravos” ([2007] 2010a, p. 351).

conjunto de escravos inventariados foi de 39% para a primeira e de 21% para a segunda. Embora o recorte temporal proposto por Versiani e Vergolino tenha sido bem extenso, abrangendo as últimas três décadas do século XVIII e toda a primeira metade do século XIX, podemos ter uma noção mais abrangente da composição da população escrava no Rio Grande de São Pedro em contraste com outras regiões de pecuária no Brasil monárquico e colonial. Pelos números apresentados por Versiani e Vergolino, percebemos que, em termos gerais, no que tange a procedência dos escravos inventariados, as regiões de pastoreio de Rio Grande de São Pedro se assemelharam as regiões do Agreste e Sertão pernambucanos. A proporção de 21% de africanos no Sertão se aproxima dos 21% vistos na região das Missões na década de 1840, enquanto que os 39% constatados para o Agreste fica próximo dos 42% averiguados para a Campanha sul rio-grandense. Parece-nos que mais uma vez o argumento de maior envergadura econômica se encaixa. Pelos dados do estudo de Versiani e Vergolino (2003), fica patente que a região do Agreste era economicamente mais pujante do que o Sertão. Não a toa que a proporção de escravos africanos na primeira foi quase o dobro do que na segunda (39% contra 21%). O mesmo comportamento ocorreu na relação entre a região das Missões e a região da Campanha, esta por ter uma estrutura produtiva mais robusta teve condições de possuir mais escravos africanos (42% do total de escravos inventariados, enquanto que na região das Missões os africanos representaram no máximo 37% na década de 1830).

Em segundo lugar, a tendência de queda do número de cativos africanos inventariados, apresentada na figura 22, indica também que desde a década de 1830 não estava havendo reposição de braços escravos via comércio negreiro. Somam-se a esta evidência, o fato de que a população africana inventariada envelheceu (figura 19) e de que o batizado de africanos na Matriz de São Francisco de Borja ficou, praticamente, restrito ao período de 1829 a 1837 (figura 17). No livro 1-B de batismos da Matriz de São Francisco de Borja que compreende este período, dos 113 assentos de batismo de cativos, 30 deles eram de africanos, em termos proporcionais este número chega a 27%. Na Capela da Vila de Alegrete, dos 413 escravos batizados no mesmo intervalo de tempo, 132 eram africanos, número que corresponde a 32% do universo de registros de batismos de cativos. Guardadas as devidas diferenças dos números absolutos de batismos, mais uma vez a proporção de escravos africanos na Campanha se mostra superior do que na zona das Missões. Como era de se esperar, expressiva parte dos africanos batizados nestas localidades eram homens. Em São Borja dos 30 batizados africanos, 23 (77%) eram do sexo masculino, em Alegrete, dos 132, 88 eram homens (67%).

Porém, o que mais chama atenção nos batismos de africanos nestas duas localidades é a forma com que eles se distribuíram ao longo do intervalo de tempo considerado.

Figura 23 – Frequência de batismos de escravos africanos (Matriz de São Francisco de Borja e Capela de Nossa Senhora de Alegrete, 1829 –1837)



Fontes: ADU, livros de batismos: 1-B (1829 – 1837) da Matriz de São Francisco de Borja; ADU, livro de batismos 2 da Capela da Vila de Alegrete (1829-1837).

A média anual de batizados de africanos é de cerca de três para São Borja e de quinze para Alegrete. Contudo, as significâncias dessas médias simples ficam comprometidas devido à concentração de batizados em determinado período. Pelos dados da figura 23, podemos ver que expressiva parte dos batizados nas duas localidades se concentrou no ano de 1830. Em São Borja 13 dos 30 batizados foram realizados neste ano, enquanto que em Alegrete, foram 41 dos 132.

Esta situação, possivelmente, tenha ocorrido como um reflexo da possibilidade iminente de proibição do comércio transatlântico de escravos, o que acabou acontecendo com a lei de 07 de novembro de 1831. Desde a primeira década do século XIX, a Inglaterra, então maior potência marítima e industrial – já que estava passando por um franco processo de progresso industrial, o qual, posteriormente, viria a ficar conhecido como Revolução Industrial –, pressionava Portugal (até 1822) e o Império brasileiro (pós-1822) para que interrompesse o comércio negreiro. No decorrer da década de 1820, a pressão inglesa aumentara cada vez mais, levando o Império brasileiro a se comprometer em proibir e coibir o tráfico de almas africanas. Porém, mesmo com a lei de 1831, que acabou ficando conhecida pela alcunha de *lei para inglês ver*, o tráfico negreiro não foi coibido e continuou sendo

praticado em larga escala por todo o Império.¹²³ Mas, o que estamos tentando dizer aqui é que, provavelmente, a concentração de batismos de africanos em 1830 tenha tido relação direta com a possibilidade cada vez maior e mais próxima do fim da entrada de escravos africanos no Brasil.¹²⁴ Em outras palavras, é bem possível que a simples expectativa da iminência da interrupção dos desembarques de escravos africanos nos portos brasileiros – o que, por consequência, acarretaria na drástica diminuição da oferta de cativos e no aumento significativo dos preços dos escravos – tenha orientado o comportamento de alguns senhores da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro a se apressar em adquirir cativos africanos antes da escassez da oferta e da elevação dos preços. Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997), entre 1826 e 1830,

o volume do tráfico passou a ser determinado sobretudo – mas não exclusivamente – pelo tortuoso processo de reconhecimento da Independência brasileira sob a égide da Grã-Bretanha. Vislumbrando o fim do tráfico, mas, ao mesmo tempo, demonstrando grande capacidade de arregimentação de recursos, as elites escravocratas do Sudeste passaram à compra desenfreada de africanos, antes mesmo da ratificação do tratado de reconhecimento da emancipação (13.3.1827), que estipulava o referido fim para dali a três anos. Na esteira da corrida por braços então desencadeada, o comércio de homens através do porto do Rio cresceu a uma média anual de 3,5% entre 1826 e 1830 (37.200 africanos/ano). Após este último ano, as entradas de negros foram quase que insignificantes, se comparadas aos períodos anteriores, e somente voltaram a subir na segunda metade do decênio de 1830 (p. 48).

Com efeito, como mostra a frequência dos batismos de escravos africanos em Alegrete e São Borja, podemos considerar que os senhores de escravos sul rio-grandenses também se beneficiaram deste período (1826-30) que Florentino e Góes chamaram de crise da oferta africana. Tais quais os escravistas do sudeste brasileiro fizeram no dito período, os senhores da fronteira oeste também investiram em cativos africanos na tentativa de diminuir seus riscos frente às incertezas do futuro do tráfico de cativos africanos. Em seu estudo Thiago L. de Araújo argumentou que,

¹²³ Sobre a *lei para inglês ver*, que proibiu o comércio de escravos africanos em 1831, ver: MAMIGONIAN; GRINBERG (2007).

¹²⁴ Outros fatores como o fim da Guerra da Cisplatina em 1828, a relativa estabilização dos limites fronteiriços, a maior segurança institucional e o próprio otimismo dos produtores diante de uma conjuntura econômica mais favorável podem ter influenciado na concentração de batizados de africanos neste período. Todavia, considerações mais conclusivas só poderão ser feitas com a realização de investigação mais aprofundada sobre esta temática.

para a vila da Cruz Alta há indícios de senhores que migraram para a região trazendo junto seus escravos, [...], porém, é bem provável que também tenham adquirido uma parcela dos cativos africanos transacionados na primeira metade do século XIX, no sul do Brasil. De qualquer forma, os percentuais de africanos para [diversas] localidades [...] indicam a importância desse comércio para a reprodução da escravidão, tanto para a vila da Cruz Alta quanto para o Rio Grande de São Pedro da primeira metade do oitocentos (2008, p. 73).¹²⁵

Em três recentes textos,¹²⁶ analisando os envios (do porto do Rio de Janeiro) e desembarques de escravos africanos (no porto de Rio Grande) em distintas conjunturas do tráfico atlântico,¹²⁷ Gabriel Berute constatou que em torno de 35% dos escravos africanos foram desembarcados no Rio Grande de São Pedro entre 1826 e 1831. Segundo os estudos de Berute, dentro deste período, foi em 1830 que ocorreu o maior número de desembarques, este dado está em consonância com o que apresentamos na figura 23, o qual mostra que na fronteira oeste da província foi neste ano que se sucedeu grande parte dos batizados dos cativos africanos. Além disso, em uma comparação entre o tráfico interno e a rota interna do tráfico transatlântico,¹²⁸ o autor mostra ainda que este último foi responsável por cerca de 70% dos escravos que ingressaram no Rio Grande de São Pedro entre 1826 e 1831.

Em sua dissertação de mestrado, Berute (2006) constatou que, entre 1790 e 1825, o desembarque de escravos do Rio Grande de São Pedro teve um perfil etário bem distinto do averiguado em outras capitanias da América portuguesa abastecidas diretamente pelo comércio atlântico de escravos, qual seja, a elevada participação de infantes ou crianças entre a escravaria importada. Os dados levantados por este autor apontam que:

¹²⁵ Embora coloque que *existem indícios de senhores que migraram para o Planalto sul rio-grandense com seus escravos*, o autor não apresenta evidências empíricas que sustentem sua argumentação.

¹²⁶ BERUTE (2009; 2011; 2012).

¹²⁷ Gabriel Berute segue as distintas conjunturas estabelecidas por Florentino ([1997] 2010a) e Florentino; Góes (1997): 1796 a 1808, fase de estabilidade, depois, 1809 a 1825, fase de aceleração, e, por fim, aquela que mais nos interessa, 1826 a 1830, fase de crise de oferta africana, “quando a expectativa pelo fim do tráfico – em decorrência da pressão inglesa e dos diversos acordos e tratados assinados entre Portugal (posteriormente o Império do Brasil) e a Inglaterra –, e o aumento da demanda por cativos no sudeste brasileiro contribuíram para um substancial crescimento no volume de importação de africanos” (BERUTE, 2012, p. 207-208).

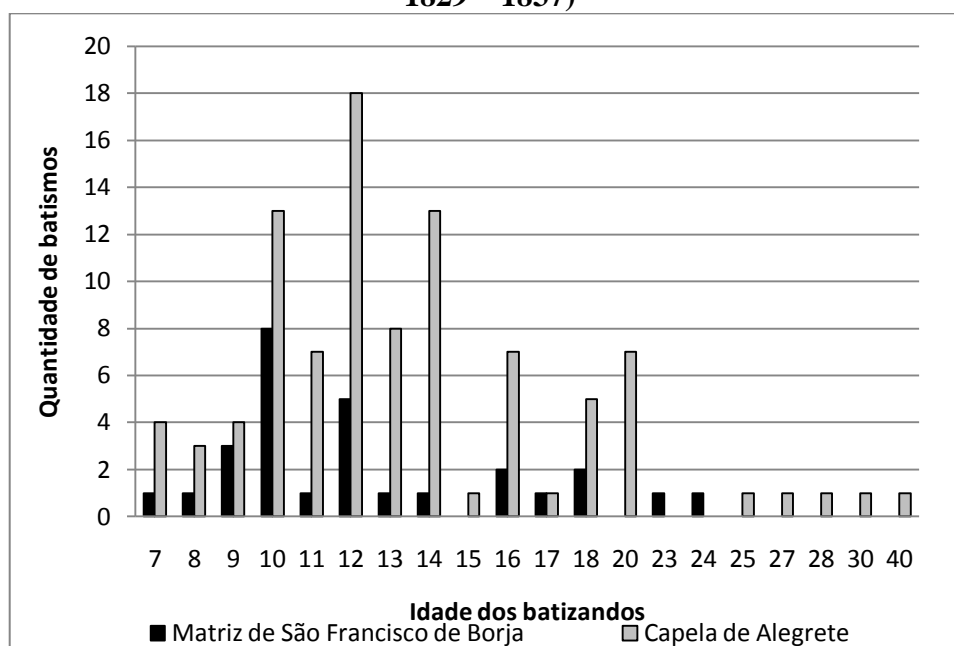
¹²⁸ “O Rio Grande de São Pedro participava indiretamente do tráfico atlântico. De acordo com Mariza Soares [(2000)], deve-se considerar como ‘tráfico interno’ a comercialização de africanos que já viviam no Brasil (*ladinos*) e dos escravos nascidos aqui (*crioulos*). As praças que recebiam escravos africanos recém desembarcados (africanos *novos* ou *boçais*) a partir dos portos que recebiam escravos diretamente da África (Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco) faziam parte da etapa interna do tráfico atlântico, ou a ‘terceira perna do tráfico’ (redistribuição), conforme caracterização de Roberto Martins [(2003)]” (BERUTE, 2012, p. 212) [*grifos do autor*].

quanto ao Rio Grande de São Pedro, as guias de transporte indicam que aproximadamente 32% dos escravos importados, entre 1788 e 1822, tinham de 10 a 14 anos, ou seja, quase 91% das 1180 crianças desembarcadas no período. Tanto entre os africanos quanto entre os crioulos, os cativos nessa faixa etária também eram o maior grupo, fossem eles homens ou mulheres. No caso dos crioulos, entretanto, os adultos eram o grupo etário predominante, *enquanto que, entre os africanos, predominavam as crianças* (BERUTE, 2006, p. 61) [*grifos nossos*].

Todavia, a elevada quantidade de escravos sem a idade informada entre 1809 e 1830 impediu que, Berute examinasse as faixas etárias dos escravos desembarcados pela rota interna do tráfico atlântico no Rio Grande de São Pedro. Outra importante informação que envolve a presença dos africanos na pia batismal da Matriz de São Francisco de Borja e da Capela da Vila de Alegrete diz respeito à idade com a qual estes cativos recebiam os santos óleos. Dos 30 africanos batizados na Matriz de São Francisco de Borja, 28 tiveram-na declarada.¹²⁹ Já em Alegrete, 96 entre 132 cativos africanos tiveram suas idades registradas pelos párocos.

¹²⁹ A idade dos africanos era expressa em meses. Logicamente que a idade registrada pelos párocos não eram exatas, tratavam-se de estimativas feitas, muitas vezes, a partir da fisionomia dos escravos, ou ainda, da reprodução de informações passadas pelos senhores. No entanto, o fato de que 93% dos escravos africanos batizados em São Borja, e 73% dos batizados em Alegrete, tiveram suas idades declaradas demonstra que conhecer a idade dos cativos era algo importante naquela sociedade, sendo assim, as estimativas feitas por párocos e/ou senhores deveriam ser as mais fidedignas possíveis. Segundo Stuart Schwartz, “é difícil obterem-se informações sobre a idade dos cativos. [...], as idades mencionadas para os escravos, especialmente os africanos, eram, na melhor das hipóteses, simplesmente uma suposição ou estimativa do senhor de engenho, com base na aparência” ([1988] 2011, p. 288).

Figura 24 – Distribuição dos batizados de escravos africanos de acordo a idade dos batizados (Matriz de São Francisco de Borja e Capela de Nossa Senhora de Alegrete, 1829 – 1837)



Fontes: ADU, livros de batismos: 1-B (1829 – 1837) da Matriz de São Francisco de Borja; ADU, livro de batismos 2 da Capela da Vila de Alegrete (1829-1837).

Os números trazidos pela figura 24 nos permite perceber quais foram as faixas etárias mais recorrentes nos batizados de cativos africanos que tiveram a idade declarada. A partir delas, podemos refletir, ao menos, sobre dois pontos que nos parecem estar intimamente relacionados: o primeiro trata de qual era a faixa etária preferida pelos produtores no momento em que buscavam escravos africanos no mercado; com base nisto, podemos versar sobre em que faixa etária estaria se dando, de forma mais frequente, a iniciação dos cativos nas atividades produtivas.

Na Vila de São Borja, dos 28 africanos batizados que tiveram suas idades declaradas, 17 deles possuíam entre 09 e 12 anos, sendo que a idade mais recorrente (idade modal) foi de 10 anos, e a idade média foi de 12 anos. Por seu turno, em Alegrete, 59 em 96 escravos africanos que tiveram reveladas suas idades estavam entre os 10 e 14 anos, ali, a idade modal foi de 12 anos e a média de 14. Nesta localidade os batizados com 16, 18 e 20 anos também foram representativos, alcançando a quantidade de 19 batizados. Reunindo os batizados destas duas localidades, averiguamos que a idade modal e média dos africanos batizados na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro no período abordado foi de 10 e 13 anos, respectivamente. Na região da Capela de Santa Maria da Boca do Monte localizada na região central do Rio Grande de São Pedro (ver mapa 2), no primeiro quartel do século XIX, de 79 africanos que tiveram suas idades registradas, 41 estavam entre os 10 e 13 anos, sendo que a idade modal

foi de 12 anos e a média de 15. Também foram representativos batizados com 18, 19, 20 e 22 anos de idade, os quais somaram 23 assentos batismais.¹³⁰ Para outras localidades como Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo e Encruzilhada, entre 1755 e 1835, Silmei Petiz (2009) averiguou que de um total de 832 africanos batizados, 253 deles, aproximadamente 30%, classificavam-se na faixa etária de 10 a 14 anos. Enfim, fica claro que a faixa etária mais recorrente entre os africanos batizados por diversas localidades sul rio-grandenses foi aquela de 10 a 13 anos.

Com base no que foi exposto até aqui, acreditamos não ser descabido sugerir que os produtores da região das Missões, da Campanha e de outras paragens sul rio-grandenses quando buscavam africanos no mercado de escravos, costumavam adquiri-los quando estes ainda eram bastante jovens, antes mesmo da puberdade. Nesse sentido, nos parece que o perfil etário dos africanos desembarcados nos portos do sul do Brasil em fins do século XVIII, verificado por Berute (2006), vigorou ao menos nas três primeiras décadas do XIX. Por sua vez, isto pode indicar que o desembarque de africanos muito jovens não ocorreu devido a determinadas contingências de um momento específico do comércio atlântico de cativos, ou graças à debilidade econômica dos produtores da região, mas que a vinda destes escravos para o Brasil meridional também era uma predileção e, talvez, até mesmo uma exigência dos proprietários destes confins sulinos. Entre diversos fatores que possam explicar essa preferência por escravos entre 10 e 13 anos, consideramos um deles como estando dentre os principais: a maior facilidade de instruir essas crianças na lidas campeiras, haja vista que uma criança criada junto às atividades de montaria desde seus 10 anos, por exemplo, teria tido maiores possibilidade de se tornar um hábil peão do que alguém que tivesse sido instruído só a partir da idade adulta. Segundo Gabriel Berute,

no início do século XIX, o autor de uma *Memória* sobre a capitania [do Rio Grande de São Pedro] sugere, até mesmo, algum tipo de preferência em relação aos escravos muito jovens. De acordo com ele [Luís Beltrão de Gouveia de Almeida], **‘os escravos dos habitantes do Rio Grande são outros tantos cavaleiros: estes colonos vão e compram escravos de mais de 10 anos para os ensinarem a passar a vida a cavalo’** (2006, p. 64) [*grifos do autor*].¹³¹

¹³⁰ ACDSM, Livro 01 da Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte (1814 – 1822).

¹³¹ Berute passa a seguinte referência para tal *Memória*: ALMEIDA, Luís Beltrão de Gouveia de. **Memória sobre a Cap^a. do Rio Grande do Sul**. Ou influência da Conquista de Buenos Ayres pelos Ingleses em toda a América, e meios de prevenir seus efeitos por: L.B.G.A y L., 1806. Real Academia de Ciências de Lisboa, Mc. 648, fl. 59 [fac-símile].

Para desenvolvermos nosso argumento, faz-se necessário recordar da classificação etária que estamos utilizando para definir a idade produtiva dos cativos: de 0 a 14 anos, escravos crianças, entre 15 e 45 anos, adultos ou idade produtiva, e acima de 45 anos, escravos idosos. Logo, para os dados verificados na Vila de São Borja, se levarmos ao pé da letra esta classificação, percebemos que apenas 07 (25%) dos 28 africanos batizados que tiveram a idade revelada na Matriz desta localidade estariam em idade adulta ou produtiva no momento em que receberam os santos óleos. Em Alegrete seria apenas 26 (27%) de 96, e em Santa Maria da Boca do Monte 32 (40%) de 79. Desta forma, entendemos que os dados expostos são consideráveis indícios que a iniciação nas lidas produtivas se dava entre os 10 e 15 anos, sendo que estaria mais próximo dos 10 do que dos 15 anos. Afinal, seria pouco provável que os senhores investissem na aquisição de escravos entre 10 a 12 anos para os deixarem ociosos até aproximadamente os 15 anos. Além disso, em dois batismos de africanos de 10 anos de idade, o pároco adjetivou os batizados de adultos. Foram os casos de Antonio, batizado em 02 de abril de 1832, e Victorino, batizado em 16 de setembro do mesmo ano.¹³² Estes assentos trazem mais indícios de que para aquela sociedade não era completamente estranha à ideia de que escravos de idade em torno dos 10 a 12 anos já podiam ser considerados adultos e plenamente produtivos.

Dois inventários nos ajudam a reforçar nossa argumentação. Em 1836, no inventário de José Antônio de Castilho, foi descrito e avaliado o escravo crioulo campeiro Bernardo que, segundo o inventariante Manoel Roiz de Jesus, tinha apenas 12 anos de idade.¹³³ Em outro processo do ano de 1846, de Antônio Jacinto Pereira e sua mulher Laura Pereira Pavão, 05 crianças crioulas campeiras foram arroladas: Amaro de 12 anos, João de 11 anos, Raimundo, Germano e Boaventura de 09 anos.¹³⁴ Como se pode notar, nenhum deles era africano, fato que não nos causa surpresa, uma vez que, na figura 23, vimos que os batismos de africanos se concentraram no ano de 1830, e estes inventários são de 1836 e 1846, respectivamente. No entanto, esta circunstância não nega que haviam escravos que desde muito cedo eram vistos como potencialmente produtivos e, sem dúvida, eram instruídos para desempenhar as atividades da lida pastoril ainda muito jovens. O que torna estes dados bastante representativos é que estas 06 crianças representam aproximadamente 19% do conjunto de 32

¹³² ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837) da Matriz de São Francisco de Borja, F 48v e 57v.

¹³³ Inventário de José Antônio de Castilho. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo: nº 9, APERS.

¹³⁴ Inventário de Antônio Jacinto Pereira e sua mulher Laura Pereira Pavão. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1846, processo: nº 20, APERS.

escravos identificados como campeiros ou domadores em todos os inventários de nossa amostragem. Recentemente, Karl Monsma argumentou que:

embora a relação básica entre senhor e escravo nas estâncias de criação de gado do Rio Grande do Sul fosse a mesma encontrada em outros contextos, certos aspectos da escravidão nas estâncias a distinguíam. Era difícil um adulto aprender bem as habilidades de equitação, arrebanhamento, manejo do laço, marcação e castração, ao passo que aqueles que começavam jovens seriam bons campeiros. Em consequência, *houve forte demanda entre estancieiros para escravos meninos e adolescentes*, e campeiros eram particularmente valorizados (2011, p. 1) [*grifos nossos*].¹³⁵

Como temos defendido, a presença de crianças escravas na faina pastoril foi uma condição que influenciou para que, até a primeira metade dos anos 1830, os produtores que recorriam à rota interna do tráfico transatlântico adquirissem cativos bastante jovens. Talvez, estes exemplos possam ser indícios de uma percepção social bastante ampla existente no Rio Grande de São Pedro da primeira metade do século XIX, qual seja, de que o ingresso dos cativos (e, quiçá, dos sujeitos livres) nas atividades produtivas ligadas a pecuária se dava por volta dos 10 anos de idade, significativamente antes do que os 15 anos, baliza de idade produtiva dos cativos que a historiografia se acostumou a adotar.

Não se pode descartar, no entanto, o fato de que a aquisição de crianças africanas possa ter sido condicionada pela oferta que chegava ao porto do Rio Grande. É preciso ter em conta que o principal porto de desembarque de escravos africanos no Brasil era o Rio de Janeiro. Dali expressiva parte dos cativos, e provavelmente os melhores adultos, eram destinados às regiões de grandes lavouras monocultoras do sudeste e do nordeste. Sem dúvida, a oferta de escravos nas regiões meridionais do Império era composta pelos cativos que não haviam rumado para as áreas de economia mais robustas. O que pode ter influenciado na vinda para o Rio Grande de São Pedro de africanos bastante jovens, os quais seriam vendidos por preços mais acessíveis em um mercado consumidor mais modesto.¹³⁶ Todavia, cremos que os dados sobre o desembarque e batizados de crianças africanas nas paragens sul rio-grandenses são bastante eloquentes, e que as limitações da oferta a um mercado mais acanhado não nega que os produtores possam ter se adaptado as elas, adequando-as, talvez, a determinadas exigências do processo produtivo pastoril.

¹³⁵ Ressalta-se, porém, que Monsma não apresenta nenhuma base empírica para sustentar sua argumentação.

¹³⁶ Agradecemos a Prof^a. Helen Osório por nos ter feito esta crítica-sugestão no exame de qualificação de mestrado. Esta mesma ideia foi defendida por Gabriel Aladrén (2012).

Analisando o contexto do Rio de Janeiro entre 1789 e 1850, Manolo Florentino (2008) argumentou que as incertezas sobre a proibição do comércio negreiro, que percorreu toda a primeira metade do século XIX, geraram um ambiente de temeridade nos *fazendeiros fluminenses, os quais passaram a incrementar suas escravarias com maior número de escravos africanos crianças*, buscando assegurar a mão de obra cativa ainda por um longo tempo. Contudo, tendo por base todos os dados e análises já realizadas, entendemos que este comportamento, embora possa ter se manifestado nos senhores rio-grandenses, não se configurou como um fator que possa ser considerado preponderante para explicar o ingresso da grande quantidade de crianças africanas no Rio Grande de São Pedro. Percebam que não estamos querendo dizer que a manutenção do trabalho servil pelo prazo mais longo possível não estivesse no horizonte de intenções dos senhores rio-grandenses. Certamente, eles se preocupavam com isto e elaboravam estratégias para prolongarem ao máximo a vigência do sistema escravista, sendo que, dentre estas estratégias, seguramente, estava a aquisição de crianças africanas.

Entretanto, a vinda de significativa quantidade de crianças africanas para o Brasil meridional, de acordo com Berute (2006), se processava desde a última década do Setecentos, e parece ter continuado ao longo das três primeiras décadas do Oitocentos, como sugerem as informações apresentadas pelos registros de batismos da Matriz de São Francisco de Borja, das Capelas de Alegrete, de Santa Maria da Boca do Monte e de outras localidades examinadas por Silmei Petiz (2009). Assim, entendemos que a chegada de um grande número de crianças africanas no Rio Grande de São Pedro atendia a um conjunto de estímulos mais complexos do que uma simples resposta compulsória aos temores do encerramento do comércio negreiro. Mesmo que, nos momentos de maior apreensão sobre a continuidade do tráfico, o fluxo de entrada destas crianças tenha aumentado consideravelmente, como aponta os dados do ano de 1830 em São Borja e Alegrete,¹³⁷ o que, aliás, era natural que tenha acontecido, nesses confins meridionais, o ingresso de muitas crianças africanas parece ter se configurado como a normalidade desde fins do século XVIII, período em que nem se cogitava o fim do comércio transatlântico. Desta forma, a entrada de grande quantidade de crianças

¹³⁷ Na Matriz de São Francisco de Borja, dos 13 batizados de escravos africanos realizados no ano de 1830 (ver figura 23), 12 deles foram de cativos que possuíam entre 07 e 14 anos, sendo que 08 estavam na faixa etária de 10 a 13 anos. Além disso, o único africano em idade produtiva batizado naquele ano contava com 18 anos, embora já fosse adulto, também era bastante jovem [ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837)]. Na Capela da Vila de Alegrete, dos 37 batizados de escravos em que foram declaradas as idades no ano de 1830, em 32 deles os cativos tinham de 07 a 14 anos, sendo que 22 estavam na faixa etária de 10 a 13 anos [ADU, livro de batismos 2 da Capela da Vila de Alegrete (1829-1837)].

africanas no extremo sul do Brasil não pode ser justificada isoladamente por uma estratégia senhorial de manutenção da mão de obra cativa por longo prazo, a qual seria estimulada pelos temores do fim do comércio transatlântico de escravos, embora, como já colocado, esse fator não possa ser desconsiderado. Com efeito, cremos que a este fator combinaram-se outros, como, por exemplo, as limitações da oferta, as especificidades da matriz produtiva agropecuária (que exigia escravos que aprendessem a montar ou então que já soubessem), fato que pode, até mesmo, ter feito com que os produtores sul rio-grandenses tenham tido certa predileção por cativos africanos bastante jovens.

* * *

Nestes dois últimos subcapítulos (2.2 e 2.3) esboçamos algumas das principais características referentes à população cativa estabelecida na zona das Missões. Sabemos, portanto, que havia um núcleo populacional estável de escravos composto majoritariamente por crioulos. Este núcleo estável de cativos, por seu turno, tinha como um dos principais fatores de conservação a sua própria reprodução natural. Identificamos, também, que houve uma considerável chegada de africanos na região por volta do ano de 1830, e que estes eram em sua grande maioria muito jovens. No próximo capítulo, analisaremos a distribuição da posse de escravos pelo tecido social. Porém, antes disso, precisamos examinar uma significativa parcela da população livre que ainda no século XIX habitava a região e estava inserida em diversas esferas daquela sociedade. Estamos nos referindo especificamente à população guarani das Missões.

2.4 Troncos missioneiros: guaranis em meados do Oitocentos na região das Missões

Os guaranis habitavam os territórios meridionais da América desde os tempos pré-históricos. Antes do contato com os espanhóis, este povo ameríndio ocupava a porção leste do Paraguai, se estendendo até o oeste dos territórios que atualmente formam os Estados brasileiros do Paraná e Santa Catarina (o conjunto destas regiões compunha o Guairá), e rumo ao sul se esparramavam até a desembocadura do rio da Prata. Organizavam-se em famílias extensas, compostas por até sessenta famílias nucleares, e seguiam a liderança do *pai da linhagem*. Estas famílias se reuniam em aldeias que, por sua vez, formavam uma organização mais ampla, estruturadas em forma de províncias (*guará*). A divisão do território de cada

aldeia obedecia às áreas de caça e também aos espaços das terras para agricultura (SOARES, 1997 apud RIBEIRO, 2010).

Em meio ao contato com os ibéricos durante o processo de colonização, a população guarani passou entre os séculos XVI e XVIII pelo processo jesuítico-reducional. No território que viria no século XIX a se tornar a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, os missionários da Companhia de Jesus, depois de algumas tentativas frustradas, se estabeleceram definitivamente no último quartel do século XVII. No lado oriental do rio Uruguai eles fundaram sete missões (ver mapa 3). Ali, sob o comando dos padres inacianos, milhares de guaranis fizeram florescer os chamados Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguai. Até a sua incorporação aos domínios luso-brasileiros nas primeiras décadas do Oitocentos, todo aquele espaço ocupado pelos guaranis missioneiros formava para o Império espanhol um tipo de cinturão de defesa das fronteiras na região platina. Nesse sentido, seu papel fundamental era conter o avanço dos luso-brasileiros que buscavam avançar sobre aqueles territórios. Contudo, a população guarani, através de suas elites letradas, também possuíam aspirações autônomas, e atuou ativamente no processo histórico que levou a definição das fronteiras no espaço platino. O historiador Eduardo S. Neumann propôs um novo modo de interpretação deste processo, para este autor “a fronteira na América meridional em meados do século XVIII apresentava-se *tripartida*, dividida entre os interesses das duas Coroas ibéricas e a luta guarani pela autodeterminação” (2004, p. 46).

O período que se seguiu após a expulsão da Companhia de Jesus da América hispânica, em meados do Setecentos, foi bastante conturbado. As disputas fronteiriças continuavam, e em meio a isso, a população guarani e os valiosos territórios e bens dos Sete Povos eram alvo de cobiça das Coroas ibéricas. Segundo, Elisa F. Garcia (2007), o Império português procurou desenvolver uma política de bom tratamento para atrair os guaranis e tomar posse do Espaço Oriental Missioneiro. O domínio deste espaço pelos luso-brasileiros começou a ser feito em 1801, e ao longo das três primeiras décadas do século XIX ele se concretizou de forma definitiva. Durante esse processo, a administração dos povos missioneiros foi delegada aos chefes-militares comandantes da fronteira de Missões.

Por um longo tempo a historiografia que se dedica ao tema do processo reducional e da dispersão dos guaranis missioneiros aceitou explicações como a que defendia que estes indígenas, após a expulsão dos jesuítas, haviam se dispersado, miscigenado ou então retomado a forma de organização social de antes do contato com os ibéricos (GOLIN, 1999; CESAR, 1980). Nas últimas décadas, refutando esta vertente explicativa, alguns pesquisadores tem se ocupado em investigar sobre as experiências históricas dos guaranis

após o fim do período reducional.¹³⁸ Em termos gerais, procurando analisar as estratégias dos próprios guaranis missionários, esses autores têm buscado mostrar como se desenrolou o processo de integração dos guaranis missionários na América portuguesa e, posteriormente, no Império do Brasil.

Neste estudo não temos por objetivo entrar neste debate, nosso interesse aqui, neste subcapítulo, é bastante específico e, de certa forma, humilde. Pretendemos examinar as evidências documentais que têm nos mostrado que ao longo de toda a primeira metade do século XIX muitos guaranis ainda habitavam a região das Missões e tinham um relacionamento bastante estreito com a sociedade envolvente, atuando em atividades produtivas de diversas maneiras,¹³⁹ nas contendas bélicas, na esfera religiosa, na formação de relações sociais de reciprocidade e, até mesmo, na burocracia Imperial.

* * *

Ainda na terceira década do século XIX a população guarani formava um importante contingente populacional que habitava a região das Missões. Tal importância ficou expressada no livro 1-B de batismos (1829 – 1837) da Matriz de São Francisco de Borja. Na figura 14, mostramos que do total de assentos batismais do dito livro, 89% eram de sujeitos livres e 11% de escravos. Decompondo o universo da população livre vamos desvendar que 51% dos batizados possuíam ascendência indígena. Na Capela da Vila de Alegrete, por seu turno, veremos que 43% dos batizados foram de guaranis ou mestiços. Por sua vez, na Capela de Santa Maria da Boca do Monte (1829 – 1834), 21% dos batizados foram expressamente discriminados como guaranis.¹⁴⁰ Todavia, por meio de uma estimativa, Max Ribeiro averiguou que, entre 1798 e 1834, significativos 42% da população de tal localidade poderia ser classificada numa ampla categoria que denominou de: *índios, mestiços ou pardos*. Além disto, 25% da população neste amplo período era guarani, 19% escrava e apenas 14% branca (RIBEIRO, 2013, p. 89). Os dados de Ribeiro mostram que do mesmo modo que em São

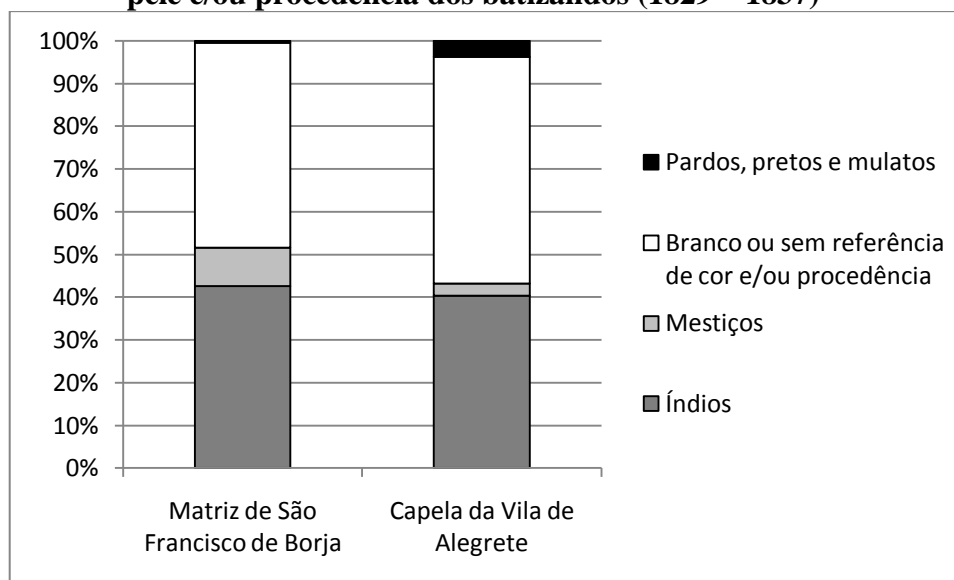
¹³⁸ Destacamos os estudos de WILDE (2001; 2009), MENZ (2001), GARCIA (2003; 2007); KÜHN (2006); MELO (2011), FARINATTI (2011a), FARINATTI e RIBEIRO (2010), RIBEIRO (2011a; 2011b; 2012; 2013), RIBEIRO e FONTELLA (2013), FONTELLA (2011a). Um breve esboço historiográfico contemplando alguns destes autores está no início do tópico 3.6 deste estudo. Ver também: MELO (2011, p. 11 – 21) e RIBEIRO (2013, p. 13 – 16).

¹³⁹ Para não alongarmos em demasia este subcapítulo não abordaremos nele a inserção dos guaranis e mestiços nas atividades produtivas. Este tema será tratado no próximo capítulo no qual analisaremos os distintos tipos de relações de trabalho na região das Missões.

¹⁴⁰ ACDSM, Livro 02 da Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte (1829 – 1834).

Borja e Alegrete, a sociedade de Santa Maria se caracterizava por uma significativa diversidade sociocultural.

Figura 25 – Distribuição dos assentos de batismos da população livre segundo a cor de pele e/ou procedência dos batizados (1829 – 1837)¹⁴¹



Fontes: ADU, livros de batismos: 1-B (1829 – 1837) da Matriz de São Francisco de Borja; ADU, livro de batismos 2 da Capela da Vila de Alegrete (1829-1837).

Acreditamos que a representatividade dos guaranis e mestiços diante o conjunto da população livre batizada nas duas localidades examinadas estão em conformidade com o que vem sendo demonstrado pela historiografia recente, ou seja, de que em geral os guaranis não retomaram o modo de vida pré-contato com os ibéricos. Em pleno processo de aceleração do povoamento luso-brasileiro no Espaço Oriental Missioneiro, ocorrido após o fim da Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), os batismos de guaranis e mestiços representavam significativa parte da população livre batizada. Considerando todos os registros de batismos, isto é, incluindo os assentos dos escravos, os batizados de ascendência guarani representariam 47% em São Borja e 34% em Alegrete.

Estes números se tornam ainda mais significativos quando levamos em consideração o notório episódio ocorrido em fins da década de 1820. “En 1828, en el marco de la guerra entre las Provincias Unidas y el Imperio de Brasil [Guerra da Cisplatina], el gral. Fructuoso Rivera encabezó la Vanguardia del Ejército del Norte que el 21 de abril de 1828 cruzó el río Ibicuy rumbo a las Misiones Orientales” (FREGA, 2007, p. 35). Durante a retirada do Exército do

¹⁴¹ Sob a alcunha *índios* estão àqueles sujeitos expressamente discriminados pelos párocos como índios, as Xinas e os filhos de Xinas. Os mestiços são apenas aqueles identificados literalmente como tal.

Norte do Espaço Oriental Missioneiro, estima-se que seguiram ao General Fructuoso Rivera cerca de seis mil guaranis missioneiros (FAVRE, 2009). Encontramos evidências empíricas desta evasão em uma cópia da declaração da venda de umas das estâncias pertencentes ao povo de São Miguel, feita em dezembro de 1828. Este documento foi traduzido do idioma espanhol para o português em 1830. Nele constava que:

[...] conforme o literal sentido da oração e negócio. = Os Corregedores, Tenentes Corregedores e Caciques pelo presente [declaram] que em conformidade da ata celebrada em novembro, e para encher os objetos nela expostos temos resolvido vender, e desde já vendemos ao senhor Alexandre de Abreu [Valle Machado]¹⁴², a seus herdeiros e sucessores todos os campos compreendidos de baixo da denominação de Estância de São Vicente que especialmente pertence ao Povo de São Miguel pela quantia de dez contos de réis a conta das quais recebemos dois contos e quinhentos mil réis para habilitações, pagamentos de dívidas e gastos extraordinários das *famílias que voluntariamente seguem ao Exército do Norte*, e queremos que o resíduo o conserve em seu poder para o exigirmos em qualquer tempo que nos convenha, e conforme se poder fazer para que lhe sirva de especial hipoteca ao reembolso das instruções dadas em benefício das *famílias e indivíduos que não quiserem ou não puderem seguir o destino do Exército do Norte* em proveito dos interesses gerais dos Sete Povos e em liquidação e cobranças iguais a outros fins *especialmente benéficos às famílias emigradas*, e as que não são, contanto que pertençam ou tenham pertencido a comunidade até o dia 4 de dezembro do ano corrente e sendo para isso autorizados por nossos Estatutos, assim como, pelas ordem Exmo. Senhor General do Exército do Norte.¹⁴³

Em seu relatório de 20 de abril de 1835, o presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, Fernandes Braga, relembra que:

antes da invasão de Fructuoso Rivera no território de Missões no fim da última guerra existiam em sete Povos perto de 7 mil Índios que foram arrancados às suas habitações e colocados entre o[s] [rios] Quaraí e Arapeí na chamada Bella União. Fossem, porém, os antigos hábitos, ou a pouca comodidade que encontraram na nova Colônia, os

¹⁴² Eleito para a primeira vereança na Câmara de Vereadores de Alegrete e primeiro chefe da Guarda Municipal desta Vila. Agradeço a Marcelo Matheus por me passar estas informações.

¹⁴³ Fundo Justiça, Maço 43, Juízo de Paz, 1830, São Borja, AHRS [grifos nossos]. Em razão da importância deste documento, o mesmo receberá uma atenção especial em texto específico que possa explorar as ricas informações contidas nele.

Índios a desampararam e uma pequena porção deles regressou às Missões.¹⁴⁴

Este foi um dos mais relevantes episódios do processo de dispersão dos guaranis missioneiros pela região platina e Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX. As estimativas populacionais sobre a dimensão da população guarani nas três primeiras décadas do Oitocentos são frágeis e controversas. Aurélio Porto (1943) compilou em um quadro estatístico diversos levantamentos contemporâneos.¹⁴⁵ Deste quadro elaborado por Porto, selecionamos todos os levantamentos a partir de 1801, e ainda incluímos uma estimativa feita em 1811-12 por um padre que esteve na região das Missões realizando uma Visita Pastoral.

Quadro 6 – População guarani dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai nas três primeiras décadas do século XIX

Anos	Almas	Famílias
1801	14.010	3.477
1811-12	5.810	2.314*
1814	6.395	1.614
1822	2.350	586
1827	1.874	467
1835	377**	-

Fontes: para os anos de 1801, 1814, 1822, 1827 dados retirados de PORTO (1943, p. 416a). Para 1811-12: visita pastoral n° 11 (VP-11), Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ).¹⁴⁶

* O padre visitador se referiu a fogos (unidades domésticas) e não a famílias.

** Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro Fernandes Braga, 20 de abril de 1835. Disponível em < http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1835_0001.pdf>. Acesso em 18 de out. de 2013.

¹⁴⁴ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro Fernandes Braga, 20 de abril de 1835. Disponível em < http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1835_00001.pdf>. Acesso em 18 de out. de 2013.

¹⁴⁵ Gostaríamos de agradecer ao Prof^o. Fábio Kühn pela sugestão deste quadro estatístico feita no exame de qualificação de mestrado.

¹⁴⁶ Agradecemos a Marcelo Matheus por nos ter indicado este documento.

Embora não sejam estatísticas precisas, se pode apreender uma tendência geral, qual seja, a drástica diminuição da população guarani no espaço missioneiro durante o primeiro quartel do século XIX. Todavia, nos relatos de Auguste de Saint-Hilaire, encontramos informações que dissonam destas estatísticas. Embora o viajante francês não tenha feito um levantamento populacional, seus escritos nos ajudam a refletir sobre a conjuntura histórica de dispersão dos guaranis. No dia 18 de janeiro de 1821 o botânico escrevera assim:

já me referi a quanto os índios eram apegados a Artigas; verdadeiramente, por esta razão, Ramírez¹⁴⁷ declarou-se seu inimigo mortal e, como queria exterminá-los a todos, abandonaram Cambaí, Iapeju e as outras aldeias que ainda subsistiam em Entre-Rios, e vieram buscar sua salvação entre os portugueses. Desde agosto último, *mais de três mil* desses infelizes passaram o rio Uruguai pelo vau do Quaraí; muitos outros conseguiram atravessá-lo em Salto, Belém e Missões e nos asseguram que ficaram nas aldeias apenas alguns velhos e doentes, com absoluta incapacidade de se deslocar.

Com a maior parte dos homens mortos durante a guerra, as mulheres e crianças, principalmente, vieram refugiar-se junto aos portugueses. *A maioria desses índios foi encaminhada para a Capela de Alegrete, onde, parece, ganharão terras* (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 222-223). [grifos nossos]

Pouco mais de um mês mais tarde, passando por São Borja, Saint-Hilaire registrou que,

quando os portugueses se tornaram senhores das sete aldeias da margem esquerda do Uruguai, aí encontraram apenas quatorze mil almas. [...]. *Presentemente, contam mais de quatorze mil almas nas Missões portuguesas.*

Todos os habitantes das aldeias de Entre-Rios passaram, como disse, para o lado do Uruguai; *calculam seu número em torno de sete mil* e, por conseguinte a população inteira da região, conhecida sob o nome de Missões do Paraguai, está reduzida ao décimo do que era o tempo dos jesuítas (2002, p. 273). [grifos nossos]

Nas duas passagens expostas acima o viajante francês se refere a enormes contingentes de guaranis que haviam cruzado o rio Uruguai em direção à fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro. Na primeira, Saint-Hilaire coloca que foram *mais de três mil índios* e que *a maioria foi encaminhada para a Capela de Alegrete*. Na segunda, além de colocar que *em*

¹⁴⁷ Francisco Ramírez (1786 – 1821). Foi o principal caudilho da província platina de Entre-Rios. Segundo Saint-Hilaire, Ramírez “começou por ser um dos capitães de Artigas e acabou por fazer-lhe guerra” (2002, p. 197). Sobre os caudilhos platinos ver, LUNA (1971).

torno de sete mil índios tinham vindo de Entre-Rios para o Espaço Oriental Missioneiro, ele anota que em 1801 quando os portugueses incorporaram a dita região, haviam ali *apenas quatorze mil* guaranis. No entanto, afirma que *presentemente*, ou seja, em 1821, viviam na zona dos Sete Povos mais de *quatorze mil almas*. Esta última estimativa feita por Saint-Hilaire é por demais de discrepante com os dados apresentados por Aurélio Porto para o ano de 1822 (2.350 almas, ver quadro 6). Obviamente, não se pode cobrar precisão de nenhum dos dois. Aquele número exposto por Porto provinha de uma problemática estimativa baseada na obra do autor contemporâneo Gonçalves Chaves.¹⁴⁸ Já as considerações feitas por Saint-Hilaire eram oriundas, sobretudo, de suas observações e percepções. Possivelmente, o viajante francês impressionou-se pela intensa movimentação da população guarani que entrava e saía do Espaço Oriental Missioneiro por inúmeras motivações (guerra e instabilidade institucional, desarticulação do sistema produtivo de comunidades, estratégias familiares de migração, etc.),¹⁴⁹ e acabou superestimando o volume populacional desta.

Em que pesem as informações registradas por Saint-Hilaire, parece ser inegável que significativa parte dos guaranis missioneiros estava gradativamente deixando a zona das Missões no início do Oitocentos. Não obstante, como demonstram os registros de batismos e, até mesmo, as estatísticas contemporâneas, que precisam ser adequadamente problematizadas, importante núcleo populacional de ascendência guarani permaneceu na região das Missões e, ainda na década de 1830, compunha considerável parcela dos habitantes de tal espaço. Para Max Roberto Pereira Ribeiro (2013), os guaranis que ali continuaram eram, sobretudo, aqueles pertencentes à elite cabildante que se ocupava da administração dos Povos junto das autoridades luso-brasileiras. Segundo o autor, diante de uma conjuntura de incertezas provocada principalmente pelo contexto bélico, tal parcela de indígenas preferiu permanecer num ambiente em que conservavam *status*, vantagens e um mínimo de estabilidade para projetar o futuro.

Outro fato que os assentos de batismos mostram é que mesmo após mais de meio século da expulsão dos padres da Companhia de Jesus, boa parte da população de ascendência guarani daquelas paragens mantinha-se como cristãos e procuravam o primeiro sacramento católico. Sem dúvida, a esfera religiosa do batismo, e todo o simbolismo que dele emanava, se

¹⁴⁸ Para os números apresentados para o ano de 1822, Aurélio Porto coloca em nota de rodapé a seguinte referência “G. Chaves. *Mem. cit.* Esta é a lista de famílias, de 1801, calculadas pela média conhecida de 4 pessoas por família” (1943, p. 416a). Para os números apresentados para o ano de 1801 a referência é: “Gonçalves Chaves. *Memórias ecónomo-políticas*. Ver. Ins. R. G. S. 1932. 100” (1943, p. 416a).

¹⁴⁹ Sobre a dispersão dos guaranis missioneiros no Rio Grande de São Pedro nas primeiras décadas do século XIX ver, FARINATTI; RIBEIRO (2010) e RIBEIRO (2011b; 2012; 2013).

constituiu em uma forma de estabelecer laços de reciprocidade entre os próprios guaranis, e entre estes e demais sujeitos da sociedade envolvente.

Examinando alguns dados sobre o compadrio da população indígena em São Borja e Alegrete se constatou que nesta, dos 659 batizados de descendentes de guaranis, em apenas 122 (19%) deles o compadrio foi estabelecido com ao menos um sujeito de ascendência indígena. Já em São Borja, o mesmo ocorreu em 129 (27%) de 477 registros de batismos. Estes números revelam uma baixa procura de pais e, principalmente, de mães guaranis por formar laços de compadrio com casais e/ou indivíduos que, a *priori*, situavam-se no mesmo estrato social. Além disso, a procura de sujeitos de ascendência guarani para constituir vínculos de compadrio com estratos sociais que, também a *priori*, estariam situados em camadas inferiores da hierarquia social, como, por exemplo, os escravos, foi numericamente insignificante. A presença de ao menos um do padrinho escravo nos batizados de descendentes de indígenas não chegou a 2% em nenhuma das localidades (1,7% em Alegrete e 1% em São Borja). Estes dados sugerem que havia uma orientação entre os indígenas e mestiços de dilatar sua rede de reciprocidades com sujeitos que se colocavam para além do universo indígena, mas que quase não incluía sujeitos escravos. Analisando o compadrio de escravos em São João del Rei nas Minas Gerais entre 1736 e 1850, Sílvia M. J. Brügger (2007) averiguou comportamento semelhante. Naquela localidade, a autora averiguou os homens livres eram 89,8% dos padrinhos das crianças escravas batizadas. Para Brügger, esta conduta, do ponto de vista dos cativos, representaria uma *aliança para cima*. No entanto, para se afastar de uma abordagem mecânica e funcionalista, a autora tem o cuidado de relativizar e refinar sua colocando que, “a caracterização do compadrio como uma ‘aliança para cima’ requer que se considerem outros aspectos que não apenas a condição jurídica dos padrinhos. Nesse sentido, é necessário pensar quem eram esses homens livres que apadrinhavam as crianças” (BRÜGGER, 2007, p. 318) [*grifos da autora*].

Como em todo o Brasil, durante o século XIX, as formas de hierarquização social se reiteravam por meio de uma rica diversidade de critérios como, por exemplo, a condição jurídica (livres e escravos), a cor da pele erigida em forma de classificação social (branco, pardo, negro, índio, que também era uma condição jurídico-social). Todavia, embora esses critérios fossem os condicionantes basilares da hierarquização social, numa sociedade pautada pelas relações pessoais, as relações de solidariedade e dependência precisam ser consideradas para se contextualizar as possibilidades que os diferentes sujeitos possuíam de acessar recursos (materiais e simbólicos), proteção, prestígio, etc. Nesse sentido, mesmo que a princípio um indivíduo livre branco estivesse num degrau acima de indígenas e escravos,

estes poderiam galgar degraus na hierarquia social se inserindo em redes de relações de reciprocidade e compromisso. Assim, acreditamos que o conjunto de relações pessoais estabelecido pelos distintos atores sociais era também tão importante na definição de sua colocação na hierarquia social quanto os condicionantes basilares supracitados.¹⁵⁰

O caso de Hilário Aray nos parece bastante elucidativo para que possamos refletir sobre algumas possibilidades que determinada parcela dos guaranis tinha de se inserir em certas esferas da sociedade envolvente. Este guarani, natural do Povo de São Nicolau, e sua esposa Maria do Carmo, também guarani e natural do Povo da Cruz da Província de Corrientes, levaram à Matriz de São Francisco de Borja, entre fevereiro de 1832 e janeiro de 1838, cinco filhos para receberem os santos óleos: Eldifonço, Atanazio, Bertolda, Bárbara e Antonio.¹⁵¹ Além disso, Hilário Aray foi, entre outubro de 1830 e janeiro de 1834, padrinho de oito batizados, sete guaranis e um escravo.¹⁵² Em quase todos estes oito assentos a sua procedência e patente militar foram declaradas. Já no ano de 1846, encontramos o mesmo Hilário Aray como padrinho no batizado do crioulo Adam, filho de Francisca, ambos escravos de Antonio Mello e Joaquina da Silva.¹⁵³ Porém, neste assento, não se registrou nenhuma informação sobre sua origem guarani, e tampouco fez-se menção de sua patente militar, processando-se, assim, um silêncio sobre suas raízes indígenas e trajetória militar.

Ao que indica os registros de batismos em que o Sargento Hilário Aray se faz presente, ele possuía certo prestígio entre a população guarani, haja vista que fora requisitado como padrinho em sete oportunidades em pouco mais de três anos. Este prestígio pode ter sido construído por meio de sua trajetória militar e, também, pelo seu considerável trânsito junto à sociedade envolvente. O Sargento Hilário Aray conseguiu tecer laços de compadrio com destacados indivíduos e casais da Vila de São Borja. O Capitão Fabiano Pires de Almeida¹⁵⁴ e sua esposa Dona Anna Joaquina Lopes de Almeida, por exemplo, batizaram Bertolda e Bárbara. Por sua vez, Antonio foi batizado pelo cirurgião-mor e padre Marcellino

¹⁵⁰ Em recente dissertação de mestrado Marcelo Matheus (2012) analisou as relações estabelecidas por escravos na fronteira meridional do Brasil Imperial e conclui que estas condicionavam de forma decisiva a posição que tais atores ocupavam na hierarquia social em que estavam inseridos.

¹⁵¹ ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 46v [1832]; F 109f [1834]; F 115v [1835]; 144f [1838]; 144v [1838].

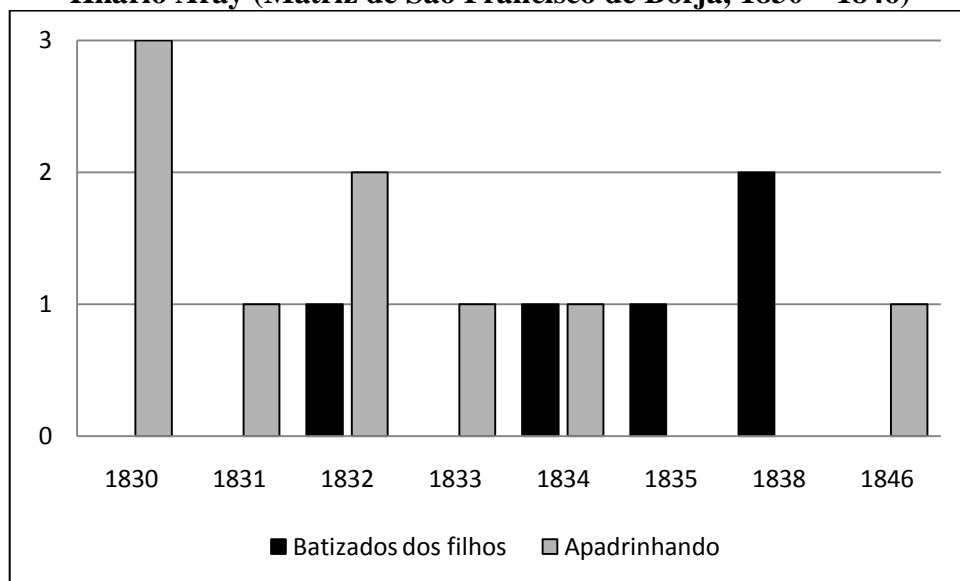
¹⁵² ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 14v [1830]; F 20f [1830]; F 21f [1830]; 41v [1831]; 51v [1832]; 62v [1832]; 78v [1833]; 111f [1834]. Os sete assentos de batizados guaranis foram lavrados pelo padre Antonio Pompeo Pais de Campos, enquanto o registro do batizando cativo foi lavrado pelo padre Marcellino Lopes Falcão.

¹⁵³ ADU, livro de batismos 3-B (1845 – 1850), F 46f. Assento lavrado pelo padre Joze Coriolano de Souza Passos.

¹⁵⁴ O Capitão Fabiano Pires de Almeida foi membro da primeira legislatura da Câmara de Vereadores da Vila de São Borja que deu início a suas atividades no ano de 1834.

Lopes Falcão. Os outros dois filhos foram batizados por pessoas livres não guaranis. Assim, quando se tratava de escolher padrinhos e madrinhas para seus filhos, o Sargento e sua esposa procuravam estender seus laços com indivíduos e/ou famílias situados em patamares mais elevados da hierarquia social vigente naquela sociedade. A mesma conduta não foi verificada quando ele e sua esposa (ou só ele) eram convidados para apadrinhar. Como já colocamos, Hilário Aray batizou sete guaranis e ainda dois escravos. Estas circunstâncias mostram a significativa penetração que o Sargento Hilário Aray e sua esposa tinham junto a outros grupos sociais para além dos guaranis. Apadrinhando, ele estendia sua teia de relações com as parcelas sociais subalternas. Em contrapartida, oferecendo seus filhos como afilhados, procurava tecer laços com os grupos sociais colocados em degraus superiores na escala social hierárquica da Vila de São Borja. Se estabelecermos uma comparação entre a cronologia dos batizados dos cinco filhos do Sargento Hilário e dos oito batizados em que ele figura como padrinho, podemos perceber de que forma ele construiu ao longo do tempo estes vínculos.

Figura 26 – Distribuição dos batizados dos filhos e apadrinhamentos do Sargento Hilário Aray (Matriz de São Francisco de Borja, 1830 – 1846)



Fontes: ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 14v [1830]; F 20f [1830]; F 21f [1830]; 41v [1831]; F 46v [1832]; F 51v [1832]; F 62v [1832]; F 78v [1833]; F 109f [1834]; F 111f [1834]; F 115v [1835]; F 144f [1838]; F 144v [1838]. ADU, livro de batismos 3-B (1845 – 1850), F 46f.

Quando, em 20 de fevereiro de 1832, o Sargento Hilário Aray e sua esposa Maria do Carmo deram em batizado o seu filho Eldifonço a José Lourenço Martins e a esposa deste, Maria Francisca de Almeida, o sargento já havia batizado ao menos quatro crianças guaranis. Estes dados sugerem que Hilário Aray, antes de conseguir tecer laços com os substratos

sociais superiores, estendeu sua rede de relações entre os próprios guaranis. O estabelecimento de vínculos com boa parte da população guarani, possivelmente, foi o que conferiu ao Sargento Hilário Aray legitimidade para buscar constituir relações para além deste grupo social e, principalmente, com sujeitos e famílias proeminentes daquela região.

Analisando as relações de compadrio, Max Ribeiro(2013) percebeu que determinados casais guaranis estabelecidos em Santa Maria da Boca do Monte exerceram um papel fundamental para que os indígenas emigrados das Missões conseguissem construir novas formas de sociabilidades e parentesco, e pudessem se inserir com maior segurança no novo cenário social em que estavam chegando. Dois casais, em específico, acumularam um importante capital relacional por meio do compadrio com muitos guaranis e alguns escravos. Para o autor, as relações tecidas pelos indígenas evidenciam uma estrutura social hierárquica, tais casais “batizaram escravos e outras tantas mães guaranis solteiras, mas entregaram seus filhos, ao menos um deles, a um padrinho luso-brasileiro bem destacado socialmente em Santa Maria” (2013, p. 124). De acordo com Ribeiro, além do entendimento do idioma e certos códigos culturais guaranis, eram essas relações com sujeitos destacados na localidade que conferia àqueles casais prestígio social, e fazia com que ocupassem uma posição mais elevada naquela hierarquia social.

Retomando do caso do Sargento Hilário Aray, supomos que os fatores que fizeram com que este sujeito conquistasse prestígio entre os guaranis estavam intimamente ligados a sua trajetória militar. Em texto recente, Vânia Maria Losada Moreira argumenta que

o recrutamento e o serviço no Exército, na Armada e nas milícias também atingiram diferentes grupos indígenas que viviam sob a jurisdição do Estado imperial brasileiro. Apesar disso, a presença de índios servindo nas forças armadas imperiais e o impacto que isso representou para essa população ainda é tema pouco visitado pela historiografia (MOREIRA, 2011, p. 67).

Por seu turno, a tradição militar entre os guaranis vinha desde os tempos das reduções jesuítico-guaranis. Segundo Elisa Garcia,

tal como no caso dos *cabildos*, as milícias já existentes nos povos foram mantidas pelos portugueses, os quais introduziram, porém, algumas modificações. [...]. As milícias eram uma instituição muito antiga nas reduções, tendo servido em vários momentos como principais auxiliares na defesa dos interesses castelhanos contra os portugueses (2007, p. 274). [grifos do autor]

Ao longo da experiência reducional foram constantes os embates entre guaranis reduzidos com saqueadores de seus territórios como, por exemplo, os paulistas bandeirantes. Devido a isso, os guaranis tiveram que formar milícias, as quais, por sua vez, despendiam expressivos esforços bélicos para defender as reduções contra ataques externos. Segundo María Inés Moraes,

estão profusamente documentadas as sucessivas convocatórias das autoridades espanholas civis para enfrentar os ‘infiéis’ da região do Paraná e do Uruguai, desde que as reduções jesuíticas se afincaram no Alto Uruguai. Os guaranis participaram reiteradamente na defesa e no ataque da Colônia do Sacramento, assim como na construção e defesa de Montevideu, Maldonado e Minas, no século XVIII. Ainda que a destreza militar dos guaranis tem sido objeto de opiniões encontradas, se tem destacado sua extraordinária facilidade para orientar-se e seu conhecimento profundo do território como traços singulares. Alguns autores sustentam que a destreza mostrada pelos guaranis nas guerras do período 1810 – 1830, em qualquer dos bandos nos quais se inseriram, derivava de sua provada experiência militar em ações e cenários reais. Os habitantes dos 30 povos que emigraram oficialmente à [República do] Uruguai em 1828 foram convocados a participar na batalha final contra os charruas, ocorrida em 1831 (2006, p. 69 [nota 40]).

Max Ribeiro demonstra que, em 1810, Francisco das Chagas Santos, comandante da fronteira de Missões entre 1809 a 1820, havia reunido um uma milícia que “contava com 200 guaranis os quais se encontravam destacados pelas diversas guardas da fronteira de Missões [...]” (2013, p. 46). Um ano mais tarde, o dito comandante “formou um regimento de cavalaria composto de guaranis missioneiros, o qual foi batizado pelo comandante de *Regimento de Milícias Guaranis a Cavallo*. Esta milícia era formada por 512 postos, todos estes eram ocupados por índios” (2013, p. 48).

Já no início da década de 1820, em diversas passagens, Saint-Hilaire se referia as milícias e regimentos compostos por guaranis, dentre elas, destacamos este relato:

ESTÂNCIA DE SANTOS REIS, 2 de março [de 1821]. – Faz doze anos, começou-se a formar o regimento dos guaranis, composto hoje de quinhentos e tantos homens considerados somente soldados. Excetuados o coronel e o major, todos os oficiais são guaranis. [...]. A guerra, oferecendo-lhes ocasião de praticarem a pilhagem, contribuiu ainda para lhes dar gosto pela vida militar, demonstrando que era tal vez aquela que mais lhes convinha. [...]. Eles se distinguiram em diversas circunstâncias.

Portugal lhes deve grande parte dos sucessos obtidos na batalha de Taquarembó (2002, p. 278).

Já no ano de 1832, em pleno período imperial, em cópia de uma ata de sessão extraordinária do Conselho Administrativo realizada no dia 21 de julho de 1832, anexada a uma carta, datada do dia 24 do mesmo mês e ano, remetida por Manoel Antônio Galvão a Sebastião Barreto Pereira Pinto, se fez referência a um Regimento de Cavalaria de 2ª linha composto por índios que estava estacionado na fronteira de Missões. Vejamos um trecho desta ata:

Leram-se todos os papéis algumas reflexões expendidas pelo Conselho e pelo Exmo. Marechal Comandante das Armas a quem o senhor Presidente convocou para assistir a sessão e prestar os devidos esclarecimentos na matéria. Submeteu o esmo senhor à resolução do Conselho os seguintes quesitos. Primeiro, se convinha retirar o *Regimento nº 25 de Cavalaria de 2ª Linha estacionado em Missões por ser todo composto de índios* que pela sua volubilidade pode tomar parte em alguma empresa que projetem os chefes e oficiais do estado vizinho que se asilarem nesta Província.¹⁵⁵

Além disso, o Sargento Hilário Aray não foi o único guarani a ter tido sua patente militar registrada nos assentos de batizados da Matriz de São Francisco de Borja. No livro 1-B de batismos (1829 – 1837) encontramos ainda mais: 03 sargentos, Barnabé Baive, Claudio Irabuy e Pedro Aray; 01 tenente, José Patrício Ibamemby; e 01 capitão, João Bity.¹⁵⁶ A marcante presença dos guaranis no universo militar desde os primórdios das reduções reforça o argumento de que este grupo mantinha vigorosas interações, ora de cooperação, ora de conflito, com os diversos grupos sociais que integravam a sociedade envolvente. A perene possibilidade de contendas na fronteira meridional do Brasil conferia relevante importância à hierarquização produzida pelas forças de segunda linha (milícias e, depois, Guarda Nacional) e proporcionava prestígio a muitos dos sujeitos que se engajavam nas campanhas militares.

Pelo que vimos até aqui dos fragmentos da trajetória do guarani Hilário Aray, notamos que o auge de seu prestígio se deu entre 1830 e 1838, período no qual foi bastante requisitado para ser padrinho e conseguiu estabelecer laços de compadrio com alguns potentados locais.

¹⁵⁵ Coleção Varela (CV – 5024); GALVÃO, Manoel Antônio. Publicado em Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Vol. 09, p. 112 – 113. [*grifos nossos*]. A referência da carta é CV – 5023; GALVÃO, Manoel Antônio. Publicado em Anais do AHRs, Vol. 09, p. 111. Agradecemos ao Professor Eduardo Neumann pela gentileza de nos ter indicado e disponibilizado cópias catalogadas destes documentos.

¹⁵⁶ ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837).

Porém, em 1846 ele apadrinhou um escravo, e como já colocamos não foi identificado com sua patente militar e nem como guarani. O prestígio guerreiro dos guaranis parece não ter resistido à consolidação das fronteiras nacionais após o fim da Guerra da Cisplatina em 1828. Ao longo da década de 1830 como mostra a ata anexada à carta de Manoel Antonio Galvão eles passaram a ser vistos com desconfiança e foram paulatinamente sendo desmobilizados. Neste contexto, para Hilário Aray, agora não mais saudado como sargento, parece ter sido bastante importante as alianças que havia conseguido tramcar no momento em que desfrutava do seu prestígio militar.

Como já pudemos notar pelo registro de batismo do escravo Adam ocorrido em 1846, Hilário Aray não migrou da zona das Missões. Ele não só permaneceu na região como se estabeleceu como um *oficial de justiça servindo de porteiro dos auditórios da hasta pública*. Entre 1842 e 1854, encontramos quatro referências a Hilário Aray em distintos inventários *post-mortem*.¹⁵⁷ Nestes documentos encontramos mais uma relevante informação que nos ajuda a entender sobre outro recurso que possibilitou que este guarani pudesse se colocar na burocracia imperial. Para além das alianças com alguns potentados locais, que certamente influenciaram em sua inserção no cargo que exercia, Hilário Aray era letrado. Para o contexto das reduções jesuíticas, Eduardo Neumann defende que “a alfabetização praticada nas reduções, mesmo restrita a uma elite, promovia sociabilidades inéditas, permitindo novos modos de relação com outros e os poderes” (2004, p. 45). Portanto, no contexto da primeira metade do século XIX, ao dominar a leitura e a escrita da língua, Hilário Aray se colocou como elite não só entre os guaranis, mas entre toda a população que em sua grande maioria era analfabeta. Além de seu prestígio militar, o domínio deste recurso, provavelmente, fez com que a proximidade com ele fosse valorizada pelos demais guaranis. Isto explica em parte porque era interessante aos demais guaranis estabelecerem laços de reciprocidade com ele. Ao que tudo indica, Hilário Aray era um mediador cultural entre os guaranis missioneiros e as esferas mais distantes da sociedade envolvente, situação que lhe conferia poder entre os guaranis e que o valorizava aos olhos dos potentados luso-brasileiros. Ao dominar a leitura e a escrita do idioma português ele pode interagir em outros campos que acabavam sendo inacessíveis para outros guaranis analfabetos e isto, conseqüentemente, como bem colocou

¹⁵⁷ Inventário de Manoel Gomes da Silva e sua mulher Rosa Maria Soares. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1842, processo: nº 1211, APERS. Inventário de Manoel Pereira da Luz. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, ano: 1846, processo: nº 3, APERS. Inventário de José Ferreira Machado. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1854, processo: nº 79, APERS. Inventário de Manoel dos Santos Loureiro. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: Itaquí, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1854, processo: nº 51, APERS.

Neumann, acabou fazendo com que pudesse se envolver em sociabilidades que o colocava muito próximo dos sujeitos mais poderosos daquela região. Certamente, a proximidade com estes sujeitos proporcionou a Hilário Aray e seu grupo familiar razoáveis recursos materiais com os quais conservaram condições de vida minimamente aceitáveis. Desta forma, diferente de muitos outros guaranis e mestiços, Hilário Aray e sua família não precisaram migrar do espaço missioneiro.

Para encerrar esta análise, cabe ainda colocarmos que o Tenente José Patrício Ibamimby teve uma trajetória muito semelhante à de Hilário Aray. José Patrício também era letrado, foi ele, por exemplo, que transcreveu a declaração da venda da Estância de São Vicente que examinamos acima. Entre 1830 e 1833, fora requisitado para ser padrinho em seis oportunidades.¹⁵⁸ Seu filho foi batizado pelo Vigário Antonio Pompeo Pais¹⁵⁹ em novembro de 1831, e por bom tempo exerceu a função de escrivão do Juiz de Paz. Logicamente, que as trajetórias de Hilário Aray e José Patrício Ibamimby nos apresentam sujeitos que conseguiram dominar recursos importantes e conseguiram se adaptar a um contexto pouco favorável à população de ascendência guarani. No entanto, nos mostram que não é descabido pensar que muitos guaranis e mestiços tiveram possibilidades de continuar na região das Missões mantendo intensas interações com os demais agentes sociais dentro dos sistemas normativos da sociedade envolvente. Em uma passagem de seus relatos, Auguste de Saint-Hilaire escreve o seguinte:

o índio, a que me referi anteriormente, é, entre os de sua raça, uma notável exceção. Além de saber ler e escrever, fala bem o português, anda bem vestido e é honesto; goza de certa riqueza; possui uma estância, cavalos e gado; disseram-me que administra metodicamente seus negócios e casou suas filhas com homens brancos ([1821] 2002, p. 329).

O naturalista francês se surpreende com um sujeito indígena que havia conseguido se estabelecer como produtor, dominava o idioma português, tanto em fala quanto em leitura e escrita, e mantinha estreitas relações com a sociedade envolvente, inclusive, casando suas filhas com homens daquela sociedade. Para Saint-Hilaire, este indivíduo se configurava em um desvio da regra. Entretanto, cremos não ser despropositado considerar que as trajetórias de Hilário Aray e José Patrício Ibamimby sejam apenas dois exemplos de tantas outras

¹⁵⁸ ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 15v [1830]; F 20v [1830]; F 23v [1830]; F31v [1831]; F67f [1833]; F 75v [1833].

¹⁵⁹ ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 42v [1831]. Não podemos afirmar que este foi o único filho que teve José Patrício Ibamimby.

experiências históricas de guaranis que, infelizmente, não deixaram vestígios. Neste sentido, o índio referido por Saint-Hilaire deixa de ser uma notável exceção. E ainda que as trajetórias destes sujeitos não tenham se constituído como a norma, várias das experiências vividas por eles estiveram dentro do horizonte de possibilidades para muitos dos indivíduos de ascendência guarani que compunham aquela sociedade.

Até aqui conseguimos perceber a significativa representatividade da população guarani e mestiça em relação ao universo populacional da região. Além disso, pudemos perceber a inserção de indivíduos com ascendência guarani no mínimo em quatro esferas sociais distintas, mas com intensa interação com os demais sujeitos da sociedade envolvente, na religiosa, na militar, no campo de alianças sociais e compondo a burocracia do Estado imperial.¹⁶⁰ Obviamente que muitos destes sujeitos com ascendência guarani estavam inseridos nas atividades produtivas, porém, como já expomos em nota de rodapé, este tema será analisado no decorrer do próximo capítulo.

Considerações Parciais

Neste capítulo, buscamos traçar um perfil demográfico da Vila de São Borja, com especial atenção sobre o núcleo populacional cativo que havia se constituído naquele espaço. Além das estatísticas da época, que se caracterizam por sua fragilidade e porosidade, lançamos mão de registros paroquiais de batismos e inventários *post-mortem*.

Por meio dos levantamentos demográficos do início e de meados do século XIX pudemos conjecturar que a necessidade de se dispor de trabalhadores estáveis externos ao grupo familiar, até mesmo entre os produtores mais modestos, fez com que se formasse na região das Missões um importante contingente populacional escravo desde o início do povoamento luso-brasileiro nas primeiras décadas do Oitocentos. Este, por sua vez, em contraste com a região da Campanha sul rio-grandense, parece ter sido menos representativo no universo da população. O que, em nosso entendimento, se deu devido a maior pujança econômica desta região em relação à zona das Missões. Em contrapartida, a proporção de cativos diante o conjunto populacional da Vila de São Borja se assemelhou ao verificado para outras regiões de pecuária do Império como, por exemplo, a freguesia de Guarapuava localizada no oeste da província do Paraná.

¹⁶⁰ Em uma Ação Ordinária do ano de 1832 que será examinada no capítulo seguinte, encontramos Inácio Ajuaré, outro guarani letrado, que servia de porteiro do Juízo de Paz da Freguesia de São Francisco de Borja. Ação Ordinária nº 442, maço nº 22, estante nº 95, Cartório do Cível, APERS.

Os dados censitários do fim da década de 1850 retrataram que tanto a população livre, quanto a escrava se caracterizaram pelo equilíbrio entre homens e mulheres. Fato que, no que diz respeito à população cativa, indica que era composta predominantemente por crioulos. Circunstância que, por sua vez, foi comprovada através das informações oriundas dos assentos batismais e inventários. Todavia, esse equilíbrio foi se processando ao longo da primeira metade do Oitocentos, uma vez que no início da década de 1830 ocorreu um importante influxo de africanos, a maioria do sexo masculino, na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro. No entanto, esta entrada de africanos na região parece ter ficado restrita a este período específico.

Por outro lado, mesmo sem o batismo de africanos após a década de 1830, o fluxo de batizados de escravos crioulos na Matriz de São Francisco de Borja foi constante durante todo o período abordado, o que indica a existência de um núcleo populacional estável de cativos naquela Vila. Além disso, notamos através dos inventários o processo de envelhecimento da população africana, a qual não vinha sendo repostas. Ao mesmo tempo, a reprodução natural da população cativa gerava uma população crioula que se conservava jovem. Em consequência desses processos, a taxa de razão de masculinidade da população escrava inventariada se reduziu significativamente entre 1828 e 1858, desencadeando aquele contexto de equilíbrio entre o número de homens e mulheres escravos na década de 1850. Relacionando estas interpretações, concluímos que a reprodução natural foi a principal responsável pela conservação daquele núcleo populacional estável de escravos.

Constatamos também que o contingente de escravos africanos na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro não era desprezível, e se assemelhava a outras regiões pastoris do Império como o Agreste e Sertão de Pernambuco. Sendo assim, nos concentramos na análise das características dos cativos africanos que foram batizados na Matriz de São Francisco de Borja e na Capela da Vila de Alegrete. Como já foi enfatizado, em primeiro lugar, percebemos que os batismos se concentraram, sobretudo, no ano de 1830. Fato que insinua uma influência da conjuntura de apreensão sobre o fim do comércio transatlântico de escravos africanos que havia na segunda metade da década de 1820. Conforme a expectativa, tanto em termos proporcionais, quanto em números absolutos, a presença africana na Campanha foi maior do que na zona das Missões.

A análise da idade com que estes cativos africanos eram batizados nos fez perceber que expressiva parte destes ainda eram crianças quando chegavam à fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro. Entendemos que isto insinua que a iniciação dos escravos nas atividades produtivas em regiões pastoris (ao menos no Rio Grande de São Pedro) se dava

numa faixa etária mais próxima dos 10 anos do que dos 15 anos, idade considerada por significativa parcela da historiografia como princípio da idade produtiva dos cativos. Ademais, em que pese às limitações impostas pela oferta do comércio negreiro nas paragens meridionais do Império brasileiro, cremos que os escravistas sul rio-grandenses conseguiram conciliar a oferta de crianças africanas com as necessidades do processo produtivo pastoril, haja vista que seria mais fácil ensinar as lidas campeiras às crianças do que para os adultos.

Por fim, não se pode descartar que a chegada de considerável de crianças africanas no momento de maior ansiedade sobre o fechamento do comércio negreiro tenha sido uma estratégia senhorial para manter a escravidão pelo máximo de tempo possível, comportamento este que Florentino (2008) percebeu entre os fazendeiros fluminenses. Todavia, conforme demonstrou Berute (2006), a aquisição de crianças africanas ocorria no Rio Grande de São Pedro desde a última década do século XVIII. Neste sentido, cremos que a chegada de crianças africanas passava por uma complexa combinação dos fatores acima elencados, não se resumindo apenas a uma resposta compulsória aquela conjuntura de apreensão sobre o encerramento do comércio africano de escravos.

Encerrando o capítulo, procuramos demonstrar que embora a população com ascendência guarani estivesse passando por um processo de dispersão da região das Missões, ela ainda representava significativa parte do conjunto populacional que habitava aquele espaço. O exame dos registros de batismos mostrou que em sua maioria esta população ainda continuava a buscar pelo primeiro sacramento católico e, por meio deste, procurava constituir laços de reciprocidade e dependência com sujeitos estabelecidos em patamares mais elevados da hierarquia social.

O cotejo com outros documentos nos levou a explorar a trajetória do guarani Hilário Aray. Por meio desta, percebemos alguns dos diversos campos sociais que se abriam, ou fechavam, para os guaranis e mestiços dependendo dos recursos que possuíam ou conseguiam acessar. Dentre estes campos, destacaram-se: o serviço militar, que podia proporcionar prestígio guerreiro aos indivíduos mobilizados; a formação de alianças sociais através do compadrio, mostrando a utilização estratégica e, até mesmo, pragmática da esfera religiosa; e o restrito, mas possível, ingresso em atividades da burocracia Imperial. Em que pese que a trajetória analisada fosse de um sujeito que, talvez, fizesse parte da elite guarani, acreditamos que ela pode elucidar algumas dos campos de interações em que os guaranis e mestiços se inseriam ou podiam se inserir, caso reunissem recursos suficientes. Pela reunião destes recursos e pela capacidade de se adaptar aos sistemas normativos da sociedade envolvente passavam as possibilidades de continuar na região das Missões ou então migrar dela.

CAPÍTULO 3

MUITAS MÃOS À OBRA

Passando pelo Espaço Oriental Missioneiro em 6 de fevereiro de 1821, Auguste de Saint-Hilaire relatou no seu diário de viagem a passagem abaixo:

os estancieiros desta região *que não têm escravos* aproveitam a emigração dos índios para ficar com alguns como peões. Os guaranis são, segundo testemunho geral, muito indicados para esse serviço; montam bem a cavalo, gostam imensamente desse exercício e muitos sabem domar cavalos. Sua perfeita docilidade é outra condição que os faz procurados para trabalhar nas estâncias (SAINT-HILAIRE, [1821] 2002, p. 305-306) [*grifos nossos*].

Em primeiro lugar, é interessante notar que Saint-Hilaire relata que “os estancieiros desta região *que não têm escravos* aproveitam a emigração dos índios para ficar com alguns como peões” ([1821] 2002, p. 249) [*grifos nossos*]. Ora, se o viajante francês escreveu que havia *estancieiros que não tinham escravos*, é porque, seguramente, também existiam estancieiros que os possuíam.

Em segundo lugar, conforme Paulo A. Zarth ([1994] 2002, p. 116), foi a partir da interpretação que Fernando Henrique Cardoso ([1962] 2003) fez de diversos fragmentos como este da obra do viajante francês que se difundiu largamente a ideia da inexistência de cativos de ascendência africana no Espaço Oriental Missioneiro. Em diversas passagens de sua tese Cardoso argumenta neste sentido:

no século XIX os viajantes que percorreram as áreas recém-incorporadas à Província ou à Capitania registraram a presença dos negros nas atividades econômicas. Estas observações são válidas mesmo para *as regiões missioneiras e para as fronteiras de Corrientes e do Uruguai, onde a abundância de mão-de-obra indígena tornava praticamente desnecessária a escravidão negra* (CARDOSO, [1962] 2003, p. 60) [*grifos nossos*].

Em outro trecho, o autor coloca que:

depois que Saint-Hilaire visitou a Cisplatina, retornou ao Brasil pela fronteira do Rio Uruguai, marginando-o acima do Ibicuí. Nesta região, demandando as Missões, não registra a presença de negros nas estâncias. [...]. *Nas margens do Uruguai e nas Missões os peões eram,*

pois, índios. Utilizavam-se os índios, algumas vezes a troco de salários que variavam de oito a doze patacas por mês (CARDOSO, [1962] 2003, p. 73-74) [*grifos nossos*].

Ao encerrar sua argumentação sobre a utilização de escravos negros, Fernando Henrique Cardoso defendeu que:

em suma, os dados indicados parecem confirmar que o escravo negro supriu basicamente o mercado de trabalho nas zonas de povoamento antigo. Nessas, tanto nas lides urbanas como na agricultura e na atividade pastoril – a partir do momento em que a criação se transformou em faixa rotineira que se contrapunha às antigas arreadas impetuosas – houve o aproveitamento regular da mão-de-obra escrava. Nas áreas que se incorporaram à economia rio-grandense nos fins do século XVIII e primórdios do século XIX, onde se repetia, neste período, a aventura da conquista e da preia ao gado, a presença do negro foi mais ocasional que rotineira, sendo mais aproveitado na qualidade de doméstico que na de peão (CARDOSO, [1962] 2003, p. 76-77).

Porém, para o autor:

excetuam-se deste quadro, finalmente, a zona missioneira das fronteiras do Uruguai e da Argentina (tão móveis, então) onde a influência das reduções jesuíticas havia sido dominante. Nestas últimas à medida que as diversas regiões que a compuseram foram sendo incorporadas à economia luso-brasileira, uma espécie de escravidão dissimulada sujeitava os indígenas ao trabalho nas estâncias. Posteriormente, a partir do segundo quartel do século XIX, o desenvolvimento da economia pastoril e a incorporação efetiva das ‘zonas fronteiriças’ [...] ao sistema político e administrativo do Rio Grande redefiniram o padrão de organização da atividade econômica das estâncias da região, no sentido do emprego de mão-de-obra indígena na condição assalariada (CARDOSO, [1962] 2003, p. 77) [*grifos do autor*].

Com base nestes argumentos, Jacob Gorender ([1978] 1988, p. 437), em seu estudo clássico sobre o escravismo colonial, adotou esta mesma perspectiva sobre a mão-de-obra na região das Missões. Paulo Zarth já havia notado esta circunstância ([1994] 2002, p. 116). Por sua vez, Mario Maestri Filho (1984, p. 45-53), abordando as regiões pastoris de fronteira do Rio Grande de São Pedro, retomou o argumento de Décio Freitas (1979; 1980) sobre a inviabilidade da manutenção de um aparato de vigilância e coerção na atividade pecuária nestes espaços. Nesse sentido, o autor defendeu que, sempre que possível, os guaranis

missioneiros e os gaúchos castelhanos foram incorporados às práticas pastoris. Como veremos, os guaranis missioneiros e mestiços se fizeram presentes nas atividades produtivas da região das Missões ao longo do período examinado neste estudo. No entanto, a presença destes sujeitos não necessariamente excluía o emprego de escravos pelos produtores.

Parece-nos que Fernando Henrique Cardoso acabou interpretando as passagens de Saint-Hilaire de maneira literal. Sendo assim, concluiu que o grosso da mão-de-obra empregada nas estâncias estabelecidas na região das Missões teria sido composta por guaranis, os quais em grande medida seriam remanescentes das sete povoações missioneiras. Além disso, o consenso sobre a ausência de escravos nessa região foi elaborado a partir de uma vulgar generalização temporal. É importante lembrar que Auguste de Saint-Hilaire viajou pelo Rio Grande de São Pedro – incluindo a província de Missões – e pela então Província da Cisplatina (1820 – 1828) – atual República do Uruguai – entre os anos 1820 e 1821. Entretanto, a partir de seus relatos acabou se produzindo um consenso histórico para todo o período escravista do século XIX. Para Zarth, a observação de tal viajante francês “não pode ser generalizada para todo o período oitocentista, como fizeram vários autores” ([1994] 2002, p. 117).¹⁶¹

Contudo, é necessário, também, que se faça justiça a Fernando Henrique Cardoso e a Mario Maestri Filho. Mesmo que tenham sido praticamente conclusivos sobre a ausência da escravidão negra no Espaço Oriental Missioneiro, no que se refere ao emprego de cativos no restante das regiões pastoris sul rio-grandenses, ambos os autores alertaram para a falta de estudos monográficos que explorassem a documentação coeva. Em sua tese datada de 1962, Cardoso sublinhou que, “o levantamento sistemático dos inventários e testamentos dos estancieiros gaúchos poderia trazer muita luz para a compreensão da atividade e da organização das estâncias. Infelizmente esta documentação jaz inédita nos arquivos” (CARDOSO, [1962] 2003, p. 95-96 [nota 49])¹⁶². Duas décadas mais tarde, Maestri Filho voltou a sugerir que “respostas definitivas sobre o papel do escravo nos pampas, principalmente nos últimos decênios do séc. XVIII, só serão alcançadas com a publicação e tratamento sistemático dos papéis desta época, principalmente os inventários”. Helen Osório já havia enfatizado estas ressalvas feitas por Cardoso e Maestri Filho. Segundo a autora,

¹⁶¹ Paulo A. Zarth não especifica quem são esses *vários autores*. Entretanto, acreditamos que ele esteja se referindo, principalmente, a Fernando Henrique Cardoso, Décio Freitas e Mario Maestri Filho.

¹⁶² A nota 49 do capítulo 1 está referenciada na página 76.

“ainda que, em 1962, Cardoso sugerisse, em seu livro, a utilização de inventários e testamentos para dirimir a questão, pouco foi feito ([1999] 2007, p. 148 – 149).¹⁶³

Até esta constatação ter sido feita por Helen Osório, somente Paulo Afonso Zarth ([1994] 2002) tinha se dedicado a examinar o caráter escravista da pecuária sul rio-grandense através de documentos contemporâneos como, por exemplo, os inventários *post-mortem*. Depois dos estudos pioneiros de Zarth seguiram-se as importantes pesquisas de Helen Osório, Luís Augusto Farinatti e de diversos outros autores que na última década vêm demonstrando o caráter escravista das regiões de pastoreio do Rio Grande de São Pedro.¹⁶⁴

No que tange a existência da mão-de-obra escrava na região das Missões, Zarth foi o primeiro autor a mostrar que a utilização de escravos nos estabelecimentos produtivos de tal área foi significativa e constante.¹⁶⁵ Para ele,

não há motivos para supor que os estancieiros da região das Missões não utilizassem cativos. Estâncias pastoris, como quaisquer outras, faziam parte de uma sociedade que adotava um modelo produtivo no qual o uso de escravos era algo comum. Seria muito estranho que, numa mesma província, numa mesma atividade econômica, ocorressem dois sistemas distintos de relações de trabalho. Ao contrário, as fontes levantadas revelaram a presença regular de escravos nos estabelecimentos da região ([1994] 2002, p. 117).

No entanto, em sua pesquisa, Zarth abordou todo o Rio Grande de São Pedro e não exclusivamente a região das Missões. Portanto, o autor não desenvolveu uma pesquisa sistemática sobre larga base empírica da região. Ademais, as fontes compulsadas pelo autor se referem apenas a segunda metade do Oitocentos, logo, suas análises não contemplam o período anterior a 1850.

Neste capítulo, amparados por amplo alicerce documental, procuramos realizar uma rigorosa análise sobre o trabalho escravo nesta região. Contudo, não deixamos de examinar as outras formas de mão-de-obra que compunham a estrutura produtiva de tal espaço. Começamos nosso exame buscando perceber a legitimidade social da escravidão, para isso, averiguamos a disseminação da posse de escravos pela malha socioprodutiva da região. No segundo subcapítulo, nos concentramos na análise da estrutura de posse de cativos através dos documentos mais indicados que dispomos, isto é, os inventários *post-mortem*. Por

¹⁶³ Na nota 124 da página 149, Osório citou os mesmos fragmentos de Cardoso e Maestri Filho.

¹⁶⁴ Oportunamente realizaremos uma revisão historiográfica das pesquisas que tratam sobre a escravidão nas áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro. Nesta introdução o foco se dá sobre a presença de cativos na região das Missões.

¹⁶⁵ ZARTH ([1994] 2002, p. 116 - 123).

consequente, com o cruzamento entre os dados dos inventários e dos registros paroquiais, documentos socialmente mais representativos, procuramos mostrar que a escravidão desfrutava de ampla legitimidade social e que todas as camadas sociais eram bastante comprometidas com ela. Seguindo para o subcapítulo 3.4, examinamos a presença dos escravos em distintas atividades produtivas, com especial atenção ao envolvimento dos trabalhadores cativos no pastoreio. No subcapítulo 3.5, tratamos da dinâmica do trabalho livre a partir dos vestígios sobre peões assalariados e da pequena produção com caráter familiar. Por fim, abordamos a importante presença de guaranis e mestiços na malha produtiva da região ao longo do século XIX.

3.1 Muitos senhores de escravos

Vimos no primeiro capítulo que os escravos enquanto bens de produção representavam cerca de um quinto do patrimônio produtivo dos produtores da região das Missões. Já no segundo capítulo pudemos perceber que desde o início do povoamento luso-brasileiro na região das Missões os cativos se fizeram presentes e, ao longo da primeira metade do século XIX se constituiu um núcleo populacional cativo que se conservava por meio da reprodução natural. Passaremos a partir de agora a examinar o quanto a posse de escravos esteve difundida pela malha produtiva da Vila de São Borja.

Porém, antes de iniciarmos nossa análise, precisamos fazer uma retratação. Em trabalho anterior,¹⁶⁶ através de uma estimativa feita por meio dos *Catálogos da Escravidão do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (doravante, Catálogos do APERS),¹⁶⁷ apuramos que em torno de 55% dos processos de inventários *post-mortem* abertos na Vila de São Borja entre 1828 e 1849 eram de proprietários de escravos. Todavia, com o consequente prosseguimento e refinamento da pesquisa, nos deparamos com diversos processos de produtores escravistas que não constam nos Catálogos do APERS.¹⁶⁸ Desse modo, para o

¹⁶⁶ FONTELLA (2012).

¹⁶⁷ Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança /** Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

¹⁶⁸ Inventário de Maria Marta Cabral e Santiago Aquino. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo n°: 03, APERS; Inventário de Felisberto Leite Cavalheiro e Ezequiela Maria. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1840, processo n°: 12, APERS; Inventário de Sezefredo Antônio de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo n°: 16, APERS; Inventário de José Pedro Souto. Fundo 102, Comarca

mesmo período, por meio de nossa amostragem de todos os inventários abertos em anos pares, averiguamos que de 48 processos, em 43 deles haviam escravos arrolados. Em termos percentuais, este número representa aproximadamente 90%, ou seja, bastante superior aos 55% estimados através dos Catálogos do APERS. Além disso, como nossa pesquisa se estende até o fim da década de 1850, encontramos mais 8 processos com escravos que não constam nos Catálogos do APERS.¹⁶⁹ Neste intervalo, levantamos 62 inventários, dos quais 49 (79%) de produtores escravistas.¹⁷⁰

Feitas estas ponderações, partiremos para as análises a disseminação da posse de escravos. Como já colocamos, entre 1828 a 1850, cerca de 90% dos inventários tiveram escravos arrolados, enquanto que entre 1851 a 1858, foram 79%. Considerando todo o período, 1828 a 1858, os inventários de escravistas representam aproximadamente 84%. Número semelhante aos 87% que Helen Osório (2005) encontrou para toda a Capitania do Rio Grande de São Pedro para o período colonial (1765 – 1825). Na Vila de Rio Pardo, entre 1810 e 1835, cerca de 90% dos proprietários inventariados possuíam ao menos um cativo (PETIZ, 2009, p. 85). Gabriel Aladrén (2012, p. 99), analisando as regiões de Cachoeira, Rio Pardo e Jaguarão no intervalo entre 1821 e 1840, também constatou que 92% dos inventariados eram senhores de escravos. André do Nascimento Corrêa (2013) dedicou-se a analisar a estrutura agrária e escravista na localidade de Caçapava entre 1821 e 1850, região

de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1846, processo nº: 22, APERS.

¹⁶⁹ Inventário de Felizarda Dias Vieira. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, ano: 1852, processo nº: 11, APERS; Inventário de Gabriel Domingues de Carvalho e Ana Maria de Carvalho. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1852, processo nº: 64, APERS; Inventário de José Nunes de Oliveira. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1852, processo nº: 66, APERS; Inventário de Manoel dos Santos Loureiro. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: Itaqui, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1854, processo nº: 51, APERS; Inventário de Romualdo José Pinto. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1856, processo nº: 109, APERS; Inventário de Joaquina Maria de Lima. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: Itaqui, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1856, processo nº: 64, APERS; Inventário de Justina Maria da Conceição. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1858, processo nº: 126, APERS; Inventário de Maria Clara de Jesus. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1858, processo nº: 129, APERS.

¹⁷⁰ Esclarecemos que nosso objetivo não é criticar o extraordinário trabalho de catalogação realizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) através do projeto documentos da escravidão. Os catálogos contendo verbetes são ótimas ferramentas de auxílio para os pesquisadores e ajudam a dinamizar a investigação. É compreensível que se encontre pequenas falhas em um projeto tão grandioso que buscou levantar e catalogar em verbetes todos os documentos que tivessem referências a escravos. Em verdade, por meio de nossa experiência, queremos alertar para a utilização equivocada dos Catálogos, estes devem ser tomados como instrumentos assistenciais para a prospecção dos documentos, mas não podem ser tomados enquanto tais, para que não se venha a cometerem-se sérios equívocos.

próxima a Vila do Rio Pardo. Este autor verificou que ao longo destas três décadas cerca de 88% dos processos de inventários abertos naquela localidade possuíam escravos arrolados. Como veremos logo adiante, os resultados averiguados por Corrêa são superiores aos números vistos por Luís A. Farinatti para a Campanha sul rio-grandense, região de pecuária de maior vulto em todo o Rio Grande de São Pedro. Este dado nos impele a refletir sobre o papel fundamental que o sistema escravista desempenhou em localidades com estruturas econômicas modestas e até mesmo pauperizadas.

Para Alegrete, Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010a) verificou que nas três décadas entre 1831 e 1860 o percentual dos criadores de gado que possuíam escravos foi de 86%, 82% e 85% respectivamente. Estes valores se aproximam do percentual de 84% averiguados para São Borja de 1828 a 1858. Contudo, nesta há uma tendência de diminuição dos inventários com escravos, enquanto que naquela, o índice se mantém quase no mesmo patamar. É importante notar também que Farinatti considerou apenas inventários de criadores de gado, enquanto que neste estudo levamos em conta todos os produtores rurais, inclusive aqueles que não praticavam o pastoreio bovino. Este fato torna ainda mais significativo os dados levantados para São Borja, uma vez que a proporção de inventários com escravos tende a ser maior entre o grupo de criadores de gado *vacum* do que entre o universo total de produtores rurais. Por sua vez, Thiago Araújo (2008) averiguou que em Cruz Alta entre 1834 e 1850, 73% dos processos de inventários tinham escravos, e na década de 1850, eles eram cerca de 76%. Portanto, em ambos os períodos os números vistos para o Planalto sul rio-grandense são inferiores ao averiguados para São Borja (90% entre 1828 e 1850 e 79% na década de 1850). Nesse sentido, podemos afirmar que em relação à difusão da posse de escravos, o espaço missioneiro (São Borja) reproduzia a estrutura do Rio Grande de São Pedro colonial, e se aproximava mais da região da Campanha (Alegrete) do que a região do Planalto sul rio-grandense (Cruz Alta).

Em outras áreas de pecuária do Império as representatividades dos produtores escravistas estiveram próximas daquela que constatamos para a zona das Missões. Raimundo N. R. de Souza (2012) verificou que no período colonial (1709 – 1822) no Sertão do Acaraú, região norte do Ceará, 87% dos inventários abertos possuíam escravos avaliados. Examinando um longo período que vai de 1770 a 1887, Versiani e Vergolino (2003) constataram que no Sertão e Agreste de Pernambuco 83% e 73%, respectivamente, dos proprietários inventariados eram senhores de escravos. Em Rio das Contas na Bahia, “região essencialmente rural, com uma economia baseada na agricultura, pecuária, e voltada para a subsistência de abastecimento dos mercados vicinais [...]” (ALMEIDA, 2006, p. 21), ao longo do século XIX,

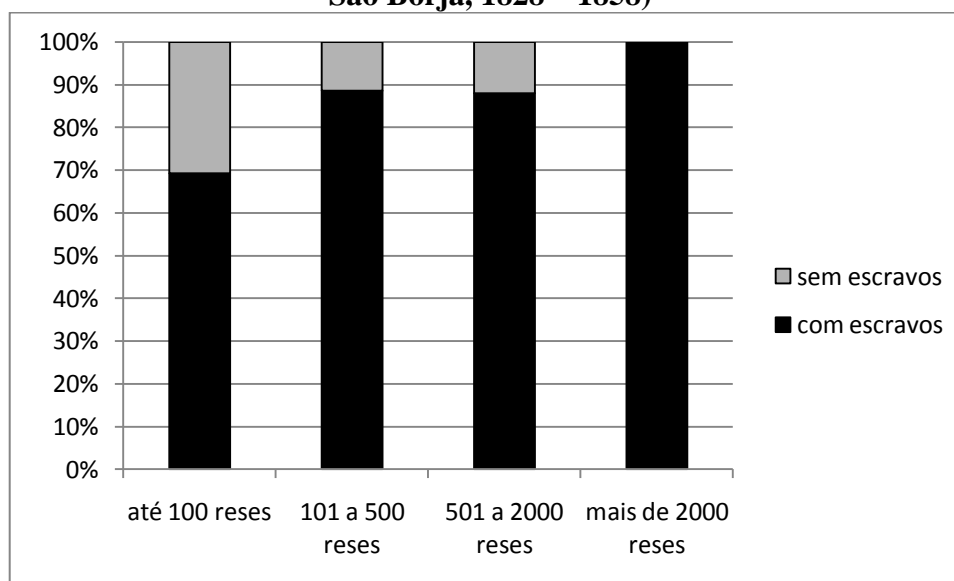
88% dos inventariados eram senhores de escravos. Em contrapartida, nas regiões pastoris da província do Paraná, a proporção de produtores escravistas esteve bem aquém dos averiguados no Rio Grande de São Pedro. Por meio de um documento intitulado de *Inventário dos Bens Rústicos* (um cadastro de terras), elaborado em 1818, Horácio Gutierrez (2006) verificou que em Castro e Palmeira, núcleos essencialmente pecuaristas da província do Paraná, o percentual de proprietários com escravos residentes foi de 52,4% e 39%, respectivamente. Na região de Campos dos Goitacazes, Sheila de Castro Faria averiguou que “de 301 criadores (que não produziam açúcar), 95 (32%) não tinham escravos. [...]. Dos 301 criadores, 77% (231) também faziam farinha de mandioca numa proporção mais escravista do que se tomados em conjunto: somente 24% (55) dos 231 não tinham escravos” (1998, p. 246). Além disso, a autora percebeu que os “criadores exclusivos de gado, quando escravistas, tinham mais escravos e gado do que os que consorciavam atividades” (1998, p. 246).

Em Pelotas, região onde concentravam-se as indústrias do charque, nas décadas de 1830 e 1840, 86,5% dos inventariados eram senhores de escravos (PINTO, 2012, p. 47). Nos anos 1850 esse índice praticamente não se alterou, segundo Bruno Pessi (2012), 87% dos inventários abertos naquela localidade tiveram escravos arrolados. Próximo dali, no porto de Rio Grande, cerca de 85% dos proprietários inventariados possuíam escravos entre 1825 e 1865 (SCHERER, 2008 p. 38).

Em que pesem as diferenças de períodos, podemos notar que em contraste tanto com áreas do próprio Rio Grande de São Pedro, quanto de outras regiões pastoris do Brasil, a zona das Missões foi marcada por uma expressiva presença de produtores escravistas. Refinando um pouco mais nosso exame, levando em consideração a envergadura dos produtores segundo a dimensão do rebanho bovino, poderemos ver que a presença de cativos foi expressiva em todos os estratos de criadores considerados.

De nossa amostra inicial de 110 inventários, excluímos 8 que não possuíam gado *vacum*. Dos 102 restantes, 87 tinham escravos arrolados, conseqüentemente, outros 15 não possuíam. Portanto, como temos argumentado, a posse de trabalhadores cativos não foi privilégio dos produtores mais bem aquinhoados. A mão-de-obra escrava foi bastante importante para a produção dos pequenos criadores, inclusive, na faixa daqueles que possuíam rebanhos com até 100 reses, e que tinham que obrigatoriamente se dedicar a outras atividades econômicas.

Figura 27 – Presença de escravos de acordo com a dimensão do rebanho bovino (Vila de São Borja, 1828 – 1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Helen Osório constatou “que entre os agricultores pastores (detentores de menos de 100 animais *vacuns*), 85% [dos inventariados possuíam cativos]” (2005, p. 10). Juntando as duas primeiras faixas da figura 27, verificamos que 80% dos inventariados com até 500 reses possuíam escravos na Vila de São Borja, índice semelhante aos 80,6% visto para Alegrete na década de 1850 (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 369). Em Cruz Alta, 72,8% dos criadores com até 100 reses e 95% dos que tinham entre 101 e 500 reses eram senhores de cativos (ARAÚJO, 2008, p. 41). O índice para o primeiro grupo se assemelha a que verificamos para São Borja, mas a proporção de senhores de escravos para o segundo grupo está um pouco acima. Contudo, a tendência geral de disseminação da posse cativa por todos os estratos sociais se manteve.

A partir dos dados da tabela 9, conseguimos ter uma melhor noção do comportamento da difusão da posse de escravos ao longo do período considerado nesta pesquisa.

Tabela 9 – Proporção dos criadores de gado *vacum* que possuíam escravos (Vila de São Borja, 1828 – 1858)

	1828 - 1840	1841 - 1850	1851 – 1858
até 100 reses	100%	86%	61%
101 a 500 reses	100%	83%	90%
501 a 2000 reses	100%	100%	75%
mais de 2000 reses	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

O fato de que no primeiro intervalo todos os criadores das quatro faixas de dimensões de rebanhos eram senhores de escravos reforça a ideia de que a mão-de-obra cativa foi essencial para que os produtores obtivessem trabalhadores estáveis nos primeiros momentos da estabilização do povoamento brasileiro na região das Missões. Considerando toda a faixa de pequenos criadores, ou seja, aqueles que tinham rebanhos com até 500 reses, constatamos que os índices para os três intervalos foram de 100%, 84% e 76%. Utilizando este mesmo critério, Farinatti averiguou que em Alegrete o percentual destes criadores que detinham escravos foi de apenas 60% para a década de 1830 e para as décadas posteriores foi de 66,7% e expressivos 80,6% ([2007] 2010a, p. 369).

Estes dados ajudam a desconstruir a tese clássica defendida por Fernando Henrique Cardoso ([1962] 2003) de que na região das Missões não teria sido necessário a utilização de escravos de procedência e ascendência africana dada à abundância de mão-de-obra indígena. Notemos que, na década de 1830, quando ainda havia importante contingente populacional guarani e mestiço na região das Missões, em todos os inventários de nossa amostragem foram descritos escravos. Se a tese de Cardoso estivesse correta, nesta década os índices de presença de cativos nos inventários teriam que ser os menores de todo o período analisado, uma vez que, guaranis e mestiços estariam sendo empregados nas atividades produtivas em detrimento dos escravos. Todavia, o que se verificou foi categoricamente o contrário. A presença de cativos nos estabelecimentos produtivos foi decrescendo ao longo do período, principalmente entre os pequenos produtores, e sequer diminuiu entre os grandes estancieiros. Isto indica que o estabelecimento e consolidação dos processos produtivos e o, conseqüente, sucesso do povoamento luso-brasileiro na região desde início do século XIX passou fundamentalmente pelo trabalho escravo como já havíamos sugerido ao problematizar os números do censo de 1814. Isto não significa dizer, no entanto, que indígenas, mestiços e outros peões livres não eram empregados nas estâncias. Com efeito, na maioria das unidades produtivas, devido às

peculiaridades das lidas pastoris, o trabalho cativo e o livre eram complementares e não excludentes.

Mas os dados da tabela 9 nos mostram ainda que ao longo de todo o período se processou uma significativa queda na proporção dos pequenos criadores com até 100 reses que detinham escravos. Se no primeiro intervalo todos os produtores desta faixa eram escravistas, no segundo, estes passaram a ser 86%, e no último caíram ainda mais, chegando ao índice de 61%. A queda mais acentuada entre o segundo e terceiro intervalos mostra que na conjuntura imediatamente após a proibição do tráfico transatlântico de escravos africanos, ocorrida no ano de 1850, os pequenos produtores foram os que maiores dificuldades tiveram em se tornar senhor de escravos ou, até mesmo, de se manter como tal. Muito provavelmente, nessa nova conjuntura, com o fim do ingresso de africanos pelo tráfico negreiro, a oferta de escravos sofreu um grave abalo em todo o Império, elevando os preços destes em todas as regiões. Logicamente que a elevação dos preços dos cativos colocou mais um obstáculo para que os produtores conseguissem adquirir escravos, e isto se potencializava ainda mais para aqueles de pequena monta. Porém, mesmo nesta conjuntura, 61% dos criadores com até 100 reses e 90% daqueles que tinham entre 101 e 500 reses eram proprietários de escravos. Sendo assim, neste ponto específico não podemos concordar com Paulo A. Zarth que afirmou que “o valor da produção de um pequeno ou médio era, certamente, insuficiente para adquirir e manter cativos” ([1994] 2002, p. 118).

Creemos que estes números indicam que o trabalho escravo era muito importante para as estratégias econômico-produtivas dos pequenos produtores e que, possivelmente, a reprodução natural da população cativa conferiu a estes uma possibilidade de se manterem como senhores de escravos com certo grau de autonomia frente à crise de oferta de cativos. Inspirado no estudo desenvolvido por Hebe Matos (2001), Luís Augusto Farinatti examinou que, na região da Campanha sul rio-grandense,

para a maioria dessas famílias [de pequenos produtores], não era possível atingir um patamar em que a reposição do trabalho escravo adquirisse uma regularidade, que pudesse desvincular esses pequenos senhores dos imperativos ditados pelas flutuações da mão de obra familiar, ao longo da vida. Os dados sugerem, ao contrário, que eram as condições do trabalho da família, suas estratégias e formas de organização, que estavam orientando seus cálculos quando, decidiam investir em escravos ([2007] 2010a, p. 433-434).

Os dados apresentados e analisados por este autor mostram que muitos destes modestos produtores detinham uma racionalidade econômica bastante distinta daquela que orientava os grandes estancieiros. Analisando o ciclo de vida familiar dos pequenos produtores, Farinatti percebeu que,

[...] quando os casais jovens com filhos crianças conseguiam comprar escravos, davam preferência a cativas mulheres, não apenas porque tinham menor preço, mas também porque elas poderiam ter filhos. Estes, ao crescerem, representavam um importante acréscimo de mão de obra no futuro, quando os senhores estivessem envelhecendo e a maioria dos filhos houvesse abandonado a unidade produtiva. [...]. Por sua vez, os casais maduros apresentavam índices mais expressivos de escravos-homens. [...]. Em parte, esses escravos-homens eram os próprios filhos das cativas, que chegavam então à idade adulta. Ao lado deles, estavam os escravos adultos que a prosperidade alcançada no apogeu da produtividade familiar permitia adquirir. Já o índice de crianças, nos dois casos [...], mostra como era difícil, para os pequenos produtores, adquirir cativos via mercado, com regularidade ([2007] 2010a, p. 433).

Portanto, dentro do campo da racionalidade econômica dos pequenos produtores, que não tinham condições de frequentemente adquirir cativos no mercado, especialmente após 1850, a própria reprodução natural dos cativos era um quesito a ser considerado na elaboração de estratégias econômico-produtivas, as quais para serem bem sucedidas, necessariamente, tinham que observar o ciclo de vida familiar. Percebam que não estamos afirmando que os pequenos produtores transformavam mecanicamente suas escravas em matrizes para a reprodução de outros escravos. Se estivéssemos fazendo isso, em se tratando de parcelas sociais que desempenhavam atividades de produção, sobretudo, com caráter familiar, teríamos primeiro que considerar a reprodução das mulheres da família como quase que estritamente voltada para reposição de braços para o trabalho.

Entretanto, parece inegável que a capacidade reprodutiva das mulheres cativas (e também das mulheres da família) esteve dentro de um horizonte de avaliação dos projetos familiares. Estes, por sua vez, eram compostos por complexas estratégias como a reprodução familiar e dos cativos, a diversificação das atividades produtivas, o investimento na aquisição de escravos no mercado, a contratação de mão-de-obra livre, a liberação para que sazonalmente os homens da família se empregassem como peões temporários nas estâncias de maior monta, etc. Nesse sentido, cremos que estes projetos, que precisavam avaliar distintas esferas da vida familiar e social, não obedeciam a racionalidades externas aquele mundo. Em

termos gerais, compreendemos que seguiam uma orientação próxima daquela que Giovanni Levi percebeu no Piemonte do século XVII. Isto é, os projetos familiares buscavam, em primeira instância,

a sobrevivência biológica do grupo [por meio de um melhor controle do meio natural e social – o qual proporcionasse maior previsibilidade e segurança diante às incertezas de um mundo de alto risco – e, posteriormente], a conservação do *status* social de uma geração para outra e, se possível, seu fortalecimento (REVEL, 2000, p.28).

Embora as análises de G. Levi, parcialmente, traduzidas no trecho acima por Jacques Revel, no clássico prefácio de *A herança imaterial* intitulado *A história ao rés do chão*, tenham sido feitas para um contexto bastante distinto do que tratamos, consideramo-las pertinentes para problematizar o comportamento dos pequenos produtores que estamos examinando. Cremos que, de forma semelhante às famílias piemontesas do século XVII, os modestos produtores da região das Missões do século XIX eram cotidianamente desafiados por um contexto de incertezas que ameaçava a própria reprodução biológica do grupo. Lembremos que estes sujeitos estavam imersos em um ambiente composto por diversos tipos de hostilidades como os frequentes conflitos bélicos, as disfunções ambientais como pragas e condições climáticas adversas, os desmandos de poderosos potentados locais, etc. e que o controle que possuíam sobre estas circunstâncias era bastante limitado. No sentido de se resguardar dessas inúmeras precariedades, aqueles sujeitos eram levados a elaborar complexas estratégias que elevassem seu controle sobre um universo natural e social hostil, aumentando o máximo possível à perspectiva de previsibilidade, garantindo-lhes maior margem de segurança frente às incertezas do ambiente natural e maior margem de manobra diante as pressões do mundo social.

Para isso, era essencial que no âmbito social estabelecessem relações de reciprocidade com quem pudesse lhes prestar solidariedade em momentos de dificuldade. Por seu turno, na esfera produtiva, foi fundamental contar com trabalhadores estáveis para garantir um nível seguro de renda na produção. Nesta última circunstância, cremos que o trabalho cativo tenha se transformado como a espécie de mão-de-obra mais segura para atender as demandas produtivas em uma conjuntura histórica em que o acesso ao trabalho livre era instável e caro. Assim, na impossibilidade de recorrer com regularidade ao mercado para adquirir cativos, muitas das expectativas dos pequenos produtores passaram a ser organizadas levando em consideração a capacidade reprodutiva das mulheres escravas, obedecendo ao ciclo de vida

familiar, o qual, por sua vez, tinha como uma de suas principais referências o período de fertilidade das mulheres do grupo familiar.

Estes projetos familiares desenvolvidos pelos pequenos produtores em significativa medida foram responsáveis pela pouca oferta de mão-de-obra livre. Com efeito, as possibilidades da produção autônoma e da comercialização de excedentes produtivos nos diversos circuitos comerciais existentes se tornaram em importantes obstáculos para a formação de um maciço contingente de indivíduos que teriam como alternativa quase que exclusiva a venda de sua força de trabalho aos grandes estancieiros (FARINTATTI, [2007] 2010a). Isto não significa dizer que muitos pequenos produtores e integrantes de sua família não se empregassem nos grandes estabelecimentos produtivos. No entanto, na maioria das vezes faziam isso em determinadas épocas do ano, quando as lidas campeiras (arreadas, castração e marcação do gado) exigiam maior número de braços do que os disponíveis pelos trabalhadores estáveis das estâncias.¹⁷¹ Sem dúvida esta estratégia fazia parte de um projeto mais amplo que, como defendemos, se orientava, em primeira instância, para garantir a reprodução biológica do grupo. Mas, para que os pequenos produtores e/ou seus filhos pudessem se afastar temporariamente das atividades produtivas de seus modestos estabelecimentos, para aproveitar os consideráveis salários pagos aos peões eventuais, se fazia necessário que pudessem ter a quem confiá-las. Em muitos casos, este alguém podia ser um ou mais escravos que a casa possuísse. Não se pode excluir, também, que os cativos podiam ser alugados para realizar os serviços sazonais nos grandes estabelecimentos produtivos. Encontramos em uma prestação de contas anexada a um inventário o pagamento de 20\$000 (vinte mil réis) por cinco dias de trabalho em marcação e capação a um dito “negro do Gama”.¹⁷² Thiago Araújo mostrou por meio de um processo-crime que “o escravo domador Felipe encontrava-se há um mês na estância do Bom Sucesso, no ano de 1848, domando mulas para o senhor Antônio Teixeira do Amaral, que o havia alugado” (2008, p. 58).

Estas circunstâncias compõem outra razão que também ajuda a explicar porque era tão interessante para os pequenos produtores possuir escravos. Levando em conta essa dinâmica, além de ter sido a forma de mão-de-obra estável mais segura, possuir cativos se constituiu em

¹⁷¹ Helen Osório ([1999] 2007) e Luís A. Farintatti ([2007] 2010a) inspirados pelos trabalhos de historiadores argentinos como, por exemplo, Jorge Gelman (1998) e Juan Carlos Garavaglia (1999), perceberam que a estrutura da mão-de-obra dos maiores estabelecimentos produtivos sul-riograndenses se organizava a partir da presença de um núcleo de trabalhadores estáveis, composto por escravos e peões livres permanentes, que recebia o reforço de trabalhadores temporários nas épocas de pico das atividades pastoris.

¹⁷² Inventário de José Francisco Pinheiro. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo nº: 16, APERS.

uma situação bastante funcional para os pequenos produtores, assim, como era, também, para os grandes estancieiros que contavam com escravos como trabalhadores permanentes.

Portanto, a funcionalidade da mão-de-obra cativa para todos os estratos de produtores desempenhou papel fundamental para que a escravidão desfrutasse de uma ampla legitimidade social por todo o tecido social.

3.2 Estrutura de posse de escravos com inventários *post-mortem*

Nas últimas décadas, inúmeros autores têm recorrido ao exame da estrutura de posse de cativos para analisar como se dava a distribuição da propriedade escrava pelos distintos estratos sociais nos contextos de suas pesquisas. Desde o início da década de 1980, os estudos nesse sentido vêm se acumulando para as mais diversas regiões do Brasil colonial e monárquico. Segundo José Flávio Motta,

à análise específica da estrutura de posse de escravos no Brasil dedicou-se pioneiramente Francisco Vidal Luna em seu trabalho intitulado *Minas Gerais: escravos e senhores* (Luna, 1981). Outros autores que, anteriormente, haviam tangenciado o tema, fizeram-no, geralmente, enfatizando a distribuição dos cativos ao nível dos domicílios, e não ao nível dos proprietários de escravos, tal como efetuado por Luna ([1990] 1999, p. 67) [grifos do autor].¹⁷³

Já sobre as análises que enfocam a escravidão no Rio Grande de São Pedro, a utilização deste expediente passou a ser recorrente apenas na última década. No entanto, devido o considerável número de trabalhos que têm sido produzidos, se torna praticamente inviável estabelecer um diálogo com todos eles. Portanto, seguiremos dialogando com um rol de estudos que acreditamos que nos asseguram uma interlocução mais apropriada com o contexto temporal e espacial de nossa pesquisa. Além disso, buscaremos confrontar nossos resultados com outras áreas de matriz produtiva pastoril escravista do Brasil.

¹⁷³ Uma ótima revisão historiográfica sobre pesquisas que se utilizaram de estrutura de posse de escravos está em: MOTTA ([1990] 1999, p. 67–68). Por seu turno, Fernando Franco Netto (2005, p. 212–222) também revisa boa parte desta historiografia, considerando trabalhos mais recentes, inclusive, a pesquisa do próprio José Flávio Motta. Todavia, nestes textos os autores abordam exclusivamente os estudos realizados para localidades do sudeste e nordeste do Brasil escravista. Portanto, um texto que contemple a produção historiográfica sobre a estrutura de posse cativa nas regiões pastoris brasileiras ainda está por ser escrito. Para um balanço historiográfico de estudos recentes sobre as áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro que realizaram estrutura de posse de cativos ver FONTELLA e MATHEUS (no prelo). A respeito da recente e abrangente produção historiográfica sobre a escravidão em zonas de pecuária no Brasil do século XIX ver TEIXEIRA (2006).

Com uma amostra de 92 inventários, elaboramos o quadro 7 que nos mostra como era a proporção de produtores escravistas distribuídos por dimensão das escravarias diante da proporção de escravos que acumulavam. Nota-se que, do primeiro para o segundo intervalo, houve um considerável aumento na participação dos pequenos escravistas (aqueles que possuíam até 4 escravos) no universo dos senhores de escravos.¹⁷⁴ Isto nos sugere que, mesmo depois do fim do tráfico transatlântico de almas em 1850, ainda era consideravelmente acessível adquirir ou manter-se como dono poucos escravos. Neste contexto, provavelmente, a reprodução natural da população cativa se constituiu como um fator que reiterava a condição de muitos acanhados produtores como senhor de escravos.

Não se pode esquecer que o incremento na participação dos pequenos escravistas insinua também uma tendência de empobrecimento de boa parte dos produtores da região, fato que, a julgar pela queda na proporção de médios escravistas (possuidores de 5 a 9 cativos) e pela diminuição das médias do rebanho bovino (ver capítulo 1, figura 1), parece realmente ter ocorrido. Porém, mesmo em meio a esse processo de empobrecimento, o significativo aumento da proporção de pequenos donos de cativos indica que em meados do século XIX a escravidão gozava ainda de uma ampla legitimidade nas camadas mais baixas da sociedade.

Quadro 7 – Estrutura de posse de escravos da Vila de São Borja

Dimensão da escravaria	1828 – 1850		1851 – 1858		1828 – 1858	
	% proprietários	% escravos	% proprietários	% escravos	% proprietários	% escravos
1 a 4	33%	10%	51%	19%	42%	14%
5 a 9	44%	35%	20%	21%	32%	28%
10 a 19	14%	21%	24%	45%	20%	32%
Mais de 19	9%	34%	5%	15%	7%	25%
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Os dados averiguados para a região das Missões estão em sintonia com o padrão que vem sendo verificado para o Rio Grande de São Pedro e para a grande maioria das regiões do território brasileiro no período de vigência da escravidão, seja em zonas de economia ligada à exportação, seja nas áreas voltadas para o abastecimento do mercado interno. Para o meio

¹⁷⁴ Estabelecemos como pequenos senhores de escravos aqueles que possuíam até 4 cativos, os médios escravistas eram os que tinham entre 5 e 9 escravos. Já os grandes proprietários foram aqueles donos de escravarias com mais de 9 cativos, embora neste grupo tenhamos feito uma subdivisão entre os que tinham entre 10 e 19 escravos e uma pequena elite de grandes escravistas que contava com senzalas com mais de 19 cativos.

rural do Rio Grande de São Pedro do período colonial, a concentração foi ainda maior, 75% dos proprietários eram pequenos e médios escravistas, e detinham apenas 35% dos cativos, conseqüentemente, os grandes escravistas (25%) concentravam 65% dos escravos em suas senzalas (OSÓRIO, 2005, p. 14). Com base nos dados levantados por Petiz (2009, p. 83), verifica-se que na Vila do Rio Pardo (1810 -1835), 37% dos escravos estavam nas pequenas e médias posses que formavam 75% das senzalas. Sendo assim, os outros 63% dos cativos concentravam-se sob o poder de grandes escravista que se contituíam em 25% do universo de donos de escravos. Em uma ampla área na fronteira sul rio-grandense, compreendendo Cachoeira, Rio Pardo e Jaguarão, de 1832 a 1840, as pequenas e médias escravarias representavam 75,9% do universo de senzalas, mas detinham apenas 41,1% dos braços cativos. Logo, 58,9% dos escravos estavam nas mãos de grandes escravistas que representavam somente 24,1% dos senhores de escravos (ALADRÉN, 2012, p. 100).

Em Cruz Alta, entre 1834 e 1849, 35% dos escravos estavam em poder de pequenos e médios senhores, que representavam cerca de 77% do conjunto de proprietários, em contraste, 23% destes acumulavam 65% dos escravos. Nesta mesma localidade, na década de 1850, embora tenha havido pequenas variações, em termos gerais, o padrão de concentração da posse de escravos permaneceu o mesmo, ou seja, 71,5 % de pequenos e médios escravistas com 36% dos escravos, e 28,5% de grandes escravistas que concentravam 64% (ARAÚJO, 2008, p. 70). Já em Alegrete, no período de 1829 a 1849, o número de grandes escravistas chegou a aproximadamente 30%, e concentravam em suas senzala cerca de 70% dos escravos, logicamente que os outros 30% dos cativos estavam em pequenas e médias escravarias (MATHEUS, 2012, p. 82). Nas duas décadas posteriores, o número de grandes escravistas caiu para 26% e passaram acumular em torno de 60% dos escravos, por outro lado, as pequenas e médias representavam 74% das escravarias, mas contavam com cerca de 40% dos cativos (MATHEUS, 2012, p. 85). Com base nestes dados, este autor também defende que o sistema escravista desfrutava de uma ampla legitimidade entre a população pobre em meados do século XIX. Em Rio Pardo, no centro do Rio Grande de São Pedro (1840 – 1880), 77% dos senhores tinham até 09 cativos, mas só possuíam 45% dos escravos, em contrapartida, 23% de grandes escravistas concentravam 55% dos cativos (ZETTEL, 2011, p. 63).¹⁷⁵ André Corrêa apurou que, entre 1821 e 1850, 75% dos senhores eram pequenos escravistas, mas que detinham apenas 37% do total de escravos inventariados. Conseqüentemente, 25% dos donos

¹⁷⁵ É importante frisar que os exames de Matheus (2012) e Zettel (2011) deram-se a partir dos Catálogos do APERS, como alertei no subcapítulo anterior, a possibilidade de haver incorreções em tal material pode gerar inconsistências nas análises desenvolvidas.

de cativos eram médios e grandes escravistas, e acumulavam nada menos do que 63% dos cativos.

Para além do Rio Grande de São Pedro, podemos perceber, pelos dados apresentados por Raimundo de Souza, que no Sertão do Aracaú no Ceará, a concentração também foi significativa. Naquela região, no longo período abordado por este autor, 56% dos proprietários possuíam até 4 escravos e concentravam somente 23% destes (SOUZA, 2012). No Sertão de Pernambuco, aproximadamente 82% dos produtores eram proprietários de até 10 escravos, e acumulavam aproximadamente 56% dos cativos. Já no Agreste de Pernambuco, a concentração não foi tão aguda, nesta área, em torno de 42% dos escravos estavam nas escravarias com até 10 cativos, as quais representavam cerca de 82% do universo destas (VERSIANI; VERGOLINO, 2003, p. 362). Em Rio das Contas na Bahia, do início do Oitocentos até 1850, os escravistas, que possuíam de 1 a 10 escravos, representavam 75,8% dos proprietários, abarcando 33,3% dos cativos. Os outros dois terços dos escravos se situavam em senzala com mais de 10 cativos, as quais representavam em torno de um quarto das escravarias. No período entre 1851 e 1871, esta concentração se manteve praticamente igual (ALMEIDA, 2006, p. 40).

Na região pastoril de Araxá nas Minas Gerais, por meio de listas nominativas, Déborah dos Reis verificou que os senhores com até 10 escravos nunca foram menos de 65% dos produtores. No início da década de 1830 eles chegaram a ser aproximadamente 88% do universo dos senhores de escravos, e dividiam entre si em torno de 51% dos cativos, o que quer dizer também, que quase a metade dos escravos estavam sobre o poder de apenas 12% dos proprietários. Essa forte concentração se manteve nas décadas posteriores, entre 1856 e 1858, os grandes escravistas representavam cerca de 30% dos produtores e possuíam aproximadamente 68% dos escravos (2005, p. 11). Em Guarapuava, província do Paraná, na década de 1850, a concentração de escravos nas grandes escravarias foi bastante considerável. Nesta região, em torno de 45% dos cativos pertenciam a 14% dos proprietários com mais de 10 cativos, enquanto que 55% estavam em escravarias com até 10 escravos (FRANCO NETTO, 2005, p. 259). Na região de Palmas, também no Paraná, entre 1850 e 1871, em torno de 73% dos senhores possuíam até 10 cativos, porém, apenas 38,2% dos escravos habitavam suas senzalas. Consequentemente, os grandes escravistas, que eram 27% dos senhores, detinham 61,8% dos escravos (SIQUEIRA, 2010, p. 37).

No porto de Rio Grande entre 1825 e 1865, os pequenos escravistas representavam em torno de 78% dos proprietários de escravos e acumulavam cerca de 39% dos cativos, em contrapartida, médios e grandes escravistas que perfaziam 22% do total de senhores

concentravam 61% dos escravos (SCHERER, 2008, p. 41). Na região charqueadora de Pelotas, no intervalo entre 1800 e 1835, Jonas Moreira Vargas constatou que 41,1% dos senhores possuíam até 4 cativos, entretanto, somente 7,4% destes estavam em suas escravarias. Por outro lado, “os proprietários com 50 ou mais cativos, apesar de representarem somente 5,4% dos inventariados, eram donos de 33,6% dos escravos” (2013, p. 122).¹⁷⁶ Já nas décadas de 1830 e 1840, aproximadamente 69% dos escravistas possuíam até 9 cativos, mas concentravam apenas cerca de 23% deles. Por outro lado, os outros 77% dos escravos estavam nas escravarias dos senhores com mais de 9 cativos, os quais representavam 31% dos escravistas de Pelotas (PINTO, 2012, p. 47). Na primeira metade da década de 1850, Bruno Pessi mostrou que, em tal localidade, os proprietários com até 10 escravos perfaziam 73% dos senhores e possuíam 24% dos cativos, sendo que na metade final da mesma década, eles eram 71% e detinham quase 32% dos escravos. Por sua vez, os grandes senhores com mais de 50 cativos oscilaram negativamente de 8,6 para 3%, possuindo no primeiro momento 45,7% dos escravos e no posterior 20,4% (PESSI, 2012, p. 74).

No Recôncavo rural da Bahia entre 1779 e 1835, Bert Jude Barickman percebeu que “a riqueza na forma de escravos era mais concentrada nas freguesias açucareiras tradicionais do lado norte da baía. Nas outras partes do Recôncavo, em áreas produtoras de fumo e mandioca, uma distribuição muito mais uniforme caracterizava a posse de escravos” (2003, p. 237). Na Freguesia de Nazaré, em 1779, onde se produzia principalmente mandioca, os 10% mais ricos proprietários possuíam 36,2% de todos os cativos. Por outro lado, “dois terços de toda a população escrava do Iguape [região com predomínio de engenhos de açúcar] pertenciam aos 10% que eram donos dos maiores plantéis. Em São Gonçalo dos Campos [localidade onde se produzia, sobretudo, fumo], os 10% mais ricos possuíam menos de 40% dos cativos residentes na freguesia (2003, p. 237).¹⁷⁷ Na localidade de Bananal, região cafeeira da província de São Paulo, no ano de 1829, 70,7% dos proprietários possuíam até 9 escravos, mas detinham somente 20,9% destes. Por outro lado, aqueles com mais de 10 cativos eram 29,3% dos senhores, e concentravam expressivos 79,1% dos escravos. Mas é importante destacar que os proprietários com mais de 40 cativos representavam apenas 7,7% dos senhores de escravos e acumulavam nada menos do que 48,9% dos cativos (MOTTA [1990] 1999, p. 168).

¹⁷⁶ Para este período Vargas também se utilizou dos Catálogos do APERS, portanto, a mesma ressalva feita aos exames realizados por Matheus (2012) e Zettel (2011) se aplica à apreciação feita por este autor.

¹⁷⁷ Para ver os dados específicos da estrutura de posse de escravos por atividade produtiva do Recôncavo baiano entre 1779 e 1885 ver BARICKMAN (2003, p. 237 – 252).

Enfim, através dessa perspectiva comparativa, pudemos constatar que a disseminação da posse escrava na região das Missões reafirmava uma estrutura que se reproduzia por todo o Brasil, seja no período colonial, quanto no monárquico. Isto é, na zona das Missões, como na maior parte das regiões brasileiras, havia a dispersão da posse escrava pelo tecido social com a presença de muitos pequenos e médios senhores de escravos, no entanto, estes dividiam espaço com uma elite de proprietários de muitos cativos, os quais concentravam em suas senzalas a maior parte dos escravos.

Outras variáveis como as concentrações de homens, mulheres, africanos e crioulos podem nos ajudar a refletir sobre a estrutura escravista da região das Missões. Em todo o período abordado, a proporção entre a quantidade de homens e mulheres se caracterizou por um relativo equilíbrio. Este perfil é próprio das regiões com predominância de escravos crioulos e onde a reprodução natural se revestia de grande importância na reiteração da população cativa. De um intervalo para o outro, a tendência foi de aumentar o equilíbrio entre os sexos, embora a proporção de homens e mulheres nunca tenha apresentado tanta disparidade quanto nas regiões do complexo porto-charqueada da província e nas zonas de produção agrícola do sudeste e nordeste do Brasil voltadas para o mercado externo.

No porto do Rio Grande, entre 1831 e 1850, os escravos homens representavam 66% dos cativos, passando a 61% no intervalo de 1851 e 1865 (SCHERER, 2008, p. 42; 43). Em Pelotas, os homens formaram 67,5% dos escravos inventariados entre 1830 e 1850 (PINTO, 2012, p. 47). Nos anos 1850, a razão de masculinidade da população cativa inventariada desta localidade variou negativamente de 201 (entre 1850 – 54) e 167 (no intervalo de 1855 – 59), sendo que tal desequilíbrio era impulsionado pelo agudo desequilíbrio sexual existentes nas grandes escravarias dos charqueadores. Para se ter uma ideia mais clara, enquanto que no decênio de 1850 a razão de masculinidade das pequenas e médias escravarias esteve bem abaixo de 200, nas grandes ela pula de cerca 400 para mais de 600 (PESSI, 2012).

Entre 1790 e 1827, 69% os cativos baianos eram do sexo masculino, condição que se desenvolveu devido a grande participação de homens africanos no universo populacional escravo. Neste período, a taxa de masculinidade da população cativa crioula era de 145 enquanto que entre os africanos era de 286 (SCHWARTZ, [1988] 2011).¹⁷⁸ Entre o fim do século Setecentos e meados do Oitocentos, Barickman verificou que nos engenhos e fazendas

¹⁷⁸ Nesta edição de Segredos Internos, na tabela 37 consta que a razão de masculinidade dos africanos no intervalo de 1790 a 1827 é de 226, porém, o cálculo entre os números apresentados para a população africana (469 homens e 164 mulheres) neste período chega do resultado de 286 $[(469 / 164) \times 100]$. Coincidentemente ou não, o resultado de 226 corresponde à razão de masculinidade de toda a população cativa do intervalo (642 homens e 283 mulheres), assim, $[(642 / 283) \times 100] = 226$.

de cana do Recôncavo baiano as razões de masculinidade (que variaram de 138 a 189) não eram tão elevadas quanto a verificadas por Schwartz para toda a Bahia, mesmo assim, os números apresentados refletem que havia um considerável desequilíbrio entre o número de homens e mulheres que compunham a população cativa (2003, p. 257). Sheila de Castro Faria (1998, p. 296), por sua vez, averiguou que nas diversas freguesias de Campos dos Goitacases no ano de 1840 as razões de masculinidade oscilaram de 119 a 211. No ano de 1829, em Bananal, houve o amplo predomínio de homens nas escravarias de todas as dimensões. A proporção mais baixa de cativos do sexo homens foi de 66,2%, e se deu entre os senhores que possuíam entre 10 e 19 escravos (MOTTA, [1990] 1999, p. 175).¹⁷⁹

Isto nos mostra que, mesmo numa região de grande lavoura açucareira, haviam espaços que se caracterizaram por um relativo equilíbrio entre o número de escravos e escravas, mas que, em geral o maior número de homens foi a normalidade. Sem dúvida, a maior presença de cativos homens refletia em todas essas áreas a maior presença de escravos africanos no universo populacional cativo.

Quadro 8 – Estrutura de posse de escravos segundo o sexo (Vila de São Borja)

Dimensão da escravaria	1828 – 1850		1851 – 1858		1828 – 1858	
	% homens	% mulheres	% homens	% mulheres	% homens	% mulheres
1 a 4	54%	46%	48%	52%	51%	49%
5 a 9	54%	46%	48%	52%	52%	48%
10 a 19	60%	40%	53%	47%	56%	44%
Mais de 19	62%	38%	60%	40%	61%	39%
	58%	42%	52%	48%	55%	45%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaquí (1830 – 1858), APERS.

Segundo Helen Osório, em todo o Rio Grande de São Pedro, 68% dos cativos eram do sexo masculino entre 1765 e 1825 (2005, p. 15). Para três regiões no interior sul rio-grandense, entre 1777 a 1840, Aladrén constatou que os homens escravos representavam 64% da população cativa (2012, p. 110). Por sua vez, Silmei Petiz verificou que os homens compunham em torno de 63% da escravaria da Vila de Rio Pardo no intervalo de 1810 e 1835 (2009, p. 101). Pelos estudos destes três autores que tratam, principalmente, do período

¹⁷⁹ Motta averiguou que entre os senhores que detinham entre 1 e 4 escravos os homens perfaziam 70,6% da escravaria, nas faixas entre 5 e 9, 20 e 29, 30 e 39 e 40 e mais de 40 os cativos do sexo masculino representavam, respectivamente, 67,9%, 69,7%, 74,2% e 68,9% dos escravos ([1990] 1999, p. 175).

colonial, podemos perceber que havia um desequilíbrio entre os sexos que se assemelhava aos verificados nas regiões do complexo porto-isqueirada e de *plantations* do sudeste e nordeste do Brasil.

Por meio de inventários, André Corrêa constatou que na localidade de Caçapava, entre as décadas de 1820 e 1840, a representatividade dos homens variou de 66% a 56%, passando por 62% na década de 1830 (2013, p. 79). Já para todo o período analisado (1821 – 1850), os escravos homens perfaziam 60%.¹⁸⁰ Na região da Campanha sul rio-grandense, nas duas décadas anteriores a 1850, a proporção de escravos homens inventariados foi de 61% (MATHEUS, 2012, p. 85). Este número não é muito distante dos 58% que averiguamos para a região das Missões. Entretanto, na região do Planalto, num intervalo de tempo semelhante, constatou-se um maior equilíbrio entre o número de homens e mulheres, estas compunham 47,6% e aqueles 52,4% dos escravos inventariados (ARAÚJO, 2008, p. 70). Como a região da Campanha se caracterizou por um maior número de unidades produtivas de maior monta comparado às estabelecidas nas Missões e ao Planalto, a quantidade superior de homens no conjunto de escravos inventariados pode ter sido efeito do maior vulto econômico daquela região, o qual foi alçado principalmente pela pecuária *vacum* e que permitiu que os produtores adquirissem cativos via tráfico negreiro. Mais adiante, estas questões possam, talvez, ser mais bem elucidadas quando apresentarmos as proporções de escravos de acordo com a procedência (crioulos e africanos).

Em outras áreas pastoris do Brasil as proporções de cada sexo não ficaram muito diferentes da vista para a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro. No Agreste de Pernambuco, entre 1770 e 1849, os homens eram 58%, mas se reduziram para 54% de 1850 a 1887. Já no Sertão, no primeiro intervalo, os escravos homens representavam 55% do total de cativos, crescendo um ponto percentual no segundo período (VERSIANI; VERGOLINO, 2003, p. 364; 369). Para a região de Araxá nas Minas Gérias, de 1836 a 1858, a razão de masculinidade variou foi de 141,5 (1836-38), passando por 115,4 (1846-48) e alcançando 125,2 (1856-58), mostrando que apesar das elevadas razões de masculinidade entre os escravos africanos, o universo populacional cativo era formado por razoável equilíbrio entre o número de homens e mulheres (REIS, 2005, p.7).¹⁸¹ Em Guarapuava no Paraná, a proporção

¹⁸⁰ Agradecemos a André Corrêa que gentilmente nos informou este último dado que não consta no seu texto.

¹⁸¹ Vale lembrar que na figura 21 no capítulo 2 mostramos que a razão de masculinidade da população escrava inventariada na região das Missões oscilou de 164, passando por 128 até 108 entre 1828 e 1858. Estes números estão em relativa sintonia com os verificados para Araxá por Déborah Reis, e

de escravos homens atingiu 63% no ano de 1840, um número expressivo para uma acanhada região pastoril que seria dependente da reprodução natural da população escrava. Segundo Fernando Franco Netto (2005), uma vez que a população escrava era predominantemente crioula, esta alta participação de homens escravos não está ligada a captação de cativos junto ao tráfico negreiro, mas a demanda de escravos crioulos via comércio interno.

Pelos dados apresentados podemos perceber que havia uma estrutura de posse cativa comum de acordo com as proporções de homens e mulheres em diversas regiões de pecuária no Brasil colonial e imperial. Esta se caracterizava por um maior equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres do que os verificados nas áreas porto-charqueadoras do sul e de produção agrícola destinada à exportação do sudeste e nordeste. Nenhum dos autores dos estudos cotejados verificou uma proporção de homens maior do que 63% nas regiões pastoris, e nem mesmo razões de masculinidade tão elevadas quanto às constatadas para as áreas de charqueada e grande lavoura de produtos para o mercado externo. Diante disso, tendo em vista que nenhuma das regiões consideradas fugiu deste padrão, nos parece que as condições econômico-produtivas impostas pela atividade pecuária produziu uma estrutura de posse escrava própria de regiões pastoris no Brasil, com razoável equilíbrio entre o número de cativos homens e mulheres.

É interessante de notar também as diferenças na composição sexual entre as distintas dimensões de escravarias. Em ambos os intervalos do quadro 8 se pode notar o mesmo comportamento, qual seja, quanto maior a escravaria, mais acentuado é o desequilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres. Esta tendência pode estar expressando importantes características de cada faixa de proprietário escravista. O fato das grandes escravarias se caracterizarem por um desequilíbrio mais agudo indica que os produtores grandes escravistas possuíam maiores recursos para adquirir cativos no mercado, assim, se tornavam menos dependentes da reprodução natural de seus escravos. É preciso ter sempre em mente que, como já abordamos no subcapítulo anterior, os pequenos produtores possuíam uma racionalidade econômica diversa daquela dos grandes. Esta passava, sobretudo, pela organização produtiva em família e pelo ciclo de vida familiar, e isso, por seu turno, influenciava até mesmo nas estratégias de aquisição de um cativo, quando isto se tornava possível.

Os dados exibidos por Gabriel Aladrén também apresentam este comportamento, entretanto, no espaço e período analisados por este autor o desequilíbrio sexual em favor dos

representam a tendência de equilíbrio entre a quantidade de cativos de cada um dos sexos, com ligeira vantagem para o número de homens.

homens atingia as senzalas de todas as dimensões, embora fosse consideravelmente mais acentuada entre nas maiores (2012, p. 110). Na região charqueadora de Pelotas, entre 1830 e 1850, apesar de também haver um razoável desequilíbrio já entre os pequenos escravistas, Natália Pinto (2012) constatou a mesma tendência. No entanto, Thiago Leitão de Araújo (2008) não averiguou o mesmo comportamento para a Vila de Cruz Alta nos intervalos de 1834 a 1849 e 1850 a 1859. As proporções levantadas pelo autor em nenhum dos intervalos apresentam um comportamento linear como o averiguado no nosso estudo e nos de Pinto e Aladrén.

Deste modo, é interessante notar que no Planalto, nestes dois períodos considerados por Araújo, os pequenos escravistas contaram, proporcionalmente, com maior número de homens do que os grandes senhores de escravos. Enfim, a confrontação dos dados da região das Missões com a do Planalto insinua que a estrutura de distribuição sexual dos escravos pelas distintas dimensões de escravarias definia-se de forma diversa em regiões próximas da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, obedecendo, provavelmente, aos condicionamentos específicos das atividades econômico-produtivas de cada espaço.

Desde o segundo capítulo, temos mostrado que dentro do recorte temporal abordado por nossa investigação, os escravos crioulos compuseram significativa parte do universo populacional cativo. Contudo, outro importante fator que se precisa examinar diz respeito à distribuição da população cativa pelas diferentes dimensões de escravaria de acordo com a procedência dos escravos. Em geral, do primeiro para o segundo intervalo, quase não houve variação nas proporções entre crioulos e africanos. Acreditamos que estes dados corroboram a nossa argumentação de que o ingresso de africanos na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro não ultrapassou aos anos iniciais da década de 1830 (ver subcapítulo 2.3). Se caso a região em foco fosse abastecida constantemente por braços oriundos do tráfico transatlântico até as vésperas de seu efetivo encerramento, a proibição deste teria causado uma considerável variação negativa na participação de africanos no universo da população cativa. Porém, a pequena oscilação da procedência dos cativos inventariados ocorrida entre as décadas anteriores ao decênio de 1850 insinua que o final do tráfico negreiro pouco efeito causou sobre o arranjo populacional escravo de acordo com tal critério. Porém, conclusões mais seguras sobre tal matéria somente serão atingidas com a análise da documentação relativa à década de 1860, período no qual as consequências do encerramento do tráfico transatlântico de escravos africanos se fariam sentir de modo mais concreto.

Quadro 9 – Estrutura de posse de escravos segundo a procedência (Vila de São Borja)¹⁸²

Dimensão da escravaria	1828 - 1850		1851 - 1858		1828 - 1858	
	% crioulos	% africanos	% crioulos	% africanos	% crioulos	% africanos
1 a 4	67%	33%	73%	27%	71%	29%
5 a 9	76%	24%	74%	26%	75%	25%
10 a 19	75%	25%	74%	26%	72%	28%
Mais de 19	68%	32%	74%	26%	70%	30%
	72%	28%	74%	26%	73%	27%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaquí (1830 - 1858), APERS.

A maciça participação de crioulos em todas as faixas de dimensão de escravarias ajuda a entender a tendência de equilíbrio entre os sexos vista no quadro 8. Por outro lado, o baixo índice de cativos africanos em todas as faixas indica que a incorporação de africanos não foi um fator de diferenciação social entre os produtores livres. Segundo Florentino e Góes,

[...] em última instância, o tráfico destinava-se a abastecer de escravos não a sociedade como um todo, mas sim uma elite que, por meio dele, reproduzia seu lugar social e, desse modo, reiterava sua distância em relação a todos os outros homens livres. Desta forma, para além da reposição demográfica, o tráfico transatlântico de escravos tinha uma função sociológica específica.

Por certo, nem todas as sociedades escravistas americanas foram estruturalmente caudatárias do tráfico de almas através do Atlântico. No entanto, como no caso do Brasil, tal dependência indicava a subordinação da sociedade à função sociológica primária do tráfico de perpetuar a diferenciação entre os pares livres (1997, p. 56) [*grifos dos autores*].

No entanto, considerando que, conforme mostram os batizados de escravos africanos (figura 23), na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro os efeitos do tráfico negreiro não foram sentidos de forma tão expressiva como no sudeste açucareiro e cafeeiro, cremos que se podem relativizar as considerações dos autores, e acrescentar que até mesmo dentro do Brasil houve regiões que não dependeram exclusivamente do tráfico atlântico para reproduzir uma hierarquia social, econômica e produtiva significativamente desigual. Isto não significa dizer que não existiram outras formas de se reproduzir a diferenciação social entre os pares livres da sociedade. Ao que nos parece, ao menos na região e período abordados por esta

¹⁸² As percentagens expostas neste quadro excluem os escravos cuja procedência não pode ser determinada na documentação. O percentual de cativos que não conseguimos identificar a naturalidade foi de 25% do total de escravos inventariados.

investigação, a função sociológica de promover a diferenciação social entre a população livre não se deu através do tráfico negreiro. No Espaço Oriental Missioneiro, os desiguais níveis de fortuna foram engendrados por meio da concentração de escravos crioulos e, sobretudo, de grandes rebanhos bovinos e extensões territoriais.

Entretanto, em estudo anterior, por meio de assentos de batismos, averiguamos que em Santa Maria da Boca do Monte, no fim do período colonial, a incorporação de cativos africanos era realizada principalmente pelos mais destacados potentados locais da região, os quais também tinham os maiores números de crioulos batizados na Capela Curada da localidade. Tendo em vista que os dados examinados mostravam que os cativos africanos batizados eram em sua grande maioria de sujeitos que compunham os núcleos de elite daquela região, concluímos que naquele contexto o comércio transatlântico de escravos africanos desempenhava a dita função sociológica de reproduzir o lugar social de elite para determinados indivíduos livres daquela sociedade (FONTELLA, 2011b).

De tal modo, se para a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, não observamos a vigência da função sociológica do tráfico negreiro, para a região de Santa Maria da Boca do Monte, pudemos identificá-la. Obviamente, como já colocamos, a diferenciação social entre os livres no Espaço Missioneiro se revestiu por outros trajes. Portanto, cabe-nos argumentar que a complexa formação social brasileira fez com que a diferenciação social como função sociológica assumisse distintas interfaces em cada rincão brasileiro, modelando-se de acordo com as respectivas peculiaridades (temporais e estruturais) de cada um destes recantos.

Como temos feito ao longo deste estudo, cabe-nos ainda realizarmos as comparações entre os dados do quadro 9 com outras regiões sul rio-grandenses e brasileiras. Ao longo do período colonial, a proporção entre africanos e crioulos nas regiões rurais do Rio Grande de São Pedro foi bem equilibrada: entre 1790 e 1805, 53% dos escravos eram crioulos e 47% africanos, no intervalo de 1810 e 1825, crioulos passaram a representar 52% e africanos 48% (OSÓRIO, 2005, p. 14). Uma vez que nas áreas rurais havia equilíbrio entre crioulos e africanos, a elevada participação de escravos homens no universo da população escrava de todo o Rio Grande de São Pedro (dado supracitado) deve ter sido gerada pela maior presença de africanos nas regiões do complexo porto-charqueada. De fato, essa hipótese parece ser bastante plausível. Aladrén e Petiz, que tratam de regiões rurais no período colonial, constataram a predominância de cativos crioulos. O primeiro autor verificou que para o espaço e período investigados os crioulos representaram 56% (ALADRÉN, 2012, p. 110). O segundo constatou que os crioulos eram 72% dos escravos de Rio Pardo entre 1810 e 1835 (PETIZ, 2009, p. 101).

Todavia, se a população crioula levava considerável vantagem sobre a africana nestas zonas rurais, o predomínio de homens, anteriormente vistos, não pode ser explicado pela quantidade de africanos. Isto quer dizer que havia um desequilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres na própria população crioula, que, talvez, fosse ensejada pelo comércio de escravos interno. Nesse sentido, é interessante colocar que ao analisar a variação da distribuição de origem entre as dimensões de escravaria, Aladrén percebeu que “os senhores de poucos escravos eram os mais dependentes do tráfico atlântico, sendo os únicos que possuíam escravarias nas quais os africanos eram majoritários” (2012, p. 110). Portanto, se nas maiores escravarias, onde se concentrava grande parte dos escravos, predominavam os crioulos, e mesmo assim no conjunto da população cativa ainda persistia o desequilíbrio entre homens e mulheres, é muito provável que os grandes escravistas estivessem acionando o comércio interno para a compra de cativos.

Retomando o quadro comparativo, na localidade de Caçapava (1821 a 1850), dos escravos inventariados que tiveram sua origem declarada 31% eram africanos (CORRÊA, 2013, p. 73). Todavia, o autor mostrou que na década de 1820 os africanos chegaram a representar consideráveis 41% dos escravos inventariados, passando a 37% na década posterior e atingindo 20% nos anos 1840 (CORRÊA, 2013, p. 73). Em Alegrete, a proporção de africanos foi de 38,5% dos cativos inventariados entre 1829 a 1849, passando para apenas 16,5% entre 1850 e 1869 (MATHEUS, 2012, p. 85; 87). Nesta localidade a presença de africanos antes de 1850 foi consideravelmente superior do que na Vila de São Borja em período semelhante (28%). A brusca queda após o encerramento do tráfico negreiro insinua que este possa ter sido importante para a reprodução das escravarias até 1850. Todavia, através dos assentos de batismos vimos (no subcapítulo 2.3) que o pico de ingresso de africanos naquela Vila ocorreu nos primeiros anos da década de 1830, tomando uma tendência de queda até meados daquele decênio. Portanto, seria temerário arriscar qualquer tipo de conclusão a respeito do papel do tráfico transatlântico de escravos africanos naquelas paragens. Na Vila de Cruz Alta, no período aproximado de uma década e meia antes do final do tráfico negreiro, os africanos representavam 33% dos escravos inventariados (ARAÚJO, 2008, p. 71). Como já colocamos no segundo capítulo deste estudo, este autor acredita que os escravistas do Planalto tenham tido acesso a cativos africanos comercializados no Rio Grande de São Pedro ao longo da primeira metade do século XIX.

No Agreste de Pernambuco, a proporção de africanos se foi de 39% no longo período de 1770 a 1849, despencando para 21% nas três décadas posteriores ao ano de 1850. Na região mais pauperizada do Sertão, no primeiro intervalo de tempo, os africanos

representavam apenas 18% dos cativos, no segundo, a sua presença foi quase que residual, atingindo apenas 2% (VERSIANI; VERGOLINO, 2003, p. 365; 366; 370; 371). Enquanto a área do Agreste apresentou proporções que se aproximam das zonas pastoris da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro no período Oitocentista, os dados para a zona sertaneja indicam que os senhores daquele espaço pouca vinculação tiveram com o tráfico negreiro.

As listas nominativas de Araxá (MG) mostram que os africanos eram 26,5% em 1846-48 e 30,6% em 1856-58. Segundo Déborah Reis (2005), esses são representativos, e supõem que o tráfico internacional exercia uma influência significativa na composição da população cativa daquela região. Como já colocamos acima, Fernando Franco Netto (2005) verificou que população escrava em Guarapuava era predominantemente crioula, e que isto se deve ao comércio interno e cativos. Demonstrando este argumento, o autor expõe que, no ano de 1835, 85% da população escrava era de origem brasileira, enquanto 15% era de origem africana (FRANCO NETTO, 2005, p. 178).

Entre os nossos dados do quadro 9 e de todos os estudos cotejados, pudemos examinar, em distintos períodos e regiões, diversas realidades na composição da população cativa segundo a procedência dos escravos em diferentes áreas pastoris brasileiras. Porém, desde o equilíbrio entre crioulos e africanos verificado por Helen Osório para o Rio Grande de São Pedro colonial até a quase absoluta predominância de crioulos no Sertão de Pernambuco, em nenhum destes espaços pastoris os cativos africanos se constituíram em maioria, sendo mais comum representarem entre 25 a 40% do universo populacional escravo. Deste modo, segundo o critério de procedência, o quadro que se desenha para a população cativa das regiões pastoris é bem diverso daqueles que se esboçam para as regiões porto-charqueadoras do leste sul-rio-grandense e de *plantation* do sudeste e nordeste brasileiro.

Jovani Scherer (2008, p.49), constatou que, em Rio Grande nas décadas de 1830-40, 61% dos cativos eram africanos. Além disso, o autor percebeu que esta localidade portuária-charqueadora sofreu rapidamente os efeitos da proibição do tráfico negreiro, já que, na década de 1850 a proporção de africanos reduziu-se para 53,6%, índice que, ainda assim, era maior que o mais alto percentual verificado para as áreas pastoris (48% vistos por Osório para o meio do Rio Grande de São Pedro entre 1810 e 1825). Na região vizinha de Pelotas, 58% dos escravos eram africanos no intervalo de 1830 a 1850 (PINTO, 2012, p. 60). Já na década de 1850, eles eram aproximadamente 47% até 1854, caindo para cerca de 38% entre 1855 – 59 (PESSI, 2012, p. 87).

Nos engenhos de cana da Bahia (1710 – 1827), os africanos compunham 67% da escravaria. Proporção que caía vertiginosamente para 50% nas fazendas de cana. No conjunto

geral, a proporção de africanos nas principais atividades produtivas baianas era 62%. (SCHWARTZ, [1988] 2011, p. 287). Para determinadas áreas da Bahia, Barickman verificou por meio de inventários “[...] que, no período de 1780 a 1860, nada menos do 50,6% de todos os escravos que moravam e trabalhavam nos engenhos do norte do Recôncavo eram africanos e que entre esses escravos, a razão de masculinidade era de 147 homens para cada mulher” ([1998] 2003, p. 256). Além disso, Barickman apresenta dados que mostram nos engenhos e fazendas de cana de todo o Recôncavo (1780-1860) a proporção de africanos variou entre 45,7% a 57,9% da população cativa, e a razão de masculinidade nunca foi superior a 189. Isto mostra que no Recôncavo baiano existiram localidades em que os crioulos se fizeram predominantes, mas, mesmo nesses casos, a proporção de africanos sempre esteve acima dos 45%, índice que para uma região de pastoreio seria quase de um número-limite.

Na região de Campos dos Goitacases, durante todo o século XVIII, nas unidades produtivas com até 15 escravos a porcentagem de africanos foi de 49,7%, passando para 55,5% nos estabelecimentos com mais de 15 escravos (FARIA, 1998, p. 298-299). Para a região cafeeicultora do Vale do Paraíba fluminense, na década de 1840, os africanos representavam nada menos do que 79% da população cativa (FRAGOSO apud FARINTATTI, [2007] 2010a, p. 349). Por seu turno, na localidade cafeeicultora paulista de Bananal, os escravos africanos também eram predominantes no ano de 1829. Em tal área, José Flávio Motta averiguou que independente das faixas de tamanhos das escravarias, eles nunca representaram menos de 64,5% dos cativos, proporção vista entre os senhores que possuíam entre 30 e 39 escravos. Vale ressaltar que foi entre os pequenos escravistas (1 a 4 escravos) que os africanos atingiram o maior índice proporcional, expressivos 84,3%, fato que mostra que o comércio de cativos africanos era acessível a quase todos os estratos sociais ([1990] 1999, p. 175).

Enfim, no que tange a composição da população cativa de acordo com o sexo e a procedência dos escravos, os dados apresentados deixam patente que o cenário produtivo das áreas porto-charqueadoras e de economia agrícola ligada diretamente ao mercado externo distinguia-se em muito das diversas regiões pastoris brasileiras. Enquanto que nestas havia uma tendência de equilíbrio entre os sexos, proporcionado pela maior presença de cativos crioulos, naquelas a maior proporção de escravos homens foi reflexo da importante presença de africanos que raramente estavam em número inferior do que os crioulos.

Entretanto, pudemos notar também uma condição em comum entre todas estas áreas tão distintas. Em todas elas se repetiu o mesmo padrão, o qual se caracterizava pela dispersão da posse escrava por todo o tecido social, no entanto, concomitantemente, existia a

concentração da maior parte dos escravos por poucos grandes escravistas. Porém, a desigualdade na distribuição do trabalho escravo não impediu que a escravidão desfrutasse de uma ampla legitimidade social, já que por todo o Brasil constituiu-se um vasto contingente de senhores de poucos escravos.¹⁸³ Realidade que não foi diferente da região das Missões como pudemos ver pela estrutura de posse de escravos feita por meio dos inventários *post-mortem*.

Todavia, pode-se argumentar que os inventários, embora seja uma das fontes mais utilizadas para este fim, são poucos representativos para se avaliar a disseminação da posse escrava e a legitimidade social da escravidão. Lembremos que estes documentos sub-representam as parcelas sociais pouco aquinhoadas e retratam o patrimônio do inventariado apenas no instante de sua morte, não considerando outros momentos de sua trajetória de vida. Levando isso em consideração, no próximo subcapítulo iremos explorar os registros paroquiais de batismos para reforçarmos nosso argumento sobre a legitimidade social do sistema escravista na região das Missões.

3.3 Estimativa de estrutura de posse de escravos com registros de batismos

Os assentos de batismos, que se caracterizam como fontes massivas, ou seja, onde todos os estratos sociais estão representados, podem nos ajudar ainda mais a corroborar o nosso argumento sobre a legitimidade social da escravidão. Devido às peculiaridades dos conjuntos documentais disponíveis para a Vila de São Borja no período considerado, os registros paroquiais são os que melhor representam o tecido social. Assim sendo, lançaremos mão deles com o objetivo de demonstrar, por meio de outra base empírica, a larga distribuição dos escravos pela malha social, e que o comprometimento com a escravidão se estendia solidamente por todas as camadas sociais.

A partir dos assentos batismais podemos elaborar uma estimativa de posse de escravo e, assim, mostrar a disseminação da posse de escravos num outro conjunto documental que não trata de bens econômicos. Como as fontes mais utilizadas e indicadas para se produzir um quadro de estrutura de posse são os inventários *post-mortem* e as listas nominativas, este expediente não tem sido empregado com frequência pela historiografia que trata do escravismo brasileiro e sul rio-grandense. De fato, a estimativa feita com registros paroquiais não substitui a estrutura de posse realizada por documentos demográficos como as listas nominativas, tampouco, por fontes patrimoniais como os inventários. Mas mesmo assim são

¹⁸³ Sobre esta questão, ver o estudo inovador de FERREIRA (2005).

úteis, principalmente em localidades onde não se conta com outro tipo de documentação que se possa esboçar a estrutura de posse escrava.

José Roberto Góes (1993), Engemann, Assis e Florentino (2003), João Fragoso (2006), Bruna Sirtori (2008), Bruna Sirtori e Tiago Gil (2012), Cacilda Machado (2010) e Marcelo Matheus (texto inédito) se utilizaram de tal método com variações específicas (de fontes e procedimento) e quase todos, sem exceção, alertaram para suas fragilidades em relação à análise de estruturas de posse de cativos. Góes colocou que “embora seja certo que esta não é a fonte mais adequada à aferição de estruturas de posse de escravos, deve, ainda assim, espelhá-la de alguma maneira aceitável” (1993, p. 74). Em seu procedimento, este autor preferiu quantificar as mães dos batizados, pois entendeu que se considerar indivíduos em idade reprodutiva e produtiva avaliaria de forma mais segura as dimensões das escravarias. Fragoso, por sua vez, preferiu contar simplesmente os registros de batizados. Nas palavras deste autor, “[...] na falta de inquéritos agrícolas e de inventários, [este método] apresenta através dos registros de batizados de escravos uma tosca ideia da distribuição da propriedade cativa [...]” (2006, p. 107). Mas Fragoso vai mais além expondo que tem “consciência das distorções que o uso dos registros paroquiais podem gerar no estudo da estrutura da propriedade escrava” (2006, p. 108 [nota 24]), e defende que os resultados obtidos com esta metodologia precisam ser confrontados com outros conjuntos documentais para se refinar as análises.

Ainda mais ousados foram Carlos Engemann, Marcelo de Assis e Manolo Florentino (2003) e Cacilda Machado (2010). Os primeiros autores elaboraram uma estimativa de estrutura de posse de escravos por meio de registros paroquiais de óbitos. Todavia, reconheceram que “trata-se de um método frágil” (2003, p. 193). Além disso, na nota 15 de final de texto, os autores esclareceram que

na verdade, não sabemos se o proprietário que sepulta um número baixo de escravos no início do período está, de fato, sepultando os últimos cativos de sua vida. Isso quer dizer que, ao analisarmos os dados dessa, colocamos todos os proprietários na mesma faixa etária, sem levarmos em consideração a diferença de idade entre eles. É possível que tal procedimento eleve, portanto, a proporção de pequenos proprietários no cômputo geral. Por outro lado, não há garantias de que todos os donos de escravos não sepultassem muitos de seus cativos em cemitérios dentro das fazendas, subtraindo-os, pois, ao registro eclesiástico (2003, p. 199-200 [nota 15]).

Ao utilizarem os registros de batismos para elaborar uma estimativa de posse de escravos para algumas localidades do Continente de São Pedro na segunda metade do século XVIII, Bruna Sirtori e Tiago Gil refinaram o procedimento realizado por Fragoso (2006). Enquanto este quantifica apenas os batizados, aqueles computaram todos os escravos que foram possíveis serem identificados de um mesmo senhor. Assim, incluíram mães, e quando possível, pais, padrinhos, madrinhas, avôs e avós. Conforme tais autores, “ao identificarmos outros escravos do mesmo senhor, vamos reconstruindo sua senzala, escravo por escravo” (2012, p. 130). Todavia, alertaram que “é preciso dizer, antes, que este procedimento possui um vício, dando destaque a senhores com maior número de mulheres em idade fértil no plantel (dado pelo grande número de pais não informados), o que distorce substancialmente a hierarquia entre os senhores” (2012, p. 130).

Enfim, as advertências sobre este método são muitas. Se, como já por diversas vezes observamos, os inventários sobre representam as camadas sociais mais abastadas, os registros paroquiais tendem a sobre estimar o número de pequenos senhores de escravos conforme colocaram os últimos autores referenciados. O fato é que qualquer tipo de fontes e/ou procedimentos possuem suas limitações, portanto, não seria diferente com estes de que tratamos. Contudo, mesmo estando cientes das dificuldades deste expediente, julgamos que nos pode ser útil para tentarmos apreender a dispersão da posse escrava para além dos documentos patrimoniais.

Enquanto que as análises de Sirtori, Gil, Machado e Matheus versam sobre regiões agropastoris nas paragens austrais brasileiras no século XVIII e XIX,¹⁸⁴ os estudos de José R. Góes (1993), Engemann; Assis; Florentino (2003) Fragoso (2006) tratam de localidades em torno do município do Rio de Janeiro. Este último investigou o período seiscentista, os segundos analisaram o Setecentista e Góes (1993), por seu turno, o Oitocentista. Como as regiões analisadas estavam inseridas na dinâmica do complexo econômico de exportação agrícola, e localizadas muito próximas do principal porto do Brasil, o Rio de Janeiro, o número de escravos era expressivamente maior do que os constatados nas zonas agropastoris do Brasil meridional. No entanto, mais uma vez se repetiu o conhecido padrão de difusão da posse cativa pelo tecido social, juntamente com a existência de uma elite de proprietários que concentrava boa parte das almas.

Invariavelmente, o mesmo arquétipo foi verificado na região das Missões. Neste estudo, temos como referência principal o trabalho de João Fragoso (2006), ou seja,

¹⁸⁴ Os exames de Sirtori, Gil, Machado se deram sobre o período colonial, já o de Matheus recai sobre o imperial.

quantificamos simplesmente os batizados. Em trabalho anterior, já tínhamos nos utilizado deste recurso para esboçarmos a estrutura de posse de escravos em uma região para qual não contávamos com inventários *post-mortem*.¹⁸⁵ Em termos gerais, os resultados que obtivemos estiveram em harmonia com os estudos dos autores que nos inspiraram, embora alguns deles tenham tratado de regiões e contextos significativamente distintos do que tratamos. Considerando todos os assentos de batismos de escravos do livro 1-B da Matriz de São Francisco de Borja elaboramos o quadro 10, e com os registros dos livros 3-B, 4-B, 5-B e 6-B formulamos o quadro 11.

Quadro 10 – Estimativa de posse de escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1829 - 1837)

Nº de Batismos	Nº de proprietários	%	Nº de escravos	%
1	56	73	56	50
2	13	17	26	23
Mais de 2	8	10	30	27
Total	77	100	112	100

Fontes: ADU, livros de batismos: 1-B (1829 – 1837).

Quadro 11 – Estimativa de posse de escravos (Matriz de São Francisco de Borja, 1845 - 1859)

Nº de Batismos	Nº de proprietários	%	Nº de escravos	%
1	197	66	197	41
2	48	16	96	20
Mais de 2	52	18	187	39
Total	297	100	480	100

Fontes: ADU, livros de batismos: 3-B (1845 – 1850); livro 4-B (1851 – 1855), o livro 5-B (1855 – 1858) e o livro 6-B (1858 – 1871).

Em ambos os períodos identificamos três faixas bem definidas, a primeira de senhores que levaram somente um escravo até a pia batismal, a segunda de dois cativos batizados por proprietário, sendo nesta faixa média em que ocorreu o maior equilíbrio entre a proporção de senhores e escravos batizados, e a terceira com mais de dois escravos batizados por senhor, em que a proporção de senhores é bem inferior a de cativos batizados. Verificamos essa mesma estrutura ao explorarmos os assentos de batismos do livro 1 da Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte, entre os anos de 1814 e 1822. Nesta Capela, na primeira

¹⁸⁵ FONTELLA (2011b), neste trabalho examinamos a região de Santa Maria da Boca do Monte entre 1814 e 1822.

faixa, 70% dos senhores conduziram ao batizado 38,5% dos cativos, na faixa intermediária, 12,5% dos proprietários levaram à pia batismal 13,8% dos escravos, por fim, 47,7% dos cativos batizados pertenciam apenas a 17,5% dos senhores.¹⁸⁶

Para definir estas três faixas, utilizamos como critério o equilíbrio e desequilíbrio entre a proporção de senhores e cativos. Consideramos que agindo assim, podemos estabelecer comparações com os estudos de alguns dos autores já citados, mesmo que os números de escravos e senhores sejam expressivamente maiores do que os constatados nas regiões de Santa Maria da Boca do Monte e das Missões no período Oitocentista. De fato, o que nos interessa demonstrar é a disseminação da posse cativa, que conferiu legitimidade social a escravidão, comprometendo todos os estratos sociais, e a reprodução de uma forte desigualdade na distribuição social de recursos econômicos e produtivos em espaços e conjunturas espaciais distintas.¹⁸⁷

Com os registros de batismos da Freguesia de São Gonçalo (1651 – 1668) João Fragoso (2006) averiguou que os 62,9% dos donos de escravos registraram apenas 27,8% dos cativos, na faixa mais equilibrada, 17,8% dos senhores conduziram à pia batismal 16,5% dos escravos, em contraste, 55,7% dos assentos foram de escravos de somente 19,3% dos proprietários. Para este autor, estes dados sugeriam “[...] certa dispersão da propriedade cativa e o peso dos donos de pequenos plantéis. Em contrapartida, [...] além daquela multidão de senhores há razoável grau de concentração da escravaria em algumas mãos” (2006, p. 108). Por meio dos registros de óbitos, Engemann; Assis; Florentino chegaram a resultados semelhantes. Na Freguesia de Itambi (1717 – 1742), estes autores constaram que 37,6% dos escravos sepultados pertenciam a 70,1% dos senhores, outros 16,5% dos donos de escravos registraram 17,7% dos óbitos de cativos, finalmente, 44,7% dos assentos de óbitos de escravos foram registrados por 13,4% dos proprietários. Para os autores, estes números insinuam que “a região de Itambi pode ter conhecido um elevado grau de concentração da propriedade escrava [...]. Fosse esse o caso e ali a escravidão servia para diferenciar os homens livres entre si, com a renda expropriada do cativo definindo o local social de uma elite escravista regional” (2003, p. 193). José Roberto Góes, por sua vez, quantificando as mães nos registros de batismos da Freguesia de Inhaúma (1816 – 1844), encontrou o mesmo

¹⁸⁶ FONTELLA (2011b, p. 7).

¹⁸⁷ Embora os estudos de SIRTORI e GIL (2012), Machado (2010) e, especialmente, o de Matheus (texto inédito) recaiam sobre regiões com estrutura produtiva agropastoril (portanto, semelhantes à nossa), não estabeleceremos um paralelo com eles, pois o exame dos primeiros não seguiu este critério para definir as faixas de tamanho das escravarias, e o trabalho do segundo ainda está em estágio de maturação.

padrão. Naquela Freguesia, 16% das mães escravas que levaram seus rebentos ao batismo pertenciam a 53,1% dos senhores, 36,8% era posse de 36,6% e, afinal, 47,2% delas eram escravas de apenas 10,3% dos donos de cativos. Por fim, destacamos que quantificando os batizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos (1765 – 1783), localidade agropastoril próxima a Porto Alegre, Bruna Sirtori constatou que os senhores que batizaram apenas um cativo eram 52% do total, mas detinham apenas 26% dos escravos batizados. Aqueles que levaram dois escravos até a pia batismal representaram 24%, concentrando os mesmos 24% dos cativos, já os senhores com mais de 2 escravos batizados perfizeram 24% destes, porém acumulavam significativos 50% dos cativos (2008, p. 114).

Pode-se perceber, portanto, que em diferentes regiões e temporalidades, e com algumas variações documentais e no próprio método, repetiu-se o padrão de dispersão da posse cativa por um grande contingente de pequenos senhores que dividiam espaço com uma elite concentradora de muitos braços cativos. Agregando a estes resultados aqueles examinados por meio dos inventários *post-mortem*, cremos que não restam dúvidas sobre a vasta legitimidade desfrutada pela escravidão em todos os estratos sociais. Nesse sentido, outras informações oriundas do conjunto de inventários podem nos ajudar a assimilar o quanto cada estrato social estava comprometido com a escravidão.

Como de fato a maior riqueza dos produtores da região das Missões era o gado bovino, mais uma vez iremos considerar as dimensões dos rebanhos para estabelecer a envergadura patrimonial dos proprietários de escravos.

Quadro 12 – Composição do patrimônio produtivo por dimensão do rebanho bovino (Matriz de São Francisco de Borja, 1828 - 1858)

Dimensão do rebanho bovino	Bens de Raiz	Rebanho total	Rebanho bovino	Bens móveis	Escravos
até 100 reses	36%	22%	11%	5%	34%
101 a 500 reses	28%	37%	24%	4%	31%
501 a 2000 reses	33%	44%	33%	3%	20%
mais de 2000 reses	25%	59%	50%	2%	16%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Entendemos que os dados do quadro 12 são eloquentes. Em termos proporcionais, os criadores que possuíam rebanhos com até 100 reses comprometeram em média 34% de seus patrimônios produtivos com escravos, mais do que o dobro do que os estancieiros com mais de 2000 reses comprometiam. Além disso, para os criadores com até 100 reses, os escravos perdiam apenas para os bens de raiz como bens de produção mais valiosos. No entanto, entre

aqueles criadores que possuíam ente 101 e 500 reses os recursos investidos em cativos superavam os imobilizados em bens de raiz.

Outro aspecto do quadro 12 que chama a atenção é a tendência de redução do comprometimento do patrimônio produtivo em escravos conforme aumenta a envergadura econômica do produtor. Este comportamento se inverte quando o componente avaliado passa a ser o rebanho total ou somente o rebanho bovino. Os grandes produtores que, no mais das vezes, eram aqueles que concentravam a maior parte dos escravos em suas senzalas, foram, também, os que tiveram o menor comprometimento patrimonial com a escravidão. Não que isso fizesse com que eles se descomprometessem com ela, afinal, precisavam do braço cativo para dar conta da demanda de trabalho permanente dos estabelecimentos produtivos.

Para os modestos produtores, contar com a força de trabalho estável de poucos escravos era bastante funcional numa conjuntura de instabilidade e de alto custo da mão-de-obra livre. Vimos, também, que a aquisição de escravos obedecia a estratégias familiares complexas. Muitas vezes, a reposição passava pelo longo ciclo da reprodução natural da escravaria. Outras vezes, quando se era possível, os produtores investiam na compra de escravos. Nestes casos, como pudemos perceber, a aquisição de cativos envolvia uma quantia significativa de recursos de uma família de pequenos produtores. Assim, aqueles que compunham a maioria dos produtores escravistas da região, também, foram os que maior comprometimento patrimonial tiveram com a escravidão. À vista disso, se a existência de um grande número de pequenos produtores escravistas na região das Missões, assim como em todo o Brasil, não comprova por si só a legitimidade da escravidão nas camadas menos abastadas da sociedade, o fato de que estes mesmos produtores comprometiam seus modestos patrimônios com cativos mais do que o dobro do que os grandes estancieiros insinua que eles tiveram motivos econômicos de sobra para se comprometer com o sistema escravista.

Nesse sentido, é muito importante perceber que nas esferas políticas de poder, quando dos debates sobre a abolição ou continuidade da escravidão, que atravessaram todo o século XIX, ao trabalharem em favor da permanência do sistema escravista, os políticos partidários desta causa, embora estivessem zelando pelos interesses, sobretudo, dos grandes produtores brasileiros, estavam defendendo também, mesmo que indiretamente, os interesses de uma grande massa de pequenos escravistas que legitimavam socialmente a escravidão e estavam profundamente comprometidos com o sistema escravista. Em 1867, nos debates do Conselho de Estado, o Visconde de Jequitinhonha, um dos políticos com posições mais conciliadoras em defesa da manutenção, argumentava que era mais prudente que não se fixasse um “prazo

para extinção total da escravatura [tendo em vista que isto se tratava de] matéria de tão grande alcance social” (SALLES, 2008, p. 97).

3.4 Mãos escravas à obra

A ocupação dos escravos em diversos serviços dos estabelecimentos produtivos vem sendo um dos temas mais recorrentemente abordados pelos autores que tratam do sistema escravista nas regiões pastoris do Rio Grande de São Pedro. Desde a década de 1960, alguns autores buscaram explicar o que consideravam uma dicotomia entre trabalho escravo e as lidas ligadas diretamente ao pastoreio. Fernando Henrique Cardoso, Décio Freitas e Mario Maestri Filho foram os principais representantes de uma corrente historiográfica que defendia que os escravos não haviam se constituído em mão-de-obra regular junto à faina pastoril. Para este campo historiográfico, que passaremos a chamar de historiografia clássica, a produção pecuária seria de baixo rendimento e não tinha capacidade de gerar recursos suficientes que lhe possibilitasse incorporar braços cativos com frequência necessária para a sua adequada reprodução econômica. Além disso, frente ao rendimento insuficiente que inviabilizaria a permanente agregação de escravos aos estabelecimentos produtivos, os produtores contariam com uma expressiva oferta de peões livres para serem nestes empregados.

Décio Freitas (1980) ainda acrescentaria que as peculiaridades das tarefas pecuárias, que exigia montaria e ampla mobilidade espacial, impossibilitaria que estas fossem delegadas a escravos. O autor argumentou que seria impossível manter um aparato coercitivo de vigilância, pois cada escravo a cavalo exigiria um vigia junto a si para que não se evadisse para as repúblicas platinas, territórios onde ao longo do século XIX foi-se paulatinamente abolindo a escravidão. Assim, para a historiografia clássica, o baixo rendimento da pecuária, a grande oferta de trabalhadores livres, a inviabilidade de se sustentar uma estrutura de vigilância e a proximidade com a fronteira teriam sido os principais fatores que impossibilitaram o emprego da mão-de-obra cativa em larga escala na produção pastoril sul rio-grandense. Embora não negassem a existência do trabalho escravo nas regiões de pecuária, para esta vertente historiográfica ele teria sido residual, esporádico e não sistêmico.

Atualmente, a historiografia que trata sobre esta temática já superou estas teses. Portanto, como argumentado anteriormente, neste estudo, parte-se do pressuposto de que a economia agropastoril sul rio-grandense possuía a capacidade econômica de reproduzir o sistema escravista. Todavia, acreditamos não ser tautológico retomar as bases de

argumentação de alguns autores que desde a década de 1990 vêm tratando de reinterpretar o papel do trabalho cativo nas regiões de pastoreio do Rio Grande de São Pedro.

Paulo Afonso Zarth foi o primeiro autor a refutar as teses da historiografia clássica. Partindo da análise de inventários *post-mortem* e considerando diversas regiões do espaço rio-grandense, ao longo do oitocentos, este autor argumentou que “desconsiderando-se as distorções ocasionadas por essas fontes, tem-se um quadro bastante representativo da presença da escravidão nas diversas regiões” ([1994] 2002, p. 114). Em sua análise para todo o espaço rural Oitocentista sul rio-grandense, o autor percebeu que nas estâncias também haviam espaços destinados a atividades agrícolas. Em suas palavras, “os escravos roceiros provavelmente formavam a maioria do contingente de cativos. Observa-se a presença desses escravos nas estâncias com atividades agrícolas importantes paralelas à pecuária, como no caso da produção de farinha-de-mandioca” ([1994] 2002, p. 114). Assim, lançou a hipótese de que obedecendo uma divisão do trabalho interna, os escravos roceiros comporiam grande parcela dos cativos da estância. Todavia, por meio da análise de inventários *post-mortem*, Helen Osório ([1999] 2007), para o período colonial, e Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010a), para o período imperial, não comprovaram a hipótese de Zarth.

Helen Osório ([1999] 2007) demonstrou a importância do escravismo para a formação da sociedade sul rio-grandense desde os tempos coloniais. A autora teceu críticas às fragilidades teórico-metodológicas dos autores que, não só insistiam em consultar exclusivamente os relatos de viajantes, assim como, persistiam em analisar os escritos dos mesmos viajantes. Em sua concepção, essa postura de pesquisa foi a responsável pela estagnação do debate em torno da utilização de escravos nas lidas pastoris.

Além disso, Helen Osório refutou a tese, até então consensual, de que as atividades campeiras exigiam poucos trabalhadores. Para isso, além de quantificar as ocupações dos cativos relacionadas nos inventários *post-mortem*, ela se valeu de estudos sobre as estâncias do Rio da Prata. De tal modo, concluiu que o número de braços requeridos nas “grandes estâncias, de produção diversificada, eram muito superiores ao que as fontes tradicionais afirmavam” ([1999] 2007, p. 155). Segundo a autora, a doma de potros e a cria de mulas eram atividades que exigiam um considerável número de trabalhadores. Cotejando as Instruções do Conde de Piratini, Osório percebeu que o processo produtivo pecuário obedecia a um calendário de acordo com as estações do ano, e que haviam atividades permanentes e outras sazonais. O complexo processo de produção dos grandes estabelecimentos produtivos exigia que os produtores conjugassem um núcleo de trabalhadores estáveis e outro núcleo de temporários. Percebendo isso, Helen Osório concluiu que:

nas grandes estâncias, os escravos campeiros, especializados, supriam as necessidades de mão-de-obra permanentes da atividade pecuária. Trabalhavam comandados por um capataz livre [...] e certamente acompanhados de peões livres, nos momentos de pico sazonal da atividade pecuária ([1999] 2007, p. 155).

Por sua vez, focando seu estudo em Alegrete (1825 – 1865), Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010a) também através de inventários *post-mortem*, corroborou a ideia de Osório sobre a estrutura de força de trabalho nas grandes estâncias que se dava pela combinação entre trabalhadores cativos e livres, e trabalhadores regulares e eventuais. Esse padrão, segundo estes dois autores, se reiterava pelas grandes propriedades pecuaristas sul rio-grandenses e pelas regiões vizinhas do Prata. No entanto, Farinatti avança em relação a Osório.

Ao analisar as raras documentações contábeis de algumas estâncias, este autor percebeu que o núcleo de trabalhadores estáveis não era composto apenas por escravos. Segundo o autor haveria um núcleo estável de escravos campeiros, e os trabalhadores livres estariam dispostos em: peões mensais que ficavam por longo tempo e peões mensais que permaneciam apenas alguns meses. Para o autor, essa situação se impusera porque existira uma sazonalidade inerente às tarefas na produção pecuária. Em épocas de marcação e castração dos animais, que ocorreriam em duas ou três oportunidades por ano e duravam por volta de uma ou duas semanas, a demanda por braços multiplicava-se em até três vezes. Assim sendo, segundo o autor, se por um lado não se supria a demanda de mão de obra só com cativos campeiros é porque isso resultaria na aquisição de muito mais escravos do que se precisaria no restante do tempo. Por outro, segundo Farinatti, não se cobria a necessidade de trabalhadores do ano todo com peões livres porque

[...] não havia tantos homens dispostos a se assalariar por um valor tão baixo permanecendo o ano inteiro. A oferta de trabalhadores livres não era tão ampla e regular, que pudesse permitir a substituição dos escravos campeiros por peões que ficavam por longo tempo, recebendo baixos salários. A disponibilidade de trabalhadores livres, apesar de sempre ter existido, nunca alcançou vastas proporções. A verdade é que, a maior parte deles não se encaixava no conceito de trabalhadores livres, no sentido de despossuídos de todos os meios de produção. Não era uma massa de proletarizados formando um exército de mão de obra pronto a responder às necessidades dos estancieiros. Alguns precisavam se assalariar por baixos valores e ficar o ano inteiro na estância, mas outros tinham possibilidades de sobrevivência diversificada, que incluía o acesso a recursos produtivos e a elaboração de estratégias familiares. Isto lhes permitia assalariarem-se

por pouco tempo, ganhando mais e percebendo uma parte maior de seus vencimentos em moeda ([2007] 2010a, p. 380-381).

Desse modo, o autor argumenta que a conservação da escravidão no Império brasileiro, antagonicamente ao que ocorreu nos Estados vizinhos da região platina, “dotava a pecuária rio-grandense de um pouco mais de elasticidade para resistir à irregularidade da oferta de mão de obra livre” (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 382).

Enfim, apesar de possuírem algumas diferenças significativas, consideramos que os estudos destes três autores se configuram como referenciais de uma nova matriz historiográfica sobre a história agrária do Rio Grande de São Pedro. Suas pesquisas refutaram as teses que defendiam que a faina pastoril era realizada quase que exclusivamente por trabalhadores livres, e comprovando que o trabalho dos cativos foi utilizado em larga escala nas lidas pecuárias e que teve importância estrutural para esta atividade produtiva. Contudo, embora os estudos de Zarth, Osório e Farinatti tenham descortinado uma realidade histórica mais complexa do Rio Grande do Sul ao longo do período colonial e imperial, tendo, conseqüentemente, contribuído expressivamente para reinterpretação do papel do escravo no processo histórico sul rio-grandense, nenhum desses autores teve como objeto de estudo principal os cativos, a escravidão ou o sistema escravista nas paragens meridionais do Brasil.

Na última década, alguns autores têm produzido investigações sobre o sistema escravista desenvolvido nas áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro. Deste rol diverso de pesquisas,¹⁸⁸ destacaremos três com as quais iremos dialogar ao longo do subcapítulo. A seleção destes trabalhos levou em consideração o paralelo comparativo que temos feito desde o início de nossa dissertação com a região da Campanha e do Planalto, e o foco principal desta seção, a ocupação dos escravos nas atividades produtivas dos estabelecimentos agropastoris.

Nesse sentido, em dois artigos recentes Karl Monsma (2009; 2011) buscou contribuir com a temática. No primeiro, Monsma questiona a tese de que a escravidão teria sido estruturalmente necessária nas regiões pastoris do Rio Grande de São Pedro. Em uma análise comparativa com a área pastoril da pampa de Buenos Aires, o autor procurou demonstrar que não havia falta de mão-de-obra livre disposta a se assalariar nas estâncias sul rio-grandenses, e que a escolha por escravos se pelo baixo custo destes em relação ao assalariamento de peões livres. Em seu outro texto, o autor refletiu sobre alguns aspectos das relações cotidianas de

¹⁸⁸ Destacamos: TEIXEIRA (2008), PETIZ (2009); PERUSSATO (2010); ZETTEL (2011).

senhores e escravos nas estâncias do sul da província no século XIX. Em síntese, ele alertou para a necessidade de

[...] enterrar definitivamente os mitos de que era inviável atribuir aos escravos funções de confiança, e que a escravidão só era possível com fiscalização contínua e ameaças constantes de castigos físicos. [...]. A crença na violência absoluta da escravidão muitas vezes leva a outra crença, igualmente falsa: a liberdade pura do trabalhador ‘livre’ (MONSMA, 2011, p. 9) [*grifos do autor*].

Por sua vez, Thiago de Leitão Araújo (2008), a partir de um estudo monográfico com foco na Vila de Cruz Alta, estabeleceu profícuo diálogo com a historiografia clássica e refutou as teses de Cardoso, Freitas e Maestri Filho que sustentavam a inviabilidade da utilização sistêmica de escravos em regiões onde o pastoreio havia se constituído na principal atividade produtiva. O autor concluiu que a economia pecuária sul rio-grandense gerava recursos suficientes que possibilitavam a reprodução do sistema escravista. Assim, Araújo demonstrou que não há porque pensar que a escravidão em regiões pastoris e de fronteira na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul tenha sido residual. Considerando em sua análise que as relações escravistas eram condicionadas pelo embate cotidiano entre senhores e escravos, o autor analisou as possibilidades de ação de escravos e senhores. Para ele, foram os diferentes mecanismos de dominação senhorial que permitiam a manutenção e reprodução das relações escravistas em um contexto em que os principais reguladores da agência escrava e da senhorial eram a condição de fronteira e o universo agropecuário. Isto posto, Araújo procurou compreender quais tinham e como haviam sido colocadas em práticas as estratégias dos cativos para conquistarem a alforria. Entre outras coisas, sua pesquisa demonstrou que, mesmo numa região com base econômica agropecuarista os escravos haviam conquistado o direito à acumulação de pecúlio, com o qual poderiam alcançar a liberdade.

Por último, destacamos a pesquisa realizada por Marcelo Santos Matheus (2012). Este autor se utilizou do arcabouço teórico-metodológico da micro-história italiana para tematizar o processo de passagem da escravidão para a liberdade, principalmente, por meio da alforria. O sítio de sua pesquisa foi a Vila de Alegrete no século XIX. Em seu estudo, Matheus defende que o desejo pela liberdade não deve ser naturalizado. Isto é, embora muitos escravos desejassem ser livres, eles tinham, antes disso, em seus horizontes, diversos outros objetivos. Nesse sentido, devido a precariedade da vida, homens livres pobres e escravos dependiam em muito das relações sociais que conseguiam estabelecer para diminuir as incertezas quanto ao futuro. Para o autor, os cativos não queriam uma liberdade qualquer, esta deveria no mínimo

conservar um padrão de existência, senão melhor, ao menos, próximo daquele da vida em cativeiro, que não necessariamente viria a partir do rompimento com o senhor. Especialmente nas duas últimas décadas de vigência da escravidão no Brasil, o autor analisa a influência da condição fronteiriça e da atividade pecuária nas relações entre senhores e escravos, e como estes sujeitos buscavam utilizar a seu favor estes fatores no processo que podia ou não resultar na alforria. Matheus avança ainda no sentido de perceber os meandros das hierarquias internas da escravidão. Por fim, consideramos que o autor se equivoca ao defender insistentemente o que chamou de contexto de perda da legitimidade da escravidão, sobretudo, na segunda metade do século XIX. Cremos que os próprios dados expostos e analisados por ele dão conta que a escravidão desfrutava de ampla legitimidade até o fim da década de 1870.¹⁸⁹

Tanto os autores da matriz de história agrária quanto estes dois últimos exploraram preciosas informações sobre a ocupação em que os escravos eram empregados. Como já vimos, Zarth levantou a hipótese de que os escravos roceiros formavam a maior parte dos cativos das estâncias, a qual não foi confirmada por Osório e Farinatti. Segundo Helen Osório, “como ele [Zarth] não analisou individualmente as unidades produtivas, nem a quantidade de escravos ‘campeiros’ e ‘roceiros’ presentes em cada inventário, nada pôde concluir a respeito” ([1999] 2007, p. 149).

Mas, além disso, Paulo A. Zarth explorou um documento elaborado pela Câmara Municipal de Vereadores em 1858 chamado *Mappa demonstrativo das officinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. No subcapítulo 1.5, já havíamos destacado algumas informações sobre esta fonte. Explorando o documento por completo, Paulo A. Zarth colocou que

além de sua presença nas estâncias, os escravos desempenhavam atividades nas pequenas indústrias artesanais da região das Missões. [...]. Dos 297 trabalhadores empregados nos 108 estabelecimentos, 35,6% eram escravos, destacando-se o caso das fábricas de farinha-de-mandioca, nas quais os cativos representavam 65% da mão-de-obra ([1994] 2002, p. 121).

O exame de Zarth sobre esta rica fonte se encerra nesta única constatação. Do quadro exposto por este autor constatamos ainda que dos 16 tipos diferentes de estabelecimentos, os cativos se faziam presentes em 10 deles, e do número total de 108 unidades produtivas,

¹⁸⁹ Marcelo Matheus explora uma fonte rara para o Rio Grande de São Pedro, a Lista de Classificação de Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação (doravante, *Lista de Classificação*). Ver: MATHEUS (2012, p. 90 – 113) e MATHEUS (2011).

estiveram empregados em 93.¹⁹⁰ O quadro 13, abaixo, foi elaborado a partir das informações apresentadas por Zarth. Nele expomos apenas os estabelecimentos que contavam com mão-de-obra cativa. De imediato, ele já nos revela a abrangência do trabalho escravo para além das atividades exclusivamente rurais como a lavoura e faina pastoril.

Quadro 13 – Trabalhadores Livres e Escravos nas Oficinas de São Borja (1858)

Estabelecimentos	Nº	Trabalhadores	
		Livres	Escravos
Fábrica de farinha de mandioca	25	30	56
Fábrica de cana de açúcar	03	06	07
Fábrica de velas	09	18	04
Engenhos de serrar	04	14	02
Olarias	11	21	08
Padarias	12	16	13
Sapatarias	05	07	03
Alfaiatarias	07	10	04
Marcenaria/carpintarias	09	14	04
Ferrarias	08	12	05
Totais	93	148	106

Fonte: *Mappa demonstrativo das oficinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja.* Correspondência da Câmara Municipal de São Borja, 29/09/1858. Adaptação a partir da ZARTH ([1994] 2002, p. 121).

Outro fato que as informações do quadro insinuam é que em boa parte destas produções havia a conjugação de trabalho livre e escravo. Não podemos afirmar que isso ocorria em todos os estabelecimentos, mas seria muito improvável que houvesse estabelecimentos somente com escravos ou, ainda, expressivo número de unidades de produção só com trabalhadores livres. Mas, voltamos a afirmar, o que mais chama a atenção é a amplitude do trabalho escravo por diversas atividades produtivas. Além da justa ênfase dada por Zarth na participação dos cativos nas fábricas de farinha de mandioca, podemos notar os cativos espalhados por fábricas de velas, olarias, padarias, sapatarias, alfaiatarias, marcenarias/carpintarias e ferrarias entre outras atividades. Provavelmente, muitos deles eram padeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros/carpinteiros, etc., ocupações que exigia destes trabalhadores específicos graus de especialização e demandava tempo de instrução. Há

¹⁹⁰ Além destes 10 tipos estabelecimentos, o quadro elaborado por Zarth apresentava ainda mais 6 que não contavam com trabalho escravo: 1 engenhos de erva-mate, 5 ourives, 3 funilarias, 1 chapelaria, 4 estaleiros e 1 tamanqueiro.

de se lamentar a não discriminação do sexo dos escravos, mas, sem dúvida, haviam mulheres cativas entre estes escravos considerados no Mapa.

Não é muito comum se encontrar nos inventários *post-mortem* referências à ocupação dos cativos. Na Vila de São Borja em apenas 16 (17%) dos 92 inventários da nossa amostra de produtores escravistas há a discriminação da ocupação de ao menos um escravo. Helen Osório encontrou uma proporção maior para o período colonial, 24% ([1999] 2007, p. 149). Porém, é preciso observar que destes 16 inventários, 14 deles foram abertos entre 1828 e 1850. Farinatti constatou algo semelhante para Alegrete, segundo o autor “as referências aos ofícios dos escravos são bem mais frequentes nos inventários do período anterior ao final do tráfico atlântico” ([2007] 2010a, p. 352). Portanto, excluiremos os dois inventários abertos no ano de 1856 do exame que realizaremos, ficando o alcance de nossas análises restritas ao intervalo de 1828 a 1850.¹⁹¹ Assim, estes 14 inventários representam 30% dos 48 processos abertos entre 1828 e 1850.

Nos 14 inventários onde há a discriminação da ocupação de ao menos um cativo, de 108 homens em idade produtiva (15 a 45 anos), em 48 (44%) dos casos a ocupação destes foi especificada. Para o período colonial, dos escravos possuídos por estancieiros, 18% teve sua ocupação discriminada (OSÓRIO, [1999] 2007, p. 149-150).¹⁹² Em Alegrete, entre 1831 e 1850, 53% dos escravos homens adultos tiveram sua ocupação registrada (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 353). Ampliando o período abordado por Farinatti, Marcelo Matheus (2012, p.102) verificou que de 1829 e 1869, a ocupação dos cativos foi expressa em apenas 17% dos casos. No entanto, Matheus considera todo o universo de cativos e não somente os adultos como fez Farinatti. Na Vila de Cruz Alta entre 1834 a 1879, em 18,5% das ocorrências se registrou a ocupação dos cativos. Porém, Thiago Araújo observa que

de 193 referências às profissões dos escravos, 158 (81,8%) datam da década de 1870, justamente pela obrigatoriedade da identificação a mais completa possível nas listas de matrícula dos escravos a partir da legislação de 1871; a segunda é que anteriormente à década de 1870, referências às profissões dos cativos aparecem apenas nas unidades produtivas de maior vulto econômico (ARAÚJO, 2008, p. 65).

Sobre esta segunda observação, Farintatti também constatou que “a proporção de escravos com ocupações especificadas, expressamente, é maior nos estratos mais afortunados

¹⁹¹ Mais adiante, a década de 1850 será contemplada na análise por meio de outros documentos que serão oportunamente apresentados.

¹⁹² Creio que a autora considerou todos os escravos arrolados e não apenas os adultos.

dos estancieiros, diminuindo conforme nos aproximamos dos criadores de menor vulto” (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 353). Nos processos abertos na Vila de São Borja também notamos o mesmo. Dos 14 inventários, somente em 04 deles os produtores possuíam menos de 350 reses. Dos outros 10, todos possuíam mais de 800 reses. Assim, é preciso levar em conta que quando tratamos das ocupações dos cativos descritos em inventários, acabamos retratando quase que exclusivamente o universo dos médios e grandes estabelecimentos produtivos.

Levando em consideração apenas os dados de São Borja, onde 44% dos cativos em idade produtiva tiveram suas ocupações descritas, e de Alegrete, onde foram 53%, pode-se perceber que há ainda, em ambas as regiões, uma significativa parcela de escravos que não teve registrada sua ocupação. De acordo com Farinatti,

o silêncio sobre a ocupação de quase metade dos cativos pode estar indicando duas coisas diferentes. Muitos dos casos referem-se simplesmente a uma forma do inventariante, ou mesmo do escrivão responsável pelo processo, designarem mais sumariamente os termos do inventário. Nesse caso, escravos campeiros, roceiros, carpinteiros e outros podem estar diluídos naquele número de cativos sem ocupação declarada. Porém, em outros casos, a omissão pode significar que aquele escravo era empregado em um variado leque de funções, como o costeio do gado, a roça de alimentos, o trabalho em construções e outros (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 353).

Porém, o fato de que um escravo tenha tido uma ocupação definida não significa que ele não fosse utilizado em outras atividades além da sua. Nesse sentido, Matheus acrescenta que, “como grande parte das atividades produtivas [era] sazonal, ou seja, com momentos em que [havia] mais necessidade de mão-de-obra, provavelmente os cativos eram deslocados para outras atividades em períodos que a produção fim demandava menos braços” (2012, p. 103).

As pesquisas com as quais estamos confrontando nossos dados são unânimes em demonstrar que a ocupação mais frequente entre os escravos homens era de campeiro. Helen Osório mostrou que no período colonial entre os cativos arrolados em inventários com ocupação discriminada 41% eram campeiros ou domadores ([1999] 2007, p. 149-150). Em Alegrete (1831 – 1850), estes cativos perfaziam 47% do total daqueles com ocupação expressa (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 354;358). Para a mesma localidade, mas para a década de 1870, Matheus constatou que 38% dos escravos relacionados na *Lista de Classificação* se dedicavam as lidas de campo (2012, p. 104). Mas, o dado mais importante que este autor revela, a partir da *Lista de Classificação*, é que dos escravos homens em idade

produtiva 70% eram campeiros. Por sua vez, Araújo verificou que eles compunham 38,1% dos cativos com ocupação declarada na Vila de Cruz Alta (2008, p. 65). Por fim, para São Borja, no intervalo de 1828 a 1850, a proporção de cativos que foram discriminados como campeiros foi de 52%.

Quadro 14 – Ocupação dos escravos em idade produtiva inventariados na Vila de São Borja (1828 – 1850)¹⁹³

Ocupação	Quantidade
Campeiro	20
Domador	3
Campeiro e roceiro	1
Campeiro e carpinteiro	1
Roceiro	10
Telheiro	6
Sapateiro	4
Pedreiro	1
Carpinteiro	1
Costureira	1

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Este percentual de escravos campeiros para a região das Missões não chega a nos surpreender. Em 1858, um levantamento estatístico sobre o número de estâncias, rebanhos e trabalhadores livres e cativos de diversos municípios do Rio Grande de São Pedro¹⁹⁴ aponta que, entre as 15 localidades contempladas no *Mapa Numérico das Estâncias*, São Borja era a localidade com maior número de unidades criatórias com 568, e possuía o segundo maior rebanho de animais *vacuns*. Este *Mapa Numérico das Estâncias* foi composto a partir da compilação das informações passadas por diversas *Relações de Estâncias*¹⁹⁵ que cada Câmara

¹⁹³ Há ainda outros 12 cativos que tiveram suas ocupações discriminadas, mas se encontravam fora da faixa etária considerada de idade produtiva. Encontramos 1 alfaiate e 04 roceiros idosos. E, ainda, 7 cativos crianças: 1 roceiro com apenas 04 anos e 06 campeiros entre 12 e 9 anos de idade que já havíamos examinado no subcapítulo 2.3.

¹⁹⁴ *Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio* (doravante, *Mapa Numérico das Estâncias*). (Fundo Estatística, maço 02 – 1858 AHRs). Alguns historiadores já se utilizaram desse documento para, entre outras coisas, fortalecer a argumentação sobre a importância do trabalho cativo no pastoreio: ZARTH ([1994] 2002); OSÓRIO ([1999] 2007); MAESTRI (2002); FARINATTI (2006; [2007] 2010a); FOLETTI (2003).

¹⁹⁵ Para São Borja o documento foi intitulado de *Relação das estâncias que contém o termo de São Borja com as declarações dos nomes de seus proprietários, número de crias vacuns e cavallares que*

Municipal ou Delegacias de Polícia tiveram a responsabilidade de elaborar com base na produção do ano de 1857. No quadro 15 apresentamos os dados de tal estatística para quatro municípios.

Quadro 15 – Número de estâncias, rebanho bovino, capatazes, peões livres e peões escravos em cinco municípios da Província do Rio Grande de São Pedro (1858)

Município	Nº de estâncias	Nº total do rebanho bovino	Nº de Capatazes	Nº de peões	
				Livres	Escravos
São Borja	568	438.840	171	339	153
Alegrete	391	772.232	124	159	527
Santa Maria da Boca do Monte ^a	88 ^b	75.898 ^b	18 ^c	41 ^b	191 ^b
Rio Pardo	40	138.296	32	34	173

Fonte: para São Borja, Alegrete e Rio Pardo: *Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio*. Fundo Estatística, maço 02 – 1858 AHRS. Para Santa Maria da Boca do Monte: *Relação dos Animais Vacuns, Cavallares e Lanígeros do Município de Santa Maria da Boca do Monte* (doravante, *Relação de Santa Maria*). Delegacia de Polícia. Correspondência Expedida. AHRS.

^a Embora conste no Mapa Numérico das Estâncias dados sobre Santa Maria da Boca do Monte, neste estudo, utilizamos os dados da própria *Relação de Santa Maria*, pois percebemos que há significativas divergências entre os números da *Relação* e os constantes no Mapa Numérico, principalmente, no que diz respeito ao número de escravos e peões livres. Portanto, utilizamos os dados da *Relação de Santa Maria*, por os considerarmos mais confiáveis.

^b Dados retirados de FARINATTI (2010c, p. 247; 258).

^c Dado retirado diretamente da *Relação de Santa Maria*.¹⁹⁶

Como se pode notar, havia em São Borja um número de unidades de criação bastante superior do que nas outras três localidades. Em relação aos peões livres e aos peões escravos, o levantamento mostra que Alegrete, Santa Maria e Rio Pardo se caracterizaram por grandes contingentes de cativos campeiros, por outro lado, em São Borja a tendência teria sido a utilização em maior escala de peões livres.

No entanto, é preciso problematizar os números de peões livres e escravos em São Borja. Talvez, considerável parte dos 339 peões livres possam ser escravos. Explica-se: a existência de uma dessas *Relações de Estância* para São Borja, que temos chamado de

marcarão no anno de 1857, e as pessoas empregadas com capatazes e piões (doravante, *Relação de 1857*). (Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS). Ainda neste capítulo exploraremos com maiores detalhes os dados desta fonte, assim como, abordaremos melhor o contexto de sua produção.

¹⁹⁶ Agradecemos ao Prof^o. Luís Augusto Farinatti por nos ter gentilmente disponibilizado o banco de dados que elaborou com as informações da *Relação de Santa Maria*.

Relação de 1857, nos permitiu ter acesso a uma rica listagem nominal de criadores, a qual fora organizada por distritos. Dos cinco grandes distritos sob jurisdição da Vila de São Borja, nos parece que os responsáveis pela estatística do 2º, São Patrício de Itaqui, não discriminaram os peões entre livres e escravos. Pela dimensão que o trabalho escravo tomou nas áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro, é impossível que dos 107 estabelecimentos produtivos listados em tal distrito, em apenas três deles se tenha empregado escravos nas lidas campeiras. Além disso, em nenhuma destas unidades de produção foi registrado a presença de filhos dos proprietários nas atividades pecuárias, fato que reforça nossa suspeita de que não se especificou as *qualidades* entre os distintos tipos de peões naquele distrito. Neste caso, o número de 153 cativos para São Borja estaria bastante subestimado.

Se aceitarmos esta hipótese como válida, podemos, a partir dos dados da *Relação de 1857*, esboçarmos uma estimativa de quantos peões escravos haveriam entre os 156 peões livres não discriminados do 2º distrito (São Patrício de Itaqui). Se excluirmos do universo de peões da Vila de São Borja todos os peões do 2º distrito (os 156 peões livres e os 02 escravos), sobram 334 peões ao todo (183 livres e 151 cativos). Em termos proporcionais, os cativos comporiam 45% do conjunto de trabalhadores campeiros. Assim, se o total de peões no 2º distrito era de aproximadamente 158, e considerarmos que nele, igualmente ao restante da Vila, os escravos campeiros perfaziam 45% dos peões, em números absolutos eles seriam cerca de 71 sujeitos. Logo, de acordo com nossa estimativa, o universo total de 492 peões da Vila de São Borja, que a princípio estava dividido entre 339 livres e 153 escravos, ficaria mais equilibrado passando a contar com 270 peões livres e 222 peões cativos.¹⁹⁷

Aliás, o fato de que 15 dos 25 cativos campeiros em idade produtiva encontrados nos inventários *post-mortem* eram propriedades de produtores do distrito de São Patrício de Itaqui corrobora a nossa estimativa. Também não podemos esquecer que das 6 crianças campeiras, 5 delas estavam empregadas num estabelecimento produtivo no 2º distrito. Assim, se nos inventários relativos a produtores deste distrito houve considerável registro de escravos campeiros, acreditamos que a ausência destes cativos na *Relação de 1857* se explica quase

¹⁹⁷ Mais uma vez, agradecemos ao Profº. Luís Augusto Farinatti que nos alertou sobre a falta de discriminação dos peões do distrito de São Patrício de Itaqui. Obviamente, que a decisão de esboçarmos esta estimativa é exclusivamente nossa, assim como, a responsabilidade por seus eventuais equívocos. Em texto datado de 2003, Farinatti consorciou as *Relações* de São Borja e de Santa Maria da Boca do Monte para analisar em conjunto o universo pastoril destas duas regiões, no entanto, em sua análise ele não desconsiderou os dados do 2º distrito, fato que, em nosso entendimento causa distorções ao exame: FARINATTI (2003). Já em texto mais recente, o autor cruzou os dados da *Relação* de Santa Maria da Boca do Monte com os inventários *post-mortem* de diversos produtores desta localidade: FARINATTI (2010c).

que exclusivamente pelo fato de que não se procedeu a discriminação dos peões relacionados. cremos que existem indícios suficientes para considerar que a estimativa realizada é no mínimo plausível.

No entanto, mesmo aceitando esta estimativa (270 peões livres e 222 peões escravos), os peões livres ainda seriam a maioria na faina pastoril na região das Missões, realidade diferente das verificadas nos outros três municípios expostos no quadro 15, onde o trabalho campeiro permanente era realizado principalmente por cativos. Comparando os dados de São Borja somente com Alegrete, se pode perceber que se em São Borja havia um número bem maior de estâncias, em Alegrete o rebanho era significativamente mais numeroso. Esse dado é mais um que evidencia que a estrutura agrária de Alegrete era composta por estâncias maiores e com rebanhos mais vultosos do que em São Borja. Em contrapartida, naquela o universo rural foi mais diversificado tanto socialmente, com maior presença de médios e pequenos produtores, quanto produtivamente, havendo importante criação de mulas e unidades agrícolas.

Seria muito complicado projetar a distribuição destes escravos pelas diferentes envergaduras de criadores escravistas a partir dos resultados desta estimativa. Todavia, através da *Relação de 1857* podemos examinar quais os estratos de criadores que acumulavam maior parte dos peões escravos. Para fazer isso, iremos desconsiderar as problemáticas informações existentes para o 2º distrito. Antes, porém, se faz necessário conhecer um pouco mais sobre as potencialidades e os limites deste documento.¹⁹⁸

No ano de 1857 o Presidente da Província solicitou às Câmaras de Vereadores dos municípios sul rio-grandenses que fizessem um levantamento listando todos os criadores de gado locais. Esta relação deveria discriminar, para cada criador, a quantidade de gado possuída, o número de reses marcadas no ano anterior e os trabalhadores livres e escravos empregados no costeio do gado. De fato, poucos municípios responderam a solicitação do governo provincial e, em geral, o fizeram de forma bastante incompleta. Para São Borja, no entanto, a Relação foi feita com bastante esmero. O documento nos informa sobre o tipo de mão de obra empregada no pastoreio. Ali consta o número de escravos envolvidos com a lida campeira, dado que com pouca frequência se encontra nos inventários *post-mortem*, já que não foi muito comum discriminar a ocupação dos cativos por atividades: *roceiros, campeiros, domador, de todo o serviço*.

¹⁹⁸ Os esclarecimentos que faremos sobre esta fonte foram retirados de FARINATTI (2003, p. 255 - 258).

Da mesma forma que outras fontes históricas, as *Relações* também possui suas limitações. Nela estão contempladas apenas as atividades pecuárias, sendo assim, não trazem informações sobre eventuais outras atividades produtivas que os criadores pudessem conjugar com o pastoreio (a agricultura de alimentos, por exemplo). Assim, no tocante a mão de obra, a fonte nada revela sobre os trabalhadores livres e/ou cativos envolvidos nas lidas agrícolas, como era o caso dos escravos roceiros. Outra possível fragilidade da *Relação* pode estar, a exemplo dos inventários *post-mortem*, no risco de sobre representação dos criadores mais abastados. Contudo, cremos que a lista de criadores da Vila de São Borja tenha sido bastante realista do cenário pastoril da região, não ocorrendo privilégio aos maiores criadores em detrimento dos menores. Sendo assim, acreditamos que a *Relação* contemple grande parcela dos criadores da Vila, fornecendo-nos um quadro bastante informativo da atividade pecuária em cada região.

Luís A. Farinatti (2003) e Arlene Foletto (2003) fizeram uso da *Relação de 1857* da Vila de São Borja.¹⁹⁹ Entretanto, enquanto esta levou em consideração apenas os criadores do 2º, 4º e 5º distritos, os quais a partir de 1859 passariam a fazer parte da Vila de São Patrício de Itaqui, aquele conjugou os dados da *Relação* de São Borja com as informações da *Relação* da localidade de Santa Maria da Boca do Monte. O tratamento que daremos à *Relação de 1857* da Vila de São Borja a partir daqui é, consideravelmente, distinto por algumas razões. Da *Relação* completa de 568 unidades criatórias, excluímos da análise 113 delas. Quatro produtores foram retirados por não possuírem gado *vacum*, outros dois por não especificarem o número de escravos empregados no costeio do gado e, por fim, todos os 107 criadores do 2º distrito (São Patrício de Itaqui) foram retirados pelo já sabido motivo de que somente um destes 107 criadores discriminou os peões entre livres e escravos. Desse modo, nosso universo de análise consiste de 455 unidades criatórias, distribuídas entre o 1º, 3º, 4º e 5º distritos da Vila de São Borja. Além disso, quando possível, estabeleceremos comparações com os dados oriundos da *Relação* de Santa Maria, seja através do próprio documento ou do texto de Farinatti (2010c).

Em primeiro lugar, é necessário mostrar que a concentração do rebanho bovino a partir da *relação* seguiu o mesmo padrão averiguado por meio dos inventários *post-mortem* (ver tabela 2).

¹⁹⁹ Paulo A. Zarth ([1994] 2002) também já fez uso deste documento.

Tabela 10 – Distribuição do rebanho de gado *vacum* na Vila de São Borja (1857)²⁰⁰

Rebanho bovino	criadores		Reses	
	nº	%	nº	%
001 – 100	96	21%	6.680	03%
101 – 500	247	54%	61.468	29%
501 – 1000	66	15%	46.612	22%
Acima de 1000	46	10%	95.976	46%
Total	455	100%	210.736	100%

Fonte: *Relação de 1857*. Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

Fica patente o alto grau de concentração do rebanho por parte dos *grandes criadores*. Estes representavam apenas 10% do total de criadores, em contrapartida, detinham nada menos do que 46% do gado. Enquanto isso, somados os *pequenos criadores* com aqueles que não viviam exclusivamente da pecuária, tem-se que 75% dos criadores eram donos de apenas 32% das reses. O mais impressionante é que os criadores com até 100 reses, que não podiam viver só da pecuária, atingiram a significativa representatividade de 21%, no entanto, dividiam entre si somente 3% do gado listado. A faixa dos *médios criadores*, por sua vez, foi a que apresentou maior equilíbrio entre as representatividades dos criadores e do gado possuído, 15% e 22% respectivamente. Um último aspecto a ser ressaltado é o grande percentual de *pequenos criadores* (54%), estes compunham uma verdadeira massa de modestos produtores que povoava e diversificava a paisagem agrária daquela região.

Confrontando esses dados com os existentes na fonte análoga à região de Santa Maria da Boca do Monte percebe-se que, embora hajam algumas variações, o padrão de concentração da posse do gado se repete. Analisando este documento, Luís A. Farinatti colocou que:

pode-se notar uma grande concentração do rebanho *vacum*. Se os pequenos criadores eram socialmente muito importantes, formando maioria dos produtores pecuários do município, é também verdade que havia uma pequena elite de grandes estancieros que dominava a

²⁰⁰ Adotamos aqui o mesmo arranjo seguido por Farinatti (2003). Esse autor classificou os criadores que possuíam um rebanho com mais de 1000 cabeças de gado como *grandes criadores*, os que tinham rebanho na faixa de 501 a 1000 cabeças foram denominados como *médios criadores*, os *pequenos criadores* eram aqueles que detinham de 101 a 500 animais e os que contavam com no máximo 100 reses formavam o grupo dos criadores que, seguramente, não viviam somente da atividade pastoril.

maior parte do rebanho. Os 26% de criadores listados que possuíam mais de 1.000 reses abocanhavam cerca de 63% do gado presente naquele documento. Por sua vez, os pequenos criadores, que eram 53% do total, não chegavam a possuir nem 20% do rebanho listado (2010c, p. 247).

Ainda havia uma faixa de médios pecuaristas que possuíam entre 501 e 1000 cabeças de gado. Estes perfaziam 18% dos criadores e possuíam 18% das reses (FARINATTI, 2010c, p. 247).

A expressiva presença de pequenas unidades de criação, que perfazia 75% do total em São Borja e 53% em Santa Maria da Boca do Monte, mostra que grande quantidade dos homens pobres não era completamente desprovida de meios de produção. Esta circunstância gerou importantes desdobramentos nos arranjos produtivos da região. Ao se constituírem em pequenos produtores, estes homens e seus respectivos grupos familiares reduziram a oferta de trabalhadores aos grandes estabelecimentos. Por seu turno, este fato acabou gerando a necessidade estrutural de se recorrer à mão-de-obra cativa para se preencher o núcleo estável de trabalhadores das unidades produtivas.

Karl Monsma (2009) diverge desta interpretação, para este autor,

se o escravo trabalhasse pelo menos dez anos, custaria menos que um peão livre. Ou seja, os estancieiros usavam escravos como trabalhadores permanentes porque eram mais baratos que peões livres, não porque inexistiam homens livres dispostos a se contratar como peões permanentes. A presença de peões livres permanentes nas estâncias comprova que era possível contratá-los (p. 6).

Nesse sentido, o autor pondera que “a ocupação informal de terras devolutas envolv[ia] riscos – principalmente o risco de perder a terra e as benfeitorias - e *os pequenos produtores tipicamente precisa[va]m de dinheiro para satisfazer algumas das suas necessidades*” (p.4) [*grifos nossos*]. Monsma argumenta ainda que, mesmo que, em sua maioria, os peões sul rio-grandenses estivessem ligados a pequenas unidades produtivas de caráter familiar, os estancieiros poderiam ter atraído peões migrantes de diversas regiões do espaço platino, da mesma forma que fizeram os estancieiros da pampa buenairense. Em suas palavras:

[...] já existiam correntes migratórias da região platina para a Província de São Pedro, e os estancieiros rio-grandenses poderiam ter contratado mais migrantes como peões permanentes, mas eles preferiam comprar

escravos para o trabalho permanente porque eram mais baratos e mais constantes e disciplinados. [...]. A presença dos cativos facilitava a contratação de peões livres - porque reduzia a demanda por eles nas estâncias -, reprimia seus salários e aumentava o poder de negociação dos estancieiros (p.12).

O argumento de Monsma é bem construído a partir de uma perspectiva comparativa com o contexto histórico platino, especialmente buenairense, da segunda metade do século XVIII. Todavia, em relação a suas ponderações referentes ao Rio Grande de São Pedro, consideramos que falta base empírica e coerência ao autor para sustentar tal argumentação. Em primeiro lugar, parece-nos que K. Monsma entende que fora da grande produção não haveria a possibilidade de ganhos monetários. Ou seja, as pequenas unidades produtivas ficariam confinadas à subsistência, e que a única solução viável para os agentes sociais envolvidos na produção de pequena escala obter pecúlio seria o assalariamento (permanente ou temporário) em grandes estabelecimentos pastoris.

Como temos argumentado neste estudo, o dinamismo econômico-produtivo na região das Missões, em específico, e nas áreas agropastoris do Rio Grande de São Pedro era bem maior do que a bem pouco se supunha; sendo que até mesmo boa parte dos modestos produtores adquiriu condições de vincular-se a circuitos comerciais; situação que lhes possibilitava acessarem a recursos monetários não desprezíveis. Logo, acreditamos que considerável parte do *dinheiro para satisfazer algumas das necessidades* dos pequenos produtores era obtida por meio da produção realizada em suas próprias unidades produtivas. Tal possibilidade de acumular certo pecúlio com produção modesta se constituiu num fator que dificultou ainda mais a formação de uma ampla e estável oferta de mão-de-obra livre. Esta circunstância fazia com que os custos para contratar peões livres se elevassem, por consequência fazia-se necessário adquirir escravos, o que foi feito tanto por grandes estancieiros como por pequenos produtores. Ora, a valorização dos salários dos peões praticamente impedia que modestos produtores contratassem estes trabalhadores, os quais na maioria das vezes eram eles mesmos, já que aproveitavam para se empregar temporariamente nas grandes unidades pecuaristas. Assim, a forma mais segura para os pequenos produtores obterem trabalho estável seria por meio da escravidão.

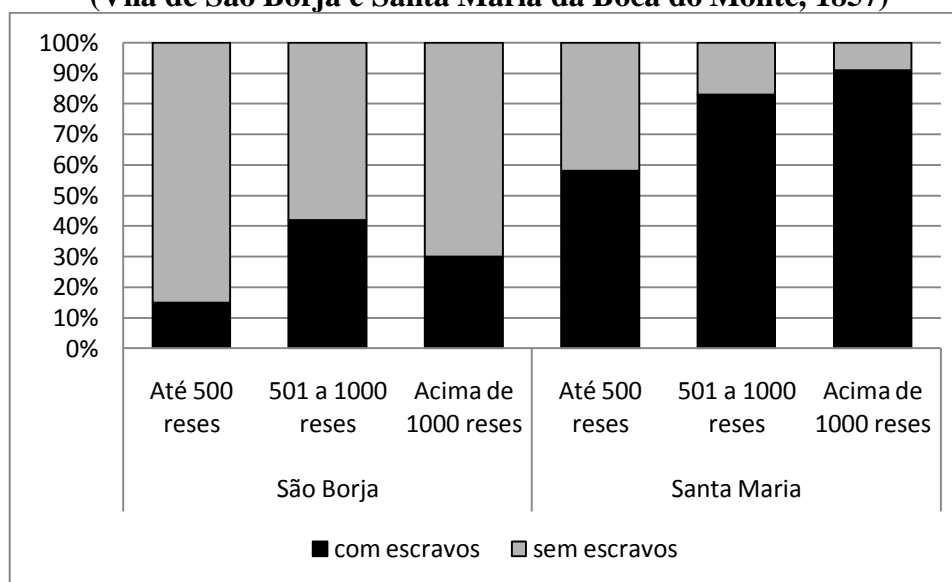
Em seu argumento Monsma avalia que os estancieiros sul rio-grandenses poderiam ter atraído peões da região platina. Referindo o estudo de Farinatti ([2007] 2010a), coloca que 28% dos peões das estâncias que aparecem como testemunhas nos processos-crime de Alegrete (1825 – 1865) provinham dos Estados platinos. Diferente do entendimento de

Monsma, cremos que esse número, averiguado por Farinatti, comprova que os produtores sul rio-grandenses realizaram um significativo esforço para atrair peões daqueles Estados vizinhos. Entretanto, ao que tudo indica, nem mesmo a vinda de considerável número de trabalhadores do além-fronteira foi suficiente para suprir a demanda por mão-de-obra da estrutura produtiva na fronteira-oeste sul rio-grandense.

De outro modo, é preciso lembrar que considerável parcela dos povoadores luso-brasileiros trouxe escravos consigo para a fronteira-oeste do Rio Grande de São Pedro. Naturalmente que com o passar do tempo essa população cativa reproduziu-se. Portanto, em significativa medida, os escravos que residiam nas regiões que estamos nos referindo eram oriundos da reprodução natural. Tal condição tornava os produtores menos dependentes da necessidade de contratar peões livres. Ao longo deste subcapítulo, e do seguinte, reforçaremos nossa argumentação no sentido de demonstrar que o trabalho cativo foi um pilar estruturante para a funcionalidade do sistema produtivo pastoril que foi erigido na fronteira-oeste do Rio Grande de São Pedro.

No que tange ao acesso dos produtores a posse de escravos campeiros, os dados da *Relação de 1857* e da *Relação de Santa Maria* são bastante distintos.

Figura 28 – Acesso ao trabalho escravo de acordo com a envergadura dos criadores (Vila de São Borja e Santa Maria da Boca do Monte, 1857)



Fonte: *Relação de 1857*. Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS. *Relação de Santa Maria*, Delegacia de Polícia, Correspondência Expedida, AHRS.

A presença de escravos campeiros não foi expressiva em nenhuma faixa de envergadura de criador na Vila de São Borja. De fato, apenas 92 (20%) dos 455 produtores da

Relação possuíam escravos empregados na pecuária. Este dado deixa claro que embora a posse de escravos estivesse disseminada por todas as camadas sociais, contar com cativos especializados nas tarefas pastoris era consideravelmente difícil na região das Missões. Porém, a reduzida proporção de escravos entre os criadores com até 500 reses não quer dizer que eles não tivessem escravos. Lembremos que o documento trata apenas dos escravos empregados na faina pastoril. É bem provável que muitos destes pequenos criadores tivessem escravos que não trabalhavam como campeiros, ou que trabalhavam em diversas atividades, e devido a isto não tenham sido discriminados como trabalhadores exclusivos do pastoreio. Em contrapartida, em Santa Maria da Boca do Monte, em todas as faixas a presença de cativos campeiros ultrapassou a casa dos 50%. Atingindo proporções significativas entre médios (83%) e grandes estancieiros (91%).²⁰¹ Esses dados são eloquentes e apontam que de uma região para a outra havia uma significativa diferença na composição do núcleo estável de trabalhadores pastoris.

É interessante notar que, em São Borja, a tendência de aumento da proporção de produtores com escravos campeiros em direção aos estratos mais afortunados se interrompe entre os médios e grandes criadores. Tanto em números absolutos, quanto em proporcionais os médios criadores contaram com mais peões escravos do que os grandes produtores. Talvez, isto esteja insinuando que os grandes proprietários tenham tido uma menor dependência do trabalho escravo nas lidas campeiras por terem maior capacidade econômica de pagar salários e jornais a peões livres. Nesse sentido, é interessante recordar que os produtores mais abastados comprometiam menos o seu patrimônio com escravos, sem dúvida, isto se refletiu também no investimento que faziam em escravos campeiros. Voltaremos a este ponto logo adiante.

Para examinar a posse de escravos campeiros nas ditas Relações, elaboramos a tabela 11 e 12.

²⁰¹ Em seu texto, a respeito do acesso a cativos campeiros pelos produtores listados em Santa Maria da Boca do Monte, a única informação destacada por Farinatti foi que, “entre os criadores de médio porte, mais de 80% contavam com escravos campeiros, empregando algo em torno de três cativos no costeiro do gado” (2010c, p. 259).

Tabela 11 – Estrutura de posse de escravos campeiros (Vila de São Borja, 1857)

Rebanho bovino	Criadores			Escravos		
	Total	com escravos		n°	%	
		n°	%			%'
Até 500	343	50	15	54	69	46
501 - 1000	66	28	42	31	46	30
Acima de 1000	46	14	30	15	36	24
Total	455	92		100	151	100

^a No campo *criadores com escravos*, as porcentagens (%) calculadas dizem respeito ao total de criadores de cada faixa, e não a soma total dos criadores de todas as faixas. As porcentagens linhas (%) calculadas se referem à representatividade dos criadores com escravos de cada faixa em relação ao universo de criadores escravistas.

Fonte: *Relação de 1857*. Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRGS.

Tabela 12 – Estrutura de posse de escravos campeiros (Santa Maria da Boca do Monte, 1857)

Rebanho bovino	Criadores			Escravos		
	Total	com escravos ^a		n°	%	
		n°	%			%'
Até 500	47	27	58	43	54	28
501 a 1000	18	15	83	24	38	20
Acima de 1000	23	21	91	33	99	52
Total	88	63		100	191	100

^a No campo *criadores com escravos*, as porcentagens (%) calculadas dizem respeito ao total de criadores de cada faixa, e não a soma total dos criadores de todas as faixas. As porcentagens linhas (%) calculadas se referem à representatividade dos criadores com escravos de cada faixa em relação ao universo de criadores escravistas.

Fonte: *Relação de Santa Maria*, Delegacia de Polícia, Correspondência Expedida, AHRG.

Os dados da tabela 11, que se referem a São Borja, nos sugerem que havia uma concentração maior do acesso ao trabalho de campeiros no interior de cada grupo de criadores, do que uma acentuada concentração deste tipo de escravos entre esses grupos. Ou seja, parece ter havido certa dispersão de escravos campeiros entre restritas elites escravistas de pequenos, médios e grandes criadores. Estes criadores de pequeno porte representavam 54% de todos os criadores escravistas, enquanto que 46% dos escravos campeiros estavam em suas senzalas. Porém, o mais impressionante é que estes 46% de peões cativos estavam

divididos por apenas 15% dos pequenos criadores, isto é, uma elite escravista entre estes modestos pecuaristas.

Mas não foi só entre os pequenos criadores que se formou uma elite escravista de cativos campeiros. Entre os médios criadores verificou-se o maior equilíbrio na distribuição da posse de cativos campeiros. Os médios pecuaristas compunham 31% do universo de produtores com escravos campeiros, e concentravam 30% destes cativos. Porém, estes médios criadores que empregavam escravos nas atividades pastoris eram apenas 28 (42%) do total de 66 médios criadores. Isto é, quase 60% destes produtores não possuíam escravos empregados exclusivamente no pastoreio.

Já entre os grandes criadores, parece-nos também que se constituiu uma elite de criadores com cativos campeiros. Nesse grupo, 30% dos criadores eram escravistas, porém, representaram apenas 15% do total de criadores com escravos. Em contrapartida, esses 15% concentravam 24% de todos os escravos campeiros. Como era de se esperar, neste grupo se averiguou a maior concentração de peões escravos, entretanto, esta é bem menor do que as verificadas entre os escravos em geral. Não deixa de ser significativo que 70% dos grandes produtores não contassem com escravos campeiros. Estes produtores, talvez, preferissem empregar peões assalariados e jornaleiros. A contratação destes trabalhadores, embora, na maioria das vezes, fosse mais cara que a aquisição de escravos, não exigia de antemão um alto e arriscado investimento.

No entanto, é preciso levar em conta as fragilidades da Relação de 1857. Em primeiro lugar, não se pode esquecer que se trata de um documento referente a um ano específico, portanto, as informações constantes nele não podem extrapolar o contexto histórico no qual foi elaborado, qual seja, os anos finais da década de 1850. Ademais, a estrutura de posse de escravos realizada com a Relação de 1857 diverge daquele reticente padrão de dispersão da propriedade cativa pela malha social junto à concentração da maioria das almas em poucas escravarias averiguado por meio de inventários *post-mortem* e registros paroquiais. Por sua vez, a estrutura de posse de escravos campeiros da Relação de Santa Maria mostra um padrão bem mais próximo das estruturas de posse de cativos em geral averiguadas nos inventários *post-mortem*. Ali não se formou elites de senhores escravistas nos distintos grupos de criadores. O que se verificou foi a concentração da posse de campeiros pelos grandes criadores. A figura 27 mostrou que o acesso aos campeiros aumentava conforme maior era o rebanho dos criadores. Mesmo assim, boa parte dos pequenos criadores empregou escravos nas lidas de campo. Desse modo, se difundiu na região a posse dos escravos campeiros, mas, ao mesmo tempo, a maior parte deles ficou nas senzalas dos grandes produtores. Com efeito,

a congruência dos dados da Relação de Santa Maria com os verificados nos inventários *post-mortem* e registros paroquiais indica para uma maior verossimilhança das informações da Relação de Santa Maria do que aquelas da Relação de São Borja.

Contudo, se os dados da Relação de São Borja são incongruentes com as estruturas de posse examinadas em inventários *post-mortem* e nos assentos de batismos, há outras fontes que vão ao encontro do que nos mostra aquele documento. Nos próprios inventários encontramos importantes informações sobre a organização do trabalho na criação de grande monta. Como já colocamos, da nossa amostragem de 92 inventários em que foram arrolados escravos, em 16 deles ao menos um dos cativos teve sua ocupação declarada. Destes 16 inventários, 11 eram de grandes criadores (com rebanhos superior a mais de 2000 animais *vacuns*). Em 2 destes 11 processos não haviam cativos campeiros, circunstância que insinua que em certa parte dos grandes estabelecimentos de criação a composição do núcleo estável de trabalhadores não contava com cativos campeiros. Em 1834 foi aberto o inventário de Francisco de Paula Pereira.²⁰² Além de um rebanho bovino com 2964 animais, no patrimônio deste senhor havia 12 cativos, dos quais 6 eram homens em idade produtiva, e apenas um deles teve sua ocupação discriminada, o roceiro Jacinto de 30 anos. Já em 1856 encontramos o inventário de José Corrêa da Silva Guimarães,²⁰³ criador que contava com 3417 cabeças de gado *vacum* em seu rebanho. Possuía em sua escravaria 11 cativos, 4 destes em idade produtiva, dos quais 2 eram roceiros (havia ainda um idoso africano declarado como roceiro), e outro pedreiro. Estes dois casos expressam a existência de grandes estabelecimentos pecuaristas onde, provavelmente, não haviam escravos envolvidos nas lidas pastoris.

No já explorado relatório elaborado pela Câmara Municipal de São Borja em 1858, os dirigentes municipais queixavam-se da falta de braços que afetava a região. Segundo as autoridades, “os escravos nesta localidade são apenas suficientes para o serviço doméstico; e só furtando-os algumas horas no dia a este poderão ser empregados na lavoura”.²⁰⁴ Mesmo que as autoridades tenham feito referência específica à atividade agrícola, se havia relativa falta de força de trabalho escrava para a lavoura, seria pouco provável que na criação os escravos fossem abundantes. Por outro lado, entendemos que fica nítido que tal lamentação era um tanto quanto exagerada. Como vimos por meio dos inventários, na década de 1850 os

²⁰² Inventário de Francisco de Paula Pereira. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo nº: 03, APERS.

²⁰³ Inventário de José Corrêa da Silva Guimarães. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1856, processo nº: 100, APERS.

²⁰⁴ Carta anexa ao *Mappa demonstrativo das officinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Correspondência expedida pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRs.

escravistas representavam 79% do universo de produtores (ver subcapítulo 3.1 deste estudo). Porém, se, mesmo com certas reservas, pudermos dar um relativo crédito ao informe da Câmara de Vereadores, nos parece que os produtores da região tiveram que lidar com um contingente de escravos mais limitado. Assim sendo, em alguns casos, o manejo desta condição específica gerou formas de organização do trabalho diferente do padrão averiguado com mais frequência.

Enfim, com base no exame destas fontes, cremos que temos subsídios suficientes para sugerir que mesmo em regiões próximas geograficamente como, por exemplo, São Borja, Santa Maria da Boca do Monte e Alegrete poderia haver diferenças significativas nas formas como os criadores organizavam a força de trabalho para produzir. Em algumas localidades a utilização da mão-de-obra cativa era mais intensa do que em outras. Mas em todas, além de cumprir a função de produção permanente, ela desempenhava um importante papel estratégico de não permitir que os produtores ficassem a sorte de uma oferta de trabalho livre instável e de alto custo. De acordo com Farinatti,

a existência de escravos campeiros diminuía a necessidade de trabalhadores, possibilitando que *parte* do trabalho regular do ano todo fosse coberto por esses peões a salários menores. Mas, se não houvesse escravos, não seria possível cobrir todas as necessidades de trabalhadores com peões livres a custos viáveis (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 380-381) [*grifos do autor*].

Portanto, mesmo onde a quantidade de trabalhadores escravos não foi tão numerosa, a simples presença de um núcleo constante de cativos empregados nas lidas campeiras se mostrou fundamental para a funcionalidade do sistema laboral pastoril como um todo, o qual combinava peões escravos e livres em núcleos de trabalhadores estáveis e eventuais de acordo com o ciclo anual da produção pecuária. Sem dúvida, esta estrutura laboral não funcionaria de forma tão ajustada se não houvesse o emprego da mão-de-obra escrava que, mesmo nos lugares onde não era predominante, agia no sentido de fazer com que o custo salarial de peões estáveis fosse acessível aos produtores. O quadro da organização do trabalho pastoril na fronteira-oeste e parte da região central da província do Rio Grande de São Pedro compunha-se por certa diversificação, a qual, por sua vez, era condicionada pela especificidade irrepetível de cada um de seus respectivos contextos.

De maneira geral podemos considerar que em cada um daqueles diferentes contextos a forma mais comum da composição da faina pastoril se dava por meio da conjugação do trabalho escravo e livre em núcleos de trabalhadores permanentes e temporários, e obedecia à

dinâmica do ciclo anual da produção pecuária. Porém, a partir deste padrão que parecia ser o mais adequado surgiam variações relacionadas às peculiaridades de cada espaço. Tais variantes acabavam por estruturar um *continuum* no qual estavam compreendidos diversos modos de organizar a força laboral na pecuária. No tocante à grande criação, este espectro de diferentes modos de composição do trabalho permitia que num contexto com maior quantidade de cativos, casos da Campanha e parte da região central, os núcleos de trabalhadores permanentes quase sempre contassem com escravos campeiros. De outra maneira, em contextos como na região das Missões, onde o número absoluto de cativos parecia estar aquém das necessidades produtivas, determinada parcela das grandes estâncias acabava não empregando cativos campeiros no núcleo estável do trabalho pastoril.

Isto não quer dizer que no pastoreio praticado na região das Missões não havia a conjugação de peões livre com cativos – é importante ficar claro que também ali esta forma de composição da faina pastoril configurou-se na mais frequente –, mas que em tal espaço a ausência de escravos é mais marcante, até mesmo na grande criação. Em outras palavras, na região das Missões o trabalho escravo adquiriu menor relevância quantitativa do que na Campanha e na área central da província. Todavia, isso não significa dizer que foi menos importante para a estabilidade e funcionalidade da estrutura social e econômico-produtiva daquele espaço. De fato, o padrão de combinação do trabalho livre e cativo reiterava-se na maioria das grandes estâncias das áreas examinadas. Entretanto, ele foi mais rígido entre os grandes criadores da Campanha e região central, sendo que na região das Missões, graças a suas peculiaridades, acabou assumindo contornos mais flexíveis.²⁰⁵

Fica evidente, portanto, que a pecuária se constituiu num nicho produtivo diversificado e com importante participação de trabalhadores escravos na dinâmica desta atividade econômica. Os dados examinados em nosso estudo junto ao considerável rol de pesquisas recentes que analisam esta temática não deixam dúvidas a respeito disto. Em considerável medida, eram os cativos que compunham os núcleos de trabalhadores estáveis na produção pastoril. Os avanços historiográficos das últimas décadas em relação à participação do trabalho cativo nas lidas campeiras dão forma a um novo cenário dos mundos do trabalho rural nas regiões pastoris do Rio Grande de São Pedro. Um cenário em que o trabalho cativo esteve enraizado por todas as camadas sociais, gozando de uma ampla legitimidade e

²⁰⁵ Para elaborar tal argumentação, em especial a desenvolvida nestes dois últimos parágrafos, nos beneficiamos de um profícuo intercâmbio (desigual) de ideias com o Professor Luís Augusto Farinatti. Obviamente que somos os únicos responsáveis pelos eventuais equívocos destas interpretações.

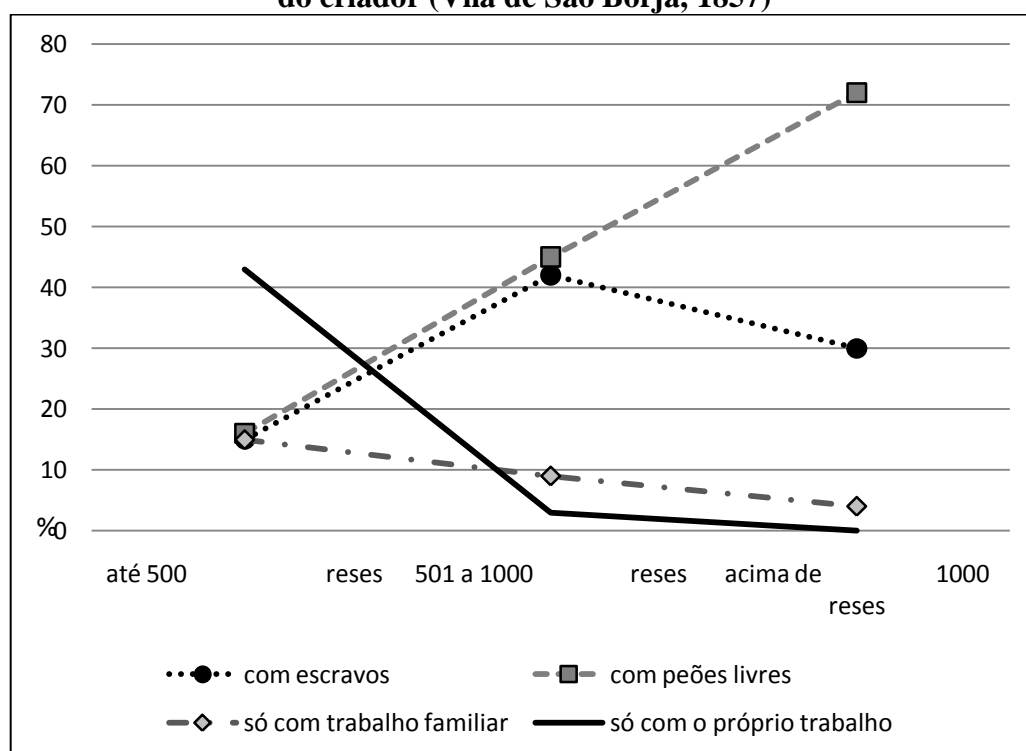
ajudando a reproduzir uma rígida hierarquia social assentada, sobretudo, pela desigual apropriação dos recursos econômico-produtivos.

Neste cenário hierarquizado e de apropriação desigual dos bens, distintos modos de trabalho livre se constituíram em importantes expedientes para se disputar os limitados recursos que estavam disponíveis para os homens dos estratos sociais mais baixos. Como bem colocou Helen Osório, a existência da escravidão não deve “eludir a presença e a importância dos peões livres, em geral mestiços ou índios, como mão-de-obra nas estâncias” ([1999] 2007, p. 159). Nesse sentido, mesmo não sendo fácil encontrar e/ou identificar vestígios de trabalhadores livres e de produção familiar, no restante do capítulo, buscaremos examinar a presença destas outras formas de trabalho na região das Missões.

3.5 Mãos livres à obra

Na *Relação de 1857* constam valiosas informações sobre a presença de capatazes e peões livres nas unidades de criação. Para Luís A. Farinatti (2003), essa informação é bastante rara, tendo em vista que estes trabalhadores, naturalmente, não aparecem nos inventários *post-mortem* e poucos são os casos conhecidos, até hoje, de contas de estâncias que permitem avaliar sua presença. O autor coloca ainda que os peões listados nas *Relações* faziam parte do núcleo de trabalhadores estáveis empregados na unidade produtiva, já que se sabe que trabalhadores eventuais eram contratados em determinados períodos do ano que marcavam os picos da atividade pastoril (como, por exemplo, as épocas da castração e da marcação). O documento aponta, ainda, os criadores que empregavam os filhos no trabalho com o gado, trazendo preciosas informações sobre o trabalho familiar rural. Na figura 29, expressamos as diferentes formas de organização laboral que se pode apreender na *Relação de 1857*, e as consideramos a partir da envergadura dos criadores.

Figura 29 – Tipo da mão-de-obra empregada na criação de acordo com a envergadura do criador (Vila de São Borja, 1857)



Fonte: *Relação de 1857*. Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

Podemos notar duas tendências de queda e duas de ascensão, embora a curva que se refere aos criadores *com escravos* apresente uma considerável variação no último intervalo. Não deixa de ser surpreendente que tenha sido no grupo dos *grandes criadores* que tenha se dado o maior desequilíbrio na diferença do emprego de peões cativos e livres, 72% dos grandes criadores empregavam peões livres, e só 30% deles empregavam escravos. Dos 42 criadores desta faixa, averiguamos que apenas 05 conjugaram o trabalho de peões livres com o trabalho escravo, fato que torna esse desequilíbrio ainda mais representativo. Isso quer dizer que, boa parte dos *grandes criadores* quando empregava peões livres no costeio do gado não costumava possuir escravos campeiros. Assim, se levarmos em conta que escravos campeiros e peões livres listados na relação compunham o núcleo de trabalhadores permanentes nas lides pecuárias, parece que nas grandes unidades produtivas os peões livres eram preferidos para compor o quadro de campeiros estáveis.

O fato dos médios criadores recorrerem com maior frequência a escravos do que os grandes, e que estes preferissem os peões livres, talvez, esteja indicando que o custo de contratação destes fosse consideravelmente alto. Assim, os dados sugerem que teria sido difícil para pequenos e boa parte dos médios criadores arcar com as despesas de uma mão-de-

obra instável e cara.²⁰⁶ Averiguando o gasto anual com salário de peões e o preço médio dos escravos em idade produtiva no ano de 1856, percebemos que o gasto anual com os vencimentos de um peão equivalia ao valor de 16 novilhos, enquanto que o preço médio de um escravo em idade produtiva correspondia a 73 novilhos.²⁰⁷ Em Alegrete, com o valor de 6 novilhos se mantinha um peão por todo o ano, e um escravo custava em torno de 63 novilhos (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 373).²⁰⁸ Portanto, na região das Missões, em meados da década de 1850, era consideravelmente caro para pequenos e médios produtores pagar salários a peões livres. Situação que seria contornada com relativa facilidade pelos grandes estancieiros que, além de empregarem peões livres, em boa medida também possuíam cativos empregados na faina pastoril.

Tendo em vista que proporcionalmente os médios criadores empregavam mais peões escravos do que os grandes criadores, parece-nos que para boa parte destes produtores medianos foi mais compensador investir em escravos do que contratar peões livres. Pelo parâmetro do preço médio dos novilhos, verificamos que o preço de um escravo em idade produtiva (73 novilhos) equivalia a somente quatro anos e meio de trabalho de um peão livre estável (16 novilhos por ano). Em Alegrete, entre 1856 e 1857, o preço de um cativo correspondia a mais de 10 anos de trabalho de um peão livre (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 373). Provavelmente, para um grande produtor com milhares de cabeça de gado contar com alguns peões livres estáveis seria acessível, pois não comprometeria importante parte de seu patrimônio. No entanto, para pequenos criadores que possuíam rebanhos que muitas vezes não chegavam a uma centena de reses, o gasto anual que equivalia a 16 novilhos (por peão contratado de forma estável) poderia comprometer boa parte do rendimento de seus modestos

²⁰⁶ Agradecemos a Prof^a. Helen Osório por ter me sugerido esta interpretação. Obviamente, que a responsabilidade pelo seu desenvolvimento, e seus eventuais equívocos, é inteiramente nossa.

²⁰⁷ Os cálculos do preço médio dos novilhos e dos escravos em idade produtiva foram realizados através do conjunto de processos de inventários *post-mortem* abertos na Vila de São Borja e no Distrito de São Patrício de Itaqui no ano de 1856. O valor pago mensalmente a peões estáveis foi obtido no inventário de Romualdo José Pinto. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1856, processo nº: 109, APERS.

²⁰⁸ No período de 1856 a 1857, os custos anuais com peões não foram muito diferentes em São Borja e Alegrete, enquanto nesta foi de 139\$200 (cento e trinta e nove mil e duzentos réis), naquela foi de 144\$000 (cento e quarenta e quatro mil réis). A grande diferença se deu no preço médio dos novilhos: em Alegrete, 24\$000 (vinte e quatro mil réis), era bastante superior do que o verificado para São Borja, 9\$200 (nove mil e duzentos réis). Esta evidência indica que a pecuária *vacum* desenvolvida na região da Campanha, em meados dos anos 1850, era bem mais rentável do que a que se estabeleceu na zona das Missões.

rebanhos.²⁰⁹ Assim, valeria mais a pena assegurar o trabalho estável com escravos, que agregavam ao patrimônio produtivo.

Além disso, os grandes estancieiros tinham um poder de barganha muito maior que os modestos criadores, e sem dúvida, o valor médio do salário de um peão era pautado pelos vencimentos pagos pelos grandes produtores, assim, se tornava ainda mais difícil a pequenos e médios criadores contratar um peão livre. Como verificou Farinatti, os grandes produtores negociavam com muitos peões para pagar-lhes parte de seus salários em mercadorias, condição que diminuía bastante os custos que tinham com os trabalhadores assalariados ([2007] 2010a, p. 383 – 392). Por este viés, pode-se considerar que o custo do trabalho de peões livres era pouco atrativo aos pequenos produtores, e também para boa parte dos médios.

Não por coincidência que as referências a pagamento de salários e jornais a peões aparecem quase que exclusivamente em relações de despesas anexadas em inventários *post-mortem* de grandes proprietários. As relações de despesas são, geralmente, pequenos documentos contábeis que acabam anexados aos inventários pelo inventariante para demonstrar como foram utilizados os bens do inventariado ao longo do processo de avaliação e partilha dos mesmos entre os herdeiros. Pelo que pudemos notar, elas são bem menos detalhadas do que as raras contas de estâncias. Enquanto que estas elucidam o movimento contábil de estabelecimentos pastoris ao longo de alguns anos, aquelas mostram despesas pontuais feitas pelo inventariante. Farinatti analisou algumas contas de estância e também destacou que eram documentos que se referiam à dinâmica produtiva e contábil de grandes produtores. Foi por meio do exame destes documentos que o autor reiterou que a “combinação de trabalhadores escravos e livres era a estrutura, por excelência, das grandes estâncias do Rio Grande do Sul e das áreas vizinhas, do vice-reinado do Prata, ao longo do período colonial” ([2007] 2010a, p. 361).

Através de algumas relações de despesas também observamos esta estrutura de mão-de-obra. Em junho de 1835, Lourenço Antônio Rodrigues, inventariante de Maria Marta

²⁰⁹ Segundo Helen Osório, os relatos de época dão conta de que a taxa de reprodução do rebanhos bovinos ficava entre 20 e 25% em condições normais. Mas o produtor só podia vender cerca de 10% do seu rebanho anualmente. Relembrando dos estancieiros informantes de Saint-Hilaire, a autora explica que: “4.000 reses produzem 1.000 (metade machos e metade fêmeas). Destas, 100 serão entregues para o pagamento do dízimo. Das 900 restantes, 50 machos morrerão. O estancieiro pode vender então 400 bois (10% do seu rebanho). O crescimento do rebanho é dado pelas 450 vacas novas, que representam um acréscimo de 11,3% do rebanho total. Por isso, este pode ser considerado o crescimento mínimo. Ele pode ser maior, se o estancieiro não consumir ou vender os bois em idade de abate, que é de quatro anos” ([1999] 2007, p. 144 [nota 116]).

Cabral e Santiago Aquino, declarou despesas feitas com peões para o custeio de 2.020 reses, 164 animais cavалares e 600 ovelhas que haviam ficado no espólio dos ditos senhores.

Quadro 16 – Relação de despesas que fez o inventariante, Lourenço Antônio Rodrigues, com peões (1834)

Peões	Meses	Salário	Total
Miguel*	0,6 ^a	640	12.800
João da Cruz	2,5	4.800	12.000
Manoel	2,5	4.000	10.000
Izidro Aquino	4	4.000	16.000
Joaquim	4	4.800	19.200
Miguel*	8	5.000	40.000
Luiz	9,5	5.000	47.500
Pedro	9,5	5.000	47.500
Bernabel	10	5.000	50.000
Vicente Ajalla	14	5.000	75.000
João	26	5.000	130.000
Rufino	79	4.000	316.000
			9.600 ^b
Total		52.240	785.600

* Não pudemos saber se as duas referências a este nome se trata de dois ou somente de um sujeito.
^a “20 dias no tempo da Pátria”.
^b Pela “amançadura de 10 potros”, isto é, pela doma.

Fonte: inventário de Maria Marta Cabral e Santiago Aquino. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo n°: 03, APERS.

Esta unidade produtiva empregou, em um espaço de tempo próximo de sete anos, 12 peões. Ao que parece, os produtores buscavam manter no mínimo três peões estáveis. Rufino ficou por 79 meses (6 anos e 7 meses), João esteve empregado por 26 meses (2 anos e 2 meses) e Vicente Ajalla trabalhou por 14 meses. Mais quatro peões ficaram entre 8 e 10 meses, outros quatro ficaram entre 2 e 4 meses e um ficou apenas 20 dias. Não há muita diferença nos valores pagos aos salários mensais, mas pela única tarefa que consta no demonstrativo se pode notar que as tarefas específicas, no caso a doma, eram bastante valorizadas. Por domar 10 potros, Rufino recebeu quase o que ganhava em dois meses de trabalho. É interessante também a referência do tempo em que ficou um peão chamado Miguel, “20 dias no tempo da Pátria”. Muito provavelmente, o inventariante estivesse fazendo menção as proximidades do mês de setembro, que marcava o período de celebração da proclamação da independência do Império do Brasil em torno do dia 07 de setembro. Essa era

uma das épocas do ano em que o volume do serviço aumentava muito e exigia que os produtores contratassem peões por poucos meses, por dia ou por tarefa. Segundo as instruções do Conde de Piratini ao seu novo capataz, haviam duas temporadas para a castração dos touros de três anos para cima, de abril a junho e de setembro a outubro (CESAR, 1978, p. 39).

Mas este estabelecimento produtivo contava ainda com dois escravos, ambos em idade produtiva, uma mulher de 38 anos e um homem de 20 anos. Este foi avaliado em 500\$000 (quinhentos mil réis) e não teve ocupação especificada. Mas caso não manejasse as lidas campeiras, muito provavelmente, trabalhasse na roça, já que, nos bens de raiz consta que havia “uma morada de casa com palha com lavouras e currais”. Portanto, tratava-se de uma unidade produtiva que conciliava trabalhadores livres e cativos, e entre os livres havia peões estáveis e temporários.

O valor médio de um escravo em idade produtiva em 1834 era de 388\$000 (trezentos e oitenta e oito mil réis). Se considerarmos o custo anual dos três peões estáveis, tem-se que se gastava com eles 168\$000 (cento e sessenta e oito mil réis), assim, o gasto anual médio com um peão estável era de 56\$000 (cinquenta e seis mil réis). O preço médio de um novilho nos inventários abertos na Vila de São Borja no ano de 1834 foi de 3\$473 (três mil quatrocentos e setenta e três réis). Portanto, para manter um peão estável assalariado por ano, se gastava em torno de 16 novilhos, já para adquirir um cativo em idade produtiva custava cerca de 112 novilhos. Em Alegrete, em 1832, o gasto anual com peões era de 11 novilhos, e para se adquirir um escravo jovem se gastava 71 novilhos (FARINATTI [2007] 2010a, p. 373). Pelo baixo preço pago aos novilhos criados na região das Missões (em Alegrete o preço médio do novilho foi em 1832 foi de 7\$000 [sete mil réis]), comprar um cativo se tornou bastante caro comparado a manter um peão assalariado por todo o ano. Esta diferença no poder aquisitivo dos criadores ajuda a explicar o maior número de escravos na região da Campanha comparado a zona das Missões. Além disso, estes dados mostram que na primeira metade dos anos 1830 a pecuária da região das Missões era significativamente menos rentável do que a da Campanha, o preço médio do novilho em Alegrete era mais de duas vezes maior do que o verificado em São Borja.

No inventário de um dos mais eminentes potentados locais da Vila de São Borja Antonio Castanho de Araújo, aberto em 1836, encontramos mais uma relação de despesa. Este grande estancieiro tinha nada menos do que 27 escravos, dos quais 15 homens em idade produtiva, destes 3 eram campeiros: o africano Patrício, de 20 anos, avaliado em 500\$000 (quinhentos mil réis) e os crioulos Faustino, de 19 anos, estimado em 600\$000 (seiscentos mil réis) e Manoel, de 18 anos, apreciado em 500\$000 (quinhentos mil réis). Estes cativos

compunham o núcleo de peões estáveis da estância, e eram administrados pelo capataz Luiz Antônio de Mello. Ao longo de todo o ano eles eram responsáveis pelo custeio permanente de mais de 6.500 reses, mais de 1.600 animais cavalares, 500 ovelhas e da criação de mulas.

Quadro 17 – Relação de despesas feita com peões com o espólio de Antônio Castanho de Araújo (1836)

Peões	Meses	Salário	Total
Eliseu de Mello	6	8.000	48.000
Mariano	3	6.720	20.160
Julião	3,5	5.000	17.500
Francisco de Quadros	8,5	5.000	42.500
Capataz Luiz Antonio de Mello	30	16.000	480.000
Total		40.720	608.160

Fonte: inventário de Antônio Castanho de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo nº: 06, APERS.

Nesta estância, a julgar pela relação de despesa anexada no inventário indica, no ano de 1836 não foram empregados peões livres estáveis. Dos trabalhadores que formavam o núcleo de peões temporários, Eliseu de Mello foi o que recebeu maior salário. Possivelmente, este peão guardava algum laço de parentesco com o capataz. Ao analisar as contas de estâncias, Luís A. Farinatti percebeu que

durante algumas épocas do ano, nos maiores rodeios, precisava-se contar com um número um pouco maior de trabalhadores regulares por mês. Além dos escravos e dos peões que permaneciam por longo período, contratava-se, então um ou mais peões mensais apenas por alguns meses. A necessidade de trabalhadores, nesse período, fazia com que os estancieiros se dispusessem a pagar salários um pouco mais altos. [...] os maiores salários pertenciam aos peões que ficavam por menos tempo. O período médio trabalhado pelos peões que ganhavam 14\$000 [quatorze mil] réis de salário mensal, não chega a quatro meses, enquanto que a média entre os que ganhavam 10\$000 foi de mais de 8 meses. [...]. Por fim, outro aspecto que pode estar envolvido nesse fenômeno, e que não é contraditório com essa explicação, é que, dentre os peões que ficavam apenas alguns meses na estância, estivessem alguns que também fossem domadores, e que se dedicariam a essa tarefa no tempo que ali permanecessem. [...], os domadores costumavam receber um salário alto (FARINATTI [2007] 2010a, p. 377-378-379).

Com as duas relações de despesas apresentadas até aqui nada podemos inferir sobre este padrão averiguado por Farinatti. Mas com o exame de mais dois destes documentos do ano de 1844, talvez, possamos testar a validade deste padrão para a região das Missões.

Quadro 18 – Relação de despesas feita com peões com o espólio de Tomás José de Souza e Bernardina Pereira (1844)

Peões	Meses	Salário	Total
Bento José	8	9.000	72.000
Velho Fernando	6	8.000	48.000
Sebastião Índio	6	6.400	38.400
Francisco, filho da china Roza	10	5.000	50.000
cheiru Pedro	12	5.000	60.000
cheiru Francisco	16	5.000	80.000
Total		38.400	348.400

Fonte: inventário de Tomás José de Souza e Bernardina Pereira. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo n°: 17, APERS.

Antes de nos concentrarmos no exame do tempo e do salário dos peões cabe-nos realizar duas observações sobre o quadro 18. Em primeiro lugar, esta unidade produtiva era bem mais modesta que as vistas anteriormente. Nela havia 30 cabeças de gado *vacum*, 136 de cavalari, 30 de muar e mais 2 burros *echores* que mostra que havia criação de mulas. Os produtores tinham três escravos: o africano Paulo de 60 anos, e os crioulos Agostinho de 25 anos e Leandro, roceiro, de 40 anos. Mais uma vez, portanto, se repetia a conjugação de trabalhadores livres com escravos na mesma unidade produtiva. Além disso, confrontando o número de peões livres empregados com a modesta dimensão do rebanho e a importante presença de animais cavalares, muares e asininos, pode-se sugerir que, como já colocamos, a criação de mulas era um processo produtivo complexo e que exigia um considerável número de braços.

Em segundo lugar, outra importante constatação a ser feita é a significativa presença de sujeitos de ascendência guarani entre os peões livres. Dos seis peões relacionados, quatro deles foram indicados como indígenas ou, no mínimo, mestiços. Sebastião Índio, Francisco, *filho da china*²¹⁰ Roza, e os *cheirus*²¹¹ Pedro e Francisco. Como vimos na citação que abre

²¹⁰ Segundo Arsène Isabelle, china significava “mulher mestiça em primeiro ou segundo grau” (p. 160 [nota 3]). Todavia, nos registros de batismos encontram-se muitas referências a chinas batizadas recém-nascidas e filhas legítimas de casais guaranis. Portanto, cremos que a definição de Isabelle não define com exatidão a abrangência do termo.

²¹¹ Conforme Barbosa Lessa, “do ajuntamento de brancos com as índias vão nascendo piás (*che piá*, meu coração), que ao crescerem serão chinas ou chirus (*che iru*, meu amigo)” (1984,

este capítulo, no início de 1821, Auguste de Saint-Hilaire relatou a presença de peões guaranis nas estâncias da região das Missões. Consideramos pertinente retomar aquela passagem, na qual o naturalista francês relata que:

os estancieiros desta região que não têm escravos aproveitam a emigração dos índios para ficar com alguns como peões. Os guaranis são, segundo testemunho geral, muito indicados para esse serviço; montam bem a cavalo, gostam imensamente desse exercício e muitos sabem domar cavalos. Sua perfeita docilidade é outra condição que os faz procurados para trabalhar nas estâncias (SAINT-HILAIRE, [1821] 2002, p. 305-306) [grifos nossos].

A forma como Saint-Hilaire descreve os indígenas, legitimando seu relato por meio do que chamou de *testemunho geral*, indica que parte dos guaranis e mestiços estavam inseridos nos estabelecimentos produtivos do Espaço Oriental Missioneiro, fora do sistema produtivo de comunidades, desde as primeiras décadas do Oitocentos. Além disso, tendo por base o relato do viajante, pode-se considerar que a força de trabalho era prestigiada e cobiçada pelos produtores lá estabelecidos. No artigo 34 das instruções ao seu novo capataz, o Conde de Piratini explicava que “o Belizario entrou para o serviço da Estância em 15 de junho deste ano, justo por mim, a 6\$400 [seis mil e quatrocentos réis] por mês, para ser posteiro do lado do Índio Felipe no posto velho” (CESAR, 1978, p. 44) [grifos nossos].

A relação de despesa que mostra o emprego de peões com ascendência guarani é uma das evidências que revela que, ainda em meados do século XIX, guaranis e mestiços estavam inseridos na matriz produtiva da região. Em Alegrete, entre 1845 e 1865, os índios ainda eram importantes como peões. Eles perfaziam em torno de 18% dos peões em relação ao total de testemunhas e réus de processos criminais (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 401; 403). No entanto, esse percentual era bem inferior dos aproximadamente 54% que eles representavam no período colonial em todo o Rio Grande de São Pedro (OSÓRIO, 2006).

A partir de agora precisamos voltar a focar na análise do período de permanência dos peões e a variação nos valores dos salários. Através do quadro 18, podemos perceber que os peões que permaneceram trabalhando por mais tempo, Francisco, *filho da china Roza*, 10

p. 22) [grifos do autor]. No mesmo sentido, José Lindomar Albuquerque coloca que, “[...] ‘cheiru’ [...] significa ‘meu amigo’, ‘meu companheiro’ [...]” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 148) [grifos do autor]. Antonio Pamies coloca que, “*che irunguera* (*yo amigos) «mis amigos»” (CABALLOS, 2001 apud PAMIES, 2004, p. 94) [grifos do autor]. Somos gratos também ao Prof^o. Eduardo S. Neumann que gentilmente nos prestou esclarecimentos sobre o significado desta palavra.

meses e os *cheirus* Pedro e Francisco, 12 e 16 meses, respectivamente, foram os que receberam os menores salários, 5\$000 (cinco mil réis) cada um. Enquanto isso, os outros três peões que ficaram entre 6 e 8 meses, tiveram melhores salários que variaram de 6\$400 (seis mil e quatrocentos réis) e 9\$000 (nove mil réis). Neste caso, o padrão averiguado por Farinatti se reproduziu. Mas acreditamos que temos mais um documento que pode ajudar a elucidar ainda mais esta dinâmica do mercado salarial dos peões eventuais.

No mesmo ano de 1844, no inventário de José Francisco Pinheiro, encontramos a única relação de despesa em que pode-se apreender uma noção diacrônica de cerca de 5 anos de emprego de peões. Este proprietário possuía mais 1.600 reses, 498 animais cavалares, 1.533 ovelhas, 44 mulas e 4 burros *echores*. Entre seus 8 escravos, 4 estavam em idade produtiva, e dentre estes, o africano Bernardo de 30 anos foi descrito como “bom para o serviço de roça”, e outro africano, João, também de 30 anos, foi discriminado como “mal campeiro”. Este último era o único escravo campeiro que constava no processo.

Quadro 19 – Relação de despesas feita na Fazenda de São José com peões para marcações e capação (1839 a 1844)

Peões	Ano*	Dias	Salário	Total
4 peões	1839	5 dias	4.000	80.000
3 peões	1840	6 dias	4.000	72.000
4 peões	1841	6 dias	4.000	96.000
4 peões	1842	5 dias	4.000	80.000
3 peões	1843	5 dias	4.000	60.000
Cardozo	1844	5 dias	4.000	20.000
3 peões		5 dias	4.000	60.000
Um negro do Gama		5 dias	4.000	20.000
Total de 1844				100.000

* Consta que para os anos entre 1839 e 1843 as despesas se referem apenas aos trabalhos de marcações. Para o ano de 1844 os salários pagos a cada peão foi devido aos “trabalhos de capação e marcação”.

Fonte: inventário de José Francisco Pinheiro. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo n°: 16, APERS.

Mesmo que no inventário constasse só um escravo peão, o qual ainda foi desqualificado com “mal campeiro”, as despesas com peões mostram que na Fazenda de São José não se costumava contratar peões estáveis, nem mesmo por alguns meses. Todas as referências a permanências de peões livres foram feitas em dias. No entanto, não há dúvidas que, a contar pelas dimensões dos rebanhos inventariados, outros escravos participavam da

faina pastoril e/ou existiam outros peões livres que não ficaram registrados em contas ou relações de despesas. No ano de 1844, foram contratados 8 peões cada um por 5 dias para as tarefas de castração e marcação do gado.

Confrontando os quadros 18 e 19, nota-se que os valores pagos por dia aos peões na Fazenda São José, 5\$000 (cinco mil réis), era apenas 1\$000 (um mil réis) inferior ao que os peões estáveis, apresentados no quadro 18, recebiam por mês. Ademais, somando os salários de todos os dias trabalhados pela maioria dos peões, nenhum deles ganhou menos de 20\$000 (vinte mil réis), mais que o dobro do que Bento José, o peão com o maior salário no quadro 18. O mesmo ocorria em meados da década de 1850 na estância do finado Romualdo José Pinto.²¹² Na conta corrente da administração dos órfãos Amâncio e João, feita pelo tutor destes, Mariano José Pinto, consta que os “dois peões eram empregados no costeio do gado” recebendo 12\$000 (doze mil réis) mensais. No entanto, havia “dois peões empregados 5 dias na marcação de quatro anos a razão de 2\$000 [dois mil réis] cada peão [por] vinte dias”. Assim, no fim dos 5 dias de marcação, cada um destes dois peões recebiam 10\$000 (dez mil réis), pouco menos do salário mensal dos dois trabalhadores estáveis. A interpretação em conjunto das informações contidas nos quadros 18, 19 e nesta última conta revelam a reiteração do padrão averiguado por Farinatti através dos registros contábeis de estâncias de Alegrete.

Parece, portanto, não restar dúvidas que os peões livres buscavam se aproveitar dos momentos em que os estancieiros necessitavam com maior urgência de seus serviços para se beneficiarem dos altos salários que estes se dispunham a pagar. De acordo com Farinatti,

a desvantagem ficaria por conta da instabilidade desses trabalhos. Para muitos desses peões de poucos meses [e/ou dias] isso, porém, não parece ter sido um problema. A maioria deles estava inserida nas unidades familiares que desempenhavam a produção autônoma. O trabalho estacional como peão era, apenas uma forma de diversificação de atividades, usada estrategicamente por eles ([2007] 2010a, p. 383).

De fato, muitos destes peões que se assalariavam eventualmente eram pequenos produtores que se utilizavam da força de trabalho familiar para organizar suas modestas

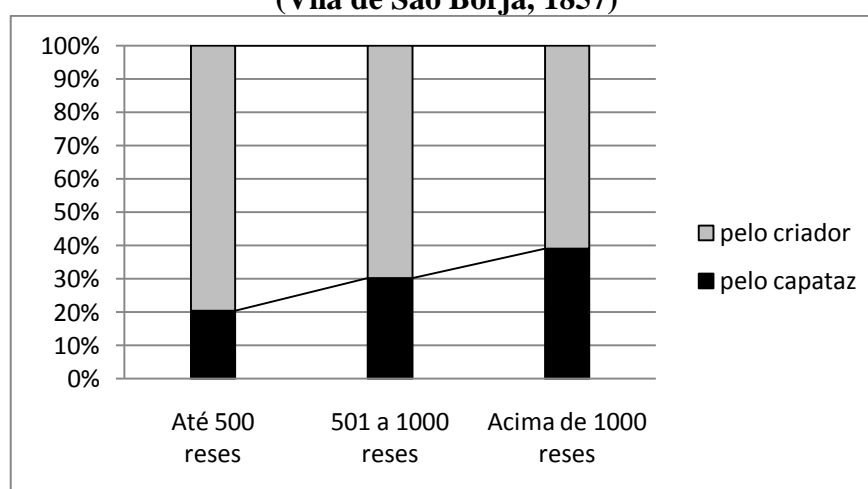
²¹² Neste estabelecimento também combinavam o trabalho escravo com o livre. Foram arrolados em inventário o crioulo José e a escrava Gertrudes. O rebanho era composto por quase 3.800 reses, 101 animais cavaleares, 40 ovelhas e também se criavam mulas. Inventário de Romualdo José Pinto. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1856, processo nº: 109, APERS.

produções. Retomando as informações da figura 28 que se referem aos dados da *Relação de 1857*, a primeira vista, parece que o recurso exclusivo ao trabalho familiar no pastoreio parece não ter sido muito importante em nenhuma das faixas de produtores. Porém, se considerarmos que entre os criadores de pequenos rebanhos o trabalho individual na pecuária compunha parte de uma estratégia de produção familiar, nota-se que a mão-de-obra familiar foi o modo de trabalho mais comum no pastoreio entre os modestos pecuaristas. Nesta faixa de criadores, 43% deles contavam apenas com seu próprio serviço, 15% aproveitavam os filhos para as tarefas de pastoreio, 16% empregava peões livres e outros 15% possuíam escravos campeiros.

O trabalho familiar nas lidas campeiras tendeu a diminuir sua frequência entre os criadores conforme aumentava a envergadura econômica destes. De uma forma ainda mais contundente, o número daqueles produtores que contavam exclusivamente com seu próprio trabalho decresce vertiginosamente no primeiro intervalo, o qual marca a passagem de pequeno para médio criador. De forma objetiva, analisando em conjunto as quatro curvas, podemos colocar que conforme aumentava a envergadura econômica do criador havia a tendência deste se utilizar cada vez menos do trabalho familiar no pastoreio. Bem como, era cada vez menos frequente contar única e exclusivamente com seu próprio trabalho.

Os dados referentes ao emprego de capataz na administração das unidades produtivas corroboram as tendências de queda apresentadas pelas curvas “3” e “4” da figura 29. Isto é, averiguou-se que quanto mais abastado era o criador, com maior frequência a administração da criação era delegada a um capataz. A figura 30 nos mostra os dados sobre a quem competia à administração da faina pastoril se acordo com a envergadura do criador.

Figura 30 – Administração da faina pastoril de acordo com envergadura do criador (Vila de São Borja, 1857)



Fonte: *Relação de 1857*. Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

Como já mencionamos, os dados mostram que houve uma tendência de crescimento do percentual de unidades pastoris que contaram com a presença do capataz conforme vai aumentando o tamanho dos rebanhos. Porém, a presença do próprio criador como administrador direto das atividades pecuárias foi bastante superior em todas as faixas de grandeza dos rebanhos. As mulheres, em geral, quando eram proprietárias de rebanhos, costumavam a confiar a administração destes a capatazes.²¹³ No inventário do Tenente Jacinto José de Oliveira, aberto em 1844, a viúva inventariante Dona Clara de Jesus declarou que devia a Generoso José de Almeida

doze meses e meio de salários contados de quinze de novembro de 1843 até último de setembro de 1844, por ela inventariante ter ajustado ao mesmo Generoso, para seu Capataz, coisa [ilegível] indispensável, e justo a trinta e dois mil réis por mês que tudo a somaria a quantia de quatrocentos mil réis, porém que nesta conta tem para abater dez reses que ao mesmo Capataz já entregou para seu pagamento a preço de quatro mil réis, que fica líquido o que se deve ao dito Capataz a quantia de trezentos e sessenta mil réis.²¹⁴

Na faixa dos *médios pecuaristas*, a qual conta com 66 criadores, 20 deles (30%) contrataram o serviço de um capataz. Como era de se esperar, foram os *grandes criadores* os que com maior frequência abriram mão da administração direta das lidas campeiras ao contratar um capataz – 18 (39%) entre 46. Mesmo assim, 28 (61%) grandes pecuaristas ainda mantiveram-se no controle da faina pastoril. Já entre os 343 *pequenos criadores*, 70 deles (20%) recorreram ao trabalho de um capataz, esses números mostram que parcela nada desprezível de pequenos pecuaristas conseguiam acessar aos serviços de um capataz. Por outro lado, indica também que da mesma forma que se formou uma elite entre os pequenos criadores que possuíam escravos campeiros, também se constituiu uma elite de modestos criadores que contrataram capatazes.

No entanto, como já argumentamos, as informações da *Relação de 1857* dizem respeito apenas ao trabalho de criação. A ausência de cativos nas lidas pastoris não significa que estes produtores não possuíam escravos em outras atividades produtivas, ou para todo o serviço. Defendemos anteriormente que a racionalidade econômico-produtiva dos pequenos

²¹³ Dos 455 criadores que consideramos em nosso exame, 42 eram mulheres. Destas, 36 delegaram a administração do pastoreio a capatazes. **Fonte:** *Relação de 1857*. Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRS.

²¹⁴ Inventário de Jacinto José de Oliveira. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo nº: 15, APERS.

produtores era distinta daquela dos grandes. A utilização de trabalhadores externos ao grupo familiar passava por complexas estratégias que levavam em conta o ciclo de vida da família, e que visavam, antes de tudo, a reprodução biológica do grupo. Em trabalho clássico, Hebe Mattos analisa os lavradores pobres de Capivary, uma zona cafeeira localizada na baixada fluminense, na segunda metade do Oitocentos. Examinando os níveis de acumulação e a produção desta camada social, a autora coloca que estes produtores

organizavam a produção tendo em vista basicamente a reprodução social de suas existências, lavradores cujos pequenos excedentes produzidos destinavam-se a adquirir no mercado local os produtos que eram incapazes de produzir domesticamente, que não buscavam ou conseguiam produzir lucros capazes de ser reinvestidos na ampliação de seus estabelecimentos agrícolas ou numa diversificação de investimentos. Esses lavradores pobres encontravam-se alheios, portanto, a qualquer dinâmica regida pela lógica de reprodução do capital comercial socialmente preponderante, sendo parcamente afetados pelas possíveis limitações e flutuações de demanda nos mercados regionais. Ao mesmo tempo não deixavam de concentrar suas culturas nos produtos de aceitação comercial naqueles mercados, de modo a garantir aquela parte de sua subsistência que não eram capazes de produzir ([1987] 2009, p. 68).

A interlocução com os argumentos de Hebe Mattos é bastante pertinente. Levando em consideração os dados levantados para os pequenos produtores da Vila de São Borja, embora concordemos que a organização produtiva da pequena produção visava basicamente à reprodução social de suas existências, acreditamos que ela não estava predominantemente alheia as dinâmicas dos circuitos comerciais que os grandes produtores da região das Missões se vinculavam. Nesse sentido, a produção de artigos de aceitação nos circuitos comerciais que passavam pela zona das Missões não tinha por único objetivo garantir parte da subsistência que não eram capazes de produzir. Na grande maioria dos casos, a subsistência das famílias de pequena produção passava pela integração a, ao menos, um circuito comercial.

Talvez, isso se deva em grande parte a uma diferença fundamental entre as duas regiões. Enquanto que a região de Capivary se caracterizava pela produção voltada diretamente ao mercado externo, a zona das Missões compunha a retaguarda da economia subsidiária do mercado interno do Brasil Imperial. Sendo assim, talvez, tenha sido mais fácil a um pequeno produtor da Vila de São Borja se integrar a fluxos comerciais menores e dinâmicos como, por exemplo, ao circuito sorocabano de mulas ou o comércio com o Prata, do que um lavrador pobre de Capivary se vincular ao vultoso circuito de exportação do café.

Portanto, restaria aos lavradores pobres do sudeste quase que somente a produção de subsistência, enquanto que aos modestos produtores de regiões de economia subsidiária, para além da produção de subsistência, haveria a possibilidade de se ligar a circuitos comerciais internos bem menores do que a grande exportação, mas, mesmo assim bastante dinâmicos.

Assim, cremos que subsistência e vinculação a fluxos comerciais compunham parte de uma mesma dinâmica produtiva. Obviamente que existiram sujeitos e/ou famílias que desenvolveram somente a produção de subsistência, mas a julgar pelos dados oriundos dos inventários *post-mortem* isto foi residual na região em foco. Seleccionamos 29 inventários de modestos produtores – proprietários ou não de reses – entre os que detinham reses, nenhum possuía mais do que 100.

Quadro 20 – Presença dos diferentes tipos de atividades produtivas nos inventários *post-mortem* de produtores sem reses e com até 100 reses (Vila de São Borja, 1828 – 1858)

Nº de atividades	Tipo de atividade produtiva	Nº de inventários	%
1	Agricultura	5	31%
	Pecuária bovina	4	
2	Pecuária bovina e agricultura	4	34%
	Pecuária bovina e muar	5	
	Pecuária bovina e ovina	1	
3	Pecuária bovina, muar e ovina	2	21%
	Pecuária bovina, muar e agricultura	3	
	Pecuária muar, ovina e agricultura	1	
4	Todas as atividades	4	14%
		29	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830 – 1858), APERS.

Três pontos merecem destaque entre o universo de modestos produtores que compõem o quadro 20. Primeiro, apenas 04 dos 29 pequenos produtores não eram proprietários de suas terras, isto indica que a maior parte deles gozava de autonomia produtiva e maior controle sobre sua produção, já que, poucos destes produtores eram agregados ou arranchados nas terras de outrem. Segundo, 19 produtores foram senhores de escravos. Entre os 05 que se dedicavam somente a agricultura, 04 eram donos de escravos. Hebe Mattos (2001) verificou que não era incomum que lavradores pobres do sudeste escravista fossem senhores de poucos escravos. Contudo, ressaltou que eram raros aqueles que conseguiam criar condições para repor regularmente a força de trabalho cativa. Para a autora, a aquisição de escravos por estes

modestos produtores obedecia ao ciclo do trabalho familiar. Tinha-se por objetivo manter a produção em volumes seguros, garantindo o trabalho estável quando os filhos ainda não estavam envolvidos nas atividades produtivas e/ou na velhice, quando os filhos tendiam a se dispersar da unidade familiar de produção. Para as regiões de pastoreio sul rio-grandense, como já argumentamos, a posse cativa por modestos produtores obedeciam a este ciclo familiar, mas ainda se mostrava mais funcional porque abria a possibilidade para que o produtor e/ou seus filhos se empregassem como peão temporários, ou ainda alugassem o próprio cativo, garantindo um ganho complementar para o estabelecimento de produção familiar.

De fato, o número de pequenos produtores escravistas na região das Missões deixa claro que poucos destes passaram pelo que Mattos (2001) chamou de experiência camponesa, isto é, famílias que produziam quase que exclusivamente com o trabalho familiar. Em contrapartida, seguindo o raciocínio da autora, pode-se dizer que significativa parte dos modestos produtores formava um grupo de pequenos escravistas. Sem dúvida, devido às limitações dos inventários, os produtores *camponeses* estão sub-representados, haja vista que muitos produtores pobres não tiveram seu patrimônio inventariado. No entanto, estes documentos retratam apenas o momento da morte dos inventariados, nesse sentido, também não há dúvidas que alguns produtores que não tiveram escravos descritos no inventário haviam sido senhores de cativos, ou seja, tinham pertencido ao grupo de modestos produtores pequenos escravistas.

Por fim, no terceiro ponto, destacamos que dos 29 pequenos produtores, apenas 5 se dedicavam somente a agricultura, todos os demais desenvolviam a pecuária bovina ou a muar, atividades que pressupõem a ligação deles com o complexo porto-charqueador e/ou com a Feira de Sorocaba. Além disso, dos cinco agricultores, um deles, Silberto Teixeira da Luz, possuía uma atafona, fato que aponta para comercialização de farinha. Desse modo, considerando que se os quatro agricultores restantes não se integrassem ao comércio regional de excedentes agrícolas, fato pouco provável, tem-se que apenas 14% dos pequenos produtores não se vinculavam a um circuito comercial. Assim, entendemos que mesmo que a vinculação com os circuitos comerciais não garantisse a *ampliação de seus estabelecimentos agrícolas ou a diversificação de investimentos*, ela seria uma etapa do processo de subsistência destes sujeitos e/ou famílias. Sem esta integração aos circuitos comerciais, provavelmente, as possibilidades de *reprodução social de suas existências* seriam críticas, como, talvez, fossem para aqueles quatro produtores. Enfim, podemos considerar que a produção de pequena monta com caráter familiar em São Borja não se caracterizou pela

subsistência em sentido estrito, mas por uma subsistência que dependia da diversificação produtiva e da ligação com fluxos comerciais mais dinâmicos.

3.6 Mãos guaranis à obra

Já vimos no quarto tópico do segundo capítulo que, ao menos até a década de 1830, os guaranis e mestiços ainda representavam considerável parcela da população da região das Missões, e estavam inseridos em diversas esferas sociais como na Igreja Católica, estabelecendo alianças sociais com sujeitos da sociedade envolvente, compondo as tropas milicianas e até mesmo participando do aparato burocrático estatal. Naquele momento, alegamos que em ocasião oportuna examinaríamos as evidências que mostram que, ao longo do século XIX, muitos sujeitos com ascendência guarani se mantiveram inseridos nas atividades produtivas da região das Missões. No subcapítulo 3.5, já havíamos explorado uma importante relação de despesa em que guaranis e/ou mestiços aparecem como peões assalariados empregados em um estabelecimento produtivo. Mas, no decorrer de nossa investigação, encontramos diversos outros vestígios do trabalho dos guaranis, desde a organização produtiva no sistema de comunidades, nos moldes remanescentes do período reducional jesuítico, até a produção autônoma.

Ao analisar como a historiografia sobre o processo histórico colonial brasileiro vinha abordando as questões que envolviam a organização do trabalho indígena, John Manuel Monteiro, na introdução de seu livro clássico, *Os negros da terra*, argumentou que:

a imensa bibliografia sobre a formação da sociedade e economia coloniais tem dedicado pouca atenção ao papel do trabalho indígena. Apesar de algumas contribuições recentes terem lançado luz sobre este tema negligenciado, as principais tendências no estudo da Colônia permanecem subordinadas a um quadro teórico no qual a organização do trabalho se atém à lógica da expansão do capitalismo comercial. Nesta perspectiva, o índio – quando mencionado – desempenha um papel apenas secundário e efêmero, ocupando a antessala de um edifício maior onde reside a escravidão africana ([1994] 2009, p. 8).

Por sua vez, Vânia Moreira sustenta que, mesmo após quase 20 anos da publicação da obra de Monteiro no Brasil, este panorama pouco se alterou. Para a autora, “a convicção de que os índios tiveram uma participação limitada na composição da força de trabalho que deu sustentação ao desenvolvimento do Brasil é uma representação bastante consolidada na

historiografia” (2013, p. 133).²¹⁵ Vânia Moreira vai ainda mais longe ao se referir à produção historiográfica que trata do período monárquico. Colocando que

para a historiografia sobre o Império, os índios tornaram-se ainda mais desimportantes para explicar a economia e o mundo do trabalho, segundo o argumento de que eles se tornaram uma minoria frente à população nacional, sem impacto significativo na organização do trabalho e da produção (p. 134).

O quadro historiográfico sul rio-grandense não é muito diferente do que John M. Monteiro e Vânia M. L. Moreira apontam para o contexto historiográfico do Brasil colonial e monárquico. As pesquisas em História indígena no Rio Grande do Sul têm se concentrado nos séculos XVI, XVII e XVIII graças ao tempo em que vigorou as reduções jesuítico-guaranis.²¹⁶ No que diz respeito específico à história dos guaranis, Karina Melo argumenta que “muitas histórias sobre os índios guaranis que viveram no século XIX permanecem invisibilizadas. As pesquisas históricas sobre eles costumam eleger como recortes temporais os séculos XVI, XVII e XVIII [...]” (2011, p. 15).

Em um dos poucos estudos que tematiza a experiência dos índios guaranis no período oitocentista, Maximilian Mac Menz, sob o prisma do materialismo histórico, buscou analisar o processo de integração dos guaranis missioneiros à economia sul rio-grandense nos três primeiros decênios do século XIX. Para o autor, ao longo destas três décadas, “os guarani excluídos do sistema de comunidade perdiam o acesso aos meios de produção e de subsistência, necessitando se submeter aos particulares proprietários de terra e gado” (2001, p.104). O eixo da análise de Menz recai sobre o processo de dispersão dos guaranis do Espaço Oriental Missioneiro e a conjuntura de integração dos guaranis na estrutura econômico-produtiva ensejada pelo povoamento luso-brasileiro no Rio Grande de São Pedro.

Elisa Garcia (2003; 2007) vem enfocando o protagonismo dos indígenas nos contextos históricos em que estiveram inseridos. Em sua tese de doutorado, a autora argumenta que a conquista do Espaço Oriental Missioneiro pelo Império português passou pelo que chamou de política de atração e bom tratamento da população guarani missioneira. Em meio aos interesses imperiais luso e hispânico, de diversas formas os guaranis procuravam, dentro do possível, manipular os recursos que a condição de indígenas lhes provia (GARCIA, 2007).

²¹⁵ Agradecemos a Prof^a. Vânia Maria Losada Moreira pela gentileza de nos ter disponibilizado seu texto antes mesmo dele ter sido publicado.

²¹⁶ Entre outros: SANTOS (1988; 1994), NEUMANN (1996; 2005), FLECK (1999), MARTINS (1999), BARCELOS (2000) e SIRTORI (2008).

Há ainda os trabalhos de Max Roberto Pereira Ribeiro,²¹⁷ autor que em suas pesquisas vem analisando o processo de dispersão dos guaranis missioneiros da região das Missões. Em sua recente dissertação de mestrado, Ribeiro inspira-se na perspectiva analítica elaborada por Guillermo Wilde (2009). Conforme Max Ribeiro, Wilde “procurou entender a situação dos índios missioneiros após a expulsão dos jesuítas, em 1768, demonstrando que a organização social missioneira se preservou até pelo menos as duas primeiras décadas do século XIX” (2013, p. 16). Nesse sentido, em seu próprio estudo, Ribeiro procura evidenciar as relações que os guaranis estabeleceram com os luso-brasileiros após a anexação das sete Missões da margem oriental do rio Uruguai às possessões luso-brasileiras, ocorrida nas primeiras décadas do Oitocentos. Se utilizando de dois conjuntos documentais, fundo de correspondência ativa dos comandantes da fronteira de Missões e os registros de batismos da Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte, o autor analisa as diversas estratégias que os guaranis missioneiros elaboraram num processo histórico marcado pelas incertezas geradas a partir da dispersão desta população das Missões. Entre tantas coisas, Ribeiro “mostra que a tomada das Missões pelos luso-brasileiros não representou o fim imediato do guarani missioneiro e, de igual forma, não imputou o fim da história missioneira” (2013, p. 16).

O autor defende ainda que, ao longo das primeiras décadas do século XIX, a política de bom tratamento dos luso-brasileiros para com os guaranis missioneiros acabou não sendo bem sucedida. Tal fato catalisou a dispersão desta população da região das Missões, processo que, majoritariamente, se desenvolveu de forma ordenada e estratégica. Ademais, refutando a tese de Menz (2001), Ribeiro argumenta que “a dispersão dos índios das Missões não provocou a mudança de seus ofícios. Tampouco que a expropriação das terras dos índios tenha sido o único fator responsável pela dispersão dos guaranis” (2013, p. 80).

Mesmo levando em consideração o contexto de dispersão dos guaranis, nosso foco é perceber em diversos documentos compulsados algumas das possibilidades que estes agentes sociais tiveram de permanecer na região das Missões ao longo do período oitocentista. Embora este estudo não seja específico sobre a organização do trabalho dos guaranis missioneiros no século XIX, dada à importância desta população para a dinâmica histórica e para os contornos sociais que tomou a estrutura produtiva da região, resolvemos reservar algumas páginas para contemplar alguns fragmentos de experiências históricas de alguns sujeitos com ascendência guarani. Faz-se importante frisar que as argumentações tecidas neste espaço estão longe de resolver as complexas questões que envolvem a experiência histórica

²¹⁷ RIBEIRO (2010; 2011a; 2011b; 2012; 2013), FARINATTI; RIBEIRO (2010).

dos guaranis no século XIX. Não obstante, muito antes de se obter respostas, cremos que se pode contribuir, de forma modesta, para se levantar questões para o posterior desenvolvimento de uma temática ainda tão pouco explorada pela historiografia sul rio-grandense.

Antes disso, porém, faz-se oportuno elucidar, em linhas gerais, como era estabelecida a organização do sistema produtivo comunitário dos guaranis missioneiros. Para isso, recorreremos, sobretudo, ao texto de Juan Carlos Garavaglia (1978). Este autor buscou descrever de maneira sucinta os elementos mais comuns e significativos que chamou de *modo de produção despótico-comunitário*, o qual floresceu nas comunidades guaranis e guaranizadas das imediações da bacia hidrográfica platina. Nas próximas linha destacaremos os pontos que consideramos mais relevantes do esquema elaborado por Garavaglia. Segundo este autor:

este modo de producción subsidiario tuvo una gravitación decisiva en la extendida región que actualmente comprende la república del Paraguay, gran parte de las provincias argentinas de Misiones, Corrientes, Santa Fe, Chaco y Formosa, el estado brasileño de Paraná y los departamentos de Artigas, Salto, Paysandu, Río Negro y Tacarembó en la República Oriental del Uruguay (1978, p. 161).

Cremos que a ampla área ocupada pelos Sete Povos Orientais do Rio Uruguai possa ser incluída a este rol de regiões que formavam este extenso espaço referido por Garavaglia. Conforme o próprio autor,

los acontecimientos bélicos con Portugal influyeron también em la vida de las reducciones. Sabemos que una parte de ellas fue incorporada a la corona de Su Majestad Fidelísima después de las escaramuzas locales de la época de la ‘guerra de las naranjas’. Este hecho alteró sólo en parte la estructura productiva de esas reducciones, pues hay testigos que aseguran que, uma vez em territorio brasileño, los portugueses se encargaron rápidamente de reconstruir las comunidades (1978, p. 171) [*grifos do autor*].

Nesse sentido, a genérica descrição do funcionamento econômico dessas comunidades, feita por Garavaglia, pode nos ser útil para entendermos como organizava-se a produção comunitária dos Sete Povos das Missões antes do processo de sobreposição da matriz produtiva agropastoril escravista luso-brasileira.

Segundo Garavaglia, havia duas formas distintas de manifestação do modo de produção despótico-comunitário. A primeira variante, a qual chamou de *pura*, “[...] engloba a los pueblos de indios administrados por la compañía de Jesús [...]” (1978, p. 163). A outra, dita *bastarda*, decorre das diversas transformações pela qual passou o modo puro após a expulsão dos jesuítas das Américas hispânica e portuguesa. Na forma pura:

la unidad de producción fundamental es la *comunidad aldeana*, em cuyo marco se da una acentuada división del trabajo. La mayor parte de los artículos de uso y consumo de la comunidad se fabrican en ella; por lo tanto nos encontramos con los más variados oficios, tejedores, herreros, carpinteros, planteros, rosarieros, calafates y, por supuesto, trabajadores que se ocupan de las tareas agrícola-ganaderas, que tienen un lugar destacado en todas las reducciones (1978, p. 163) [*grifos do autor*].

A direção das comunidades estava a cargo dos padres inicianos que eram os responsáveis de organizar a produção. Além disso, conforme Garavaglia, “junto a este sacerdote-administrador vemos a una capa burocrática india que participa en la organización de la producción aunque, [...], sólo em tareas subalternas y totalmente subordinada a la conducción de cura” (1978, p. 164). O acesso e usufruto da terra eram facultados somente aos membros da comunidade, e realizavam-se de forma comunal. No tocante à dinâmica produtiva,

los productores directos trabajan en el llamado *abambaé* (es decir, tierra del hombre) durante unos días de la semana, el producto de este trabajo está destinado al sustento del productor directo [y su familia]. Durante el resto de las jornadas los productores laboran en el *tupambaé* (tierra de dios), trabajo cuyo producto está destinado al usufructo comunitario (1978, p. 163) [*grifos do autor*].

O excedente econômico oriundo do trabalho no *tupambaé* tinha dois destinos principais: 1) uma parte dos produtos era consumida pelos próprios produtores diretos, pela elite burocrática indígena e pelos padres jesuítas, e; 2) outra parte era destinada à comercialização externa ao âmbito da comunidade.

Na variante *bastarda* deste modo de produção despótico-comunitário, “la unidad de producción siegue siendo la *comunidad aldeana*; desarrollada esta en el marco del pueblo, y con similares características en lo que hace a la división del trabajo que la de los pueblos jesuíticos” (GARAVAGLIA, 1978, 166). Todavia, embora a direção econômico-

administrativa fosse confiada a um agente não indígena, ela não estaria mais a cargo dos membros da Companhia de Jesus. Nesta forma, o organizador da produção seria, basicamente, os sacerdotes, seculares ou monásticos, neste caso geralmente da ordem franciscana [ou, então,] administradores laicos. Em relação ao acesso e usufruto da terra e, também, à dinâmica produtiva, não ocorreram transformações significativas, isto é, a organização do trabalho manteve-se similar ao descrito na variante pura (GARAVAGLIA, 1978).

Contudo, é preciso ressaltar que, no início do século XIX, um grupo de famílias guaranis de cada povo foi liberado dos trabalhos comunitários. Max Ribeiro (2013) mostra que, em 1809, o comandante da fronteira de Missões, Francisco das Chagas Santos, reclamava de um decreto, de 1803, em que o governador do Rio Grande de São Pedro, Paulo José da Silva Gama, dava permissão aos guaranis missioneiros para se retirarem para a fronteira do Rio Pardo.²¹⁸ Segundo Ribeiro,

o que se pode notar com isso é que os guaranis durante a administração portuguesa foram desobrigados do sistema de comunidades, tendo como possibilidade migrar para outros territórios. Contudo, uma parcela significativa da população missioneira permaneceu nas Missões. É bem provável que esta permanência estava relacionada com a existência das comunidades indígenas as quais perseveraram como parte da organização política e social dos guaranis. Contudo, não se pode acreditar que tal sistema fosse o mesmo do período missional.

Estes resquícios nos levam a crer, no entanto, que as comunidades faziam parte da lógica social indígena e que, após a conquista das Missões pelos luso-brasileiros, foram reordenadas aos interesses do Estado português, que acabou se utilizando deste sistema produtivo pré-existente para dar conta da defesa de suas fronteiras com as antigas colônias platinas (2013, p. 47 – 48).

Retomando o texto de Garavaglia, este autor coloca que no tocante à atuação das elites guaranis, na variante bastarda:

el papel del grupo indígena no productor [capa burocrática], [...], es aquí mucho más importante. Está compuesta, por um lado, por los llamados *caciques done*s, [...]. A éstos debemos agregar los

²¹⁸ “Em 1803, logo após a conquista das missões pelos luso-brasileiros, [...], o governador ofereceu aos índios que quisessem deixar as missões a possibilidade para a vila de Rio Pardo e lá se estabelecerem com suas famílias” (GARCIA, 2007, p. 129). Elisa Garcia sustenta sua afirmação fazendo referência ao seguinte documento: Carta do governador do Rio Grande, Paulo José da Silva Gama ao major comandante dos Povos de Missões, Joaquim Felix da Fonseca. Porto Alegre, 15 de março de 1803. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ) – cód. 104, vol. 14. fl. 79v.

componentes del *cabildo indígena*, que probablemente hayan tenido una mayor autonomía que en los pueblos administrados por los jesuítas (GARAVAGLIA, 1978, p. 168) [*grifos do autor*].

Na tipologia bastarda, as vias de comercialização do excedente produtivo são mais variadas. Nas palavras de Garavaglia: “se establecen redes de comercialización con acuerdo y participación de administradores, gobernadores y, algunas veces, con la anuencia y fiscalización de los miembros de los grupos dominantes en las poblaciones blancas cercanas al pueblo” (1978, p. 168).

Com base nesta esquematização feita por Garavaglia, podemos apreender, de forma bastante básica, como organizava-se o sistema de produção em comunidades dos guaranis missioneiros. Como tratam-se de tipos ideais, acreditamos que ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, os sete *pueblos* localizados na margem esquerda do rio Uruguai oscilaram entre a forma pura, enquanto administrados pelos padres jesuítas, e as diversas variantes da forma bastarda, após a expulsão dos inacianos das possessões espanholas e portuguesas na América. Cabe destacar ainda que após a anexação do Espaço Oriental Missioneiro pelo Império português em 1801, a administração daqueles povos foi delegada aos chefes militares até 1833, e posteriormente ao Juiz de Órfãos.²¹⁹ Ou seja, nas primeiras décadas do Oitocentos enquanto o sistema de comunidades vigorara na região das Missões, período intimamente ligado ao recorte temporal deste estudo, a sua administração era laica.

Já a partir da análise formulada por Max Ribeiro, conseguimos perceber que embora a dinâmica produtiva do sistema em comunidades nos Sete Povos Orientais praticamente tenha se conservado após 1801, ela acabou sendo redirecionada para atender a objetivos específicos do Império português. Para o autor,

[...] a produção das comunidades foi drenada para uma logística de guerra [...] [que] afetou a subsistência dos Povos. Neste sentido, as comunidades indígenas podem ter adquirido grande importância aos luso-brasileiros uma vez que ajudavam a galgar recursos para o esforço de guerra.

Além de desviar recursos materiais das comunidades para guerra, os luso-brasileiros também recrutaram os trabalhadores guaranis, o que também, possivelmente, acabaria por afetar as

²¹⁹ Informação extraída do *Decreto de 3 de junho de 1833*. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37777-3-junho-1833-565134-publicacaooriginal-88994-pe.html>. Acesso em 07 de nov. de 2013. Ver também: *Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro Fernandes Braga, 20 de abril de 1835*. Disponível em <http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1835_00001.pdf>. Acesso em 07 de nov. de 2013.

comunidades diminuindo seu contingente de mão-de-obra (RIBEIRO, 2013, p. 49 – 50).

Por fim, mais uma vez as preciosas descrições de August de Saint-Hilaire são bastante esclarecedoras. Em sua passagem pelo Povo de São Luís em 14 de março de 1821, o viajante francês fez o seguinte relato:

vi no convento um grande número de surrões cheios de arroz, milho e feijão. Esses gêneros, resultado dos trabalhos da comunidade, se destinam à alimentação dos habitantes da aldeia. O excedente das colheitas e dos tecidos de algodão é trocado por bovinos, e os índios de São Luís comem sempre carne. *À exceção dos artífices, todos trabalham nas plantações da comunidade [abambaé], mas, além disso, o administrador lhes permite fazer plantações particulares [tupambaé] e lhes dá dias de férias para cuidá-las* (2002, p. 303) [grifos nossos].

Tal cenário exposto por Saint-Hilaire revela, conforme argumentou Max Ribeiro (2013), que o sistema de produção em comunidades perdurou pelas primeiras décadas do século XIX. Todavia, naquele contexto de endemia bélica, instabilidade institucional e incerteza, desempenhava um papel voltado ao esforço bélico para a manutenção daquele espaço fronteiriço aos domínios portugueses na América. Por outro lado, as possibilidades de produção própria também se conservaram e gradativamente se tornaram mais frequentes no decorrer do Oitocentos.

Isto posto, voltamos a nos concentrar sob nossa base empírica. Em 1827, um ano antes do início de nosso período de análise, o Tenente-Coronel Manoel da Silva Pereira do Lago, Comandante Geral da Província de Missões e Administrador Geral dos Sete Povos, elaborou um detalhado documento descrevendo, entre outras coisas, a população, os bens, as propriedades e a produção dos povos.²²⁰ Neste levantamento, constam preciosas informações

²²⁰ *Mapa Geral dos Bens, e Propriedades dos Sete Povos das Missões brasileiras com especificação do estado atual dos Edifícios número dos Naturais, Receita e Despesa, Dívida e Crédito, Produções e Ramos de Indústria, oferecido ao Ilmo. Exmo. Sr.º. Salvador José Maciel, Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, pelo Tenente-Coronel Manoel da Silva Pereira do Lago, Administrador Geral, (doravante, Mapa dos Sete Povos). Coleção Decimal, localização: I-48,16,13. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Este documento foi transcrito e publicado na 1ª edição da Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul, janeiro de 1921. Em seu estudo sobre a integração dos guaranis missionários na economia sul rio-grandense Maximilian Mac Menz (2001; 2004) utilizou-se da transcrição deste documento. Tivemos acesso tanto ao original que copiamos no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional e a transcrição publicada na dita revista. Agradecemos a Jonas Vargas por ter gentilmente fotografado a transcrição e nos disponibilizado. A partir daqui citaremos apenas a transcrição publicada na supracitada revista.*

sobre os agentes que estavam envolvidos nas atividades produtivas. A estatística populacional discrimina homens e mulheres, além disso, distingue estes entre úteis, menores e inválidos.

Quadro 21 – População Guarani dos Sete Povos das Missões brasileiras (1827)

Povos	Varões				Mulheres				Total
	Úteis	Men. ^a	Inv. ^b	Total	Úteis	Men. ^a	Inv. ^b	Total	
Sto Ângelo	21	7	11	39	46	10	8	64	103
S. Borja	17	3	22	42	66	38	34	138	180
S. João	24	21	27	72	64	34	42	140	212
S. Lourenço	31	38	26	95	81	44	38	163	258
S. Luiz	24	44	75	143	157	55	91	303	446
S. Miguel	16	28	39	83	58	38	92	188	271
S. Nicolau	27	52	62	141	95	37	131	263	404
Total	160	193	262	615	567	256	436	1259	1874

^a Menores.
^b Inválidos.

Fonte: Mapa dos Sete Povos (1827). In: Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul, nº. 1 janeiro de 1921.

É expressiva a maior quantidade de mulheres. Como vimos, há significativas informações que dão conta que muitos guaranis homens estavam incorporados as milícias. Este fato, explica em parte o reduzido número de homens úteis apontado pelo Mapa dos Sete Povos. O grande número de homens inválidos aponta para este sentido, uma vez que, muitos homens podiam ter ficado nesta condição graças à participação nas constantes contendas daquele período. Não se pode descartar também que o baixo número de homens estivesse, talvez, refletindo um movimento de evasão, o qual seria predominantemente masculino, tendo em vista que os homens teriam maior autonomia e possibilidades de migração individual do que as mulheres. De outra maneira, este levantamento populacional indica que grande parte dos processos produtivos realizados pelas comunidades era composta por mulheres.

Em relação às atividades produtivas desenvolvidas nos Sete Povos, segundo as informações do Mapa, elas eram bastante diversificadas. Em maior ou menor quantidade se produzia trigo, algodão, feijão, milho, cevada, arroz, lentilha e ervilhas. Mas as produções com maior destaque eram as favas, o couro de gado cru e a erva-mate, que chegou a 1.660 arrobas. Como vimos no primeiro capítulo, os couros e a erva-mate eram produtos exportados pelo o rio Uruguai para as praças platinas. Em seu estudo sobre a Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo (séculos XVIII e XIX), Karina Melo percebeu que “a presença de guaranis no Vale do Rio Pardo e o processo histórico de construção de suas identidades estiveram ligados à produção de erva-mate [...]” (2011, p. 88). A autora demonstrou que ao longo do século XIX,

o extrativismo da erva-mate era uma das principais atividades produtivas dos guaranis, e que o apossamento das terras da Serra Geral por lavradores nacionais foi um processo problemático na relação dos guaranis com a sociedade envolvente. O Mapa dos Sete Povos mostra ainda que no ramo de manufaturas se sobressaia os panos de algodão, mas houve o registro ainda da produção de pequenas quantidades de solas, panos de lã, bicharás²²¹ e picote riscado²²².

No entanto, a grande riqueza dos Sete Povos eram as suas terras de criar e a grande quantidade de gado que ali se encontravam. O Mapa dos Sete Povos nos informa que em 1827 ainda existiam seis terras de criar em poder dos Povos, sendo que estavam distribuídas por cinco estâncias.

Quadro 22 – Terras de criar e rebanhos dos Sete Povos das Missões brasileiras (1827)

Povos	Denominação das terras	Nº de terras	Nº de Reses	Nº de cavalos	Nº de éguas	Total de cabeças
Sto Ângelo				20	24	44
S. Borja	São Gabriel	1	5.400	40	86	5.526
S. João	Conceição	1		10	300	310
S. Lourenço	Passiretan	1			300	300
S. Luiz						
S. Miguel	São Vicente	2	16.000	200	400	16.600
S. Nicolau	Itaroquem	1	3.000	40	1.000	4.040
Total		6	24.400	310	2.110	26.820

Fonte: Mapa dos Sete Povos (1827). In: Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul, nº. 1 janeiro de 1921.

É impressionante o número total de reses pertencentes aos Povos. Se lembrarmos que o maior estancieiro inventariado na região das Missões entre 1828 e 1858, Antônio Jacinto Pereira (1846), possuía um rebanho bovino que chegava 8.631 cabeças, e que na região da Campanha, entre 1830 e 1860, raros criadores acumularam em seus rebanhos mais que 10.000 cabeças,²²³ perceberemos que o número de 24.400 reses em poder dos guaranis era muito expressiva. É importante frisar que os volumes do rebanho bovino coletivo pertencente aos Sete Povos oscilou bastante entre 1801 e 1834. Segundo Maximilian M. Menz,

²²¹ Lã grossa para ponchos.

²²² Pano grosseiro de lã.

²²³ Apenas cinco inventários continham mais de 10.000 animais *vacuns* (FARINATTI, [2007] 2010a, p. 153).

a través de algunas estadísticas de la época, podemos seguir las fluctuaciones de los rebaños colectivos de los Siete Pueblos. En 1801, existían 125.097 cabezas de ganado em los rodeos de las estancias de los Siete Pueblos. Em 1825 eran 8.498, alcanzan 24.400 hacia 1827, luego descienden a 15.219 y llegan a los 21.000 em 1834 (2004, p. 97).

No já referido relatório do Presidente da Província de 20 de abril de 1835, Fernandes Braga declara que pertenciam aos Sete Povos “21.000 reses, 622 cavalos e 952 éguas”.²²⁴ Como o gado *vacum* era a principal riqueza da região, e o componente patrimonial mais importante na grande maioria das fortunas analisadas neste estudo, se pode apreender que os Povos eram donos de um considerável patrimônio quase ao fim da década de 1820. Em 1828, o valor médio dos novilhos na região das Missões foi de 3\$200 (três mil e duzentos réis), assim, calculando o número de reses por este preço, tem-se que o rebanho bovino coletivo dos Sete Povos equivalia em moeda corrente cerca de 78.080\$000 (setenta e oito contos e oitenta mil réis).²²⁵ Mas, como as maiores e melhores estâncias missioneiras se localizavam na região da Campanha, talvez, o mais coerente fosse utilizar o valor médio dos novilhos de Alegrete. Segundo Farinatti ([2007] 2010a, p. 373), o preço médio do novilho em 1832 nesta localidade era de 7\$000 (sete mil réis).²²⁶ Assim sendo, as 21.000 reses que pertenciam aos Sete Povos

²²⁴ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro Fernandes Braga, 20 de abril de 1835. Disponível em < http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1835_00001.pdf>. Acesso em 18 de out. de 2013.

²²⁵ Os cálculos para determinar o preço médio dos novilhos foram feitos com base no inventários *post-mortem* de Maria Joaquina de Jesus. Fundo 003, Comarca do Rio Grande do Sul, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1828, processo n°: 01, APERS.

²²⁶ A significativa diferença no valor médio das reses inventariadas em São Borja (3\$200) e Alegrete (7\$000) pode ser atribuída a uma série de fatores, entre os principais destacamos: 1) a melhor qualidade dos animais criados na Campanha, onde segundo testemunhos coevos situavam-se melhores pastagens do que as encontradas na região das Missões; e 2) a distância do complexo charqueador e a dificuldade com o transporte do gado devido à falta de estrutura repercutia na depreciação do valor das reses para os produtores pudessem concorrer com os animais criados na criados na Campanha. Em relação a este segundo fator, um informe da Câmara Municipal de São Borja de 1858 é bastante revelador: “[...] a falta de pontes ou barcas de passagens nos passos mais importantes do Município no caminho que segue para o interior o que dificulta a passagem destes animais, ameaçando a vida de grande número deles. Este obstáculo é a causa de não virem os tropeiros fazer tropas de gado a este Município, se não em caso de necessidade extrema, e não obstante a superior qualidade dele, tem caído em depreciação para as charqueadas, por que sendo o risco inevitável, nem o fazendeiro, nem o charqueador querem sujeitar-se a ele” (Carta anexa ao *Mappa demonstrativo das officinas, estabelecimentos e fábricas do município de São Borja*. Correspondência expedida pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRs). Em que pese à diferença de aproximadamente três décadas entre as médias calculadas e o relatório da Câmara de Vereadores, conforme os relatos de 1858, aquelas precárias condições de transportes vinha de longa data prejudicando os produtores da região: “[...] a indústria pastoril vê falecerem-lhe todos os dias os

em 1834 correspondiam a um valor aproximado de 147.000\$000 (cento e quarenta e sete contos de réis), quase o dobro do valor estimado considerando o preço médio do novilho da Vila de São Borja. De qualquer forma, neste período, o patrimônio dos Sete Povos em gado *vacum* ainda era bastante significativo. Entretanto, é inegável que houve uma brutal diminuição no número de cabeças de gado em apenas três décadas e meia de domínio luso-brasileiro no Espaço Oriental Missioneiro, caindo de cerca de 125.000 cabeças em 1801 para 21.000 em 1834-1835.

Outro dado que nos chama muito a atenção é a concentração do gado que se deu na estância de São Vicente, pertencente ao povo de São Miguel. O cenário descrito por Saint-Hilaire é significativamente coerente com os dados constantes no Mapa dos Sete Povos, conforme um trecho de seus relatos:

não [havia] mais estâncias em Santo Ângelo; [...]. São Borja possui ainda a de São Gabriel, mas está sem gado; São Lourenço, a de Tupanciretã (Povo de Nossa Senhora), sem gado também; enfim, Conceição, que pertence a São João, está igualmente sem animais.

A única estância que conserva alguma importância é a de São Vicente, onde se contam quatorze mil bovinos, pertencentes a São Miguel. Os animais de Itaroquém desapareceram quando os gaúchos entraram em São Nicolau ([1821] 2002, p. 290).

Em torno de 66% das reses estavam nas duas terras de criar da estância missioneira de São Vicente. Não por acaso que ela despertava o interesse dos luso-brasileiros. Recordemos que no subcapítulo 2.4, apresentamos a declaração da venda desta estância feita pelas lideranças guaranis ao senhor Alexandre de Abreu Valle Machado.²²⁷ Segundo consta naquele documento,

os Corregedores, Tenentes Corregedores e Caciques pelo presente [declaram] que em conformidade da ata celebrada em novembro, e para encher os objetos nela expostos temos resolvido vender, e desde já vendemos ao senhor Alexandre de Abreu [Valle Machado], a seus herdeiros e sucessores todos os campos compreendidos de baixo da denominação de Estância de São Vicente que especialmente pertence ao Povo de São Miguel pela quantia de *dez contos de réis* a conta das quais recebemos dois contos e quinhentos mil réis para habilitações, pagamentos de dívidas e gastos extraordinários das famílias que

recursos pela falta absoluta de pontes ou barcas de passagem nos rio principais, e tantas vezes reclamadas por esta Câmara, [...]" (Idem).

²²⁷ Lembramos que este sujeito foi um dos vereadores eleitos para a primeira vereança na Câmara de Vereadores de Alegrete e primeiro chefe da Guarda Municipal da mesma Vila.

voluntariamente seguem ao Exército do Norte, e queremos que o resíduo o conserve em seu poder para o exigirmos em qualquer tempo que nos convenha, [...] ²²⁸

Conforme a declaração, a transação foi fechada em dez contos de réis. Se utilizarmos o mesmo procedimento que fizemos anteriormente para averiguar quanto equivalia o rebanho bovino total dos Sete Povos em moeda corrente, considerando o preço médio do gado em São Borja, veremos que apenas as 16.000 reses existentes na estância de São Vicente valiam aproximadamente 51.200\$000 (cinquenta e um contos e duzentos mil réis). Mas, se o preço médio considerado for o verificado em Alegrete no ano de 1832, o valor salta para impressionantes 112.000\$000 (cento e doze contos de réis). Se nossas estimativas não estiverem absurdamente equivocadas, pode-se dizer que o senhor Alexandre de Abreu Valle Machado teria feito um estupendo negócio, ainda mais se o preço médio dos novilhos criados em São Vicente seguisse a média de preço do gado criado na Campanha, região em que tal estância estava localizada. Todavia, tal negócio parece não ter se confirmado.

Max Ribeiro explora um ofício de 1830, enviado ao Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, em que o Tenente-Coronel Manoel da Silva Pereira do Lago esclarece que:

em observância ao respeitável despacho de V. Ex., datado de 20 de julho do presente ano lançado no *requerimento de Alexandre de Abreu Vale* [Machado]: cumpre-me informar a V. Ex. que *a respeito do suplicante dizer que comprou a fazenda denominada São Vicente a seus legítimos donos* intuído Ex. Sr. que *é nula toda e qualquer venda feita por aqueles indígenas que acompanharam o partido de Frutuoso Rivera e resultado daqueles proprietários estarem sujeitos a uma administração posta por Sua Majestade Imperial, em consequência de se considerarem de menor idade e não serem capazes de regerem nem os bens que lhes pertencem*. Os índios EX. Sr. Foram enganados por Frutuoso Rivera, como é notório por alguns indígenas que voltaram por se verem inteiramente sem ter coisa alguma porque tudo que foi levado foi pouco para o citado Frutuoso lançar mãos e os índios ficaram sem nada do que carregaram [...]. ²²⁹

Alegando que a gestão dos bens dos Povos não competia aos indígenas, devido a estes serem reconhecidos como incapazes (*em consequência de se considerarem de menor idade e não serem capazes de regerem nem os bens que lhes pertencem*), o administrador dos Sete

²²⁸ Fundo Justiça, Maço 43, Juízo de Paz, 1830, São Borja, AHRS. [grifos nossos]

²²⁹ Fundo Autoridades Militares. Manuel da Silva Pereira Lago. Outubro de 1830, maço 114, AHRS [grifos nossos]. O fragmento utilizado foi retirado de: RIBEIRO (2013, p. 57).

Povos, o Tenente-Coronel Lago, informava que o negócio estabelecido entre as lideranças guaranis missioneiras e o senhor Valle Machado não podia ser considerado válido. Ao que tudo indica, a compra parece mesmo não ter sido concretizada. Em seu relatório do dia 20 de abril de 1835, Fernandes Braga, então Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, anunciava que: “possuem os Índios 5 estâncias, 9 poteiros, 2 invernadas, 8 chácaras, 31 rincões [...]”.²³⁰ Conforme o Presidente Braga, o número de estâncias pertencentes aos Povos permanecia o mesmo declarado pelo Tenente-Coronel Lago em 1827 no Mapa dos Sete Povos (ver no quadro 22 o campo: *denominação das terras*). Portanto, caso a venda de São Vicente, ocorrida em 1828, tivesse mesmo sido confirmada, no relatório de Fernandes Braga, manuscrito em 1835, deveria constar o número máximo de 4 estâncias.

No entanto, ainda que o negócio não tenha sido referendado, entendemos que a simples tentativa de sua execução compõe-se num importante vestígio do avanço da colonização luso-brasileira sobre os bens comunais dos guaranis missioneiros e, também, de um complexo processo de privatização destes, o qual contou com protagonismo dos próprios indígenas. Neste sentido, considerando os relatos de Auguste de Saint-Hilaire, podemos perceber que o caso da tentativa de negociação da estância de São Vicente não se configurou como algo isolado. Em certa passagem, o viajante anotou o seguinte:

já passei por três estâncias que pertencem ao Marechal Chagas²³¹ e, entre chácaras e estâncias, ele possui oito na Província das Missões. Avalia-se em 24 léguas a extensão de terreno que podem ocupar. Todas essas terras foram compradas, mas a preços muito baixos e, a se acreditar na voz do povo, foi o medo que, por mais de uma vez, obrigou os proprietários a vendê-las ([1821] 2002, p. 289).

Em outro campo do Mapa dos Sete Povos, o administrador expõe as terras que, em suas palavras, haviam sido “usurpadas dos povos”. Consta também a quantidade de gado, mas, infelizmente, não foi discriminado o tipo de gado.

²³⁰ Relatório do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro Fernandes Braga, 20 de abril de 1835. Disponível em < http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1835_00001.pdf>. Acesso em 20 de nov. de 2013.

²³¹ Trata-se do Coronel Francisco das Chagas Santos que foi Comandante Geral da Província das Missões entre 1809 a 1820.

Quadro 23 – Gado e terras “usurpadas” dos Sete Povos das Missões brasileiras (1827)

Povos	Denominação					Vacas e Cavalos
	Estâncias	Potreiros	Rincões	Invernadas	Chácaras	
Sto Ângelo	6	3	-	2	-	24.710
S. Borja	1	-	10	-	-	
S. João	-	-	2	-	-	
S. Lourenço	1	-	2	-	-	
S. Luiz	1	-	-	-	-	
S. Miguel	-	-	5	-	-	
S. Nicolau	-	6	12	-	8	

Fonte: Mapa dos Sete Povos (1827). In: Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul, nº. 1 janeiro de 1921.

Conforme o documento, até 1827, além da expressiva quantidade de gado (24.710 entre vacas e cavalos, dos quais, muito provavelmente, a grande maioria era de vacas), nove estâncias e potreiros, trinta e um rincões, duas invernadas e oito chácaras haviam sido “usurpadas dos povos”. Tão interessante quanto a quantidade do que foi usurpado, é a utilização do termo “usurpadas”. Segundo o *Diccionario da Lingua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto de 1832, o verbo usurpar significa “tomar o alheio injustamente”.²³² Portanto, nos parece que o administrador, o Tenente-Coronel Manoel da Silva Pereira do Lago, possuía nítida consciência de que os luso-brasileiros vinham se apoderando indevidamente do patrimônio dos Sete Povos. Mais uma vez os relatos de Saint-Hilaire são bastante elucidativos. Segundo o naturalista francês,

várias aldeias da margem direita do Uruguai tinham, como as da margem esquerda, estâncias que, há muito tempo, se tornaram propriedades de agricultores portugueses. Os comandantes não cuidaram mais daquelas aldeias pertencentes a Portugal; eles as doaram ou as deixaram perder o gado que possuíam. [...] o Conde de Figueira²³³ deu ultimamente a um de seus ajudantes de campo uma estância que pertencia à aldeia de São Luís. ([1821] 2002, p. 290).

Em outro trecho, ele relata que

outrora essa estância [de Santiago] era habitada por um espanhol e ela conservou seu nome. Atualmente é habitada por um brasileiro que

²³² PINTO, L. M. da Silva. **Diccionario da Língua Brasileira**. Disponível em www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/1082/mode/1up. Acessado em: 21 de mar. de 2013.

²³³ José Maria Rita de Castelo Branco, o Conde da Figueira foi governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande entre 1818 e 1821.

morava para os lados de Quaraí, mas que, tendo suas propriedades devastadas durante a guerra pelos gaúchos e pelos próprios portugueses, veio se refugiar aqui. ‘Só comprei a casa’, me disse ele, ‘por que as terras pertencem aos índios’. Fiquei admirado de ouvi-lo fazer essa distinção, pois em outras zonas da província, doavam simplesmente terras pertencentes às aldeias ([1821] 2002, p. 322) [*grifos do autor*].

Mais de uma década depois, em 1834, Arsène Isabelle também captou em seus relatos outro momento deste processo de avanço da colonização luso-brasileira sobre as terras pertencentes aos povos missioneiros.

atravessamos a aldeia de São Francisco, onde havia, outrora, uma capela e uma pequena povoação de guaranis, dependentes das Missões. Atualmente, não existem mais do que dez ou doze choupanas, e três ou quatro casas de madeira com telhado vermelho. Entretanto, novos *povoadores* começaram a estabelecer-se ali e a cultivar as terras (2006, p. 205) [*grifos do autor*].

Nesse sentido, encontramos um documento que apresenta um episódio que pode nos ajudar a refletir sobre este processo de disputa e também de inserção dos guaranis em outras formas de produção que não apenas o sistema em comunidade. Em 1832, Fernando Guaramby, Cabo de Esquadra do Regimento de Lanceiros do Uruguai, moveu uma Ação Ordinária²³⁴ contra Gabriel Domingues. Nesta, Fernando Guaramby reclamava a posse de um campo denominado Santa Bárbara que havia recebido como herança de seus pais,²³⁵ e que o dito Domingues havia arbitrariamente se introduzido quando ele, Guaramby, esteve na Campanha em armas. Aqui, é importante ressaltar também que este episódio constitui-se em outro indício que revela o desencadeamento do processo de avanço a colonização luso-brasileira sobre o Espaço Oriental Missioneiro, e de privatização da produção e das propriedades comunitárias dos guaranis.

O Suplicante alegava que seus pais haviam vendido metade do campo a Domingos Vieira por volta do ano de 1812, mas que ficaram na posse da outra metade, a qual lhe foi legada. Em contrapartida, o Réu, homem branco, morador da localidade de Itacuruby, que vivia de sua estância, alegava que havia chamado a sua posse o campo do Suplicante, pois, o tinha comprado. Comparecendo a primeira audiência de conciliação, Gabriel Domingues não

²³⁴ Ação Ordinária nº 442, maço nº 22, estante nº 95, Cartório do Cível, APERS.

²³⁵ Fernando Guaramby era filho legítimo Sebastião Guaramby e de Ambrósia Aray, já falecida, todos eram moradores da Província de Missões.

aceitou conciliar-se com Fernando Guaramby. Contudo, após esta, não compareceu mais em nenhuma outra.

Por sua vez, o Suplicante estabeleceu diversos procuradores para o representarem em diferentes localidades. Em São Borja, entre seus procuradores estavam o Tenente-Coronel Manoel da Silva Pereira do Lago, Comandante Geral da Província de Missões e Administrador Geral dos Sete Povos, e Luiz Antonio de Azevedo, Juiz de Paz Suplente da Freguesia de São Francisco de Borja. Como se pode perceber, Fernando Guaramby conseguiu estabelecer laços de reciprocidade com influentes sujeitos daquela região. Possivelmente, o contato com o Tenente-Coronel Lago tenha ocorrido no meio militar, já que, Guaramby era Cabo de Esquadra do Regimento de Lanceiros do Uruguay. De acordo com Max Ribeiro, “a participação dos índios no Regimento, porém, pode ser tomada como outra forma de inserção e ascensão social possível aos guaranis dentro das Missões” (2013, p. 52).

Das três testemunhas que depuseram ao longo do processo, todas confirmaram a versão de Fernando Guaramby, e alegaram que não tinham conhecimento que este ou, ainda, seus pais tinham vendido a outra metade do campo a ninguém. Até mesmo Domingos Vieira, que se identificou como cunhado e compadre do Réu, referendou as alegações do Suplicante. Vieira, que havia comprado a metade do campo do pai de Fernando Guaramby, disse ainda que em 1811 estiveram em seu poder os documentos do mencionado campo, despachados e concedidos pelo Tenente-Coronel Joaquim Felix da Fonseca Manso,²³⁶ aquele mesmo oficial que, em 1803, havia recebido do governador do Rio Grande de São Pedro, Paulo José da Silva Gama, instruções para permitir que os guaranis missionários se retirassem para a fronteira do Rio Pardo. Talvez, os pais de Fernando Guaramby tenham estado entre os indígenas que, no início do século XIX, foram desobrigados do trabalho de comunidade, mas que, ao invés de migrarem para a fronteira do Rio Pardo conseguiram reunir recursos, incluindo a posse privada um lote de terras, que lhes possibilitaram permanecer na região das Missões.

Segundo as informações constantes na ação movida por Fernando Guaramby, não nos parece descabido sugerir que o pai do Suplicante tenha conseguido o dito campo por meio de relações privilegiadas com o supradito oficial. Neste caso, no início da década de 1830, quando acionou a justiça para reivindicar seus direitos sobre a terra, Fernando Guaramby ativou uma rede de alianças pessoais que, possivelmente, já vinha sendo estabelecida por seu

²³⁶ De acordo com nossa pesquisa, Joaquim Felix da Fonseca Manso exerceu a Comandância Geral da Província de Missões e administração dos Povos entre 1801 e 1803, quando era Sargento-Mor, e no ano de 1809, já como Tenente-Coronel. Mais conhecido simplesmente como Joaquim Felix da Fonseca, encontramos referência ao nome completo deste oficial em: PINHEIRO [Visconde de São Leopoldo] (1839, p. 223) e ARAÚJO E SILVA (1865, p. 116).

grupo familiar no mínimo há 20 anos. Com tantas evidências a favor, Fernando Guaramby acabou vencendo a ação e Gabriel Domingues foi condenado a largar o campo ao seu legítimo proprietário e pagar a este o desfrute que tirou de tal terreno enquanto ali permaneceu.

Pelo que consta na Ação, parece não haver dúvidas que Fernando Guaramby tinha razão em sua reivindicação. No entanto, parece ser inegável, também, que o fato dele ter acionado redes de reciprocidade, que talvez remontassem as relações estabelecidas por seus familiares, foi fundamental para que pudesse legitimar sua versão. Em um período de interações (conflituosas ou não) cada vez mais frequentes com os novos colonos luso-brasileiros, em que muitas propriedades dos Povos e de famílias guaranis estavam sendo usurpadas por apossamentos arbitrários e/ou privatizadas através de negociações, Fernando Guaramby conseguiu provar na justiça que era legítimo proprietário de tal campo e isso, sem dúvida, foi facilitado pelas importantes alianças que ele e seu grupo familiar haviam conseguido construir, e que intervieram a seu favor num momento de dificuldade.

Vânia M. L. Moreira (2013) analisa um caso que pode servir de paralelo com este que exploramos. A autora relata que:

em 1795, [...], um grupo de índios moradores da vila de Benavente, na capitania do Espírito Santo, insatisfeito com as invasões de suas terras, peticionou à rainha D. Maria, protestando contra os ‘portugueses’, tanto ‘pardos’ quanto ‘brancos’. Definiram-se como homens nascidos ‘livres de ônus de cativo’ e ‘senhores’ de suas ‘ações’ e reivindicaram seus direitos de domínio sobre as terras recebidas e confirmadas por D. José I. [...]. O direito de domínio dos índios foi reconhecido, um processo judicial local foi aberto para a averiguação dos fatos e alguns portugueses terminaram repreendidos e instados a não mais perturbarem os índios (2013, p. 156) [*grifos da autora*].

Vânia Moreia conclui que, “na qualidade de senhores de suas ações, os índios acessaram diferentes instâncias políticas e judiciais, inclusive o mais alto posto da justiça, então representado pela rainha” (2013, p. 156). Embora, neste texto, a autora não revele as formas como os índios conseguiram acessar as diferentes instâncias políticas e judiciais, certamente, eles contaram com mediadores luso-brasileiros que os ajudaram a conseguir atingir instância tão elevada. Guardadas as devidas proporções e diferenças de contextos, Fernando Guaramby também conseguiu acessar as alçadas políticas e judiciais cabíveis para obter um desfecho satisfatório para sua reclamação.

Frente ao processo de colonização luso-brasileira que vinha desalojando grande parte dos povos indígenas de seus antigos territórios, tanto Fernando Guaramby como os índios da

Vila de Benavente buscavam, através dos meios que tinham disponíveis, garantir seus direitos a possuírem seus espaços próprios para que pudessem trabalhar e produzir de forma autônoma. Em um dos trechos mais interessantes da ação impetrada por Fernando Guaramby, ele alega que no tal campo, seus pais produziam “toda a sorte de estabelecimentos, criando todas as espécies de animais, *vacuns*, cavalares e lanígeros [...]”.²³⁷ Os pais do autor da ação haviam vendido metade do campo por volta de 1812, fato que pode indicar também que residiam e produziam autonomamente naquele espaço no mínimo há vinte anos. Isto nos informa sobre a possibilidade que algumas famílias guaranis tiveram de acessar a posse privada da terra e da organização produtiva familiar enquanto ainda vigorava a produção em sistema de comunidades.

Segundo Max Ribeiro (2013), o sistema de comunidades era poroso e proporcionava aos guaranis que dispusessem de mais meios consideráveis possibilidades de emancipação. Em especial, o autor destaca que a liberação da organização comunitária esteve intimamente vinculada à capacidade dos guaranis em se utilizar das patentes de ofícios de milícias para acumular capital material e simbólico. O prestígio, as relações sociais e outros recursos materiais conquistados no meio militar munia os sujeitos envolvidos nele de condições de ativar mecanismos políticos formais que lhes garantiam diversos direitos. Neste contexto, cabe lembrar que Fernando Guaramby era Cabo de Esquadra do Regimento de Lanceiros do Uruguay e, embora não tenhamos informações referentes ao seu pai, consideramos não ser nenhum absurdo supor que Sebastião Guaramby possa também ter estado a serviço das armas.

Em nossas investigações, infelizmente, não encontramos mais informações sobre Fernando Guaramby. Não sabemos, portanto, se ele efetivamente se instalou em sua propriedade e se tornou um produtor. Mas além das evidências já expostas, outros vestígios empíricos nos levam a crer que, embora muitos guaranis tenham se evadido da região das Missões, outros tantos se mantiveram nela se empregando como peões e/ou se tornando pequenos produtores.

Passando pelo distrito de São Vicente em 1834, Arsène Isabelle notou que “umas vinte famílias de índios guaranis, dirigidas por um tenente brasileiro, subordinado ao comandante de São Borja, constituíam a povoação. Não passa, afinal, de uma estância, conservada por milagre nas mãos dos guaranis, e dependente da Missão de São Miguel” (2006, p. 208). Provavelmente, o que Isabelle viu era uma parcela residual da população guarani que ainda se mantinha produzindo comunitariamente. Entretanto, na *Relação de 1857*, encontramos

²³⁷ Ação Ordinária nº 442, maço nº 22, estante nº 95, Cartório do Cível, APERS.

Serafim Guahity, que possuía um rebanho *vacum* de 160 animais administrado por ele mesmo. Obviamente que se trata de apenas um produtor entre 568 relacionados que podemos identificar pelo nome sua ascendência indígena. Porém, o processo de adoção de nomes portugueses, que se intensificou a partir da década de 1840, diluiu muitos guaranis e, principalmente, mestiços na arraia miúda da sociedade envolvente. Por isso, é bastante difícil para o pesquisador identificar estes sujeitos nos documentos contemporâneos após os anos 1830. Nesse sentido, quaisquer referências claras a nomes indígenas se torna bastante significativo, uma vez que mostra que mesmo que as possibilidades de permanência na região tenham sido limitadas, elas existiram, e acabaram sendo aproveitadas, especialmente por aqueles que conseguiram estabelecer laços de reciprocidade com sujeitos da sociedade envolvente.

No conjunto de inventários fichados, encontramos apenas três de indivíduos guaranis e/ou mestiços. Em 1859, Escolástica Tandiju deixou seus parques bens que somavam 345\$880 (trezentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e oitenta réis) para Maria Andresa Lopes. Entre eles, estavam 43 reses mansas, 3 éguas mansas e 11 chucas, além de alguns móveis.²³⁸ O modesto rebanho deixado por Escolástica Tandiju nos permite pensar que se ela não produzia diretamente, ao menos podia arrendar suas poucas reses.

Em um inventário amigável no ano de 1861, os herdeiros de Pedro Nolasco de Faria (provavelmente se tratava de um mestiço) dividiram entre si “um campo nas pontas do rio Icamaquã com uma légua e meia de comprimento e uma e um quarto de largo”²³⁹ que fora avaliado em 2.400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis). Embora no inventário não se tenha descrito mais nenhum bem, da mesma forma que a Ação Ordinária de Fernando Guaramby, este documento mostra a posse privada da terra por um sujeito de ascendência guarani que permaneceu na região das Missões.

No ano de 1872, Francisca Pedrosa Garay, viúva de Ramão Garay, declarou no inventário que o seu falecido marido havia deixado bens insignificantes e muitas dívidas passivas e, por isso, rogava que em benefício dos 8 órfãos, todos menores, não se procedesse ao inventário afim de não ficar o pouco que se tinha absorvido pelos custos do processo.²⁴⁰ O pedido da viúva não foi atendido e os bens do casal tiveram que ser inventariados. Dentre

²³⁸ Inventário de Escolástica Tandiju. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Cartório do Cível, ano: 1859, processo n°: 25, APERS.

²³⁹ Inventário de Pedro Nolasco Faria. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Cartório do Cível, ano: 1861, processo n°: 33, APERS.

²⁴⁰ Inventário de Ramão Garay. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1872, processo n°: 318, APERS.

diversos bens, possuía o casal um arrançamento – com duas casas cobertas de capim, com paredes de ladrilho, cercados e arvoredos –, um pedaço de campo no primeiro distrito de São Borja, oito bois mansos, setenta reses chucras de criar, trinta reses mansas, dezesseis cavalos mansos, uma manada com quarenta animais entabulados, cinquenta ovelhas e duas carretas. Portanto, pelos bens descritos, fica claro que se tratava de uma pequena unidade produtiva, com pecuária bovina, criação de ovelhas e, provavelmente, com agricultura.

Embora as contingências do processo histórico tenham praticamente inviabilizado o sistema de organização social em comunidades dos guaranis missioneiros, elas não foram capazes de fazer com que eles simplesmente tivessem retornado para os matos, regressando a uma forma de vida pré-contato com os europeus. O enfraquecimento da organização social específica dos guaranis missioneiros fez com que muitos destes buscassem outras estratégias de sobrevivência, mesmo que não em grupo. Sem dúvida, a inserção nos espaços sócio-produtivos da sociedade envolvente na região das Missões foi uma destas estratégias. Mesmo que seja complicado demonstrar a representatividade dos guaranis e mestiços nas diversas esferas socioeconômicas da região após os anos 1830, cremos que, através dos exemplos dados aqui e no subcapítulo 2.4, se pode notar a inserção deles no campo militar, da burocracia Imperial e nas atividades produtivas como peões e/ou pequenos produtores em distintos momentos do período oitocentista.

Considerações Parciais

Assim como a estrutura produtiva e a composição social, o mundo do trabalho da região das Missões também foi bastante diversificado. Diferentes tipos de mão-de-obra animaram os vários processos produtivos da região. Escravidão, trabalho assalariado (perene e sazonal), trabalho familiar e sistema de trabalho em comunidade foram alguns dos distintos modos de trabalho que coexistiam, e envolveram os inúmeros sujeitos que lá habitavam.

No tocante a escravidão, pudemos notar que a região das Missões não se conformou em uma exceção ao sistema escravista que vigorou por todas as áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro. Demonstramos por meio dos inventários que expressiva parte dos produtores contava com trabalhadores escravos. Os resultados obtidos por nossa investigação refutam a tradicional versão historiográfica elaborada do Fernando Henrique Cardoso (1962) que negava que teria havido escravidão negra na região das Missões, uma vez que os produtores se utilizavam da abundante força de trabalho dos guaranis missioneiros.

Além disso, se percebeu que a escravidão esteve disseminada por todas as camadas sociais. A mão-de-obra escrava se constituiu na forma mais segura de trabalho estável num contexto de em que não havia uma oferta constante de trabalhadores livres. Contar com trabalhadores cativos foi importante até mesmo para os modestos produtores. Em considerável medida, foi a reprodução natural da população cativa que conferiu a estes a possibilidade de se manterem como senhores de escravos com certo grau de autonomia frente à crise de oferta de cativos pós-1850. Porém, quando havia a possibilidade de aquisição de cativos, a específica racionalidade econômica destes produtores fazia com que eles tivessem como referência principal o ciclo de vida familiar e o próprio ciclo reprodutivo dos escravos. Ou seja, a força de trabalho cativa precisava adequar-se as especificidades da força de trabalho familiar. A posse de cativos permitia que os pequenos produtores elaborassem complexas estratégias econômico-produtivas para aproveitar as altas demandas sazonais de trabalho nas grandes estâncias e, até mesmo, para alugar seus escravos. Considerando esta dinâmica, percebemos que a posse de escravos foi bastante funcional também para os pequenos produtores. Isto, por sua vez, conferiu a escravidão uma ampla legitimidade social.

No que diz respeito à concentração da posse de escravos, verificamos que na região das Missões se reproduziu o padrão que vem sendo verificado para todo o Rio Grande de São Pedro e para a grande maioria das regiões do território brasileiro no período colonial e monárquico, seja em zonas de economia ligada a exportação, seja nas áreas voltadas para o abastecimento do mercado interno. Ou seja, a posse escrava esteve disseminada pelo tecido social com a presença de muitos pequenos e médios senhores de escravos que, no entanto, dividiam espaço com uma elite de donos de muitos cativos, os quais concentravam em suas escravarias a maior parte dos escravos.

Levando em consideração as proporções de homens e mulheres no universo populacional escravo, averiguamos que havia uma estrutura de posse comum em diversas regiões de pecuária no Brasil colonial e imperial. Esta tinha por característica um maior equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres do que se verificou nas áreas porto-chargeadoras do sul e de produção agrícola destinada à exportação do sudeste e nordeste. Desse modo, cremos que as condições econômico-produtivas impostas pela atividade pecuária ensejou uma estrutura de posse escrava própria de regiões pastoris no Brasil, a qual não deixou de apresentar razoáveis diferenças entre regiões bastante próximas como, por exemplo, entre a Vila de São Borja e a Vila de Cruz Alta.

Em relação à distribuição de crioulos e africanos pelas escravarias, devido à ampla predominância dos crioulos, não houve grandes variações de acordo com a envergadura dos

produtores. Além disso, a quase nula oscilação da procedência dos cativos inventariados entre antes e depois de 1850 deixa claro que o final do tráfico transatlântico de escravos africanos pouco ou nenhum efeito causou sobre o arranjo populacional cativo. Com efeito, o baixo índice de africanos em todas as faixas aponta para o fato de que na região das Missões a incorporação de cativos africanos não se conformou num fator de diferenciação social entre os produtores livres. Os dados que analisamos para a região em foco e o cotejo com outros estudos sobre regiões vizinhas nos levam a crer que os efeitos do tráfico negreiro não passaram de meados dos anos 1830, sendo que até ali também não haviam sido tão expressivos. Assim, acreditamos que houve regiões brasileiras que não ficaram tão subordinadas ao tráfico atlântico para reproduzir uma hierarquia social, econômica e produtiva significativamente desigual. Ao menos na região e período abordados, a função sociológica do tráfico negreiro (FLORENTINO; GÓES, 1997) de promover a diferenciação social entre a população livre foi pouco significativa. Ali, os desiguais níveis de fortuna foram produzidos através da concentração de escravos crioulos e, principalmente, pela apropriação de grande quantidade de reses e extensões de terras.

Em perspectiva comparativa, conforme o critério de procedência, o quadro que se averiguou para a população cativa das regiões pastoris é bem distinto daqueles visto para as regiões porto-charqueadoras do leste sul rio-grandense e de *plantation* do sudeste e nordeste brasileiro. Nestas a participação de africanos no conjunto populacional cativo foi muito mais significativo do que naquelas. E isto, por sua vez, influenciou diretamente nos níveis de equilíbrio e desequilíbrio entre os sexos. Enquanto que nas áreas de pecuária havia a tendência de equilíbrio entre os sexos, ensejado pela predominância de cativos crioulos, nas regiões porto-charqueadoras de *plantation* a maior proporção de escravos homens foi consequência da considerável presença de africanos que raramente estavam em menor número do que os crioulos.

A legitimidade social da escravidão não ficou patente apenas nos exames feitos nos inventários. As estimativas de posse de cativos feitas com registros paroquiais de batismos mostraram também que em diferentes áreas e períodos reproduziu-se o padrão de dispersão da posse cativa por um grande contingente de pequenos senhores que dividiam espaço com uma elite que concentrava muitos braços cativos em suas senzalas. Além disso, através dos inventários *post-mortem* percebemos que, enquanto bens patrimoniais, os escravos representavam expressiva parcela do patrimônio dos pequenos produtores. Sendo assim, além da legitimidade social da escravidão através da disseminação da posse de cativos pelo tecido

social, os pequenos produtores eram aqueles que economicamente estavam mais comprometidos com o sistema escravista.

Mesmo não sendo fácil encontrar referências aos ofícios dos escravos, encontramos vestígios de cativos que trabalhavam em padarias, fábricas de mandioca, de velas, olarias, sapatarias, etc.. Portanto, o trabalho escravo foi amplamente utilizado nas mais diversas atividades produtivas existentes na região, e em todas elas, os escravos dividiam espaço com trabalhadores livres. A conjugação do trabalho escravo com o livre foi comum a todas as atividades produtivas que averiguamos. Na pecuária, esta estrutura se revestiu de rica complexidade.

Como a literatura sobre o trabalho pastoril tem apontado, trabalhadores livres e cativos eram empregados nas lidas campeiras. O trabalho de campo era composto por um núcleo de trabalhadores estáveis, que podiam ser escravos e/ou peões livres, e outro núcleo de trabalhadores eventuais. Na região das Missões não foi diferente. Na maioria dos estabelecimentos os escravos campeiros compunham o núcleo (ou, mais frequentemente, parte dele) de peões estáveis. Sem dúvida, esta composição constituía-se na maneira mais frequente, e talvez mais adequada, de organizar a faina pastoril. Porém, tratava-se da principal variável compreendida dentro da estrutura de um *continuum* de formas de organizar a força de trabalho no pastoreio. Dentre as possíveis variantes que conformavam este espectro de diferentes modos de composição do trabalho, identificamos na região das Missões algumas grandes unidades de criação que não empregaram cativos campeiros no núcleo estável do trabalho pastoril. Nesse sentido, embora o padrão de combinação do trabalho livre e cativo se reproduzisse na maioria dos grandes estabelecimentos produtivos, ele foi mais rígido na estrutura produtiva de determinadas áreas como, por exemplo, na Campanha e região central do Rio Grande de São Pedro, e mais flexível na região das Missões. Tais diferenças estiveram condicionadas às peculiaridades de cada contexto, principalmente no que diz respeito à quantidade de cativos para atender as necessidades de produção de cada região.

Além de cumprir a função de produção permanente por todo o ano, a existência dos cativos campeiros desempenhava um importante papel estratégico de não permitir que os produtores ficassem a sorte de uma oferta de trabalho livre instável e de alto custo. A estrutura laboral da pecuária que empregava trabalhadores permanentes e sazonais, livres e escravos dependia da presença de um núcleo constante de cativos empregados. Em nosso entender, isto foi fundamental para a funcionalidade do sistema produtivo pastoril como um todo. Para funcionar de forma ajustada e viável, esta estrutura dependia do emprego da mão-de-obra

escrava que atuava no sentido de fazer com que o custo salarial de peões livres estáveis fosse acessível aos produtores.

Mesmo que não tenha sido privilégio dos grandes criadores, o emprego de peões livres foi bem mais frequente entre eles. Provavelmente, o custo de contratação destes peões era consideravelmente alto. Portanto, teria sido difícil para pequenos e parte dos médios criadores arcar com as despesas de uma mão-de-obra instável e cara. Nesse sentido, o trabalho escravo surgia como a alternativa mais viável para assegurar o trabalho estável. Além disso, pequenos e médios produtores acabavam agregando bens ao patrimônio produtivo.

A análise de algumas relações de despesas feitas com salários de peões nos comprovou o padrão descoberto por Farinatti ([2007] 2010a), qual seja, de que os peões que ficavam por tempos curtos nas estâncias recebiam maiores vencimentos, haja vista que, estavam atendendo a uma demanda urgente de trabalho, e isso fazia com que os estancieiros se dispusessem a pagar maiores salários a estes peões. Com efeito, grande parte destes peões eventuais de poucos dias ou meses não se empregava de forma permanente porque não eram sujeitos desprovidos de meios de produção. Na maior parte das vezes, eles estavam inseridos em pequenas unidades de produção de caráter familiar, e aproveitavam os ciclos pastoris em que os estancieiros necessitavam com maior urgência de seus serviços para se beneficiarem dos altos salários.

No que se refere à produção com caráter familiar, pudemos notar que na região das Missões o número de pequenos produtores escravistas deixa evidente que poucos destes passaram pelo que Hebe Mattos (2001) chamou de experiência camponesa, ou seja, grupos familiares que produziam quase que somente com seu trabalho. Por outro lado, pode-se dizer que considerável parte deles compôs um grupo de produtores pequenos escravistas. Apesar da organização produtiva de pequena escala visar basicamente à reprodução social das existências do grupo, ela não esteve predominantemente alheia às dinâmicas dos circuitos comerciais. Deste modo, a produção de artigos de aceitação nestes circuitos não tinha por único objetivo assegurar parcela da subsistência que não se produzia. Na verdade, em boa parte dos casos, a subsistência das famílias de modesta produção passava pela integração a, ao menos, um circuito comercial. Portanto, cremos que subsistência e vinculação a fluxos comerciais compunham parte de uma mesma dinâmica produtiva. Embora a vinculação com os circuitos comerciais não viesse a garantir a ampliação de seus estabelecimentos agrícolas ou a diversificação de investimentos, ela seria uma etapa do processo de subsistência destas famílias. Sem esta integração, provavelmente, as possibilidades de reprodução social de suas existências seriam críticas. Além disso, se pode considerar que a produção de caráter familiar

na região das Missões não se caracterizou pela subsistência em sentido estrito, mas por uma subsistência que dependia da diversificação produtiva e da ligação com fluxos comerciais mais dinâmicos.

Por fim, nos concentramos em mostrar a presença dos guaranis e mestiços nas atividades produtivas da região das Missões. Através do Mapa dos Sete Povos, documento ainda pouco explorado e problematizado pela historiografia, averiguamos que grande parte do patrimônio dos Sete Povos estava literalmente sendo usurpado pela colonização luso-brasileira. Tal documento nos mostrou ainda que em fins da década de 1820, quando ainda da vigência do sistema produtivo em comunidades, as mulheres eram a ampla maioria dos trabalhadores empregados nos inúmeros processos produtivos realizados nas comunidades, dado que vai ao encontro das informações que dão conta da incorporação de muitos guaranis homens em milícias.

Por conseguinte, pudemos notar que mesmo diante do processo de dispersão desta população da região, muitos sujeitos conseguiram se manter como peões e/ou pequenos produtores. Entendemos que a permanência de muitos guaranis e mestiços como pequenos produtores na região passou pela manutenção de estreitas relações de reciprocidade com indivíduos e/ou grupos sociais da sociedade envolvente. Nesse sentido, o caso de Fernando Guaramby é bastante elucidativo, este guarani conseguiu vencer uma ação judicial que lhe reintegrava a posse de uma extensão de terra que alegava ser sua, e que um colono havia se apossado. Guaramby conseguiu acessar diversas instâncias legais, pois mantinha vínculos de reciprocidade com destacados potentados da região das Missões.

Apesar do curso do processo histórico tenha quase que inviabilizado o sistema de organização social em comunidades dos guaranis missioneiros, estes sujeitos não acabaram simplesmente retornando para a forma de vida pré-contato com os europeus. O enfraquecimento daquele tipo específico de organização social fez com que muitos destes buscassem outras estratégias de sobrevivência, mesmo que não em grupo extenso. Neste contexto, muitos sujeitos de ascendência guarani buscaram se inserir nos diversos espaços sócio-produtivos que se erigiu na região das Missões até meados do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O componente comum que percorreu os três capítulos deste estudo foi a diversidade. Ela caracterizou as esferas econômico-produtiva, social e de relações de trabalho da região das Missões. A composição social da região contou, principalmente, com colonizadores luso-brasileiros, escravos (crioulos e africanos), guaranis e mestiços. Distintos processos produtivos (criação de bovinos, muares, ovinos e atividades agrícolas) eram realizados nas unidades de produção, indiferente de suas respectivas envergaduras. Estes processos, por sua vez, eram animados por complexos arranjos de trabalhos, que de acordo com as dimensões dos respectivos estabelecimentos produtivos conjugavam diferentes tipos de mão-de-obra (familiar, assalariada, escrava). Os produtos oriundos destas atividades de produção, para além de servirem à subsistência de seus produtores, abasteciam diferentes tipos de circuitos comerciais que ligavam a região das Missões a outras áreas do Rio Grande de São Pedro, do Império do Brasil e da região do Prata.

A diversificação averiguada nos campos dos processos produtivos e dos arranjos de trabalho se desenvolveu como resultado de uma estrutura econômica marcada pela distribuição muito desigual dos recursos econômicos pela malha social. Em um universo agropastoril onde poucos produtores concentravam a maior parte dos recursos produtivos e, em contrapartida, a grande maioria dos produtores dividia pequena fatia dos bens de produção, a diversificação produtiva e da estrutura laboral se constituíram em estratégias para a diminuição de incertezas e, conseqüentemente, para o aprimoramento da previsibilidade.

Embora a criação de bovinos tenha sido a atividade produtiva predominante e mais rentável, a criação de mulas se conformou numa importante alternativa para que os criadores diversificassem sua produção, se vinculassem ao circuito da Feira de Sorocaba e não ficassem restritos as demandas do fluxo comercial de reses do complexo porto-charqueador do leste do Rio Grande de São Pedro. A agricultura e a fabricação de farinhas pelo seu baixo rendimento não foi controlada de forma hegemônica pelos grandes produtores. Do mesmo modo que a pecuária muar, as atividades agrícolas se constituíram em outra via de produção para produtores de envergadura econômica mais modesta, entretanto, os grandes produtores também se dedicavam a agricultura. Os excedentes agrícolas destinavam-se ao mercado regional, principalmente, da Campanha sul rio-grandense, mas também certa quantidade era exportada à região platina através dos portos do rio Uruguai. Mas, além dessas atividades, a extração de erva-mate e a comercialização de couro e subprodutos do gado também

dinamizavam a matriz produtiva da região. O extrativismo e a exportação da erva-mate, em especial, movimentavam uma complexa cadeia produtiva que envolvia coletores, comerciantes regionais e os transportadores do produto até as diversas praças comerciais espalhadas pela bacia do Prata. A importância destes diversos processos produtivos variava de um produtor para outro, obedecendo à envergadura econômica que obtinham, mas de fato boa parte deles conjugava entre duas e quatro destas atividades produtivas com destaque para a pecuária bovina, muar e agricultura.

A organização dos arranjos de trabalho não escapou desta lógica de diversificação. Grandes e pequenos produtores elaboravam estratégias para conjugar da melhor maneira possível os distintos tipos de mão-de-obra livre com o trabalho cativo e, assim, atingirem melhores resultados produtivos. O trabalho escravo, antes tido como pouco relevante em tal zona, assumiu grande importância desde as primeiras décadas do século XIX. Além do aspecto sociocultural em que a escravidão se constituía numa norma e não em exceção, ela se estabeleceu na maneira mais segura de se contar com trabalhadores estáveis. Aqui, vale ressaltar que a região das Missões esteve imersa em um contexto de constante vicissitude institucional, frequentes contendas bélicas. Além disso, o trabalho livre assalariado era caro e instável, uma vez que, no mais das vezes, os trabalhadores livres não formavam um exército de reserva de mão-de-obra, pois não eram desprovidos de meios de produção, e se assalariavam por curtos períodos atendendo a estratégias de produção familiar específicas.

Sob o viés de uma interpretação exclusivamente econômica, podemos argumentar que a necessidade que a maioria dos produtores tinha de não ficar a mercê da instável oferta de trabalhadores livres e de contar com trabalhadores estáveis externos ao grupo familiar fez com que se formasse na região um importante contingente populacional escravo. Ao longo do período considerado esta população cativa foi predominantemente crioula, e os dados analisados nos levam a crer que a conservação do núcleo populacional cativo se dava, sobretudo, pela reprodução natural. Porém, os africanos também compuseram parcela da população escrava, mas até aonde as informações levantadas nos levam, parece que sua chegada à região via tráfico transatlântico não ultrapassou a primeira metade da década de 1830.

A posse de cativos esteve disseminada por todas as camadas sociais. Por sua vez, a concentração desta posse na região das Missões reiterou aquele padrão de muitos pequenos e médios senhores que detinham poucos escravos, mas que dividiam espaço com uma elite de proprietários que concentravam em suas escravarias significativa parte dos cativos. Este padrão é o mesmo que se reproduziu por todas as áreas do Rio Grande de São Pedro e na

grande maioria das regiões do território brasileiro no período colonial e monárquico, seja em zonas de economia ligada a exportação, seja nas áreas voltadas para o abastecimento do mercado interno.

Portanto, até mesmo para os pequenos produtores foi importante dispor de trabalhadores escravos. Em boa medida, a reprodução natural da população cativa foi o fator que possibilitou aos modestos produtores se manterem como senhores de cativos. Todavia, quando se tornava possível adquirir cativos, a racionalidade econômica específica destes produtores colocava como referência principal para a aquisição de um escravo o ciclo de vida familiar e o próprio ciclo reprodutivo dos escravos. Isto é, a força de trabalho cativa tinha que acomodar-se as especificidades da força de trabalho e do ciclo de vida familiar.

Contar com escravos auxiliava aos pequenos produtores em suas complexas estratégias econômico-produtivas. Com a posse de um ou alguns cativos, entre outras coisas, os modestos produtores passavam a contar com maior autonomia para se empregar temporariamente nas grandes estâncias, aproveitando as altas demandas sazonais das lidas pastoris. Nestes períodos, os maiores estancieiros se dispunham a pagar consideráveis salários. Alugar alguns escravos se constituía também em outra alternativa para auferir algum rendimento nestes momentos. Devido a esta condição de alargar as possibilidades produtivas e de rendimentos, entendemos que a posse de escravos configurou-se como algo muito funcional também para os pequenos produtores. Sendo assim, a escravidão atingiu uma ampla legitimidade social.

Esta legitimidade não se manifestou apenas no fato da posse cativa estar dispersa por um grande contingente de pequenos senhores. Enquanto bens patrimoniais, os escravos representavam significativa parte do patrimônio dos pequenos produtores, bem mais do que representavam frente ao patrimônio dos grandes. Dessa forma, além da disseminação da posse de cativos pelo tecido social, os modestos produtores eram também aqueles que estavam economicamente mais comprometidos com o sistema escravista.

Junto aos trabalhadores livres, os escravos compunham a complexa estrutura laboral da atividade pastoril. Conforme as pesquisas mais recentes sobre o trabalho na pecuária sul-rio-grandense têm averiguado, trabalhadores livres e cativos eram empregados nas lidas campeiras. A faina pastoril era composta por um núcleo de trabalhadores estáveis, que podiam ser escravos e/ou peões livres, e outro núcleo de trabalhadores eventuais. Os cativos campeiros integravam o núcleo (ou, mais frequentemente, parte dele) de peões estáveis. Esta estrutura laboral diversificada era adaptada às exigências do processo produtivo pastoril que

se caracterizava por um ciclo com momentos em que eram necessários muito trabalhadores e noutros períodos apenas poucos peões davam conta da lida.

Assim, além de cumprir a função de produção permanente por todo o ano, os cativos campeiros desempenhavam um importante papel estratégico de não permitir que os produtores ficassem sujeitos a instável oferta de trabalho livre. A estrutura do trabalho no pastoreio que empregava trabalhadores estáveis e temporários, livres e cativos dependia da presença de um núcleo constante de escravos. A presença destes foi fundamental para a viabilidade e para o funcionamento do sistema de produção pecuária como um todo. Para que o custo salarial de peões livres estáveis fosse acessível aos produtores, era necessário o emprego da mão-de-obra escrava. A simples presença de cativos como peões estáveis agia no sentido de não permitir que os peões livres exigissem salários considerados muito elevados pelos estancieiros. Dessa forma, o processo produtivo pastoril funcionava de forma mais ajustada e com maior viabilidade econômica. No entanto, mesmo com este fator de equilíbrio do custo de peões livres, a despesa com a contratação deles parece ter sido pouco acessível a pequenos e parte dos médios criadores. Sendo assim, a mão-de-obra escrava acabou se tornando para estes produtores a maneira mais viável para assegurar o trabalho estável.

A demanda emergencial por trabalho impelia aos estancieiros a pagar altos salários e jornais a estes peões. Analisando algumas relações de despesas feitas com salários de peões, percebemos que os peões que ficavam por curtos períodos de tempo nas estâncias recebiam vencimentos bem superiores do que aqueles peões estáveis. Estas evidências corroboram o padrão descoberto por Farinatti ([2007] 2010a). Como já colocamos, a instabilidade da oferta de mão-de-obra livre se dava pois, em sua maioria, os peões que se assalariavam sazonalmente eram componentes de famílias que possuíam suas próprias unidades de produção.

Na região das Missões, embora se destinassem basicamente à reprodução social e biológica do grupo doméstico, os estabelecimentos produtivos de caráter familiar não estiveram predominantemente afastados das dinâmicas dos circuitos comerciais. Nesse sentido, a própria subsistência destes grupos de pequena produção passava pelas respectivas conexões que conseguiam estabelecer com ao menos um dos circuitos comerciais que passavam pela região. Deste modo, o estabelecimento de vínculos com fluxos comerciais e a subsistência compunham parte de uma mesma dinâmica produtiva. Sem a ligação com algum(ns) dos circuitos comerciais, provavelmente, as possibilidades de perpetuação destes grupos familiares estariam bastante comprometidas. Nesse contexto, não chega a ser

surpreendente que importante parcela destes estabelecimentos de produção com caráter familiar pertencia a produtores que também se constituíram como senhores de escravos.

Inserido em toda essa diversidade da região, e a enriquecendo ainda mais, estava considerável contingente populacional de sujeitos de ascendência guarani. Diante de um processo de dilapidação e usurpação do patrimônio missioneiro, os guaranis foram gradativamente se evadindo da zona das Missões. Porém, este processo de dispersão não ocorreu de forma regular e uniforme. Como as evidências empíricas apresentadas indicam, muitos destes guaranis conseguiram permanecer na região.

Guaranis e mestiços fizeram parte de diversas esferas da sociedade envolvente. Mesmo após o fim da experiência reducional eles continuaram a buscar o sacramento do batismo e, através deste, procuravam tecer laços de reciprocidade e dependência com sujeitos estabelecidos em estratos mais elevados da hierarquia social. A formação de alianças sociais através do compadrio sugere que muitos destes sujeitos utilizavam a esfera religiosa de maneira estratégica e, até mesmo, pragmática.

O serviço militar também se configurou num campo onde os guaranis participaram ativamente. A participação nas atividades bélicas podia proporcionar prestígio guerreiro aos indivíduos mobilizados. Além disso, abria a possibilidade para que pudessem formar estreitos laços com chefes militares e potentados locais. Identificamos também a presença de alguns sujeitos de ascendência guarani ocupando cargos na burocracia Imperial. Logicamente, que este espaço era bastante restrito, haja vista que exigia sujeitos alfabetizados. No entanto, se era restrito para os guaranis e mestiços, também o era para a grande maioria da população luso-brasileira, uma vez que os índices de analfabetismo eram expressivos para toda a população.

A inserção de guaranis e mestiços na esfera produtiva se deu de forma bastante complexa e diversa. É certo que no primeiro terço do século XIX ainda buscava-se viabilizar o sistema produtivo em comunidades. Observamos que, em fins da década de 1820, a ampla maioria dos trabalhadores empregados nos inúmeros processos produtivos realizados nas comunidades eram mulheres. Esta circunstância corrobora os dados que expressam que muitos guaranis jovens estavam incorporando-se nas milícias. Para além destes espaços produtivos comunitários, que não se conservaram por todo o nosso período de análise, muitos indivíduos de ascendência guarani conseguiram permanecer na região se empregando como peões e/ou se tornando pequenos produtores.

Ficou claro que, embora o sistema de organização social em comunidades dos guaranis não tenha conseguido se conservar devido à pressão da efetiva colonização brasileira

na região e a sua reorientação para uma logística de guerra (RIBEIRO, 2013), boa parte da população de ascendência guarani teve como estratégia de vida a permanência na zona das Missões. As possibilidades de guaranis e mestiços continuarem habitando nesta região passavam, principalmente, pela capacidade de tais sujeitos se adaptarem aos sistemas normativos da sociedade envolvente e de estabelecerem estreitas relações de reciprocidade com sujeitos e/ou grupos sociais desta. Quanto mais bem relacionados eles eram, mais recursos (materiais e simbólicos) conseguiam reunir. As diversas esferas sociais se tornavam acessíveis ou inacessíveis de acordo com os recursos, em especial, o capital relacional, que estes agentes históricos conseguiam conquistar.

Por fim, cremos ter demonstrado que, no decorrer do período abordado por esta pesquisa, a região das Missões se vinculou ao Império do Brasil e ao espaço platino por meio do desenvolvimento de uma matriz produtiva diversificada que se conectava a diversos circuitos comerciais. Estes, por sua vez, foram os responsáveis por dinamizar a economia do espaço missioneiro e de colocá-lo em contato com várias outras regiões com maior envergadura econômica. Além da diversificação dos processos produtivos, a distribuição muito desigual dos recursos de produção foi uma das características mais marcantes de tal estrutura econômica. Isso, porém, não impediu que pequenos produtores conseguissem se vincular aos fluxos comerciais.

Tanto a matriz produtiva quanto o universo das relações de trabalho se caracterizaram pela diversidade. O funcionamento dos diversos processos produtivos era realizado por sujeitos de distintas procedências, os quais se envolviam em complexos arranjos laborais que abrangiam diferentes modalidades de trabalho livre e a mão-de-obra escrava. Esta, por seu turno, se configurou na forma mais segura de se dispor de trabalhadores estáveis. Tal circunstância, entre tantas outras, fez com que o sistema escravista desfrutasse de ampla legitimidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALADRÉN, G. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil** (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 – 1835). Niterói (RJ): PPGH/UFF, 2012.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamentos e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.
- ALMEIDA, K. L. N. **Alforrias em Rio de Contas – Bahia** (século XIX). Salvador: PPGH/UFBA, 2006.
- ARAÚJO E SILVA, D. de. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.
- ARAÚJO, T. L. de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário** (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008 [dissertação de mestrado].
- _____. Novos Dados sobre a Escravidão na Província de São Pedro. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- BARCELOS, A. H. F. **Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.
- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARROS, J. D’A. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. In: **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012.
- BERUTE, G. S. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825**. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006 [dissertação de mestrado].
- _____. O tráfico negreiro na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a perspectiva da proibição do tráfico atlântico de escravos, 1826 – 1831. **Anais do IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional**. Curitiba: UFPR, 2009.
- _____. O tráfico negreiro no Rio Grande do Sul e as conjunturas do tráfico atlântico, c. 1790 – c. 1830. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- _____. Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas. XAVIER, R. C. L. X. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 207-228.
- BOGUSZEWSKI, J. H. **Uma historia cultural da erva-mate: o alimento e suas representações**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- BRÜGGER, S. M. J. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del Rei (1736 – 1850). IN: CARVALHO, J. M. de. (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BURKE, P. A Escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CANEDO, M. La ganadería de mulas el la campaña bonaerense. Una aproximación a las estrategias de producción y comercialización en la segunda mitad del siglo XVIII. IN:

- MANDRINI, Raúl e REGUERA, Andrea. **Huellas en la tierra**. Indios, agricultores y hacendados en la pampa bonaerense. Tandil: IEHS, 1993.
- CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. A História Social. In: _____. **Os métodos da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1962] 2003.
- _____. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: Hollanda, Sérgio Buarque de. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II: o Brasil monárquico: dispersão e unidade. São Paulo: Difel, [1963] 1989, p.473-505.
- CARVALHO, D. V. de. “Os rebeldes tem conseguido ativar eficazmente os recrutamentos de escravos em todos os distritos que estão de posse”: o recrutamento de escravos na Revolução Farroupilha (Brasil Meridional, séc. XIX). In: **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Escravidão Africana no Brasil**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010;
- _____. “Remeto para a Corte os pretos por achar perigosa a Conservação deles na Província”: A Trajetória de Libertos pela Guerra (Revolução Farroupilha, séc. XIX). In: ABREU, Martha e PEREIRA, Matheus Serva (Orgs.). **Caminhos da Liberdade: histórias da Abolição e do Pós-Abolição**. Niterói: PPGH/UFF, 2010;
- _____. Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: Meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (Guerra Civil Farroupilha, séc. XIX). In: MUGGE, Miquéias; COMISSOLI, Adriano (Org.). **Homens & armas: recrutamento militar no Brasil – século XIX**. São Leopoldo: OIKOS, 2011.
- CESAR, G. **O Conde de Piratini e a Estância da Música**. Caxias do Sul: UCS-EST, 1978.
- _____. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: GLOBO, 1980;
- CORRÊA, A. do N. **Ao sul do Brasil Oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821 – 1850**. Santa Maria (RS): PPGH/UFSM, 2013.
- COSTA, M. V. da. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX: relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé**. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2013 [tese de doutorado].
- DOSSE, F. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Campinas: Unicamp. 1992.
- ENGEMANN, C.; ASSIS, M; FLORENTINO, M. Sociabilidade e Mortalidade Escrava no Rio de Janeiro, 1720-1742. In: FLORENTINO, M; MACHADO, C. (Orgs.). **Ensaio sobre a Escravidão (I)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- ESPADA LIMA, H. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. In: **Topoi**. v. 6 , n. 11, jul./dez. 2005, pp. 289-325.
- FARIA, S. de C. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. **Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes**. Niterói: Historia/UFF, 1986;
- FARINTATTI, L. A. E. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)**. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, [2007] 2010a.
- _____. Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845). In: **Anais do X Encontro estadual de História**, 2010, Santa Maria (RS). 2010b.

- _____. Relações parentais de escravos, libertos e indígenas na fronteira meridional (1817-1844): primeiras notas de pesquisa. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2011a.
- _____. Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845). In: **XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, São Paulo (SP). Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 2011b.
- _____. Os escravos do Marechal e seus compadres: hierarquia social, família e compadrio no sul do Brasil (c. 1820-c.1855). In: XAVIER, R. C. L. X. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 143-175.
- _____. Escravos do pastoreio: pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). **Ciência & Ambiente** v. 1, p. 135-154, 2006.
- _____. “Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX)”. São Leopoldo: **História – Unisinos**, v. 8, agosto-dezembro de 2003, pp. 253-276.
- _____. Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX). IN: Weber, B. T; RIBEIRO, I. (orgs.). **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: RS, [s.n.], 2010c.
- _____. Territórios sobrepostos: as migrações na constituição de uma sociedade de fronteira (paróquia de Alegrete, 1821-1844). In: **Seminário Internacional - Migrações: mobilidade social e espacial - XIX Simpósio de Imigração e Colonização**, 2010. Simpósio Internacional IHU, 2010d.
- _____; RIBEIRO, M. R. P. Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827). In: **Anais do XII Simpósio Internacional IHU - A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade**, 2010, São Leopoldo. XII Simpósio Internacional IHU. São Leopoldo - RS: Casa Leiria, 2010.
- FAVRE, O. P. **O Caso de un Puelbo de Indio: historia do êxodo guarani-misionero al Uruguai** (Bela Union - San Borja del Yy). 2ªEd. Tierradentro, Durazno, 2009.
- FERREIRA, R. A. **Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)**. São Paulo: UNESP, 2005.
- FLECK, E. C. D. **Sentir, adoecer e morrer: sensibilidade e devoção no discurso missioneiro jesuítico do século XVII**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Pontifícia do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, RS, 1999.
- FLORENTINO, M; GÓES, J. R.. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- _____. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, [1997] 2010.
- _____. Abolicionismo e lógica demográfica da *plantation* no Brasil, 1789-1850 (notas de investigação). In: Scott, Ana Silvia V.; Fleck, Eliane C. D. (org.). **A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX**. São Leopoldo: Oikos Editora/Editora UNISINOS, v. 1, p. 214-234, 2008.
- FLÔRES, J. R. A. **A Vila de São Borja (1834 - 1887) numa conjuntura de transição: História sócio-econômica e Geopolítica**. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 1996. (Dissertação de Mestrado).

- FOLETTTO, A. **Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos em Cima da Serra: a paisagem agrária da paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2003. (Dissertação de mestrado).
- FONTELLA, Leandro Goya. Luso-brasileiros, guaranis, crioulos e africanos: notas de pesquisa sobre demografia histórica, escravidão e hierarquias sociais no sul do Brasil (Santa Maria da Boca do Monte, 1814 - 1822). In: **Anais da IX Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, 2011a, p. 282 – 304.
- _____. Da África ao Brasil Meridional: presença africana no Rio Grande de São Pedro (Santa Maria da Boca do Monte, 1814 – 1822). In: **Anais eletrônicos do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011b.
- _____; RIBEIRO, M. R. P. Trabalho escravo na região de Missões (Vila de São Borja, primeira metade do Século XIX). In: **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, p. 45-57, 2012.
- _____; MATHEUS, M. S. **Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um balanço historiográfico**. [texto inédito]
- FRAGOSO, J. L. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- _____. Os principais da terra, escravos e a república: o desenho da paisagem agrária do Rio de Janeiro seiscentista. **Revista Ciência e Ambiente**, n. 33 (jul/dez, 2006) Santa Maria: UFSM, 2006.
- FRANCO NETTO, F. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Curitiba: PPGH/UFPR, 2005. (Tese de doutorado).
- FREITAS, D. **Escravos e senhores de escravos**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.
- _____. **O Capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- FREGA, A. Conflictos fronterizos en la conformación estatal, 1828 – 1830. In: **Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Edição Especial. - [Brasília, DF]: A Fundação, 2007.**
- FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre: 1981.
- GARAVAGLIA, J. C. **Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)**. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.
- _____. Tres estancias del sur bonaerense en un período de “transición” (1790-1834). In: Bjerg, María M. e REGUERA, Andrea. (comp.) **Problemas de la Historia agraria**. Tandil: IEHS, 1995, p. 79-123.
- _____. Un modo de producción subsidiario: la organización económica de las comunidades guaraníizadas durante los siglos XVII-XVIII en la formación regional alto peruana-rioplatense. In: ASSODARIAN, C. S; CARDOSO, C. F; LACLAU, E; _____ (orgs.). **Modos de Producción em America Latina**. Mexico: Siglo Veintiuno, 1978.
- GARCIA, E. F. **As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa**. Rio de Janeiro: UFF, 2007. (tese de doutorado).

- _____. **A integração das populações indígenas nos povoados coloniais no Rio Grande de São Pedro:** legislação, etnicidade e trabalho. Niterói (RJ): PPGH/UFF, 2003[dissertação de mestrado].
- GARCIA, G. B. **O Domínio da Terra:** conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005 [dissertação de mestrado].
- GELMAN, J. **Campesinos y estancieros.** Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.
- _____. Las Condiciones del Crecimiento Estanciero en Buenos Aires de la primera mitad del siglo XIX. Trabajo, salarios y conflictos en las estancias de Rosas. In: _____; GARAVAGLIA, Juan C.; ZEBERIO, Blanca. **Expansión Capitalista y Transformaciones Regionales** – Relaciones sociales y empresas agrarias en la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2000.
- GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate.** Florianópolis: PPGH/UFSC, 2013 [tese de doutorado].
- GIL, T. L. **Coisas do caminho:** tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009 [tese de doutorado].
- _____. **Infiéis transgressores:** os contrabandistas da fronteira (1760 – 1810). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2002 [dissertação de mestrado].
- GÓES, J. R. **O cativoeiro imperfeito:** um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória (ES): Lineart, 1993.
- GOLIN, T. **A Guerra Guaranítica:** como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos Jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial.** São Paulo: Ática, [1978] 1988.
- GRANER, P. **A Estrutura Fundiária do Município de Araruama, 1860-1920.** Niterói: História/UFF, 1985.
- GUAZELLI, C. A. B. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata. In: GRIJÓ, L. A; KÜHN, F; _____; NEUMANN, E. S. (orgs). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2004, p. 91 – 146.
- GUTIERREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. In: **HISTÓRIA, SÃO PAULO**, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.
- HAMEISTER, M. D. **Para dar Calor à Nova Povoação:** estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros Batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História Social) – Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2006.
- _____. **O Continente do Rio Grande de São Pedro:** os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGH, 2003, (Dissertação de Mestrado).
- _____. O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Porto Alegre (RS): UFRGS, 2011.
- ISABELLE, A. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul.** Tradução e nota sobre o autor Teodemiro Tostes; introdução de Augusto Meyer. -- Brasília: Senados Federal, Conselho Editorial, 2006.

- KORMANN, J. **A história da erva-mate e sua região, o Mercosul** (num enfoque geográfico, histórico, econômico, social, político e psicológico). Tese (Doutorado em História), Universidade de León, León, 2001.
- KÜHN, F. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII**. PPGH-UFF: Niterói, 2006. (tese de doutorado).
- _____. O “Governo dos Índios:” a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). In: **Anais do III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Florianópolis (SC): UFSC, 2007.
- LESSA, B. **Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo: como surgiu o Rio Grande**. Porto Alegre: Editora AGE, 1984.
- LEVI, G. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Prefácio. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009.
- LINHARES, M. Y. História Agrária. IN: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. RJ: Elsevier, 1997.
- LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- LUNA, F. **Los caudillos**. Ed. Peña Lillo: Buenos Aires, 1971.
- MACHADO, C. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (planalto paranaense na primeira metade do século XVIII). In: **Revista de História Regional**. 15(2): 160-183, Inverno, 2010.
- MAESTRI, M. J. **O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.
- _____. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.
- _____. **Deus é grande, o mato é maior: história, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.
- MAMIGONIAN, Beatriz G; GRINBERG, K. (Orgs.). **"Para inglês ver?": revisitando a lei de 1831 - Dossiê da revista Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Universidade Cândido Mendes, 2007.
- MARTINS, J. T. **O Pensamento Histórico e Social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo “campo” intelectual rio-grandense na década de 1920**. (Dissertação de Mestrado). PUCRS, 2011.
- MARTINS, Maria Cristina Bohn. **A festa Guarani nas reduções: perdas, permanências e recriação**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, RS, 1999.
- MARTINS, R. B. **Palestra proferida no V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – ABPHE**. Caxambu/MG: ABPHE, 7-10 setembro, 2003.
- MATHEUS, M. S. **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.
- _____. A lista de classificação dos escravos de Alegrete: notas de pesquisa. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2011.

- _____.; FONTELLA, L. G. Escravidão, microanálise e hierarquia social. In: MARTINS, M. C. B; MOREIRA, P. R. S. (Orgs.). **Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana**. 1ªed. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012, p. 387 - 424.
- _____. **Da dispersão da posse escrava à ascensão social de forros em um contexto fronteiriço (Bagé, século XIX)** (texto inédito).
- MATTOS, H. M. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, [1987] 2009.
- _____. História Social. In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. RJ: Elsevier, 1997.
- _____. Campesinato e Escravidão. In: SILVA, F. C. T. da et al(org.). **Escritos sobre História e Educação: homenagem a Maria Yedda Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001.
- MELO, K. M. R. da S. e. **A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX)**. PPGH-UFRGS: Porto Alegre, 2011. (Dissertação de Mestrado).
- MENZ, M. M. **Tesouro das Missões: a integração do Espaço Oriental Missioneiro na economia sul-rio-grandense**. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- _____. O Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX: atividades pecuárias na fronteira oeste. In: **História UNISINOS**, Vol. 6, n. 5, 2002, p. 159 – 174.
- _____. Los Orígenes del capitalismo em América Latina: producción ganadera y formas de propiedad: Rio Grande do Sul a comienzos del siglo XIX. In: **Razón y Revolución – Verano de 2004**.
- MONSMA, K. Escravos, camponeses e migrantes: os trabalhadores das estâncias do Rio Grande do Sul e Buenos Aires, primeira metade do século XIX. In: **Actas das VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales**. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, 2009.
- _____. Escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul: estratégias de dominação e resistência. In: **Anais do V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- MONTEIRO, J. M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia da Letras, [1994] 2009.
- MORAES, M. I. La ocupación del espacio y la formación de paisajes agrarios en Uruguay. In: **Ciencia & Ambiente**. Nº 33, Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.
- MOREIRA, V. M. L. A conquista do trabalho indígena: fé, razão e ciência no mundo colonial. In: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. (Org.). **Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho**. 1ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, v. p. 133-166.
- _____. Vestir o uniforme em índios e torná-los cidadãos. Reflexões sobre recrutamento militar, reclassificação social e direitos civis no Brasil imperial. In: Miquéias H. Mugge; Adriano Comissoli. (Org.). **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil - Século XIX**. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2011, v. , p. 65-94.
- MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: FAPESP: Anablume, [1990] 1999.

- _____. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887). In: **Histórias: Questões & Debates**. Curitiba: Editora da UFPR, n. 52, p. 41-73, jan./jun. 2010.
- MOTTA, M. M. M. **Pelas Bandas do Além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora, 1808-1888**. Estudo relativo a São Gonçalo (RJ). Niterói: Historia/UFF, 1989.
- MUNIZ, C. M. L. **Os Donos da Terra**. Dissertação de mestrado, Niterói: Historia/UFF, 1979.
- NEUMANN, E. S. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, L. A; KÜHN, F; GUAZELLI, C. A. B; _____ (orgs). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2004, p. 25 – 46.
- _____. **O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial, 1640 – 1750**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- _____. **Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)**. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2005. [tese de doutorado]
- OSÓRIO, H. **O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, [1999] 2007.
- _____. Campeiros e domadores: escravos na pecuária sulista, séc. XVIII. In: **Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2005.
- _____. Trabalhadores da Pecuária: peões e gaudérios na fronteira do Império português. **Anais do XX Jornadas de Historia Económica**. Mar del Plata: Universidad de Mar del Plata, 2006, p. 1 – 24.
- PAMIES, Antonio. La posesión en las lenguas americanas. In: **UniverSOS: Revista de Lenguas Indígenas y Universos Culturales**, Año 2004, núm. 1, p. 81 – 100.
- PERUSSATTO M. K. **Como se de ventre livre nasce: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888**. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2010 [dissertação de Mestrado].
- PESSI, B. S. **Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850-1884)**. São Paulo: PPGH/USP, 2012 [dissertação de mestrado].
- PETIZ, S de S. **Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)**. São Leopoldo (RS): PPGH/UNISINOS, 2009 [tese de doutorado].
- PINHEIRO, J. F. F. [Visconde de São Leopoldo]. **Anais da Província de São Pedro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1839.
- PINTO, L. M. da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em <www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/1082/mode/1up>. Acesso em 21 de mar. de 2013.
- PINTO, N. G. **A benção comadre: experiências de liberdade e parentesco em Pelotas (1830 – 1850)**. São Leopoldo (RS): PPGH/UNISINOS, 2012. (dissertação de mestrado).
- PORTO, A. **História das Missões Orientais do Uruguai**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- REIS, D. O. M. dos. Características demográficas dos escravos em Araxá (MG), 1816-1888. **Anais eletrônicos do XXXIII Encontro Nacional de Economia**. Natal: ANPEC, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.or.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf>> Acesso em 08 de mar. de 2013.

- REIS, J. C. **Escola dos Annales: a Inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REVEL, J. Prefácio: A história ao rés-do-chão. In: LEVI, G. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- RIBEIRO, J. I. **Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)**. Santa Maria – RS: Editora da UFSM, 2005.
- RIBEIRO, M. R. P. **Estratégias indígenas nas Missões: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2013. (Dissertação de Mestrado).
- _____. **A Aldeia de Santa Maria: guaranis missioneiros no extremo sul do Brasil (1814 – 1822)**. Santa Maria, RS: UNIFRA, 2010. (monografia de graduação). Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxiYW5jb2RIZGFkb3MxdW5pZnJhfGd4OjViZmJmMjc4NDk0NDY0Yjk>>. Acesso em 19 de fev. de 2013.
- _____. Construindo Alianças: guaranis das Missões na Fronteira do Rio Pardo (1814-1845). In: **Anais do I Congresso Internacional de História Regional Mercosul: integração e desencontros, 2011, Passo Fundo - RS. I Congresso Internacional de História Regional (2011), 2011a**.
- _____. Guaranis Missioneiros e Estratégias Familiares em um Contexto de Dispersão (Capela de Santa Maria). In: **Anais do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH São Paulo, julho 2011, 2011b**.
- _____. A 'invisibilidade' dos Índios: família e migração indígena a partir das fontes paroquiais (Fronteira do Rio Pardo, 1801-1822) Notas de Pesquisa. In: **Anais do XI Encontro Estadual de História Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul / ANUPH-RS, 2012, Rio Grande - RS. Anais do XI Encontro Estadual de História Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul / ANUPH-RS, 2012**.
- _____; FONTELLA, L. G. O Êxodo Missioneiro: um estudo sobre os fluxos migratórios de guaranis das Missões (Fronteira do Rio Pardo). In: **Anais da X Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, 2013, p. 27 – 46.
- Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança / Coordenação Bruno Stelmach Pessi**. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.
- RODRIGUES, M. A. de L. **Fronteiras em litígio: o papel da Paróquia de São Patrício de Itaquí, na formação dos fluxos de comércio na fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, na segunda metade do século XIX, (1850-1880)**. Santa Maria (RS): PPGH/UFSM, 2012 [dissertação de mestrado].
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viajem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1820-21] 2002.
- SALLES, R. **E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SANTOS, M. C. dos. **Aspectos de la resistencia Guarani: los proyectos de integración en el Virreinato del Río de la Plata (1786-1805)**. Madri, Espanha: UCM, 1994 [tese de doutorado].

- _____. **Os Movimentos Guarani de resistência à colonização da Bacia Platina (1537-1660)**. Porto Alegre (RS): PPGH/PUCRS, 1988 [dissertação de mestrado].
- SCHERER, J. de S. **Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, século XIX**. São Leopoldo (RS): PPGH/UNISINOS, 2008 [dissertação de Mestrado].
- SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, [1988] 2011.
- _____. **Abrindo a roda da família: Compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia**. In: **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SILVEIRA, H. J. V. da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, [1909] 1979.
- SIQUEIRA, A. P. P. **Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888**. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- SIRTORI, B. **Entre a Cruz, a Espada, a Senzala e a Aldeia: hierarquias sociais em uma área periférica do antigo Regime**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, 2008.
- _____; GIL, T. L. **A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770 – 1795**. In: XAVIER, R. C. L. X. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2012, p. 123-142.
- SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1999] 2011.
- _____. **Malungu ngoma vem! A África coberta e descoberta do Brasil**. In: **REVISTA USP**, São Paulo, v. 12, p. 48-67, 1992.
- SOARES, A. L. R. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SOARES, M. C. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- _____. **Descobrimo a Guiné no Brasil colonial**. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 161 (407) 71-94, abr./jun. 2000b.
- SOUZA, M de M e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa da coroação do Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- SOUZA, R. N. R. de. **Negros no Sertão do Acaraú (Século XVIII)**. In: **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural**. Teresina (PI): UFPI, 2012.
- TEIXEIRA, L. **Muito mais que senhores e escravos: relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871)**. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- _____. **Abordagens atuais: escravidão e pecuária no século XIX**. In: **Anais do VIII Encontro Estadual de História – ANPUH-RS**. Caxias do Sul (RS): UCS, 2006. CD-Rom.
- TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Componentes e Criadores na Formação Social da Miséria**. Dissertação de Mestrado sobre Porto da Folha, Sergipe. Niterói: Historia/UFF, 1981.
- THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul – (1851 – 1864)**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2007 [dissertação de mestrado].

- VARGAS, J. M. **Pelas margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013 [tese de doutorado].
- VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, 33 (2): 353 – 393, abr-jun 2003.
- VOLKMER, M. S. **Compatriotas franceses ocupam a fronteira: imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul** (segunda metade do século XIX). Porto Alegre: PPGH/UFRS, 2013 [tese de doutorado].
- XAVIER, R. C. L. Introdução. In: _____. **História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional**: guia bibliográfico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 7-41.
- WILDE, G. Religião y poder em lãs Misiones de Guaraníes. Buenos Aires: SB, 2009.
- _____. Los Guaraníes despues de la expulsión de los jesuítas: dinâmicas políticas y transacciones simbólicas. *Revista Complutense de História de América*, n. 27, 2001, p. 69 – 106.
- ZARTH, P. A. **Do Arcaico ao Moderno**: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX. Passo Fundo: Editora da UPF, [1994] 2002.
- _____. **História agrária do planalto gaúcho – 1850-1920**. Ijuí (RS): Editora da Unijuí, [1988] 1997.
- _____. Ervais públicos e os camponeses extrativistas de erva-mate do extremo Sul do Brasil (século XIX). In: **Anais do XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH São Paulo, julho 2011, 2011.
- ZETTEL, Roberta F. V. **De mútuo consentimento**: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo (1845 a 1865). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2011. (Dissertação de Mestrado).